

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RICARDO DA GAMA ROSA COSTA

DESCAMINHOS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA:
O PCB e a construção da estratégia nacional-libertadora (1958-1964)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de DOUTOR. Área de concentração: História Contemporânea.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos

Niterói
2005

Costa, Ricardo da Gama Rosa, 1960 -
Descaminhos da Revolução Brasileira:
O PCB e a construção da estratégia
Nacional-libertadora (1958-1964) /
Ricardo da Gama Rosa Costa - Niterói:
[s. n.], 2005.
290 p.

Tese (Doutorado) - Universidade
Federal Fluminense,
Departamento de História, Área de Concentração:
História Contemporânea, 2005.

1. Revolução Brasileira - PCB - Política.
I. Título.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos, pela orientação segura, eficaz e serena, contribuindo de forma objetiva para a produção deste trabalho. Graças à disciplina por ele ministrada durante os Seminários da Pós-Graduação, pude encontrar a inspiração que faltava para desenvolver a tese a contento. Além disso, trata-se de um historiador comprometido com as causas mais caras aos trabalhadores brasileiros, alguém que aprendi a admirar ainda mais, pela coerência nas atitudes e convicção na defesa das idéias.

À Professora Virgínia Fontes, o reconhecimento de quem se sente profundamente enriquecido pelo alto nível das suas aulas, fundamentais para a composição de um quadro teórico baseado em Gramsci, e às professoras Sonia Regina de Mendonça e Lúcia Neves, o idêntico respeito em retribuição às justas e necessárias considerações, críticas e sugestões feitas na fase da qualificação do projeto, de grande valia para a elaboração final da tese.

Minha infinita gratidão ao grande amigo João Raimundo de Araújo, mestre (ou melhor, doutor!) na arte do bom papo e na criação de belas idéias, a quem elejo para representar todos os colegas professores e funcionários da Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia, companheiros e companheiras inestimáveis, carinhosos(as) e sempre solidários(as). Aos alunos e ex-alunos da FFSD, externo minha alegria de poder com vocês dividir os frutos de meu aprendizado e, na sala de aula, partilhar emoções, angústias, sonhos e esperanças. Aí está a razão maior de toda esta produção intelectual: a insubstituível troca de saberes e experiências de vida no interior da sala de aula.

À Irmã Celma, Diretora da Faculdade, o agradecimento especial, não só pela concessão de ajuda de custo mensal ao meu doutoramento, como pelo apoio e carinho constantes. À Irmã Cosmelli, retribuo da mesma forma as freqüentes palavras de incentivo.

Aos funcionários do Departamento de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, o muito obrigado pelo tratamento amigável, assim como às funcionárias do

Arquivo do Movimento Operário do Rio de Janeiro (AMORJ), pertencente ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde encontrei o material necessário e ambiente acolhedor para desenvolver a pesquisa sobre a coleção completa, toda micro filmada, do Jornal *Novos Rumos*. Quanto à pesquisa dos textos das revistas *Brasiliense* e *Estudos Sociais*, agradeço aos funcionários da Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas e aos camaradas responsáveis pela sede central do Partido Comunista Brasileiro, pela disponibilidade de seus acervos.

Aos companheiros do PCB e do Sindicato dos Professores de Nova Friburgo, aos colegas servidores da Câmara Municipal de Nova Friburgo, amigos de todas as horas, minha gratidão pela torcida durante todo esse processo e, acima de tudo, pela fraternidade que nos une.

A meus pais, Laís e Roberto, eternos anjos da guarda de meus passos, de meus filhos e minha mulher, a meus irmãos, a todos os meus familiares e aos de minha mulher, em especial Almerita e Armando, muito obrigado é pouco para retribuir tanto calor humano.

A Dênis de Moraes, responsável maior pelo deslanchar desta tese, agradeço pela colaboração imprescindível na montagem do projeto original, pelo incentivo permanente e por nossa amizade friburguense.

A meu Partido, que me deu “a liberdade que não tem o solitário” e me mostrou “como a dor de um ser morreu na vitória de todos” (Neruda).

Enfim, dedico este trabalho às preciosidades que regem a minha vida: Margot, companheira inseparável, Pedro Paulo e Anna Luiza, filhos amorosos, sem os quais nada disso teria muito sentido.

*A Margot, Pedro Paulo e Anna Luiza,
com os quais partilho o "feijão e o sonho" de
todos os dias.*

*Ao PCB, partido símbolo da luta dos
trabalhadores em prol da democracia e do
socialismo no Brasil, celeiro de homens e
mulheres que, como poucos, buscam unir, na
sua militância, a "política-história" e a paixão.*

“O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o ‘saber’; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação.” (Antonio Gramsci)

RESUMO

Esta tese visa desenvolver um exame crítico da atuação política, entre os anos de 1958 e 1964, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), na época, o principal partido da esquerda brasileira. O objetivo é buscar elementos para uma melhor compreensão das razões que levaram à derrota das esquerdas e dos movimentos sociais em 1964. O trabalho foi centrado na análise da interpretação que dirigentes e intelectuais ligados ao PCB construíram acerca da realidade brasileira no período histórico compreendido entre a adoção da linha política inaugurada com a Declaração de Março de 1958 e o golpe militar de 1964. Buscou-se compreender de que maneira os membros do PCB, profundamente envolvidos na tradição forjada pelas teses da Internacional Comunista, que advogava a necessidade de uma etapa democrático-burguesa no caminho da revolução socialista, enxergaram as transformações econômicas e sociais operadas, naquele instante, na sociedade brasileira. À “imagem de Brasil” elaborada no interior do PCB, marcada pela dualidade do progresso industrial e do atraso estrutural do país, o que exigiria a remoção dos “entraves” ao pleno desenvolvimento das forças produtivas e do capitalismo nacional (entraves estes identificados com os “resquícios feudais” no campo – o monopólio da terra exercido pelo latifúndio – e o imperialismo, visto como uma verdadeira “bomba de sucção” dos recursos nacionais), buscou-se, pois, associar a geração de uma tática política que, de fato, demonstrou ser incapaz de hegemonizar os setores populares na resistência e na luta contra as frações mais dinâmicas da burguesia brasileira, as quais pretendiam, ao contrário de participar de um projeto nacionalista, consolidar o desenvolvimento das relações de produção no sentido da plena afirmação do capitalismo monopolista no país. Em meio às crises do pré-64, os dirigentes comunistas, ao mesmo tempo em que radicalizavam o discurso e as ações esperando que a agudização da crise social contribuísse para o desencadear do choque frontal com os grupos reacionários, mantiveram-se confiantes na linha que apostava na aliança dos trabalhadores com a “burguesia nacional progressista”, ponto central da estratégia nacional-libertadora confirmada nos debates travados no interior do partido e através dos textos publicados nos veículos que compunham a imprensa do PCB.

ABSTRACT

This thesis aims at developing a critical review on the political performance, between the years of 1958 and 1964, of the Brazilian Communist Party (PCB), then the leading Brazilian Left Party. The goal is to bring back elements for a better understanding of the reasons which led the left parties and the social movements to be defeated in 1964. This work is centered on the analysis of the interpretation made by leaders and intellectuals connected to PCB, about the Brazilian reality during the historic period that goes from the adoption of the political way of thinking initiated with the "Declaração de Março de 1958" (March 1958 Statement) and the 1964 military coup. I tried to realize how the PCB members, deeply involved in the tradition forged by the International Communist thesis, which advocated the need for a democratic-bourgeoisie stage in the way towards the socialist revolution, had seen the economic and social transformation that took place in the Brazilian Society at that moment. "Brazil's image" was elaborated, in the core of PCB, and marked by the duality of the industrial progress and the structural delay of the country, which would demand the removal of the restraints to the full development of the productive forces and of the national capitalism (such restraints were identified with the "feudal vestiges" in the field work - the land monopoly performed by the large landed state - and the imperialism, seen as a real "suction pump" of the national resorts). The creation of a political tactic was associated with that image. That political tactic truly showed itself unable to act as an hegemonic force to congregate popular sectors in the endurance and struggle against the more dynamic fractions of the Brazilian bourgeoisie that intended, opposing to participate in a nationalistic project, to consolidate the development of the production relationships in the direction of the full assertion of the monopolistic capitalism in the country. In the middle of the crisis of the period before 1964, the communist officers, at the same time that they made radical their discourses and their actions, expecting that the social crisis intensification would provoke a frontal shock with the reactionary groups, kept themselves confident to follow a line of action that foresighted the alliance of the workers with the national progressive bourgeoisie, a central point of the national liberating strategy, ratified by the debates which took place in the core of the Party and throughout the texts published in the press vehicles of PCB.

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	11
Gramsci e a socialização da política	17
O papel do partido na reforma intelectual e moral	22
Hegemonia e guerra de posições	25
<u>CAPÍTULO I</u>	
<u>IMPERIALISMO, CRISES E ESTRATÉGIAS REVOLUCIONÁRIAS</u>	30
As crises econômicas capitalistas	33
As estratégias socialistas	37
Gramsci e a construção do conceito de “guerra de posições”	41
Relações de força e hegemonia	47
Guerra de posições x guerra de movimento	51
A III Internacional, o imperialismo e a questão nacional	54
A III Internacional pós-Lênin: tática e estratégia da revolução por etapas	61
<u>CAPÍTULO II - A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO PCB: DOS ANOS DE FORMAÇÃO À DECLARAÇÃO DE MARÇO</u>	67
A influência das teses da III Internacional na política do PCB	72
União nacional com a burguesia industrial brasileira	76
O processo de “desestalinização”: debates e dissensões no PCB	83
A Declaração de Março de 1958: a nova estratégia política do PCB	89
A “socialização da política” no Brasil: a multiplicação dos sujeitos políticos	94
A política cultural dos comunistas no final dos anos 50 e início dos 60	100
O aparato político-cultural do PCB	104
Intelectuais e imprensa do PCB após a renovação	109

<u>CAPÍTULO III - O PCB E A REALIDADE BRASILEIRA: CAPITALISMO E QUESTÃO AGRÁRIA NA “ETAPA NACIONAL-DEMOCRÁTICA”</u>	121
A questão agrária no Brasil: feudalismo x capitalismo	122
Reforma agrária e desenvolvimento das forças produtivas	133
Imperialismo e capitais estrangeiros: “parasitas” da economia nacional	142
A contradição principal: “forças nacionalistas x grupos entreguistas”	152
Ocidente e Oriente nas representações da sociedade brasileira	163
<u>CAPÍTULO IV - O PCB E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA: A CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL-LIBERTADORA</u>	175
Os anos JK: pavimentando a estrada dos monopólios e do capital estrangeiro	176
“A Burguesia na Revolução Brasileira”	185
O V Congresso do PCB (1960): a luta interna em exposição	192
À margem da contenda principal: Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto	200
A Resolução Política do V Congresso: consolidando a estratégia nacional-libertadora	217
Os comunistas e o quadro das crises políticas (1961-1962)	225
O acirramento das contradições e a questão democrática (1963-1964)	240
<u>CONCLUSÃO</u>	236
<u>OBRAS CITADAS</u>	253
<u>OBRAS CONSULTADAS</u>	263
<u>NOTAS</u>	267
<u>ANEXO</u>	
Quadro dos autores e artigos publicados na Revista <i>Estudos Sociais</i> (1958-1964)	285

INTRODUÇÃO

Francisco de Oliveira, um dos mais importantes sociólogos brasileiros contemporâneos, teve relançada, em outubro de 2003, a clássica obra “Crítica à Razão Dualista”¹, na qual, contribuindo de forma inquestionável para a revisão do pensamento econômico brasileiro, ataca a perspectiva segundo a qual o conceito de subdesenvolvimento estaria associado a uma formação histórico-econômica singular constituída em torno da oposição formal entre um setor “atrasado” e um setor “moderno” da sociedade. Esta dualidade, no rigor da análise de Oliveira, é denunciada como aparente e substituída pela idéia de que o “subdesenvolvimento” nada mais seria que o resultado específico da expansão do capitalismo na periferia dos grandes centros, com o processo histórico real demonstrando haver não uma contradição de fato, mas uma simbiose, uma unidade de contrários na qual aquilo que muitos chamam de “moderno” se alimenta do “atraso” para se desenvolver. O debate sobre o desenvolvimento econômico brasileiro deixa, assim, de ser um problema relacionado ao conflito de interesses entre nações (países desenvolvidos x subdesenvolvidos), como era o enfoque dado por considerável parcela da intelectualidade e das esquerdas brasileiras nas décadas de 1950 e 1960, para ser colocado nos trilhos da análise da luta de classes interna e da articulação dos interesses da classe dominante com o capital internacional.

A concepção dualista da realidade brasileira foi abraçada, na prática, pelas esquerdas nos idos de 1960, daí tendo redundado um projeto político marcado pela vertente do nacionalismo e pela aposta de que o movimento de libertação nacional seria conduzido pela burguesia industrial nativa. Esta, no entanto, manteve a aliança já alinhavada com o capital internacional, fazendo parte das articulações em torno do golpe militar de 1964 e contribuindo para desbaratar o movimento de massas então em ascensão no país. Durante muito tempo foram acaloradas as discussões em torno dos motivos que levaram as esquerdas brasileiras, aparentemente tão próximas do poder naquela hora, a perder o bonde da História. Nem todas as análises a respeito foram capazes, entretanto, de relacionar mais estreitamente a estratégia de luta pelo poder assumida pelas esquerdas (ou, pelo menos, pelo seu núcleo hegemônico, na

época), derrotada pelo golpe militar, à concepção vigente da realidade brasileira e da sua inserção no processo de expansão mundial do capitalismo, versão segundo a qual havia um inimigo externo a ser combatido: o imperialismo.

Interpretações mais recentes deste período histórico, divulgadas com alarde pela mídia durante a passagem, em 2004, dos quarenta anos do golpe, tentaram promover uma revisão das visões que se tornaram clássicas na historiografia brasileira a respeito do golpe de 1964 e da implantação da ditadura militar em nosso país. Alguns historiadores passaram a caracterizar aquele movimento reacionário como uma “contra-revolução preventiva”, pois a esquerda brasileira, determinada a lutar “pelas reformas a qualquer preço, inclusive com o sacrifício da democracia”², seria tão golpista quanto os grupos de direita, por fazer a defesa da democracia “apenas no que servisse às suas conveniências”³.

Não haveria, então, diferença entre direita e esquerda naquele processo, pois a radicalização de uma ou de outra levaria ao mesmo resultado: o desrespeito à “legalidade democrática”. Essa interpretação, além de corroborar todo o discurso que os grupos de direita sempre difundiram a respeito do golpe, dando razão aos ditadores, coloca no mesmo pé de igualdade a ação das forças reacionárias e das lideranças populares, as quais foram física e politicamente massacradas pela ditadura. Por fim, parte de uma noção de democracia a-histórica, cristalizada no tempo, não como resultado do processo vivo e mutável dos embates sociais. Diante de tudo isso, é preciso recolocar a discussão no seu devido lugar: a análise da luta de classes na sociedade brasileira.

Perseguindo tal determinação, esta tese visa desenvolver um exame crítico da atuação política, nos primeiros anos da década de 1960, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), principal partido da esquerda brasileira na época referida, com o objetivo de buscar elementos para uma melhor compreensão das razões que levaram à derrota das esquerdas e dos movimentos sociais naquele ano de 1964. O trabalho será centrado no estudo da interpretação da realidade brasileira feita pelos dirigentes e militantes do PCB no período histórico compreendido entre a adoção da nova linha política inaugurada pelo partido com a Declaração de março de 1958 e o golpe militar de 1964. Buscar-se-á compreender de que maneira os membros do PCB,

profundamente envolvidos pela tradição forjada nas teses da III Internacional, em defesa da etapa da revolução democrático-burguesa como necessária para a construção do socialismo, enxergaram as transformações econômicas e sociais operadas, naquele instante, na sociedade brasileira, tentando avaliar qual o peso desta visão para a geração de uma tática política que, de fato, demonstrou ser incapaz de hegemonizar os setores populares na resistência e na luta contra as forças da burguesia interessadas em manter e aprofundar o processo de acumulação capitalista no país.

Numa visão sintética, serão avaliadas as mudanças ocorridas na sociedade brasileira nas décadas de 1950 e 1960 que contribuíram para o aprofundamento das relações capitalistas de produção no país, partindo do pressuposto de que se tratava de um processo de transição para o capitalismo monopolista. Tal processo será visto também como a expressar um momento fundamental de “ocidentalização” da sociedade brasileira, na perspectiva desenvolvida por Antonio Gramsci, ou seja, de uma “socialização da política”, a exprimir o fortalecimento da sociedade civil e a pluralização de sujeitos coletivos, num quadro de dinamização da prática política no interior dos chamados aparelhos privados de hegemonia. Este quadro era uma consequência mesma das situações de conflitos e contradições sociais criadas pelo desenvolvimento do capitalismo e do acirramento da luta de classes no Brasil. Como contextualização necessária, o quadro conjuntural brasileiro será analisado, no período intercalado pelo final do governo JK e o golpe de 1964, como a representar um momento de crise da dominação burguesa no país, em decorrência do aprofundamento das relações capitalistas monopolistas e da “ocidentalização” da sociedade.

A análise buscará registrar a radicalização da luta de classes nos primeiros anos da década de 1960, vislumbrando o golpe militar de 1964 como a solução do embate em favor das frações da classe dominante que pretendiam consolidar o desenvolvimento das relações de produção no âmbito do capitalismo monopolista, isto é, no sentido da centralização do capital e da associação do projeto burguês ao capital internacional, para o que seria necessário estabelecer uma nova forma de dominação burguesa no país, substituindo o “Estado populista” em vigor. O golpe de 1964 será, então, estudado como a representar o desenlace de uma crise

de hegemonia no interior da classe dirigente, provocada, entre outros fatores, pela ativa movimentação de amplas massas, as quais, em seu “conjunto desorganizado”⁴, podiam fazer emergir uma situação revolucionária. A crise seria, assim, resolvida em favor dos estratos mais dinâmicos da burguesia na passagem para o capitalismo monopolista no Brasil, afastando o fantasma da revolução popular e impondo, pela ditadura, o rearranjo de forças no centro do poder, conduzido para um desfecho passível de demonstrar que a “ocidentalização” da sociedade brasileira, ou seu aprofundamento, no período histórico anterior, também reforçou a capacidade de organização dos grupos dominantes.

Pretende-se comprovar, portanto, que a burguesia, por meio de uma ação inserida num projeto de “modernização conservadora”, conforme Barrington Moore Jr., ou “revolução passiva”, para usar a terminologia gramsciana, garantiria a consolidação e expansão do capitalismo monopolista no Brasil, para o que seria decisiva a conquista definitiva do Estado, afastando os grupos que ainda mantinham alguma ligação com as classes trabalhadoras. Pois, como afirma Edmundo Fernandes Dias:

É pela ocidentalidade que se perpetua a orientalidade. A orientalidade é, contudo, a parteira da ocidentalidade, da modernidade. Modernidade que se revela na sua plenitude: a atualização do projeto capitalista (...) ‘Modernidade’ (ocidentalidade) e “atraso” (orientalidade) são, pois, absolutamente inseparáveis e necessários um ao outro por mais paradoxal e contraditório que pareça.⁵

O quadro teórico, necessário para a análise tanto do contexto histórico das mudanças econômicas e sociais quanto da atuação política dos comunistas do PCB no período estudado, tem, conforme já foi possível perceber, em Antonio Gramsci seu principal ponto de apoio. Será enfocada com primazia a teoria gramsciana de “guerra de posições”, estratégia revolucionária de luta pelo poder projetada para que o movimento comunista internacional se capacitasse a enfrentar os novos tempos marcados pelas condições históricas de pleno desenvolvimento das forças capitalistas, na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. Nestas condições, consolidadas em nível mundial na virada do século XIX para o século XX, a dominação burguesa teria assumido uma nova caracterização, evidenciada no crescimento da

sociedade civil, na disseminação dos aparelhos privados de hegemonia e na ampliação do Estado.

Por isso será também de fundamental importância a análise do caráter das crises econômicas nos tempos de capitalismo monopolista, tendo em vista a compreensão, perceptível nas formulações gramscianas, de que as crises de superprodução, inerentes ao novo momento histórico e caracterizadas por sua longa duração, seriam assimiladas de diferentes maneiras pelo conjunto da sociedade, ao invés das crises explosivas e de destruição das forças produtivas, comuns no período anterior, vistas pelo movimento revolucionário de então como a “senha” para o assalto ao poder. Neste novo quadro, o aprofundamento das relações capitalistas de produção teria levado à ampliação das contradições próprias do sistema e dos conflitos entre as classes, exigindo, portanto, novas formas de dominação à burguesia e novas estratégias de luta ao proletariado.

Conforme será visto de forma mais detalhada no capítulo seguinte, o movimento comunista internacional, por diversas razões, não tomou em conta as análises propostas por Gramsci a respeito das novas condições impostas à luta de classes pelas relações sociais em tempos de capitalismo monopolista. Enquanto vigorou a III Internacional e, mesmo após a sua dissolução, os partidos comunistas seguiram, sem grandes alterações, a perspectiva segundo a qual a oportunidade para a deflagração de movimentos revolucionários estava associada à eclosão de explosivas crises econômicas.

A partir do processo de “stalinização” do conjunto do movimento comunista, consolidado ao final da década de 1920, a esta visão foi agregada a noção de “revolução por etapas”, o que representou, na verdade, uma tentativa de substituir o materialismo histórico e sua forma de avaliar a realidade com base nos processos históricos, por excelência, por aquilo que Ellen Wood chamou de “determinismo tecnológico”, concepção segundo a qual a história traduz-se em uma “sucessão mecânica, preordenada e unilinear de modos de produção”⁶, na qual a mudança ocorreria em função de uma lei geral, universal e trans-histórica: o “progresso”, transubstanciado no pleno desenvolvimento das forças produtivas.

Dentro deste viés, a luta de classes serviria apenas como elemento facilitador da

mudança na transição de uma forma social para outra, momento em que a estrutura econômica anterior atingiria o ponto de crise, por conta da discrepância existente com o nível de desenvolvimento das forças produtivas⁷. Seguindo o mesmo raciocínio, uma das crenças difundidas pelo “marxismo tecnológico-determinista” (para usar a terminologia adotada por Ellen Wood) foi a convicção de que o automático desenvolvimento das forças produtivas seria capaz de gerar mecanicamente uma classe operária pronta para lutar contra a exploração capitalista.

O próprio socialismo representaria a culminância dentro de um modelo universal de evolução histórica, pelo qual haveria um crescimento sistemático e permanente das forças produtivas, sem o qual o projeto socialista ficaria seriamente comprometido, já que dependeria, inevitavelmente, de que a também inexorável consolidação do sistema capitalista preparasse o terreno para a sua ascensão⁸. Daí que as estratégias revolucionárias no período stalinista (com continuidade após a morte de Stálin até a década de 1960, pelo menos) previssem sempre o pleno desenvolvimento das forças de produção capitalistas e a etapa democrático-burguesa como condições preliminares necessárias para a transição ao socialismo.

A articulação dos conceitos gramscianos ao contexto das transformações econômicas e sociais, portanto, visa destacar que a centralidade da política, presente na obra de Gramsci, principalmente nos *Cadernos do Cárcere*, fez parte de um projeto (ignorado pelo movimento comunista internacional enquanto perdurou, como hegemônica, a concepção dogmática staliniana) para a elaboração de uma nova estratégia operária de luta pelo poder, imposta, na verdade, pela situação histórica concreta decorrente das mudanças operadas no capitalismo, em sua época. Tal projeto, a “guerra de posições”, conforme poderá ser observado no capítulo seguinte, não teria resultado de uma opção teórica que pretendesse a revisão do marxismo no sentido da autonomia do campo político em relação às determinações econômicas, como parece ser o entendimento de alguns setores intelectuais dedicados ao estudo das categorias gramscianas.

Um brevíssimo estudo preliminar do pensamento político e de alguns dos principais conceitos formulados por Gramsci faz-se necessário para o posterior desenvolvimento das

questões enunciadas acima.

Gramsci e a socialização da política

Ao produzir uma obra teórica marcada pela idéia da centralidade da política na ação humana transformadora, o pensador marxista italiano Antonio Gramsci realizou uma profunda renovação do materialismo histórico, elevando a um nível superior, mas sem abandonar os seus princípios fundamentais, as proposições anteriores de Marx e Lênin sobre as relações sociais e políticas no capitalismo. Sua contribuição teórica destaca-se por sua concepção dialética da história, ao privilegiar o estudo dos conflitos no processo histórico, evidenciando o papel ativo do sujeito na construção das relações humanas e na promoção das mudanças sociais.

Compreendendo a divisão da sociedade em dominantes e dominados como resultado de um processo histórico de lutas, não natural, portanto, rechaça toda tentativa de explicar a dominação como um fenômeno perene e previamente dado, fundado na pretensa existência de uma “vontade de poder” ou de “prestígio” inerente aos homens e às nações, uma explicação tautológica e a-histórica a querer constatar, de forma acrítica, a idéia de o poder ser algo enraizado na “natureza humana”, conforme defendiam os pensadores tradicionais da política, os chamados “teóricos das elites”. Para um estudo aprofundado das relações de poder, o filósofo italiano entendia ser necessária uma crítica inscrita na análise da totalidade histórica. Resgatando-se o princípio marxiano de totalidade, a perceber a realidade como a síntese de múltiplas determinações, a esfera política não pode ser pesquisada isoladamente do conjunto das relações sociais.

Gramsci priorizou a análise das superestruturas na sociedade capitalista moderna por entender que a grande novidade surgida com o século XX foi a proliferação dos movimentos de massa, através do fortalecimento e crescimento dos sindicatos, associações corporativas, partidos políticos, etc. Tais “fatos novos” constituiriam um processo de “socialização da política”⁹, fator que se, por um lado, teria garantido uma maior estabilidade do Estado burguês, por outro, também permitiria a organização da resistência a ele. A partir daí, desenvolveu a

teoria ampliada do Estado¹⁰, ao estabelecer a diferenciação entre sociedades organizadas nos moldes “orientais” ou “ocidentais”.

Não se trata de conceitos geográficos ou geopolíticos, mas indicadores de diferentes tipos de formação econômico-social, em função da relação existente, em cada modelo, entre a sociedade política, entendida como o conjunto dos aparelhos estatais de coerção (os mecanismos pelos quais a classe dominante impõe sua dominação, por deter o monopólio da força, tais como o aparato burocrático executivo e as forças da repressão policial e militar) e a sociedade civil, formada pelos aparelhos privados de hegemonia (os organismos sociais através dos quais os sujeitos políticos coletivos – grupos sociais e frações de classe – fazem circular as diferentes ideologias, tais como os partidos políticos, os sindicatos, as igrejas, as escolas, os meios de comunicação de massa, etc.).

Nas sociedades “orientais”, como aquelas analisadas concretamente por Marx e Lênin em suas obras, a dominação burguesa é exercida essencialmente através da violência policial controlada pelo Estado. Já Gramsci esforçou-se, em seus estudos, para desvendar a realidade de uma sociedade “ocidental”, no sentido de uma sociedade de capitalismo avançado, onde ocorrem transformações sociais de vulto, como a formação de grandes sindicatos e partidos políticos de massa, a conquista do sufrágio universal, etc, que obrigam a classe dominante a tentar exercer seu domínio não apenas através da coerção, mas buscando o consentimento de parcelas significativas dos dominados, por meio da hegemonia, para o que os aparelhos hegemônicos privados citados anteriormente cumprem papel decisivo.

Para Gramsci, o Estado é “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém não só seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados”¹¹. A dominação política não é vista apenas como coerção verticalizada por parte dos aparelhos de poder, numa via de mão única, mas como uma relação difundida pelo conjunto da sociedade civil, pela qual os dominados não aparecem como meros agentes passivos, pois, em diversos momentos, assumem como sua a ideologia dominante ou, pelo contrário, organizam resistência e oposição a ela. Sendo assim, os aparelhos privados de hegemonia não podem ser identificados apenas como meios reprodutores do discurso

dominante, pois em seu seio dá-se, mesmo que em escala reduzida, a mesma luta ideológica que se trava no conjunto da sociedade.

O Estado é, portanto, o espaço onde se concentra, na forma mais avançada possível nas sociedades ocidentais, a luta de classes. É o lugar da administração dos conflitos entre as frações da classe dominante e dos embates entre os interesses do grupo dominante e os dos dominados, os quais, através dos seus organismos privados de hegemonia, exercem algum tipo de pressão ou influência junto ao poder e/ou resistem à dominação. Como uma consequência fundamental destas considerações, está a compreensão de que a luta pelo poder no “Ocidente” exige um árduo trabalho de convencimento e persuasão de amplas camadas populares por parte do grupo social que almeja conquistá-lo.

A política, desse modo, é encarada por Gramsci como um campo de ação permanente, dando origem a organizações permanentes, pois se estrutura a partir do terreno permanente e orgânico da vida econômica, mas deve ser capaz de superá-lo. Ou seja, a política, se nasce da articulação dos interesses e da representação de classe, fundando-se necessariamente no terreno do econômico, precisa superar o momento meramente corporativo, para atingir o instante da consciência ético-política, em que o grupo social busca assumir papel hegemônico na sociedade:

Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.¹²

A transformação radical da sociedade e a substituição de um sistema sócio-econômico por outro (o capitalismo pelo socialismo) devem ser entendidas, portanto, como processos resultantes de intensa luta política e ideológica na qual se busca produzir, por meio dos embates sociais e da ampla discussão em torno do projeto contra-hegemônico, uma nova visão

de mundo a ser abraçada pela maioria da população, um novo consenso, um novo senso comum. Trata-se de elaborar uma nova concepção de mundo através de uma análise crítica e consciente da realidade presente e da intervenção ativa na história, para que se enfrente a concepção de mundo dominante, tornada hegemônica pela ação política dos grupos sociais dominantes.

O senso comum, na maior parte das vezes, se traduziria numa visão de mundo expressa de forma fragmentada, desagregada, incoerente pelos agentes sociais, os quais repetiriam, sem questionamento, o que é afirmado pelas classes dominantes como verdade, uma verdade construída a partir de um ponto de vista particular e tornada universal no processo de convencimento ideológico mencionado acima. Por isso Gramsci refere-se a este processo de elaboração de uma consciência crítica como a um “conhece-te a ti mesmo”¹³, pois trata-se de romper com a visão a que nós, “homens-massa”, fomos acostumados a entender como verdadeira, pelo fato de pertencermos a um determinado coletivo, de compartilharmos um determinado modo de pensar e agir, de sermos conformistas de um certo conformismo. Esta ultrapassagem exige, portanto, como primeiro passo, a crítica da própria concepção de mundo, a consciência da própria historicidade.

Por outro lado, o senso comum conteria um importante elemento de conhecimento prático das coisas que não deve ser negligenciado. Thompson reforça essa idéia ao destacar que, se pode representar a conformidade com a ordem estabelecida, atitude adotada em resposta à necessidade de sobrevivência diante da realidade imposta pelo quadro social adverso, o senso comum também deriva das experiências compartilhadas pelos trabalhadores nas relações em grupo e no trabalho, direcionando a prática transformadora no cotidiano¹⁴. Desta forma, os sujeitos sociais, no enfrentamento às necessidades da sua existência, “elaboram seus próprios valores, e criam uma cultura própria, intrínseca a seu próprio modo de vida”¹⁵, a qual, em diversos momentos, pode se apresentar como antagônica ao sistema dominante.

Para a construção da concepção de mundo crítica, coerente e unitária, assume papel decisivo a ação dos intelectuais de novo tipo. Gramsci destaca o papel dos intelectuais

orgânicos da classe ou do grupo hegemônico, encarregados de organizar a ação política e de garantir a coesão em torno do discurso ideológico e da visão de mundo orientadora da prática política, no processo de cimentação do compromisso que garanta a unidade do grupo social para além do estreito interesse corporativo imediato, sem ferir a relação econômica fundamental.

Ao contrário do intelectual tradicional, um profissional da eloquência e do discurso, a exercer o monopólio do saber na sociedade marcada ainda por traços da vida rural, típica das formações anteriores ao desenvolvimento pleno do capitalismo, o novo intelectual, o intelectual orgânico, deve portar-se como um organizador da vontade coletiva, um construtor da cultura urbano-industrial a se tornar dominante em tempos de capitalismo avançado, um “persuasor permanente”¹⁶, que necessita garantir sua inserção ativa e contínua na vida prática. Comprometido em elaborar e difundir a visão de mundo a ser universalizada, ou seja, a ser abraçada como verdade pelos sujeitos políticos coletivos, sua função é essencial no estabelecimento do consenso “espontâneo” a ser dado pelos indivíduos e grupos à orientação da facção hegemônica para a vida social, procedimento necessário para a conquista e a posterior conservação da nova hegemonia.

O intelectual orgânico é mais que um especialista de algum saber, é um organizador que reúne, acima de tudo, a capacidade de unificar o grupo social a que pertence em torno da visão de mundo que lhe é própria, visando garantir a ação coletiva coerente no sentido da transformação da realidade conforme o projeto de sociedade. Os intelectuais de novo tipo funcionam, pois, como categoria orgânica de um grupo social fundamental, de uma classe, como organizadores da hegemonia, sendo responsáveis pela unidade entre teoria e prática na produção do processo histórico real. No processo de autoconsciência crítica, os sujeitos políticos criam seus intelectuais orgânicos, seus organizadores, seus dirigentes, para que elaborem e reelaborem continuamente os princípios teóricos necessários à cimentação de sua unidade enquanto grupo, cujos integrantes se identifiquem não só por sua posição econômica no jogo das relações sociais, mas também e, centralmente, por seu posicionamento político, na busca pela transformação da realidade social.

Segundo Gramsci, “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”¹⁷, é uma relação social ativa de modificação do ambiente cultural existente. Na luta hegemônica, a difusão da nova concepção de mundo, a criação do novo terreno ideológico exige uma ampla reforma intelectual e moral. É preciso que a idéia penetre no povo, torne-se costume, persuasão e fé coletiva. A nova concepção de mundo, para que se transforme em realidade prática, terá que ser vivida pelas massas com a intensidade das crenças populares, como uma fé. E isto somente será possível se, no trabalho incessante para convencer camadas populares cada vez mais vastas, os intelectuais orgânicos surgidos do seio dessa massa permaneçam em contato com ela, de modo a garantir a contínua elaboração e reelaboração da doutrina coletiva na forma mais aderente e adequada ao grupo. Os sentimentos populares, para Gramsci, não podem ser desprezados. Precisam ser conhecidos e estudados tal como se apresentam, fornecendo, desta feita, o elemento de paixão igualmente necessário à ação política.

O papel do partido na reforma intelectual e moral

Em meio à multiplicidade de sujeitos políticos surgidos com o processo de socialização da política, assume papel distinto na construção da hegemonia ou da contra-hegemonia (ou seja, no sentido de conservar ou de, no caminho oposto, transformar a realidade) o partido político, cuja função central é forjar dirigentes políticos, isto é, intelectuais coletivos fundamentais para o processo de conscientização necessário à luta política por excelência, a luta pelo poder. No sentido da transformação radical da realidade, para Gramsci, o partido revolucionário deve apresentar-se como o organismo responsável pela organização da ampla reforma intelectual e moral pretendida, pois se configura como a primeira célula na qual se aglomeram germes da vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais, no sentido da transformação social a ser conquistada. Neste processo, a vontade coletiva, dirigida pelo partido, atua como a consciência prática da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo. O partido político revolucionário moderno (o partido

representativo dos interesses da classe operária) deve atuar como um “moderno Príncipe”, numa referência ao “Príncipe” de Maquiavel, com a diferença substancial de que, nas sociedades modernas, caberia a uma organização social coletiva e não a um único indivíduo a tarefa de galvanizar a vontade transformadora de amplos setores sociais.

O papel básico do partido operário é contribuir para a elevação da consciência de classe, superando os marcos dos interesses puramente imediatos, economicistas, corporativos, para o nível da visão global da realidade, forjando, desta feita, uma “vontade coletiva nacional-popular”¹⁸, capaz de hegemonizar um projeto político nacional de construção da sociedade socialista. O partido, portanto, é a organização capaz de promover a passagem do momento “egoístico-passional”, economicista e corporativo dos grupos sociais para o momento ético-político, universalizante, hegemônico, no que Gramsci chama de momento “catártico”¹⁹, quando a ideologia, como “criação da fantasia concreta”, atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar a sua vontade coletiva.

O trabalho do partido revolucionário somente será efetivo se, na elaboração de um pensamento superior ao senso comum, não se abandonar o contato com as massas, com os “simplórios”, segundo a terminologia de Gramsci, pois é deste contato que os militantes partidários podem extrair a fonte dos problemas a serem estudados e resolvidos, impedindo que o partido descole-se da vida prática e caia em um intelectualismo estéril e de gabinete. Trata-se de inovar e tornar crítica uma atividade já existente, produzindo-se uma nova concepção de mundo que, por estar ligada à vida do povo, tem maiores possibilidades de difusão, tornando-se um senso comum renovado por uma filosofia que visa não a manutenção dos subalternos em uma condição submissa, mas, pelo contrário, criar condições para um progresso intelectual que seja acessível a toda a massa e não apenas a pequenos grupos. São palavras de Gramsci:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; e, portanto, transformá-las em bases de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade

presente é um fato 'filosófico' bem mais importante e 'original' do que a descoberta, por parte de um 'gênio' filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais.²⁰

O partido político, por conseguinte, é o lugar por excelência da atuação dos intelectuais coletivos, já que a função do partido é, na sua essência, "diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual"²¹. Na relação intelectuais-massa traduz-se a dialética teoria-prática inerente ao processo, no qual o aspecto teórico distingue-se concretamente através de um grupo de pessoas especializadas na formulação conceitual e filosófica orientadora da ação política prática. Uma massa humana não conquista sua autonomia sem organizar-se, e não existe organização sem intelectuais, sem aqueles que se ocupem em dar homogeneidade e consciência ao grupo ao qual pertencem.

Os partidos, entendidos como organismos sociais classistas, voltados para a luta política por excelência, são os experimentadores históricos das novas concepções de mundo. Forjam, na ação prática, as novas intelectualidades integrais e totalizadoras, responsáveis pela universalização da concepção do grupo, promovendo, assim, a unidade da teoria com a prática política no processo histórico real. Afinal, trata-se de construir uma teoria que se identifique com os elementos essenciais dessa prática e possa acelerar o processo histórico, tornando a prática mais homogênea, coerente e eficaz. "A identificação de teoria e prática é um ato crítico, pelo qual se demonstra que a prática é racional e necessária ou que a teoria é realista e racional"²², é o que nos diz Gramsci.

O processo de difusão das novas concepções de mundo ocorre por razões práticas e sociais, ou seja, como resultado de um embate contra as velhas concepções dominantes. A construção ideológica hegemônica prevê a superação do senso comum tradicional para a criação de outro, mais adequado à concepção do novo grupo dirigente. A postura revolucionária exige permanente embate contra as filosofias tradicionais, implícitas, de forma desorganizada e fragmentada no senso comum, mas, como já visto, a elaboração das novas idéias hegemônicas não pode prescindir de tudo aquilo que é próprio do senso comum, pois este traduz "espontaneamente a filosofia das multidões"²³. É preciso garantir o vínculo permanente da

filosofia da práxis com as aspirações populares, de forma a que as novas idéias se enraizem na consciência do povo com a mesma força das crenças tradicionais.

Gramsci destaca, assim, o papel do partido como um educador coletivo. Diz não ser possível que o dirigente político saiba sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado pelo seu objeto de saber. O intelectual coletivo apaixona-se pelo motivo maior da sua luta transformadora, identifica-se com as paixões elementares do povo, nutre-se delas para que a elaboração científica da concepção de mundo revolucionária esteja fincada em bases populares efetivas e não se reduza a mero proselitismo ou pedantismo. “Não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação”²⁴. É daí que vem a força de coesão do bloco histórico, estabelecendo-se verdadeiramente a relação de representação entre dirigentes e dirigidos, a adesão orgânica entre partido e classe social, necessária à formação da vontade coletiva nacional-popular que conduzirá a luta revolucionária e o processo de construção da nova hegemonia.

Hegemonia e guerra de posições

A luta de hegemonia, no entender de Gramsci, se tem no nível superestrutural o espaço propício para seu desenvolvimento, não rogará êxito se encarada apenas como uma batalha no campo das idéias ou a redundar numa “guerra de posições” restrita à luta política no parlamento burguês, onde é extremamente limitada a ação do operariado, e a contestação à exploração capitalista é substituída pela discussão em torno da destinação pública da parcela tributada da mais-valia produzida no processo de reprodução do capital. Como muito bem destacado pelo historiador Lincoln Secco, a hegemonia prevê a formação de um modo de produção alternativo sob controle dos trabalhadores, o que significa dizer que ela se assenta no mundo da produção, não ficando restrita à sua dimensão cultural. O retorno aos textos de Gramsci nos tempos dos conselhos em Turim permite concluir que a hegemonia nasce da fábrica e exige a “constituição de um contra-poder operário desde o nível da produção”²⁵.

A teoria política desenvolvida por Antonio Gramsci visava, portanto, viabilizar a

ocupação metódica e sistemática, pelos trabalhadores, dos espaços estratégicos existentes, num processo de ampliação da esfera da sociedade civil perante a sociedade política organizada em torno do Estado, que permitisse a conquista do poder político pelo proletariado. Segundo ele, nas sociedades ocidentais, a proposta de luta pela transformação radical do sistema capitalista e pela conquista do poder de Estado por parte dos trabalhadores não se daria mais unicamente pela via insurrecional no sentido estrito, ou seja, da tomada do poder como uma brusca e explosiva guerra de movimento (o assalto ao poder no campo exclusivo da sociedade política), pois a sociedade civil havia se transformado em uma estrutura complexa e mais resistente às crises, e as superestruturas passaram a funcionar como o sistema de trincheiras utilizado nas guerras modernas.

Passaria a ser, então, necessária uma prolongada guerra de posições, pela qual o partido revolucionário buscase exercer a hegemonia entre os setores sociais para quem a mudança estrutural da sociedade é necessária, dentre os quais os trabalhadores e, em especial, a classe operária, seriam os maiores interessados. É preciso enfatizar a relação existente entre tais propostas de luta pelo poder e a realidade econômica e social dos tempos de Gramsci, ou seja, tempos de consolidação do capitalismo monopolista. Na concepção de Lincoln Secco:

... o mérito irrefutável de Gramsci foi realocar o termo 'hegemonia' (introduzido nos círculos socialistas pelos russos) para o contexto da especificidade do poder capitalista no Ocidente, onde as crises econômicas não abalavam tanto o Estado e a classe operária não só era dominada (passiva), mas concedia 'voluntariamente' o consentimento para a dominação burguesa, participando e legitimando suas instituições.²⁶

Segundo Secco, na passagem para o capitalismo monopolista, as crises econômicas deixaram de ser crises de abastecimento, marcadas por más colheitas, pela ruína de fabricantes e comerciantes e pela fome generalizada, as quais eram vistas pelos revolucionários da época como oportunidades para o assalto ao poder de Estado. Na fase monopolista, as crises tornaram-se crises de superprodução, isto é, de abundância e não mais de carência de produtos, promovendo alterações profundas na vida social e na forma de dominação burguesa, obrigando os revolucionários a buscarem também novas estratégias de luta política pelo poder e pela

transformação radical da sociedade. As principais mudanças sociais e políticas processavam-se como resultado da complexificação da sociedade civil, decorrente do aprofundamento das relações capitalistas.

Em texto recente, Carlos Nelson Coutinho, um dos principais tradutores e estudiosos do pensamento gramsciano no Brasil, contribui para a clarificação do posicionamento de Gramsci em relação ao tema, ao destacar que a base material da sociedade civil, na perspectiva gramsciana, são os processos historicamente consolidados de participação política ampliada no capitalismo avançado, traduzidos na forma do aparecimento de um grande número de sujeitos políticos coletivos (os aparelhos privados de hegemonia). Tais processos somente teriam sido possíveis de ser criados a partir da própria socialização da produção, que reduziu a jornada de trabalho e reuniu grandes aglomerados humanos.

Coutinho analisa que, se em Marx a socialização do trabalho e da produção econômica, alcançada de forma inigualável no capitalismo, indicam o tendencial avanço da capacidade humana de intervir no meio natural, ampliando o âmbito da liberdade frente às determinações da natureza, em Gramsci a socialização da política surge como resultado das novas possibilidades históricas engendradas no seio das sociedades capitalistas ocidentais, promovendo um “recuo” das determinações de ordem econômica. Ou seja, dá-se a “ampliação da autonomia e da influência da política (do conjunto das superestruturas) sobre a totalidade da vida social”²⁷. O que se pretende realçar aqui é o fato de que o desenvolvimento da sociedade civil e sua maior capacidade de influir nos processos políticos e sociais, com a conseqüente redução do papel da sociedade política e do Estado, integram-se a processos históricos decorrentes do próprio desenvolvimento das relações capitalistas de produção, que, ao forjarem novos grupamentos coletivos e reduzirem o tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias, permitiu também a maior participação política de novos sujeitos coletivos.

Em suma, a estratégia defendida por Gramsci tem relação direta com as determinações econômicas e não pode, nesta perspectiva, ser entendida como resultado de um esforço intelectual restrito ao campo da atuação política, como se este pudesse existir de forma

completamente autônoma e desvinculada das relações sociais, ao contrário do que tendem a apresentar muitas das interpretações acerca dos textos gramscianos, concentradas na leitura das idéias políticas e culturais do filósofo. É importante, pois, apontar os elementos de transformação operados na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista em fins do século XIX e no início do século XX no mundo capitalista, para a melhor compreensão de como os conceitos formulados por Gramsci, especialmente o de “guerra de posições”, foram construídos historicamente, em contraponto à perspectiva dominante no movimento comunista internacional, a da “guerra de movimento”.

Tal articulação será desenvolvida no Capítulo I (“Imperialismo, crises e estratégias revolucionárias”), no qual também será analisada a gênese da noção de revolução por etapas e da estratégia que, na definição das resoluções do VI Congresso da III Internacional, em 1928 (período marcado pela “stalinização” da entidade, após a morte de Lênin), apontava para a aliança dos operários e camponeses com a “burguesia nacional” nos países “coloniais, semicoloniais e dependentes do imperialismo” para o cumprimento da etapa democrático-burguesa da revolução, que abriria o caminho para a etapa socialista.

No Capítulo II (“A trajetória política do PCB: dos anos de formação à Declaração de Março”), será estudada a trajetória do PCB desde a sua fundação até o início da década de 1960, buscando avaliar de que forma os comunistas brasileiros tentaram adaptar as teses dominantes no movimento comunista internacional à sua realidade e às mudanças percebidas como decorrência do avanço das relações capitalistas no Brasil e da conjugação de forças inerente ao processo da luta de classes e como o peso da tradição do pensamento difundido pela III Internacional influenciou na formulação da revolução democrático-burguesa no Brasil, na luta contra o imperialismo e os “resquícios feudais”, para o pleno desenvolvimento do capitalismo e a posterior transição ao socialismo. Será ainda contextualizada a atuação do PCB no interior dos movimentos sociais e culturais do período focado com destaque pela pesquisa (1958-1964), em meio ao processo de socialização da política, responsável pela dinamização dos sujeitos políticos coletivos, a ampliação dos aparelhos privados de hegemonia e o fortalecimento da sociedade civil.

O presente trabalho se completará com o estudo das interpretações dos dirigentes e formuladores teóricos do Partido Comunista Brasileiro sobre a realidade brasileira nos idos de 1950/60 e de como tais interpretações se articularam às proposições voltadas à estratégia de luta revolucionária no país. O Capítulo III (“O PCB e a realidade brasileira: capitalismo e questão agrária na etapa nacional-democrática”) será dedicado a apresentar os estudos decorrentes da pesquisa realizada sobre os textos elaborados pelos dirigentes/formuladores do PCB no período anunciado (1958-1964), encontrados na imprensa partidária, com destaque para os posicionamentos em torno da questão agrária e da formação histórica do Brasil, conforme exposto nas páginas das revistas *Estudos Sociais* e *Brasiliense*, nas quais será possível esquadrihar o contraponto existente entre a posição oficial do PCB, identificada em artigos de Carlos Marighella, Jacob Gorender, Mário Alves e outros, com a visão dissidente de um Caio Prado Jr., por exemplo. No mesmo capítulo, serão também analisadas as posições dos comunistas quanto ao grau de desenvolvimento das relações capitalistas no país, ressaltando-se as discussões em torno do imperialismo e seu papel no atraso ou na modernização das forças produtivas, ponto igualmente fundamental para a definição da estratégia revolucionária adotada.

O Capítulo IV (“O PCB e a Revolução Brasileira: a consolidação da estratégia nacional-libertadora”) pretende abordar o processo de mudanças operado na sociedade brasileira nas décadas de 1950 e 1960, a ser avaliado como o momento da passagem para o capitalismo monopolista no Brasil, momento em que a sociedade adquiria, cada vez mais, características “ocidentais”, na perspectiva gramsciana, razão pela qual a perpetração do golpe de 1964 esteve associada à crise da dominação burguesa no país, decorrente do próprio processo de aprofundamento das relações capitalistas e do acirramento da luta de classes. Será ainda avaliada a forma pela qual os comunistas do PCB enxergaram o momento político decorrente de tais transformações sociais, debatendo as propostas políticas com vistas à luta pelo poder no Brasil, consolidando, assim, o projeto nacional-libertador, por meio do debate travado em torno das teses para o V Congresso de 1960, conforme artigos publicados no semanário *Novos Rumos*, objeto central da pesquisa desenvolvida no capítulo em questão.

CAPÍTULO I:

IMPERIALISMO, CRISES E ESTRATÉGIAS REVOLUCIONÁRIAS

Hobsbawm nos indica que uma característica central da economia mundial na “Era dos Impérios”, situada por ele entre 1875 e 1914, foi o alargamento de sua base geográfica, tendo as relações capitalistas se expandido para novas áreas do globo, na Europa, América do Norte e Japão, deixando para trás o tempo do domínio absoluto da Inglaterra como uma potência capitalista e inaugurando a época do imperialismo, marcada basicamente pela “rivalidade entre Estados”²⁸. Neste período, firmaram-se no cenário internacional do capitalismo, como novas grandes potências a ameaçar e a efetivamente provocar danos ao poderio imperialista inglês, os Estados Unidos, após a Guerra de Secessão, a Alemanha, findas as lutas pela unificação, e o Japão, após a chamada Revolução Meiji, processos históricos estes responsáveis pela conquista da hegemonia dos grupos econômicos capitalistas em seus respectivos Estados, levando tais países a adotarem internamente uma política econômica homogênea em todo o território nacional, que garantia a expansão das relações capitalistas já na fase monopolista da produção.

A grande transformação ocorreu na forma de organização da empresa capitalista, em consequência do processo de concentração de capital, provocando o retraimento do mercado de livre concorrência e dando origem a diferentes tipos de concentração e integração de empresas, tais como os consórcios, cartéis, trustes e holdings. Este processo de concentração fora resultado do “funcionamento mesmo do sistema capitalista”²⁹, pois a concorrência desenfreada entre as empresas, associada às crises sucessivas e à pressão por melhores salários e condições de trabalho exercida pelo crescente movimento operário, levava à absorção ou eliminação das indústrias pelas suas concorrentes mais fortes ou hábeis, acarretando no processo de monopolização e oligopolização do capital. A concentração do capital era sinônimo de uma acumulação capitalista operada com um número cada vez menor de detentores de capital, resultando, ao mesmo tempo, na diminuição do número de empresas e no aumento do tamanho médio das suas plantas.

Tal processo de concentração de capitais ocorreu tanto nas empresas industriais quanto nos bancos, provocando a substituição da grande quantidade de pequenas casas bancárias por um pequeno número de grandes bancos, forçando, ainda, que o capital industrial buscasse a associação com o capital bancário, pela necessidade de créditos e visando a formação das sociedades anônimas por ações. Forjou-se, assim, o capital financeiro, que passava a influir diretamente na vida das empresas, comprando e vendendo ações, promovendo fusões e associações entre os grupos empresariais e influenciando, junto aos Estados, nas diretrizes das políticas econômicas adotadas.

Outra característica fundamental deste processo histórico foi a maior participação dos Estados, hegemonizados por grupos empresariais, grandes proprietários de terras e banqueiros, na vida econômica das nações capitalistas desenvolvidas, abandonando-se, gradativamente, a tradicional política de *laissez-faire* predominante na fase concorrencial do capitalismo, logo após a Revolução Industrial inglesa. Em sua nova fase de desenvolvimento, o capitalismo exigia que os Estados adotassem medidas para facilitar sua expansão, através de políticas protecionistas e de investimento na indústria pesada e bélica, com vistas a favorecer a exportação de produtos e capitais, além de garantir a presença dos grandes conglomerados em várias áreas do globo, em meio à acirrada disputa imperialista que se estabeleceu entre as potências industriais.

István Mészáros declara, a este respeito, ser esta uma das mais importantes contradições do sistema capitalista no momento em que se afirmava a tendência globalizante do capital transnacional, ao mesmo tempo em que mantinha-se a atuação dos Estados nacionais no comando da ordem estabelecida, o que se traduzia no colorário “pense globalmente, aja localmente”:

... o Estado nacional continuou sendo o árbitro último da tomada de decisão socioeconômica e política abrangente, bem como o garantidor real dos riscos assumidos por todos os empreendimentos econômicos transnacionais.³⁰

Mais uma característica, a ser enfatizada por sua importância para as mudanças operadas na velocidade e no ordenamento da produção, foi a revolução tecnológica, que ficou

conhecida como Segunda Revolução Industrial, responsável por permitir, com a utilização de novas técnicas e novas fontes de energia, o desenvolvimento da indústria pesada e de bens de consumo duráveis. Tais mudanças vieram acompanhadas de uma tentativa sistemática de se racionalizar a produção e, conseqüentemente, aumentar a produtividade, para o que as empresas passavam a adotar métodos científicos na organização do trabalho dentro da fábrica, como o *taylorismo* e o *fordismo*.

Estes métodos visavam, acima de tudo, o maior controle dos patrões sobre a mão de obra operária, tendo se constituído em novas formas de dominação burguesa sobre o operariado dentro da fábrica, ao interferir diretamente no tempo de trabalho e na forma de organização da produção. Buscava-se, assim, quebrar a resistência dos trabalhadores à exploração do capital, minando a solidariedade entre eles, através da imposição de um ritmo feérico de trabalho e da competitividade como norma entre os próprios operários. Lincoln Secco nos diz que as mudanças introduzidas por Taylor e Ford, simbolizadas, respectivamente, no cronômetro e na esteira rolante, não foram meras inovações tecnológicas, mas verdadeiras revoluções de ordem administrativa e gerencial, pois colocou “a ciência da administração a serviço não do aumento da produção e da produtividade ..., mas sim do poder dos capitalistas (o despotismo de fábrica)”³¹.

Todo este conjunto de novas situações, em que se destacam a forte concentração de capitais, a crescente capacidade produtiva das empresas, devido às inovações tecnológicas, o acirramento da lutas de classes, com o fortalecimento do movimento operário na segunda metade de século XIX, provocaram a necessidade imperiosa de conquista de territórios que representassem novos mercados consumidores dos produtos industrializados, ao mesmo tempo em que se caracterizavam como fornecedores de matérias-primas e mão de obra barata ou semi-escrava. O processo das disputas imperialistas veio acompanhado de outro, igualmente drástico, para as populações: o das sucessivas crises de superprodução, que passavam, a contar da década de 1870, a fazer parte da realidade econômica dos países capitalistas desenvolvidos, cujas conseqüências, ainda que não percebidas de modo imediato e profundo pelas lideranças do movimento operário, atuavam no sentido de contribuir, sensivelmente, para

promover alterações no nível superestrutural das sociedades burguesas, conforme veremos mais adiante.

As crises econômicas capitalistas

O ano de 1873 inaugurou uma crise econômica batizada, pelos analistas, de “Grande Depressão”, a qual se estenderia até 1895, abrindo, desta forma, a “segunda idade do capitalismo: a idade do imperialismo”³². Nas várias crises que, somadas, perfizeram a “Grande Depressão”, com os craques das bolsas de Viena (1873) e Lyon (1882), o “pânico das estradas de ferro” nos Estados Unidos (1884), bancarrota da companhia encarregada da construção do canal do Panamá, na França (1889), crise do Banco Baring e depressão do setor têxtil na Inglaterra (1890), nova crise das estradas de ferro e falência de bancos nos Estados Unidos (1893), etc., observava-se, no decorrer daqueles vinte anos, uma tendência à baixa dos preços a acompanhar a redução das produções e o crescimento do desemprego, acompanhado, por sua vez, por uma tendência à baixa dos salários reais nos setores atingidos pela crise, acirrando a luta de classes em alguns destes países. Percebe-se a crise como muito mais prolongada³³, ao contrário do que se podia sentir nas crises anteriores à fase do capitalismo monopolista, as quais teriam se caracterizado por serem explosivas e menos duradouras, causadas, principalmente, por más colheitas e ausência de produtos no mercado, provocando fome, miséria e revoltas sociais de vulto, a canalizar o descontentamento imediato das massas.

De fato, somente com a passagem para o capitalismo monopolista, a Europa continental passaria a sentir a plena expansão das relações capitalistas no campo, transformando a antiga estrutura baseada no atendimento às necessidades de consumo dos produtores em uma economia voltada, essencialmente, à produção de mercadorias. Neste momento, o caráter das crises também se transforma. Hilferding, cujos estudos ajudaram Lênin a desenvolver suas análises sobre o imperialismo e, com certeza, muito influenciaram Gramsci na construção de seus conceitos acerca do capitalismo contemporâneo, dizia que, na produção mercantil pré-capitalista, as perturbações na economia eram decorrentes de catástrofes

naturais ou históricas, como “queda da colheita, secas, epidemias, guerras”³⁴. Isto porque tal produção era dirigida a atender às necessidades próprias dos produtores, ligando produção e consumo como meio e fim, ao passo que somente o capitalismo plenamente consolidado passa a generalizar a produção de mercadorias, fazendo com que todos os produtos tomem a forma de mercadorias e tornando o produtor dependente do mercado, ao fazer da venda da mercadoria condição prévia para a retomada da produção.

A dependência do produtor em relação ao mercado, a anarquia na produção e a separação do produtor do consumo (o produto deixa de ser propriedade do produtor e, conseqüentemente, sua produção não tem mais como objetivo central o seu consumo³⁵) são características da produção capitalista, ou seja, da produção cujo objetivo é a realização e multiplicação do lucro. A possibilidade de crise no capitalismo nasce da produção desordenada e, segundo Hilferding, do fato pelo qual a extensão do consumo, pressuposição necessária da acumulação capitalista, entra em contradição com outra condição, a da realização do lucro, já que a ampliação do consumo de massas exigiria aumento de salários, o que provocaria redução da taxa de mais-valia. Tal contradição insanável faz com que o capital busque compensá-la através da expansão do campo externo da produção, isto é, da ampliação constante do mercado. É o próprio Marx quem diz, citado por Hilferding, que, no entanto, “quanto mais a força produtiva se desenvolve, tanto mais entra em antagonismo com a estreita base da qual dependem as relações de consumo”³⁶. Portanto, a crise periódica é inerente ao capitalismo, pois somente pode ser resultante das condições específicas criadas pelo próprio sistema.

A natureza das crises capitalistas também foi analisada por Manuel Castells, com base na teoria exposta originalmente por Marx no Livro III de *O Capital*, segundo a qual “quanto mais se desenvolve o capitalismo, mais decresce a taxa média de lucro do capital”³⁷. Esta idéia fundamenta-se no fato de que o processo de acumulação capitalista leva, necessariamente, ao aumento da composição orgânica do capital, a qual é apontada como sendo a relação existente entre o capital constante (o valor da quantidade de trabalho social utilizado na produção dos meios de produção, matérias-primas e ferramentas de trabalho, ou seja, o “trabalho morto” representado, basicamente, pelas máquinas e pelos insumos necessários à produção) e o

capital variável (valor invertido na reprodução da força de trabalho, o “trabalho vivo” dos operários). O processo de acumulação resulta na tendência à substituição do “trabalho vivo”, a única fonte de valor, por “trabalho morto”, que não incorpora às mercadorias nova quantidade de valor, mas apenas transmite às mesmas a quantidade de valor já incorporada nos meios de produção. Como a taxa de lucro depende da taxa de mais-valia, cujo valor se reduz com a redução do “trabalho vivo”, as taxas de lucro, a longo prazo, tendem a decrescer.

Tal situação é decorrente da própria concorrência inerente ao sistema capitalista, a qual obriga os capitalistas a buscar superar seus rivais através do investimento em meios de produção tecnologicamente mais avançados, para reduzir os custos da produção, além de tentar economizar ao máximo na parcela relativa ao capital variável, em função do acirramento dos conflitos provocados pela luta de classes e pelo fortalecimento do movimento operário. A queda da taxa de lucro, portanto, é resultado, em última instância, da tendência à substituição do “trabalho vivo” por “trabalho morto”, fazendo reduzir a fonte de mais-valia, o que acaba por originar uma superacumulação de capital e de mercadorias, ao mesmo tempo em que promove uma restrição na capacidade de consumo da sociedade, por causa do desemprego que desencadeia. Temos, assim, a explicação resumida das condições gerais que provocam as crises capitalistas, na ótica da teoria marxista.

Voltando a Hilferding, é importante destacar que, segundo o autor, com o desenvolvimento do capitalismo, cresce a interdependência internacional dos processos econômicos nacionais, situação que se reflete no caráter das crises, fazendo da crise capitalista um fenômeno mundial. Ao mesmo tempo, porém, enquanto as firmas menores sofrem a falência e a bancarrota em massa, o processo de concentração do capital faz aumentar a capacidade de resistência da grande empresa. Enquanto a produção artesanal e voltada para consumo próprio é praticamente aniquilada com o progresso do capitalismo, a grande empresa, cuja produção passa a atingir amplos mercados e se diversifica, pode prosseguir durante a crise, mesmo tendo sido forçada a reduzir parte da produção. Como afirma Hilferding, “com o desenvolvimento da produção capitalista, cresce absoluta e relativamente o volume daquela parte da produção que continua sendo efetuada em qualquer circunstância”³⁸.

A resistência às crises é também aumentada pela forma de organização da sociedade anônima, que, decorrente da crescente influência dos bancos junto às indústrias, é responsável pela maior facilidade na captação de capitais e no acúmulo de reservas na época de “prosperidade”, além de proporcionar um controle maior na gerência do capital. Do quadro exposto não convém inferir que as empresas resultantes de processos de concentração, fusão ou cartelização sejam capazes de debelar os efeitos da crise, mas, sim, que possam encará-los de maneira menos traumática, pois o peso maior da crise será sentido pelas indústrias não cartelizadas³⁹. Além disso, há um aspecto fundamental ressaltado pelo economista austríaco: no que tange à luta de classes, a concentração de capital faz crescer o poder do empresariado no enfrentamento à organização crescente dos trabalhadores. A grande indústria também é capaz de oferecer maior resistência às greves operárias do que, antes, permitia a estrutura das pequenas e médias empresas, isoladas entre si e competindo umas com as outras. “A formação de cartéis e trustes une, de forma mais forte e indissolúvel, os interesses dos capitalistas participantes e torna-os uma unidade contra a classe operária”⁴⁰.

Gramsci também refletiu sobre os aspectos abordados acima, percebendo que, na fase imperialista, “o poder industrial de cada fábrica separa-se da fábrica e centraliza-se num truste, num monopólio, num banco, ou na burocracia de Estado”⁴¹, sendo ultrapassada a fase liberal na qual o proprietário era, ao mesmo tempo, empreendedor, gerenciando uma propriedade individual ou familiar. A concorrência clássica da época da “mão invisível do mercado” foi substituída pela concorrência entre oligopólios, empresas múltiplas comandadas por gerências que trocaram a gestão empirista e intuitiva do capitalismo liberal pelo planejamento estratégico. Ao contrário do que parte da esquerda imaginou, a planificação gerencial das empresas não significou um passo na direção do socialismo, pois a competição não deixou de existir, apenas tendo se transferido para novos patamares, assim como o planejamento oligopolista não alterou a estrutura da sociedade, mas contribuiu para o processo de renovação e ampliação da hegemonia burguesa. Como destaca Lincoln Secco:

O capitalismo manteve seu dinamismo impondo uma nova hegemonia na fábrica, com formas mais sofisticadas de controle, planejamento e execução,

enquanto a esquerda socialista não conseguiu viabilizar uma alternativa concreta de controle operário sobre a produção.⁴²

Resta saber, então, como o movimento sindical e os partidos operários na época comportaram-se diante das mudanças operadas no mundo da produção e do trabalho em função do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

As estratégias socialistas

Nos tempos de Marx e até a III Internacional, os teóricos da esquerda enxergavam as crises como oportunidades para o assalto revolucionário ao poder pelo movimento operário, em razão das revoltas explosivas que provocavam nas massas depauperadas e famintas. Marx e Engels, ao analisarem as revoltas populares de 1848 na Europa, que envolveram a participação de diversos movimentos, basicamente, em torno de lutas libertárias nacionalistas, tendo sido desencadeadas pelas crises econômicas decorrentes das más colheitas nos anos precedentes, esperavam que, após a derrota inicial, uma nova crise viesse a encontrar o proletariado mais experiente e organizado para detonar a revolução, o que não veio a ocorrer. Outras crises aconteceram, mas a revolução, não, com exceção da revolta dos trabalhadores parisienses em meio à Guerra Franco-Prussiana de 1871, levando à tomada da Comuna de Paris, a qual acabou sendo massacrada pelas forças burguesas após alguns meses.

No entanto, diversos pensadores do socialismo continuaram a ver como próxima a derrubada do capitalismo, como consequência imediata das suas sucessivas crises. Declarações como as de Lafargue (“A revolução está próxima ... bastará o choque de duas nuvens para determinar a explosão humana”), Kropotkin (“Senhores, acreditem-me, a revolução social está próxima. Antes de dez anos, ela eclodirá”) e outros, citados por Michel Beaud⁴³, expressavam uma visão determinista da história, que acabava por reduzir ou mesmo negligenciar o papel da consciência de classe no processo de transformação social. Por outro lado, esta posição refletia uma leitura da conjuntura internacional que ainda não era capaz de incorporar as transformações operadas nas superestruturas da sociedade nos países onde se dava o pleno

desenvolvimento das relações capitalistas, em que se organizavam novos modos de dominação sobre os trabalhadores e novas relações com a classe operária, capazes de enfrentar e amortecer, ultrapassando a utilização pura e simples dos mecanismos de repressão, as reivindicações operárias.

Além disso, o próprio processo de aprofundamento da concentração do capital, com a redução da concorrência em nível nacional e da sua transferência para a esfera mundial, a acompanhar a expansão imperialista, cuidava de adaptar as relações econômicas às novas condições do capitalismo monopolista, reagrupando e realocando capitais, o que acabava proporcionando a superação e absorção das crises cíclicas, com o capitalismo demonstrando ter mais fôlego e sobrevida do que imaginavam os revolucionários de então. Nas novas condições do capitalismo monopolista, as crises passavam a ter efeitos nem sempre imediatos e amplamente visíveis, pois se desenvolvia um processo de superprodução crônica, de desperdício crônico das forças produtivas, como já apontava Kautsky em 1892, citado por Lincoln Secco, a indicar que tais crises não revelavam de forma tão evidente como antes a destruição das forças produtivas, pois eram “graduais e de longa duração”⁴⁴.

Engels, na Introdução de 1895 à obra de Marx *As Lutas de Classes na França*, também passava a reconhecer que a história havia desmentido sua expectativa e de Marx, logo após 1848, no sentido da eclosão de uma nova crise econômica mundial para que se desencadeasse a revolução, assim como “subverteu totalmente as condições nas quais o proletariado deve combater”⁴⁵. Compreendia que as relações capitalistas, em meados do século XIX, demonstraram ainda possuir grande capacidade de expansão, estando muito longe do amadurecimento necessário para a sua supressão. Segundo ele, a revolução industrial forjara uma verdadeira burguesia e um verdadeiro proletariado da grande indústria, levando a luta de classes a ampliar-se a toda a Europa, numa intensidade inédita, destarte as massas estarem divididas segundo suas nacionalidades e confusas pelas pregações das diferentes seitas políticas. Engels chegava à conclusão de que a luta de classes alcançara um novo patamar, que exigia uma outra forma de enfrentamento da parte do proletariado:

Embora esse poderoso exército do proletariado não tenha ainda podido alcançar seu objetivo, embora longe de conquistar a vitória de um só golpe decisivo, seja necessário que ele progrida lentamente de posição em posição em um combate duro, obstinado, está provado em definitivo que era impossível, em 1848, conquistar a transformação social por um simples ataque de surpresa.⁴⁶

Para ele, havia passado o tempo dos “golpes de surpresa, das revoluções executadas por pequenas minorias conscientes à frente das massas inconscientes”⁴⁷, tendo a Comuna de Paris representado o fecho deste período, uma idéia que, mais tarde, seria igualmente abraçada por Gramsci. Era necessário, portanto, desenvolver um trabalho longo e perseverante para comprometer as massas com todo o processo de transformação social, para que compreendessem o motivo pelo qual estavam dando seu sangue e sua vida. Aliava a esta certeza a compreensão de que as camadas médias, na sociedade capitalista, jamais se agrupariam de modo exclusivo ao lado do proletariado.

Para a nova estratégia de luta certamente contribuía a conquista do sufrágio universal, transfigurado de mero “meio de engodo” a instrumento de transformação, o que não significava renunciar à perspectiva da revolução, mas, pelo contrário, de conquistar todos os postos que estivessem ao alcance do movimento operário para que não mais ocorressem ataques sem preparação. É importante ressaltar este ponto, pois o próprio Engels indignou-se com os cortes feitos em seu texto pelos editores, temerosos da censura, no prefácio de 1895 para a edição alemã de *As Lutas de Classes na França*, que poderiam levar a uma visão deturpada de suas conclusões, transformando-o em um simples apologista da legalidade e dos métodos constitucionais⁴⁸.

Perry Anderson nos fala do debate travado, em 1910, entre Kautsky e Rosa Luxemburgo, no qual o primeiro argumentava que a classe operária alemã, naquela etapa da luta contra o capital, deveria adotar a “estratégia do esgotamento”⁴⁹. Tal estratégia consistiria na participação em campanhas eleitorais sucessivas na Alemanha, que permitissem ao SPD (Partido Social Democrata Alemão) ocupar a maioria das cadeiras no parlamento e, desta forma, impor conquistas favoráveis aos trabalhadores. Kautsky atacava a proposta de Rosa, denominada por ele de “estratégia de derrocada”, pois, baseada em greves militantes de

massa, seriam fadadas ao fracasso em um “estado policial absolutista que excluía qualquer possibilidade de construir partidos ou de exercer através das massas populares uma influência constitucional qualquer no governo”⁵⁰. Segundo ele, a experiência da Comuna de Paris já havia demonstrado que os dias da tática de derrocada estavam contados, e os fundamentos de uma nova estratégia revolucionária haviam sido lançados por Engels na sua introdução a *A Luta de Classes na França*.

Kautsky afirmava ainda que, na Rússia czarista, a “estratégia de derrocada” era possível de ser adotada, com o proletariado russo lançando mão de uma greve geral revolucionária em 1905, porque naquele país não havia sufrágio universal, direitos de reunião, nem liberdade de imprensa, e o governo encontrava-se isolado externa e internamente, derrotado militarmente no estrangeiro e acossado pelas revoltas camponesas em seu vasto território. Na Europa ocidental, entretanto, os operários eram mais numerosos, melhor organizados e já dispunham de liberdades civis, ao mesmo tempo em que enfrentavam um inimigo de classe mais poderoso, principalmente na Alemanha, a dispor de uma forte máquina estatal, composta de exército e burocracia disciplinados. “Daí que as greves turbulentas de massas eram inapropriadas ao Ocidente”⁵¹ e deveria se investir em uma forma de luta capaz de ampliar os direitos e liberdades já conquistados, centralmente junto ao parlamento. Rosa combateu as idéias de Kautsky identificando-as com uma proposta essencialmente reformista, o que acabaria se confirmando, mais tarde, na prática política desenvolvida pelos social-democratas alemães.

Segundo Anderson, haveria grande semelhança entre as análises de Kautsky e de Gramsci sobre Ocidente x Oriente e as formulações em torno da “estratégia de derrocada”/“guerra de movimento” e “estratégia de esgotamento”/“guerra de posições”, tratando-se, para ele, de uma coincidência surpreendente⁵². No entanto, não é possível deixar de registrar que, enquanto a proposta de Kautsky centrava-se numa estratégia parlamentar, Gramsci não empenhava muitas ilusões no parlamento, apostando, isto sim, na luta revolucionária, que se daria da sociedade civil para a sociedade política. O mais importante a realçar no texto de Perry Anderson é a contextualização histórica do princípio de “guerra de posição” gramsciano, elaborado em contraposição às orientações da Internacional Comunista

durante o chamado “terceiro período”, entre 1928 e 1934, época em que vigoraram formulações ultra-esquerdistas como a do “social-fascismo”, a identificar fascismo e social-democracia, a dos “sindicatos independentes” e a do “assalto às ruas”⁵³. A premissa destas idéias fincava-se na previsão de uma imediata e catastrófica crise no mundo capitalista, visão que acabaria sendo, em parte, corroborada pela crise de 1929. Gramsci, no entanto, negava, em seus textos no cárcere, que o povo italiano tivesse abandonado totalmente as ilusões social-democratas ou democrático-burguesas, sendo ainda premente a realização de um trabalho político-ideológico paciente e profundo capaz de preparar as massas para a tomada do poder e a construção do socialismo.

Conforme veremos a seguir, a proposta estratégica da “guerra de posições” nas sociedades burguesas de tipo “ocidental”, entendia que o pleno desenvolvimento das relações capitalistas de produção havia alterado as condições para a luta de classes, impondo novas formas de dominação, o que passava a exigir mudanças na condução das lutas revolucionárias.

Gramsci e a construção do conceito de “guerra de posições”

Após a Revolução Socialista de 1917, na Rússia, o movimento comunista internacional viu-se, mais uma vez, envolvido na crença de que a ruptura histórica com o capitalismo era iminente e de que uma nova onda revolucionária iria varrer o mundo, estabelecendo rapidamente, na Europa e no ocidente, uma nova sociedade dirigida pelos operários. O próprio Lênin, em prefácio de 1920 à sua obra *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, afirmava que “o imperialismo é o prelúdio da revolução social do proletariado”⁵⁴, concluindo a perspectiva desenvolvida em seu texto, que destacava o “parasitismo e a decomposição do capitalismo” na fase imperialista, caracterizando-o, mais exatamente, “como um capitalismo agonizante”⁵⁵. Este estaria imerso na “ruína universal” engendrada pela Primeira Grande Guerra, a qual teria desencadeado uma crise revolucionária mundial, que terminaria de forma inevitável na revolução proletária.

Antonio Gramsci, em seus trabalhos no tempo das lutas revolucionárias em Turim (1919), quando à frente da experiência de luta operária sintetizada nos “conselhos de fábrica”, acompanhava ainda, sem grandes alterações, a perspectiva apontada por Lênin, caracterizando o quadro da vida internacional marcado pelo imperialismo e pelo pós-guerra como “de um espantoso vendaval em paisagem de ruína”, que indicava o esfacelamento da sociedade capitalista, ao passo que a revolução comunista encontrava-se “em marcha batida”⁵⁶. Em sua análise, apontava que o imperialismo não era apenas resultante de um processo de brutal concentração capitalista, de concentração máxima da propriedade privada, mas de liquidação de qualquer tentativa de um capitalismo nacional, promovendo a morte do Estado nacional, que havia se transformado em uma esfera de influência, um monopólio nas mãos de estrangeiros. O imperialismo, portanto, unificara o mundo, criando uma hierarquia que, controlando de forma autoritária as nações, provocara o desencadeamento de forças “demoníacas”, incapazes de serem controladas pela classe dirigente burguesa em cada país.

Diante deste quadro de grave crise vivido pelo capitalismo, a atualidade da revolução socialista estava igualmente colocada, para Gramsci, mas já era possível perceber, em suas palavras, a preocupação em querer se diferenciar das visões que a apontavam como uma inevitabilidade do processo histórico, como uma dedução mecânica da crise imperialista. O revolucionário italiano, ao destacar a participação dos bolcheviques na Revolução de Outubro, dizia que ela somente fora possível graças a um trabalho intenso de propaganda, esclarecimento e educação das massas, responsável pela conquista do consentimento ativo e da participação ativa da população⁵⁷.

A idéia de que a revolução proletária não viria como reflexo imediato das crises capitalistas, sem que, para se alcançar tal objetivo, houvesse um amplo trabalho anterior de preparação e conscientização das massas, fortaleceu-se, em Gramsci, nos anos posteriores aos revezes sofridos pelo movimento operário, tanto dentro da Itália, com o esvaziamento e a derrota da experiência dos conselhos, em 1920, quanto fora dela, com os fracassos das tentativas revolucionárias na Hungria e Alemanha, além dos graves problemas experimentados pelos bolcheviques na Rússia durante o período conhecido como “comunismo de guerra”. Estas

situações foram acompanhadas da ascensão do fascismo, fenômeno político surpreendente, ao fincar suas bases de sustentação social nas próprias massas, através de um discurso ideológico capaz de ganhar consciências e mobilizar para a ação. Dentro em pouco, governos reacionários constituíam-se na Europa, demonstrando que a crise econômica, longe de ter levado ao esfacelamento do capitalismo, gerara um quadro político que favorecia sua continuidade e seu revigoramento.

Em texto produzido anteriormente à sua prisão, Gramsci afirmava que, nos países ocidentais, diferentemente da Rússia czarista, a classe dominante demonstrava possuir reservas políticas e organizacionais capazes de absorver os efeitos das crises econômicas, as quais, “mesmo gravíssimas, não têm repercussão imediata no campo político, onde as estruturas do Estado são mais resistentes do que se possa imaginar”⁵⁸. No Ocidente, o poder de Estado passava a se apoiar, grandemente, nas camadas médias ampliadas pelo aprofundamento das relações capitalistas de produção e nos aparelhos privados de hegemonia que se firmavam na sociedade civil, ao passo que, na Rússia, o Estado absolutista excluía de qualquer possibilidade de participação política não só as classes populares, mas também as camadas intermediárias.

Gramsci percebia que, enquanto a vitória da revolução socialista fora possível na Rússia, através de um ataque explosivo concentrado em breve lapso de tempo, devido às características do Estado czarista, um estado “restrito”⁵⁹, composto basicamente de aparelhos coercitivos e repressivos, nos países de capitalismo desenvolvido, o “assalto frontal” dificilmente obteria o mesmo sucesso diante da superestrutura ampliada e mais consistente dos Estados ocidentais. Nestas sociedades, desenvolvera-se uma realidade social marcada pela existência de uma vida parlamentar e de partidos políticos consolidados, graças à conquista do sufrágio universal, além de sindicatos, associações representativas dos interesses dos diversos grupos econômicos, sociais e religiosos e uma imprensa cada vez mais influente.

A presença de uma forte sociedade civil, portanto, substituía a realidade do Estado “oriental”, reduzido a uma “máquina burocrático-militar”, pelo desenvolvimento de aparelhos consensuais expressos nos parlamentos e em outras organizações políticas e sociais, capazes de envolver os organismos privados de hegemonia em políticas projetadas pela classe

dominante. Um grande exemplo inserido neste contexto foi o da mobilização das nações para a Primeira Guerra Mundial, que contou com o consentimento ativo de amplas parcelas das populações dos países beligerantes, onde os partidos social-democratas, fortemente enraizados nas massas operárias, apoiaram a política das burguesias nacionais, pactuadas nos Estados e nos parlamentos, em direção à guerra imperialista. Outro exemplo foi o da ascensão do fascismo, de que Gramsci foi o primeiro teórico a definir como “um movimento reacionário com base organizada de massas”⁶⁰.

O período entre 1923 e 1926 representou um momento de inflexão teórica para Gramsci, quando, então, passou a se dedicar à análise das mudanças operadas no âmbito do poder e das estratégias de luta necessárias à realidade social e política mais complexa das sociedades de capitalismo avançado. Em cartas escritas de Viena (onde residiu por alguns meses após um período de dois anos – 1922 e 1923 – vivendo em Moscou) aos companheiros do Partido Comunista Italiano e em vários artigos e informes políticos escritos até o momento de sua prisão, o pensador sardo antecipou muitos dos temas que ocupariam a centralidade das reflexões desenvolvidas nos *Cadernos*, em especial a distinção entre “Oriente” e “Ocidente”, que, em tais textos, ainda apareceria como a diferença existente entre a Rússia e a Europa Ocidental ou entre os países de capitalismo periférico e os de capitalismo avançado⁶¹. Em carta escrita em fevereiro de 1924 a Palmiro Togliatti e a outros camaradas, Gramsci afirmava:

... na Europa Central e Ocidental o desenvolvimento do capitalismo determinou não apenas a formação de amplos estratos proletários, mas também – e por isso mesmo – criou um estrato superior, a aristocracia operária, com seus anexos de burocracia e de grupos social-democratas. A determinação, que na Rússia era direta e lançava as massas às ruas para o assalto revolucionário, complica-se na Europa Central e Ocidental em função de todas estas superestruturas políticas, criadas pelo maior desenvolvimento do capitalismo; torna mais lenta e mais prudente a ação das massas e, portanto, requer do partido revolucionário toda uma estratégia e uma tática bem mais complexas e de longo alcance do que aquelas que foram necessárias aos bolcheviques no período entre março e novembro de 1917⁶².

Em consequência deste posicionamento, a discussão acerca das estratégias revolucionárias passava a ocupar lugar de destaque nas formulações gramscianas, tanto que,

em artigo publicado no jornal do PCI, *L'Unità*, em julho de 1925, surgia, em “forma bruta” que seria depois lapidada nos tempos da prisão sob o fascismo, a fórmula da “guerra de posições”. O conteúdo explicativo do conceito aparecia no texto por meio de uma referência a Lênin, o qual, segundo Gramsci, teria ensinado que, para vencer o poderoso inimigo de classe, detentor de muitos meios e reservas à sua disposição, era necessário não apenas aproveitar todas as fissuras apresentadas pelo seu bloco de forças, como também utilizar todo aliado possível, mesmo que este se apresentasse de maneira incerta, oscilante e provisória. E detalhava:

O companheiro Lênin (...) ensinou-nos que, na guerra dos exércitos, não se pode atingir o objetivo estratégico, que é a destruição do inimigo e a ocupação do seu território, sem ter antes atingido uma série de objetivos táticos, visando a desagregar o inimigo antes de enfrentá-lo em campo aberto. Todo o período pré-revolucionário se apresenta como uma atividade predominantemente tática, voltada para a aquisição pelo proletariado de novos aliados, para a desagregação do aparelho organizativo de ataque e de defesa do inimigo, para o conhecimento e o esgotamento de suas reservas.⁶³

A conjuntura da primeira metade dos anos vinte na Europa Ocidental aparecia, portanto, aos olhos de Gramsci como uma movimentada fase de transição histórica a exigir dos revolucionários inovadora capacidade de iniciativa, tendo em vista que o jogo político tornara-se mais complexo porque, a seu ver, as superestruturas políticas, criadas com a função de acelerarem o processo de desenvolvimento do capitalismo, tornavam mais lenta e prudente a ação das massas, exigindo do partido revolucionário “toda uma estratégia e uma tática bem mais complexa e de longa duração do que aquelas que foram necessárias aos bolcheviques no período entre março e novembro de 1917”, como proclamava em carta a Togliatti em fevereiro de 1924⁶⁴.

De fato, conforme indicara Gramsci, esta era uma reflexão que o próprio Lênin começara a fazer nos últimos anos de sua vida, em consequência do fato de não ver repetida a experiência da revolução soviética nas nações ocidentais, diante do que propunha um “recuo” para acúmulo de forças na frente cultural e para o desenvolvimento de uma maior capacidade de intervenção política do movimento comunista⁶⁵. Além disso, passava a advertir a respeito

dos equívocos decorrentes da tentativa de generalização da revolução nos moldes da experiência soviética junto aos países ocidentais⁶⁶.

Outro tema fundamental dos *Cadernos*, o da hegemonia entendida como direção política e intelectual, já surgia também em textos produzidos por Gramsci ao final do período citado, dentre os quais pode-se destacar a carta por ele enviada ao Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética em outubro de 1926, na qual demonstrava toda a sua preocupação com a luta interna em andamento no PCUS, com a constituição do bloco de oposição formado por Trotsky, Zinoviev e Kamenev à maioria liderada por Stalin e Bukharin, envolvendo a disputa entre a continuidade ou não da NEP (Nova Política Econômica, inaugurada por Lênin em substituição ao chamado “comunismo de guerra”). Deixando clara a sua posição contrária à proposta do bloco de oposição, que advogava o abandono da NEP em troca de uma política de industrialização acelerada, com base na transferência forçada de renda do campo para a cidade, Gramsci alertava estar em jogo o princípio e a prática da hegemonia do proletariado, afirmando que as relações fundamentais da aliança entre operários e camponeses, pilares do Estado operário e da revolução, estavam sendo abaladas e postas em perigo em função da luta intestina no PC Soviético.

Na crítica a Trotsky e seus companheiros, a quem acusava de, na ideologia e na prática do bloco de oposições, estarem fazendo renascer toda a tradição da social-democracia e do sindicalismo, que até então teriam impedido o proletariado ocidental de se organizar como classe dirigente, o conceito de hegemonia praticamente já aparecia conforme seria definido, no cárcere, em sua forma madura. O filósofo italiano declarava que o proletariado jamais se tornaria classe dominante se não superasse posturas corporativas e “sindicalistas”, nem manteria sua hegemonia e sua ditadura, caso não sacrificasse os interesses imediatos em favor dos interesses gerais e permanentes da classe⁶⁷.

Relações de força e hegemonia

No cárcere, o pensador italiano aprofundaria ainda mais tais reflexões, propondo que o movimento operário se debruçasse, de forma mais séria e rigorosa, sobre a análise das relações de força na sociedade, das relações entre estrutura e superestrutura, para poder desempenhar a ação revolucionária com êxito. Para tal, defendia que os comunistas se movessem no âmbito dos princípios formulados por Marx no Prefácio à *Crítica da Economia Política*, segundo o qual nenhuma formação social desaparece antes do pleno desenvolvimento de suas forças produtivas e novas relações de produção não aparecem sem que as condições para a sua existência tenham surgido no seio da antiga sociedade, do que se concluía que “nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver”⁶⁸.

Nesta análise das relações de força na sociedade, Gramsci entendia ser necessário saber distinguir, no estudo da estrutura, os movimentos orgânicos, avaliados como relativamente permanentes, dos movimentos conjunturais, ou seja, mais episódicos, imediatos e quase acidentais. Os primeiros eram vistos como fundamentais, pois envolviam os grandes agrupamentos sociais, e os conflitos resultantes dos embates entre as classes fundamentais podiam levar à crise orgânica, a qual poderia durar por dezenas de anos, o que significava, para Gramsci, que “se revelaram (chegaram à maturidade) contradições insanáveis na estrutura”⁶⁹. Neste momento, o bloco hegemônico da classe dominante tentaria conservar e defender o *status quo*, ao passo que as forças antagonistas buscariam sua superação, resultando daí os confrontos no nível superestrutural, os quais podem provocar crises conjunturais sucessivas, até o momento da solução definitiva da luta, com a derrota do velho sistema e a afirmação do novo.

O pensador sardo cita o longo período histórico que se seguiu à Revolução Francesa (1789 a 1871) para exemplificar este tipo de crise, afirmando que somente com a Comuna de Paris se consolidaram totalmente as bases históricas lançadas com a Tomada da Bastilha, pois, ao mesmo tempo em que a burguesia via serem derrotados, definitivamente, os representantes

da velha aristocracia que teimavam em sobreviver através de um aparato jurídico-político oriundo da antiga sociedade feudal, conseguia sufocar a tentativa de ascensão ao poder dos trabalhadores, os quais, por sua vez, representavam os “novíssimos grupos” que já consideravam ultrapassada a estrutura burguesa.

Esta realidade era fruto de uma intensa batalha travada ao longo de mais de oitenta anos entre os grandes agrupamentos sociais franceses, com a vitória da classe burguesa a coroar todo o processo de ascensão, afirmação e consolidação das relações capitalistas na França, o que significou tanto a superação final de aspectos já não mais dominantes, mas recalcitrantes, da formação social anterior, o feudalismo, quanto o impedimento da afirmação de novas formas de organização da sociedade, ainda embrionárias e experimentais, envolvendo os trabalhadores.

No estudo das relações de força em sociedade era preciso ainda, segundo Gramsci, buscar identificar os diferentes momentos ou graus ligados, fundamentalmente, à estrutura, à relação das forças políticas e à relação das forças militares, apresentados por ele, hierarquicamente, desta forma. A análise da estrutura requer o conhecimento do grau de desenvolvimento das forças produtivas de determinada sociedade e das relações de produção, um estudo objetivo e científico das forças materiais que, relativamente independentes da vontade dos homens, organizam a produção e o atendimento às necessidades construídas historicamente por tal sociedade. Este estudo permite reconhecer o terreno fundamental onde se desenvolvem a luta de classes e as disputas políticas e ideológicas na sociedade, apontando para a definição de existirem ou não as condições necessárias e suficientes para a sua transformação, conforme indicava Marx no célebre Prefácio.

A relação das forças políticas corresponde ao grau de homogeneidade, autoconsciência e organização dos grupos sociais, cuja avaliação, por sua vez, exige o reconhecimento dos diferentes níveis de seu desenvolvimento, consoante ao maior ou menor grau de amadurecimento da consciência política coletiva dos grupos e classes sociais. Este processo abrangeria a passagem da consciência primária, econômico-corporativa, em que os grupos se organizam conforme seus interesses econômicos imediatos, forjando laços de solidariedade de

acordo com a posição e a atividade profissional ocupadas na sociedade, para a consciência política propriamente dita, que supera os marcos corporativos e transforma as ideologias criadas anteriormente em “partido”. Este é o momento da hegemonia, conceito fundamental na teoria gramsciana, que expressa a capacidade de um grupo social unificar em torno de seu projeto político um bloco mais amplo não homogêneo, marcado por contradições de classe. O grupo ou classe que lidera este bloco é hegemônico porque consegue ir além de seus interesses econômicos imediatos, para manter articuladas forças heterogêneas, numa ação essencialmente política, que impeça a irrupção dos contrastes existentes entre elas.

Logo, a hegemonia é algo que se conquista por meio da direção política e do consenso e não apenas mediante a coerção. Pressupõe, além da ação política, a constituição de uma determinada moral, de uma concepção de mundo, numa ação que envolve questões de ordem cultural, na intenção de que seja instaurado um “acordo coletivo” através da introjeção da mensagem simbólica, produzindo consciências falantes, sujeitos que sentem a vivência ideológica como sua verdade. Portanto, além da unidade em torno de objetivos econômicos e políticos, busca-se construir, nesta hora, a unidade intelectual e moral, ultrapassando-se o plano corporativo para se atingir, numa ordem muito mais ampla, que se pretende universal na sociedade, a hegemonia do grupo social fundamental sobre grupos afins subordinados.

Não se trata, entretanto, de idealizar a capacidade diretiva da facção dominante, confundindo hegemonia com controle absoluto do grupo hegemônico sobre seus aliados, pois o processo não extingue os embates e conflitos resultantes dos posicionamentos e interesses específicos de cada fração de classe. Trata-se, na verdade, de “uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis ... entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados”⁷⁰, tendo em vista, acima de tudo, a necessidade de se forjar um certo equilíbrio de compromisso a exigir sacrifícios de ordem econômico-corporativa que, por outro lado, não podem envolver o aspecto essencial da luta política, pois, segundo nosso autor:

se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.⁷¹

Em terceiro lugar, Gramsci aponta para a necessidade de se estudar a relação das forças militares, o que indica, claramente, que sua visão de hegemonia não descarta o uso da força e da coerção no processo da luta pelo poder. Debruçando-se sobre o *Risorgimento*, movimento responsável pela unificação da Itália na segunda metade do século XIX, destaca a “ausência desastrosa de uma direção político-militar”⁷² tanto no Partido da Ação, liderado por Garibaldi, quanto no partido moderado da monarquia piemontesa. O resultado deste processo, batizado por Gramsci de revolução passiva, foi o seu caráter inacabado: “não transforma integralmente as estruturas do passado e não instaura um Estado renovado que incorporaria amplas camadas sociais à cidadania”⁷³, porque nele nenhum grupo social (especialmente o Partido de Garibaldi, mais ligado às camadas populares) foi capaz de expressar a radicalidade revolucionária dos jacobinos, na experiência clássica de revolução burguesa, terminando por fundar um compromisso entre frações da classe dominante para a manutenção da dominação.

Concluindo sua análise sobre as relações de força na sociedade, o filósofo italiano rebatia a crença então muito difundida entre pensadores de esquerda de que as crises econômicas eram capazes de produzir, de forma imediata, crises históricas fundamentais, afirmando, em contrapartida, que poderiam, no máximo, criar um terreno mais favorável às lutas políticas. Estas somente se transformariam em um movimento de ruptura do equilíbrio entre as forças sociais caso os movimentos próprios da conjuntura, episódicos e quase ocasionais, como as “crises de empobrecimento”, fossem acompanhados por “relações políticas de força, para culminar na relação militar decisiva”⁷⁴.

Gramsci rejeitava categoricamente, assim, a perspectiva do economicismo, a enxergar o momento da ruptura ou da revolução como determinado mecanicamente por causas imediatas ligadas ao empobrecimento ou à miséria das massas, pois o processo revolucionário exigia, essencialmente, que os conflitos fundamentais se dessem nos níveis superiores ao mundo econômico imediato, no campo da política e da ideologia, onde os grupos que travam a luta de hegemonia se enfrentam para impor à sociedade a visão de mundo dominante. Ressalte-se que não se trata de uma mera batalha de idéias, porque estes conflitos se dão entre grupos sociais fundamentais, entre classes, e somente se resolveriam de forma decisiva

quando estivessem maduras as condições históricas, quando estivessem dadas as condições materiais necessárias e suficientes para a transformação radical da sociedade. Gramsci lembra, constantemente, ser no terreno das ideologias que “os homens adquirem consciência dos conflitos que se verificam no mundo econômico”⁷⁵, tomando por base a célebre fórmula marxiana segundo a qual as formas ideológicas são as formas pelas quais “os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim”⁷⁶.

Gramsci também recorreu a Marx para explorar o pensamento segundo o qual “a teoria transforma-se em poder material logo que se apodera das massas”⁷⁷, isto é, uma idéia só se realiza plenamente se é apoderada pelo movimento social concreto e se transforma em ação prática. Daí a sua insistência em que nenhum projeto de transformação social cumprirá seu objetivo se não vier acoplado a uma profunda reforma intelectual e moral. Está em jogo a formação de um “bloco histórico”⁷⁸ no qual as forças materiais (o “conteúdo” do movimento social, o conjunto das relações sociais de produção) e as ideologias (a “forma”, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas) se interagem, já que “as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais”⁷⁹.

Guerra de posições x guerra de movimento

A luta de hegemonia, portanto, nas condições de uma sociedade de capitalismo avançado, com uma sociedade civil desenvolvida, ou seja, no “Ocidente”, dependeria de uma estratégia de luta revolucionária de longo prazo, a prever uma preparação marcada pela perseverança e obstinação para a conquista de posições decisivas, passo a passo, isto é, a guerra de posições. Lançando mão da terminologia usada para definir as táticas militares adotadas pelas nações beligerantes durante a Primeira Guerra Mundial, Gramsci desenvolveu a comparação entre a guerra de movimento ou manobra e a guerra de posições, para concluir pela necessidade de aplicação desta última como a estratégia eficaz na luta revolucionária no Ocidente.

A guerra de movimento era vista por ele, naquele momento histórico, como de um “férreo determinismo economicista”, pois dependia do elemento econômico imediato para a obtenção do sucesso esperado, já que a crise funcionaria como a artilharia de campo na manobra militar fulminante, a abrir passagem na defesa das tropas inimigas, após o que, tendo desbaratado o inimigo e feito, com tal movimento surpresa, que perdesse a fé em suas próprias forças, era preciso organizar rapidamente os quadros para o ataque definitivo, criando a necessária concentração ideológica em torno do objetivo a ser alcançado. Como tal movimento exigia uma ação rápida e fulminante e um quadro de militantes altamente disciplinados e preparados, em tão pouco tempo, para a obtenção de uma vitória espetacular, Gramsci considerou esta tática como carregada de “um verdadeiro misticismo histórico, da expectativa de uma espécie de fulguração milagrosa”⁸⁰.

Para nosso autor, a verdade é que não se pode escolher, de antemão, a forma de luta desejada, a não ser que se tenha uma superioridade inquestionável sobre as forças inimigas, pois o tipo de enfrentamento é, de fato, imposto pela correlação existente entre as forças em confronto no momento da batalha. No contexto histórico vivido por ele, a sociedade civil havia se transformado em uma estrutura complexa e mais resistente às crises, e as superestruturas passaram a funcionar como o sistema de trincheiras utilizado nas guerras modernas. Nesse caso, nem as tropas atacantes, impulsionadas pela crise, organizavam-se rapidamente no tempo e no espaço, nem os atacados sentiam-se desmoralizados o suficiente para abandonarem suas defesas, nem perdiam de imediato a confiança em sua força. Isto porque a crise econômica já não era mais sentida da mesma forma que antes, e o elemento surpresa, do tempo acelerado e da marcha relâmpago, não aparecia mais de acordo com o que imaginavam os estrategistas da guerra de movimento.

Seria necessária, então, uma análise profunda da realidade e do grau de desenvolvimento das forças capitalistas na sociedade, o que permitiria perceber “quais são os elementos da sociedade civil que correspondem aos sistemas de defesa na guerra de posições”⁸¹. Como afirma Carlos Nelson Coutinho, a luta proposta por Gramsci requer paciência revolucionária e espírito inventivo, pressupondo que haja:

a iniciativa dos sujeitos políticos coletivos, a capacidade de *fazer política*, de envolver grandes massas na solução de seus próprios problemas, de lutar cotidianamente pela conquista de espaços e posições, sem perder de vista o objetivo final, ou seja, o de promover transformações de estrutura que ponham fim à formação econômico-social capitalista.⁸²

Diante disso, fica evidente que, para o autor dos *Cadernos*, caberia ao movimento operário desenvolver, essencialmente, sua capacidade organizativa no sentido de preparar a luta revolucionária rumo ao socialismo. Esta preocupação de Gramsci com a organização da classe trabalhadora na luta pelo poder não era nova e já aparecia com força nos escritos políticos anteriores à sua prisão. O dirigente do PCI lembrava que o princípio de que o partido revolucionário dirigia a classe operária não deveria ser interpretado de modo mecânico, dando margem à idéia de que esta direção pudesse se estabelecer através de uma imposição autoritária vinda de fora, numa supervalorização formal à função do partido como guia da classe. A capacidade de dirigir a classe operária não decorreria do fato da autoproclamação do grupo partidário como órgão revolucionário desta classe, mas da efetiva capacidade de que, na condição de parte integrante do proletariado e respaldado pelas condições objetivas, soubesse imprimir às massas um movimento na direção desejada, a garantir, assim, o reconhecimento destas ao “seu” partido. E completava:

O Partido dirige a classe penetrando em todas as organizações nas quais a massa trabalhadora se agrupa e realizando nelas e através delas uma sistemática mobilização de energias segundo programa da luta de classe, bem como uma ação de conquista da maioria para as diretrizes comunistas.⁸³

Para Gramsci, era absolutamente necessário pensar a formação de um contra-poder assentado também no terreno da produção, ao invés de simplesmente aguardar pela eclosão da crise geral do capitalismo, conforme pregavam as linhas teóricas catastrofistas ainda predominantes entre os militantes comunistas em pleno século XX. As orientações políticas da Internacional Comunista, como veremos a seguir, não seriam capazes de absorver, em suas análises, as mudanças sofridas nas relações de produção capitalistas advindas com a fase monopolista, a embutir novas formas de dominação sobre o operariado e a reduzir

substancialmente os efeitos das crises econômicas na vida das pessoas.

No seio da III Internacional, adquirira especial importância a discussão em torno da questão nacional, destacado ponto de inflexão na estratégia geral dos comunistas de criar focos de tensão nas bases do imperialismo, com vistas, inicialmente, ao desencadeamento do processo da revolução socialista mundial, nos tempos de Lênin e, posteriormente, objetivando mais estritamente o fortalecimento da “pátria mãe” do socialismo, a União Soviética, na perspectiva staliniana da construção do “socialismo em um só país”. Veremos, então, de forma resumida, como se deu, no interior da Internacional Comunista, a discussão sobre o papel estratégico das lutas nacionais no combate às forças do imperialismo e sua articulação com o processo revolucionário mundial. Será possível perceber, ainda, a mudança de rota produzida no corpo teórico das formulações da IC, principalmente após a morte de Lênin, quando a teoria da revolução proletária mundial acabou se transformando em um conjunto dogmático de propostas práticas para uma ação pretensamente revolucionária nos países dominados pelo imperialismo.

A III Internacional, o imperialismo e a questão nacional

A III Associação Internacional dos Trabalhadores, também chamada de Internacional Comunista (IC) ou *Komintern*, foi fundada pelos bolcheviques em março de 1919 em Moscou, na perspectiva de criação de uma “União Mundial das Repúblicas Socialistas Soviéticas”, conforme definido por Lênin em seu primeiro congresso, apontando a luta pela afirmação da ditadura do proletariado no lugar da democracia burguesa como um dos princípios fundamentais da entidade⁸⁴. No segundo congresso, reunido em 1920, foram aprovadas as *Teses sobre a questão nacional e colonial*, redigidas por Lênin, que promovia a inserção das lutas nacionais na sua teoria do imperialismo, propondo a união do movimento antiimperialista, formado pelo conjunto de movimentos de libertação nacional e colonial, aos objetivos estratégicos da revolução mundial, sob a liderança dos bolcheviques da Rússia Soviética, num momento em que esta se via cercada pelos ataques dos países imperialistas durante o período

conhecido como “comunismo de guerra”. Estava em curso o desenvolvimento de um “marxismo soviético”, marcadamente estratégico, difundindo pelo movimento comunista e a partir de um só país, a idéia de uma revolução proletária mundial, necessária para garantir e propagar as conquistas da Revolução de Outubro de 1917⁸⁵.

Lênin combateu, neste II Congresso, a argumentação segundo a qual apoiar movimentos coloniais de caráter democrático-burguês favoreceria a afirmação de um espírito nacionalista que impediria o despertar da consciência de classe nas massas exploradas⁸⁶. Partindo da sua concepção de imperialismo e da idéia pela qual a guerra mundial teria arrastado para a luta revolucionária milhões de homens que, até então, estiveram confinados à margem da história, defendeu o conceito de “nacionalismo revolucionário”, reafirmando, em primeiro plano, o ponto de vista da revolução mundial, a ser perpetrada através da união das “massas revolucionárias” com o proletariado, descartando, em seguida, a visão linear das fases obrigatórias no processo revolucionário, a prever uma etapa democrático-burguesa, o que parecia indicar a insistência, por parte de certos dirigentes comunistas, em criar um modelo de transformação social copiado da história européia. No viés leniniano, os movimentos nacionais tinham validade revolucionária se fossem protagonistas de um processo de transição para a revolução socialista⁸⁷. Não era indicada como inevitável a realização da etapa burguesa da revolução nos países coloniais e semicoloniais, pois “os países atrasados, com a ajuda do proletariado dos países avançados, podem passar ao regime soviético e, através de determinadas etapas de desenvolvimento, ao comunismo, evitando o estágio capitalista de desenvolvimento”⁸⁸.

A tarefa da Internacional Comunista seria “concluir uma aliança temporária com a democracia burguesa das colônias e dos países atrasados, mas não fundir-se com ela, mantendo incondicionalmente a independência do movimento proletário, mesmo sob as suas formas mais rudimentares”⁸⁹. Por isso, o Congresso passava a utilizar a expressão “revolucionário-nacional” no lugar de “democrático-burguês”, para direcionar o apoio dos comunistas somente àqueles movimentos de libertação nos países coloniais que manifestassem um compromisso verdadeiramente revolucionário, cujos representantes não impedissem que os

partidos comunistas promovessem a educação e a organização revolucionária dos camponeses e das massas exploradas. A nova terminologia indicava também a preocupação em demonstrar o entendimento a respeito das conexões existentes entre os interesses da burguesia dos países oprimidos e o imperialismo, tendo em vista o fato de que a classe dominante daqueles países, “apesar de apoiar os movimentos nacionais, luta ao mesmo tempo com a burguesia imperialista, isto é, juntamente com ela, contra todos os movimentos revolucionários e as classes revolucionárias”⁹⁰.

É preciso destacar ainda que, na concepção de Lênin, quando se falava em movimento democrático-burguês ou revolucionário-nacional, tinha-se em mente a percepção de que a massa principal da população a ser atraída para a luta revolucionária nos países dominados pelo imperialismo seria composta pelo campesinato. O apoio dos comunistas ao movimento democrático-burguês traduzia-se na luta contra a exploração imperialista lado a lado aos camponeses, representantes da pequena burguesia rural, cujos objetivos políticos eram vistos como potencialmente progressistas e conflitantes com os interesses da burguesia industrial e financeira, já comprometida com o imperialismo. Numa realidade em que o proletariado ainda não se organizara de forma a se tornar a principal força hegemônica na revolução, a aliança com o campesinato, classe proprietária, mas não dominante, aparecia como a melhor tática para a luta antiimperialista e a conquista de um poder alternativo ao exercido pelos grupos capitalistas fundamentais.

A essência desse pensamento pode ser revisitada no clássico *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*, escrito por Lênin no ano de 1905, como contribuição para o aprofundamento da luta revolucionária na Rússia. A revolução democrático-burguesa era vista como inevitável e, mesmo, necessária, naquela conjuntura específica de um país de economia eminentemente agrária com sobrevivências de relações feudais, para varrer os restos do regime de servidão e da superestrutura aristocrática, incluindo a própria monarquia czarista, e garantir o pleno desenvolvimento das relações capitalistas. Daí que, segundo Lênin, a revolução democrática, burguesa por seu conteúdo econômico e social, também fosse do interesse da classe operária e do campesinato, por sua capacidade de proporcionar mudanças

que estabelecessem novas formas de organização social e política, permitindo maior fôlego à organização e à luta do proletariado em prol de sua total libertação.

Não era admissível, para o líder comunista russo, que o proletariado ficasse à margem da revolução burguesa, tampouco que entregasse a sua direção à burguesia, mas, pelo contrário, era preciso lutar para ampliar os limites democrático-burgueses da revolução no sentido da satisfação das necessidades e dos interesses do proletariado, preparando o caminho de sua vitória completa, a sociedade socialista. Como a burguesia e a pequena burguesia russas não haviam ainda formado um grande partido popular, caberia aos bolcheviques dirigir o processo, liderando não só o proletariado, mas também aqueles grupos e elementos sociais capazes de marchar ao seu lado, visando a conquista da democracia revolucionária. Tais elementos encontravam-se, principalmente, entre os camponeses:

Sem cometer um grande erro, ao classificar os grandes grupos sociais segundo as suas tendências políticas podemos identificar a democracia revolucionária e republicana com a massa do campesinato, naturalmente no mesmo sentido e com as mesmas reservas e as condições subentendidas com as quais se pode identificar a classe operária com a social-democracia.⁹¹

No caso das colônias e demais países diretamente dominados pelo imperialismo, a situação agravante, comparada com a da Rússia pré-revolucionária, parecia estar no fato de que o proletariado, em função do predomínio de relações pré-capitalistas, não constituía força suficientemente estruturada nem organizada para liderar o processo de lutas antiimperialistas, do que resultava a necessidade de apoiar as forças progressistas existentes, encontradas, essencialmente, entre os camponeses, segundo a visão predominante na Internacional Comunista. O II Congresso da entidade, no entanto, como já apontado, não definira como obrigatória a etapa burguesa da revolução, talvez já como decorrência da própria experiência revolucionária na Rússia, onde o capitalismo não chegou a se desenvolver plenamente para que os comunistas alçassem ao poder de Estado. O problema estava em não se fazer a necessária diferenciação entre as realidades sociais e econômicas dos países agrupados, de forma quase homogênea, no grupo das "colônias", o que, no caso da América e do Brasil, em particular,

traria conseqüências importantes em relação à condução das lutas locais, conforme será visto mais adiante.

No III Congresso, realizado em 1921, com base em seu texto *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, Lênin passava a reconhecer que a onda revolucionária havia regredido, centralmente na Europa, daí a necessidade de um trabalho dos comunistas no interior dos sindicatos dominados por direções reacionárias, além da participação nas eleições instituídas pelo calendário político democrático-burguês, tendo em vista a conquista de cadeiras, pelo movimento operário, nos parlamentos dos países capitalistas. Lênin percebia que os partidos comunistas fora da Rússia Soviética tinham pequena inserção junto às massas e insistiam em adotar táticas revolucionárias calcadas na experiência dos bolcheviques, as quais não demonstravam ser adequadas à realidade social, econômica e política do Ocidente capitalista. Pois não eram as mesmas as condições que favoreceram, na Rússia, o desenvolvimento do processo revolucionário, dentre as quais, “a existência no campesinato de um movimento revolucionário democrático-burguês tão profundo que o partido do proletariado tomou as reivindicações revolucionárias do partido dos camponeses ... e as realizou imediatamente”⁹². A necessidade de participação dos comunistas nos parlamentos europeus vinculava-se também ao fato de que, segundo Lênin, na Europa Ocidental, os preconceitos burgueses eram ainda muito mais disseminados entre as “massas atrasadas”⁹³ de operários e camponeses do que na Rússia. Tratava-se de superar a visão de mundo liberal burguesa, hegemônica no seio da própria classe trabalhadora, atuando no interior dos aparelhos criados pela burguesia, com o objetivo maior de conquistar a adesão da massa explorada ao projeto socialista. Era preciso, em suma, “trabalhar obrigatoriamente onde está a massa”⁹⁴.

Tal perspectiva pode ser encarada como uma análise embrionária das conclusões a que chegaria, mais tarde, Antonio Gramsci, com sua proposta de “guerra de posições” no Ocidente em tempos de capitalismo monopolista, conforme já visto nos pontos anteriores. Pois Lênin, lembrando que os bolcheviques se concederam o prazo de quinze anos para se preparar como uma força política organizada para a conquista do poder na Rússia, afirmava que a vitória sobre a burguesia seria impossível sem uma “guerra prolongada, tenaz, desesperada, de vida ou de

morte; uma guerra que exige tenacidade, disciplina, firmeza, inflexibilidade e unidade de vontade”⁹⁵. Afinal, tratava-se de enfrentar um poder que não residia apenas na força do capital e na solidez das suas relações internacionais, mas igualmente na “*força do costume*, na força da *pequena produção*”⁹⁶. O líder bolchevique parecia indicar a necessidade de uma revolução que fosse também capaz de promover transformações de ordem moral e cultural para vencer a ideologia do capitalismo, conforme Gramsci apontaria, com maior acuidade, nos *Cadernos*.

Ainda neste texto do *Esquerdismo*, Lênin deixava claro não existir uma única forma de luta capaz de conduzir à vitória do socialismo, que pudesse ser copiada pelos movimentos revolucionários em todo o mundo, “na base de regras táticas de luta estereotipadas, mecanicamente niveladas e idênticas”⁹⁷. Era preciso saber respeitar e reconhecer, através de muito estudo e acurada investigação das realidades nacionais, as especificidades existentes na economia, na política e na cultura de cada país, que forçosamente exigiriam formas particulares de luta, capazes de adaptar os princípios fundamentais do comunismo às características próprias de cada nação. Para tal, não bastaria a ação isolada da vanguarda, nem um trabalho voltado apenas à agitação e à propaganda, pois somente através da própria experiência política das massas seria possível desenvolver formas de abordagem da revolução proletária, ou seja, táticas de luta eficazes na mobilização popular e no enfrentamento às classes dominantes. Tendo afirmado que os revolucionários deveriam saber combinar modos diferenciados de embate político, como numa guerra um exército deveria estar preparado para dominar todos os tipos de armas, Lênin assim concluía seu pensamento, demonstrando não ter partido dele a proposta de uma mesma forma de luta revolucionária a ser seguida pelo conjunto do movimento comunista internacional, tal qual um modelo ou uma receita para a vitória:

Falta apenas uma coisa para que caminhemos para a vitória com mais segurança e firmeza: que todos os comunistas de todos os países tenham consciência em toda a parte e até o fim da necessidade da máxima *flexibilidade* na sua tática. Falta agora ao comunismo, que cresce magnificamente, esta consciência e a aptidão para aplicar esta consciência na prática.⁹⁸

No IV Congresso, de dezembro de 1922, a “questão nacional” foi retomada pelas discussões, num momento em que os bolcheviques debatiam em seu país o princípio da autonomia das repúblicas soviéticas, tendo Lênin combatido o tratamento burocrático dado ao tema, expresso em manifestações carregadas de um chauvinismo “grão-russo”, cujo maior exemplo vinha de Stalin⁹⁹. Lênin entendia a premência de se avançar o processo revolucionário na direção do Oriente, ao concluir que o sistema capitalista no Ocidente, graças às concessões feitas ao movimento operário, poderia ampliar seu tempo de vida, sob a aparência de uma “paz social”. Apontava para a possibilidade de um próximo conflito armado entre o “Ocidente contra-revolucionário imperialista” e o “Oriente revolucionário nacionalista”, para o que seria necessária uma preparação anterior capaz de promover uma “revolução cultural” que tirasse do atraso em que se encontravam os povos orientais, os quais, se compunham a maioria da população mundial, precisavam ser civilizados a tempo¹⁰⁰. Reflexões anteriores a respeito dos enormes obstáculos culturais enfrentados pela Revolução Bolchevique, principalmente no que se referia aos problemas com o campesinato, assim como sobre o atraso em que se encontravam as populações da Ásia, ampliavam-se no sentido de que a luta pelo socialismo deveria englobar a luta por transformações que promovessem o desenvolvimento econômico, juntamente com mudanças no campo cultural. Ou melhor, na direção de uma verdadeira revolução cultural.

Tais reflexões no âmbito do *Komintern* ficaram sem desdobramentos após a morte de Lênin, em 1924, e o V Congresso, neste mesmo ano, passava a refletir as lutas internas travadas no partido soviético, lideradas pela oposição de Trotsky à política stalinista de “socialismo num só país”. Tal construção, para Stalin, confundia-se com o desenvolvimento do Estado soviético como potência, entendendo que a resistência e a vitória sobre as forças imperialistas se dariam mais rápida e profundamente à medida que se consolidasse o socialismo no primeiro país a conquistá-lo, transformando-o na base da posterior revolução mundial e na alavanca da desagregação do imperialismo. Gallissot afirma haver, com Stalin, uma inversão na teoria do imperialismo, que passava a ser definido em função da União Soviética, expressando

uma preocupação obsessiva com o cerco capitalista ao país, o qual, não deixando de ser real, acabava por traduzir-se na totalidade mesma do imperialismo¹⁰¹.

A III Internacional pós-Lênin: tática e estratégia da revolução por etapas

O VI Congresso, de 1928, foi marcado pela inauguração da tática política que denunciava a social-democracia como um “social-fascismo”, rejeitando quaisquer alianças dos comunistas com seus adeptos, o que resultaria, no início dos anos trinta, em uma linha que não vislumbrava diferenças entre a ditadura fascista e a democracia burguesa, facilitando, sobremaneira, a ascensão e a consolidação dos Estados fascistas na Europa. Estabelecia-se, também, neste congresso, a “hierarquia das três forças”: à frente da revolução mundial marchava o proletariado da União Soviética, seguido pelo movimento operário dos países capitalistas, sob a direção da Internacional, ambos acompanhados, por fim, de um “exército auxiliar” formado pelas massas trabalhadoras das colônias, em luta contra a exploração imperialista. O antiimperialismo deveria mobilizar as ações dos comunistas no mundo, no sentido de se oferecer a necessária resistência dos trabalhadores à ameaça representada pela guerra imperialista à pátria do socialismo¹⁰².

No que tange às diretrizes políticas para os partidos comunistas nos países coloniais, semicoloniais e dependentes, o *Komintern* partia do pressuposto de que não havia, nestes países, condições objetivas para a concretização imediata da revolução socialista, sendo necessário concluir, inicialmente, a etapa da revolução democrático-burguesa, cujas tarefas essenciais estariam vinculadas à eliminação dos entraves ao desenvolvimento autônomo do capitalismo e à constituição do proletariado como classe, entraves estes representados pelo imperialismo e seus agentes internos, principalmente os latifundiários, responsáveis pela manutenção das relações semifeudais no campo¹⁰³.

O V Congresso já evidenciara uma tendência que logo se consolidaria no interior do *Komintern*: um reducionismo teórico, provocado, de um lado, pela subordinação das estratégias políticas adotadas à construção do socialismo num só país e, de outro, pelo desconhecimento

das realidades históricas dos países coloniais e semicoloniais. Desta forma, a teoria leniniana do nacionalismo revolucionário ia sendo substituída por um pragmatismo político associado às necessidades imediatas do Estado soviético, e uma das principais conseqüências desta postura foi a atenuação da posição crítica antes recomendada aos partidos comunistas dos países dominados pelo imperialismo em relação à aliança com as burguesias nacionais. A colaboração com os movimentos nacionalistas hegemonzados por estratos burgueses, pelo contrário, passou a ser enfatizada, pois, na perspectiva de Stalin, era preciso explorar as contradições interimperialistas, "procurando intervir nos pontos débeis dessas contradições, ou seja, as revoltas dos países coloniais e dependentes"¹⁰⁴.

Tendo como objetivo central, nos seus primeiros congressos, promover a revolução operária na Europa para garantir a consolidação das conquistas da Revolução de Outubro e, assim, avançar rumo à revolução mundial, a Internacional Comunista centrava o foco de suas análises a respeito dos países coloniais ou neocoloniais tomando por base a realidade das colônias inglesas e francesas na Ásia e na África¹⁰⁵. Somente a partir de 1922, o *Komintern* passou a se interessar pelos problemas relativos à América Latina, quando então foi designado um responsável para os assuntos latino-americanos da IC, o suíço Alfred Stürmer. Mas foi no VI Congresso, de 1928, que os dirigentes internacionais comunistas dedicaram, pela primeira vez, atenção mais destacada à região, através de um capítulo específico para a discussão dos temas referentes à América Latina e das estratégias a serem adotadas pelos partidos comunistas locais. Tal interesse é explicado em função da maior importância que o imperialismo norte-americano passava a ter nas análises da III Internacional com respeito aos desdobramentos da revolução mundial, e, na América Latina, as disputas interimperialistas apontavam para o declínio da influência inglesa e a ascensão do poderio dos Estados Unidos junto aos países dependentes. Além disso, os sucessivos insucessos de processos revolucionários coordenados pelo *Komintern* em outras regiões subdesenvolvidas, como em Cantão, guiavam seus dirigentes à busca de novas possibilidades.

A forma pela qual a Internacional tratou a "questão chinesa" evidenciou a fragilidade do esquema centrado na aplicação generalizada da aliança do proletariado com a "burguesia

nacional”, na luta revolucionária contra o imperialismo estrangeiro e os “restos feudais” nos países coloniais. Na China, esta visão serviu de base ideológica para a aliança do PCC com o Kuomintang (Partido Nacionalista), a qual chegou ao fim no ano de 1927, ao mesmo tempo em que a tentativa de revolução chinesa redundava em trágica derrota. Sob o comando de Stalin, acossado pelas críticas de Trotsky, o *Komintern* anunciou uma nova estratégia, à esquerda, sem, no entanto, admitir revisão teórica da política até então adotada. A burguesia chinesa de traição e os chefes do PCC passaram a ser acusados de “oportunismo de direita”, ao passo que uma nova onda revolucionária, liderada pelo proletariado, com a ajuda dos camponeses, era anunciada. Entretanto, iniciativas insurrecionais, nos meses subseqüentes, resultaram em sangrentos fracassos. O debate mal resolvido, tanto entre os comunistas chineses, quanto no interior da III Internacional, acerca da natureza da sociedade chinesa, se caracterizada por elementos “asiáticos” (“modo de produção asiático”) ou feudais, e da sua transição para o capitalismo, demonstrava a debilidade teórica e analítica dos comunistas para interpretar a realidade dos países ditos “atrasados”.¹⁰⁶

No entanto, o VI Congresso manteve, sem grandes alterações, a tendência de se transpor mecanicamente, para os países da América Latina, as análises e estratégias revolucionárias indicadas às colônias ou países dependentes asiáticos e africanos, como a Índia, a Indonésia, a China, o Egito e a Turquia. Conforme aponta Michel Zaidán, “os países latino-americanos eram genericamente classificados como *coloniais ou neocoloniais*, sem nenhuma atenção para suas especificidades históricas ou políticas”¹⁰⁷. Os textos do congresso indicavam também que, nas regiões dominadas pelo imperialismo, o desenvolvimento das forças produtivas era travado em função dos interesses dos países dominantes. A exploração colonial ou neocolonial impediria o desenvolvimento autônomo dos países dominados, transformados em meros apêndices do capitalismo desenvolvido, pois o lucro obtido sobre o trabalho das classes exploradas era drenado para atender às necessidades das burguesias dos centros imperialistas.

A transposição mecânica para a América Latina da análise conferida ao mundo asiático igualmente traduzia-se na idéia pela qual o desenvolvimento das forças produtivas encontrava-

se muito baixo nestas regiões em função, não só da exploração imperialista, como da permanência, nas suas economias, de resíduos de feudalismo e de relações pré-capitalistas. Essa constatação acabaria por determinar, segundo os dirigentes da Internacional, a etapa seguinte do movimento revolucionário nestes países, qual seja, a revolução democrático-burguesa, necessária para a condução posterior ao socialismo¹⁰⁸. Foi no VI Congresso em que se deu a institucionalização da teoria da revolução por etapas, pela qual, nos países coloniais, a luta fundamental se daria contra as formas econômicas pré-capitalistas (quase sempre identificadas com restos feudais) e contra a dominação imperialista dos meios de produção ligados à indústria, ao comércio, aos bancos, ao latifúndio, etc. Tendo em vista o embrionário desenvolvimento capitalista, a luta pelo socialismo somente se viabilizaria através de uma série de etapas preparatórias, objetivando a “transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista”¹⁰⁹, já que as condições materiais em vigor seriam insuficientes para a construção do socialismo sobre bases independentes.

As interpretações mecanicistas e etapistas da realidade social tornaram-se uma constante nos debates da III Internacional a partir do momento em que, após a morte de Lênin, passou a se buscar uma sistematização simplificada e dogmática do seu pensamento, do qual eram destacados, de forma esquemática, elementos isolados. O termo “leninismo” serviu para identificar o “marxismo da época do imperialismo e da revolução proletária”¹¹⁰, ao mesmo tempo em que as contribuições teóricas de outros revolucionários contemporâneos, como Rosa Luxemburgo e Trotsky, iam sendo relegados ao ostracismo, ou melhor, foram “excomungadas” do credo oficial comunista, assim como, mais adiante, seriam simplesmente ignoradas as reflexões críticas dos integrantes da Escola de Frankfurt, de Antonio Gramsci e de Lukács.

Tornou-se cada vez mais evidente a subordinação da atividade teórica à prática política, invertendo-se o papel da teoria: em vez de ser um guia para a ação, ela transformou-se em uma tentativa de justificar *a posteriori* a própria ação¹¹¹. Stalin colaborou de forma decisiva para esta situação, ao interpretar de maneira esquemática o pensamento de Lênin. Como bem indica João Quartim de Moraes, o conteúdo da teoria concebida por Stalin ficava delimitado por sua instrumentalização, transformando em práticas acessórias os processos de busca do

conhecimento, tais como a investigação, a pesquisa, a construção e a crítica das hipóteses, a formulação de conceitos, etc, fazendo com que, na verdade, a teoria perdesse o seu caráter de cientificidade, já que pressupunha a ausência de críticas às suas premissas. De fato, “Stalin reduziu a *teoria* a uma técnica de análise de situações e de conjunturas”¹¹².

Prova disso, segundo Moraes, está no fato de os termos “estratégia”, “tática” e “etapa” terem passado a fazer parte do jargão comunista, com maior frequência, depois que Stalin sistematizou a sua versão do pensamento leniniano em *Sobre os princípios do leninismo*. As noções de estratégia e tática ficaram reduzidas, com Stalin, a fórmulas em que a diferenciação entre elas se dá em termos quantitativos: a tática se incumbiria de objetivos “menos essenciais” que a estratégia¹¹³, ao passo que, com Lênin, que pouco teria utilizado tal terminologia, a relação tática-estratégia é dialética, a fazer parte de um processo em que a esfera da tática corresponde à esfera dos meios necessários a se atingir os objetivos, os fins, aos quais estão relacionados a estratégia ou o programa. A quantificação staliniana é uma forma de tentar objetivar ao extremo a luta política, numa lógica cientificista e positivista, que retira do embate social a perspectiva dialética do processo histórico, no qual está presente a contraposição meio-fim, parte-todo, a unidade de contrários a que se referia Lênin, “no caso a unidade da tática e do programa na síntese prática que é a linha política do partido”¹¹⁴.

A noção de etapa se encaixa na obsessão de Stalin em operacionalizar a teoria, ao oferecer um esquema “objetivo” e simplificado para a ação, reduzindo a práxis comunista ao pragmatismo político, em que as alianças de classe são pensadas conforme as necessidades e possibilidades imediatas vislumbradas no processo de embates políticos. O programa máximo dos comunistas desde Marx, qual seja, a supressão do Estado e, conseqüentemente, da própria política, foi substituído, de fato, por um Estado Soviético que reforçou continuamente seus meios coercitivos, ao invés de caminhar para a sua autodissolução. O horizonte utópico comunista foi relegado, na prática, a uma abstração, a mera retórica, enquanto os objetivos reais da ação revolucionária acabariam se resumindo aos marcos históricos da “etapa”¹¹⁵.

Mesmo reconhecendo o papel de Stalin na história, pelo enfrentamento, à frente do Estado Soviético, ao cerco imperialista e a uma guerra mundial, o fato é que a prática

beligerante foi uma constante em sua vida política, mesmo em tempos de paz e principalmente nas disputas políticas no interior do partido. Ao contrário de Lênin, um ardoroso defensor das suas idéias, que sempre soube polemizar utilizando métodos intelectuais e políticos, Stalin reconhecidamente abusou do poder de coerção de que dispunha. Foi, sem dúvida, um grande estrategista militar, sabendo esquematizar a tática mais eficaz para cada momento, como ao assumir a direção do Estado Soviético, aliando-se provisoriamente com aqueles que mais favorecessem a queda do adversário principal, até conseguir sobrepujar a todos (Trotsky, Kamenev, Zinoviev, Bukharin). Assim também soube agir durante a Segunda Guerra Mundial, quando conduziu o Exército Vermelho a uma espetacular vitória sobre as tropas de Hitler, dando início à derrocada do exército alemão. Na luta política como na guerra, atuava o mesmo estrategista. Não é de estranhar, portanto, que o movimento comunista internacional, dominado por tal cultura política após a ascensão de Stalin ao poder soviético, passasse a repetir as fórmulas baseadas nas "estratégias" mecanicistas e nas "etapas" apresentadas como necessárias e, mesmo, inevitáveis na luta pelo socialismo.

No Brasil, as análises formuladas pelo Partido Comunista, em diversos momentos de sua história, representaram uma tentativa de adaptar, com algum grau de originalidade, as teses dominantes no movimento comunista internacional às mudanças percebidas na realidade brasileira, como decorrência do avanço das relações capitalistas no país e da conjugação de forças inerente ao processo histórico da luta de classes. No entanto, o peso da tradição do pensamento difundido pela III Internacional mantinha-se, refletindo-se em um projeto de luta pelo poder que previa, dentre outras premissas deterministas, a necessidade de ultrapassagem da etapa "democrático-burguesa" para o alcance do socialismo no Brasil. Tais questões serão debatidas no próximo capítulo.

CAPÍTULO II:

A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO PCB:

DOS ANOS DE FORMAÇÃO À DECLARAÇÃO DE MARÇO

Fundado em congresso realizado nos dias 25, 26 e 27 de março de 1922, o Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC) surgia em meio ao contexto internacional da afirmação do regime socialista na Rússia, após a Revolução Soviética de 1917, e da criação da Internacional Comunista em 1919, episódios históricos que sinalizavam, para os integrantes do movimento operário e sindical no Brasil, a possibilidade concreta de vitória das forças proletárias do mundo no combate ao sistema capitalista. Isto explica o fato de quase todos os fundadores do PC brasileiro, como o jornalista Astrojildo Pereira, terem saído do movimento anarco-sindicalista¹¹⁶, até então hegemônico, principalmente em São Paulo, no seio do operariado fabril, mas vivendo sua fase de descenso na década de 1920, em função de diversos fatores, como a forte repressão policial que se abateu sobre ele, mas também em decorrência da boa nova representada, centralmente, pela vitória dos bolcheviques.

Nos primeiros anos de sua existência, o Partido Comunista exerceu pequena, mas não desprezível influência entre os trabalhadores dos grandes centros, verificada, por exemplo, na circulação da revista *Movimento Comunista*, criada antes mesmo da fundação do partido, em janeiro de 1922, com tiragem média de mil e quinhentos exemplares e tendo 24 números editados até o ano de 1923, quando se tornou a primeira dentre as inúmeras publicações comunistas a ser fechada pela repressão policial no Brasil¹¹⁷. A indicar que, neste período inicial de sua organização, o partido praticamente atuava como uma filial brasileira da III Internacional, grande parte das matérias divulgadas na revista era composta por traduções de artigos que faziam referências à União Soviética e às proposições do *Komintern*. Os comunistas atuaram primordialmente no interior dos sindicatos e, contando no início com menos de cem militantes, concentrados em sua maioria no Rio de Janeiro e em Niterói, buscavam difundir as

conquistas da Revolução Bolchevique e as idéias contrárias ao capitalismo através de palestras, festas nas sedes dos sindicatos, revistas, livros, panfletos e artigos publicados na imprensa sindical. Dirigiram pequenos jornais dos sindicatos operários e controlaram a página sindical do jornal *O Paiz*, da chamada grande imprensa¹¹⁸, mas seu maior veículo de informação foi o semanário *A Voz Operária*, editado pela primeira vez em 1º de maio de 1925, chegando a alcançar a tiragem de onze mil exemplares no número 12, quando também foi fechado pela repressão. O jornal reapareceria em diversos momentos da história do PCB, como num outro 1º de maio, no ano de 1928, já com uma tiragem entre quinze e trinta mil exemplares¹¹⁹, significativa da conjuntura rica em lutas sociais, a prenunciar as mudanças políticas que se avizinhavam nos estertores da República Velha.

Figura de destaque desta primeira fase de organização do partido foi Astrojildo Pereira, que começou sua militância em entidades operárias de cunho anarquista. **Astrojildo Pereira Duarte Silva** nasceu a 8 de outubro de 1890, em Rio Bonito, interior do Estado do Rio de Janeiro. Era filho de um médico proprietário rural e comerciante, descendente próximo de português. Estudou no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo, educandário de orientação jesuíta, de onde foi expulso. Morando com a família em Niterói, começou a trabalhar como gráfico e entrou em contato com o universo cultural do Rio de Janeiro. Na década de 1910, aproximou-se dos núcleos anarquistas¹²⁰. Em 1913, participou ativamente da organização do II Congresso Operário Brasileiro, que, hegemônico pelos grupos anarquistas, reestruturou a Confederação Operária Brasileira (COB).

Foi na imprensa operária que deu início à carreira de jornalista, atividade a que se dedicou durante a maior parte de sua vida. Em fins de 1918, participou de uma frustrada tentativa de levante anarquista, razão pela qual foi preso. No entanto, os ecos da Revolução Socialista de 1917 na Rússia já se faziam sentir entre os militantes do movimento operário no Brasil, e Astrojildo acabou por afastar-se do anarquismo. Proferiu palestras defendendo a União Soviética e o internacionalismo proletário e editou a revista *Movimento Comunista*. Deu início à organização de uma seção brasileira da Internacional Comunista, efetivada em março de 1922 com a fundação do Partido Comunista do Brasil, do qual foi eleito Secretário-Geral. Fez sua

primeira viagem à União Soviética em 1924 e foi encarregado, em 1927, de estabelecer o primeiro contato do PCB com o líder do movimento tenentista Luiz Carlos Prestes, então exilado na Bolívia. Passou a fazer parte do Comitê Executivo da IC em 1928, mas, no início da década de 1930, a guinada “obreirista” no partido foi responsável pelo afastamento dos intelectuais, e Astrojildo seria substituído na Secretaria-Geral¹²¹.

O II Congresso do PC brasileiro aconteceu em maio de 1925, com a presença de dezessete delegados, os quais aprovaram resoluções que já apontavam para a necessidade de uma fase democrático-burguesa na revolução brasileira, resultante de uma aliança política do proletariado com a pequena burguesia radicalizada, em função da forte presença dos grupos urbanos nas lutas sociais do período, diferentemente do que ocorrera na Rússia, onde o campesinato era preponderante. O elemento de originalidade da formulação dos comunistas brasileiros encontrava-se justamente na proposta da aliança com o tenentismo, identificado como um movimento pequeno burguês revolucionário, propenso a abraçar a luta contra o imperialismo e pela superação dos entraves semicoloniais ou semifeudais admitidos na realidade nacional.

Foi o intelectual Octávio Brandão, que entrou para o PC em novembro de 1922 e integrou seu Comitê Central entre 1923 e 1930, o principal inspirador das teses aprovadas no II Congresso do partido. **Octávio Brandão do Rego**, alagoano nascido em 1896, farmacêutico por profissão, também começou sua militância política nos meios anarquistas, inicialmente em sua cidade natal, Viçosa e, depois, em Maceió¹²². Estudando no Recife, centro catalisador das lutas antioligárquicas no Nordeste, nas quais destacavam-se seus primos Cristiano Cordeiro e Rodolfo Coutinho (também futuros dirigentes do PCB) e o advogado social-reformista Joaquim Pimenta, foi atraído para as idéias comunistas com o impacto da Revolução Soviética naquele meio intelectual. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde o contato com Astrojildo Pereira foi fundamental para sua militância no recém-fundado Partido Comunista do Brasil. Eleito para a Comissão Central Executiva do partido poucos meses após a sua filiação, foi o principal intelectual orgânico dos comunistas até a sua destituição da direção do PCB em 1930, quando foi acusado de “desvios de direita”, juntamente com Astrojildo e outros dirigentes.

A partir de então, passou a viver o ostracismo partidário, tendo permanecido por quinze anos na União Soviética após ser preso e deportado pela polícia de Getúlio em 1931. Retornando da URSS em 1946, mesmo tratado com indiferença pela direção do Partido, conquistou a cadeira de vereador no Rio de Janeiro (então Distrito Federal) no ano seguinte, êxito conquistado graças à antiga base operária que o elegera intendente pelo Bloco Operário e Camponês (BOC) em 1928, mas tinha seus pronunciamentos constantemente censurados pelos dirigentes comunistas, perseguido ainda pelos “erros direitistas” da década de 1920. Por conta da cassação do PCB, foi novamente preso e torturado, passando a viver na clandestinidade entre 1948 e 1956, após o que voltou à militância partidária e intelectual, sem o mesmo prestígio de antes¹²³.

Brandão foi pioneiro na utilização da expressão “marxista-leninista” para designar o tipo de análise teórico-metodológica de corte materialista a que se propunha fazer em relação à realidade brasileira, análise na qual já despontava a noção de revolução em etapas no Brasil¹²⁴. Por meio da obra teórica *Agrarismo e Industrialismo* (que publicou no ano seguinte, sob o pseudônimo Fritz Mayer¹²⁵), definia a fase da revolução brasileira, na conjuntura histórica dos anos vinte, como de caráter “democrático-pequeno-burguesa”, a partir de estudos sobre as revoltas tenentistas de 1922 e 1924. Brandão analisou a disputa interimperialista no Brasil, travada entre Inglaterra e Estados Unidos, concluindo haver um vínculo crescente entre os interesses da emergente burguesia industrial brasileira e o imperialismo norte-americano, enquanto a economia agrário-exportadora mantinha-se subordinada aos interesses dos bancos ingleses. Por outro lado, as camadas médias urbanas, de cujos estratos sobressaiu o tenentismo, seriam portadoras de uma visão nacionalista, entrando, de fato, em contradição com os propósitos imperialistas no Brasil. Sendo assim, o alargamento da ação das forças populares estaria condicionado à possibilidade de uma terceira revolta tenentista. Ao considerar a natureza da sociedade brasileira como semicolonial, Brandão propunha a aliança política do proletariado “com a pequena burguesia revoltosa e a grande burguesia liberal, contra o Partido Republicano e os fazendeiros do café”¹²⁶.

Tal linha política foi também responsável pela formação do BOC, Bloco Operário e Camponês, articulado, inicialmente em janeiro de 1927, sob a designação de Bloco Operário, com o propósito de se constituir como uma “Frente Única Proletária” na luta contra o imperialismo, pelo reconhecimento da URSS pelo governo brasileiro e em defesa de uma série de reivindicações econômicas dos trabalhadores. Representou a “primeira tentativa sistemática de uma política de aliança”¹²⁷ dos comunistas brasileiros. No entanto, devido à limitada capacidade do PCB em organizar sua presença junto ao sindicalismo urbano, à falta de conhecimentos sobre a questão agrária no Brasil e à inexistência de um movimento autônomo e expressivo dos trabalhadores rurais à época, transformou-se em mera fachada eleitoral dos comunistas, jamais se constituindo em uma organização de massas ou uma frente política que unificasse as ações do proletariado urbano e das “massas camponesas”, como previsto.

Numa época em que o Partido Comunista vivia na ilegalidade, o Bloco Operário serviu para que os comunistas elegessem, em 1927, um deputado para a Câmara Federal, o médico Azevedo Lima, que não era comunista. No ano seguinte, já sob a fachada do BOC, foram eleitos Octávio Brandão e o operário Minervino de Oliveira para o Conselho Municipal do Rio de Janeiro. Em março de 1930, na última participação da sigla eleitoral, lançaram-se candidatos comunistas à presidência da República, ao Senado Federal e às assembleias legislativas, mas as votações foram inexpressivas, e nenhum deles se elegeu¹²⁸. Como já vinha sendo muito criticado pelos próprios comunistas brasileiros e pelos membros da IC, o Bloco Operário Camponês foi imediatamente extinto.

O BOC foi duramente criticado no VI Congresso da Internacional Comunista, através do informe apresentado pelo suíço Jules Humbert-Droz, responsável pela seção latino-americana da organização, que identificou o movimento como sendo o “Kuomintang brasileiro”, alertando para o risco de, ao ser assediado por elementos pequeno-burgueses, acabar tornando-se um partido paralelo à estrutura do PCB, ao mesmo tempo em que ameaçaria o desenvolvimento de uma política autônoma da parte dos comunistas¹²⁹. A interferência da IC nos assuntos dos partidos comunistas mundo afora seria uma constante na conjuntura internacional de fins dos anos vinte, conforme será visto a seguir.

A influência das teses da III Internacional na política do PCB

No final do ano de 1928 e início de 1929, o PCB realizava o seu III Congresso, cujas teses centrais praticamente reafirmavam as resoluções do congresso anterior e expressavam a maior influência das formulações da III Internacional junto aos comunistas brasileiros, ao demonstrarem a compreensão destes acerca da realidade nacional: o Brasil era enxergado como um “país de tipo semicolonial”, de economia essencialmente agrária, baseada na grande propriedade e na exploração das “grandes massas camponesas”, economicamente dominado pelo imperialismo, o qual entravava o “desenvolvimento autônomo e normal das forças produtivas do país”¹³⁰. No entanto, percebia-se ainda um esforço real de apreensão das peculiaridades do desenvolvimento capitalista brasileiro: segundo Astrojildo Pereira, um dos principais formuladores das teses comunistas, o Brasil estaria vivendo uma fase de transição da economia agrária para a industrial, caracterizada pela forte conexão entre o nascente capital industrial e a grande propriedade fundiária. O quadro de mudanças na estrutura produtiva era capaz de promover um rearranjo de forças no interior da classe dominante, sob a influência, ainda, das disputas interimperialistas, mas, em decorrência da ligação umbilical da burguesia industrial com o latifúndio e de sua subordinação ao imperialismo, a revolução democrático-burguesa no Brasil haveria de ser protagonizada pela classe operária, em aliança com a pequena burguesia urbana¹³¹.

Dando seqüência às teses baseadas nas idéias de Octávio Brandão, entendia-se como inevitável a “terceira revolta”, a ser marcada pela substancial presença operária e sob a liderança do Partido Comunista, sucedendo as revoltas tenentistas de 1922 e 1924, de caráter pequeno-burguês. Previa-se uma conjuntura revolucionária, a resultar da combinação de crises econômicas decorrentes de uma catástrofe na política do café e do fracasso no plano de estabilização monetária, associadas à crise política vinculada à sucessão presidencial em 1930. Apontava-se para o quadro de instabilidade crescente na economia, conseqüência da “luta entre as forças internas de expansão, propulsionadas por fatores de natureza diversa, e as

forças externas de compressão, sustentadas pelo imperialismo, que suga, explora e oprime as energias do País”¹³². Como se vê, preponderava entre os comunistas brasileiros a velha tese economicista, segundo a qual o momento insurrecional seria resultante da situação explosiva provocada centralmente por crises econômicas, para o que concorreria a ação externa das forças imperialistas, enxergadas como inibidoras do progresso nacional.

Nos dois últimos anos da década de 1920, mais precisamente a partir de meados de 1929, passou a ser mais incisiva a interferência do *Komintern* nos assuntos internos do PCB, assim como no conjunto das organizações comunistas, refletindo o processo de “stalinização” vivido no seio do PC soviético, aprofundado em meio aos ataques a Trotsky, acusado de “desvios de esquerda” e a Bukharin, identificado com os erros à “direita”. No caso dos comunistas brasileiros, a seção da IC para a América Latina exerceria influência direta na guinada à esquerda, responsável pela política de “proletarização” que levaria a um exacerbado sectarismo e à perseguição aos intelectuais do partido, sob o argumento de combate sem tréguas aos “desvios de direita”¹³³. A proposta de união com os principais representantes das camadas médias em luta aberta contra o sistema oligárquico da República seria, então, substituída em favor de uma tentativa de aplicação esquemática das orientações da III Internacional ao caso brasileiro, priorizando as articulações em torno de uma aliança operário-camponesa.

No início da década de 1930, a proposta de uma aliança com a pequena burguesia foi, então, abandonada em função da predominância no interior do partido da visão “obreirista”, que passou a identificar o tenentismo com o “social-fascismo” e a pregar a política de “classe contra classe”. Avaliava-se que o Brasil e o mundo viviam um período de crise de acumulação de capital, a qual criaria condições objetivas para uma ofensiva revolucionária, numa perspectiva que se mantinha totalmente apegada à tese que associava a oportunidade da revolução às crises econômicas. As análises vindas da IC assinalavam para a emergência do chamado “terceiro período” do desenvolvimento capitalista do pós-guerra, caracterizado por uma grave crise, a promover a radicalização das massas e abrir espaço para a revolução socialista mundial. Neste quadro “pré-revolucionário”, passaram a ser considerados inimigos de

classe todos aqueles agrupamentos políticos que colaborassem com o Estado burguês, tal como a social-democracia, agora identificada com o “social-fascismo”. Assim, buscava-se centralmente a formação de um grupo de revolucionários profissionais, garantida a autonomia da classe operária. O antiintelectualismo que passou a vigorar na cúpula do Partido Comunista no Brasil foi responsável pelo afastamento do grupo dirigente original, formado por Astrojildo Pereira, Octávio Brandão e Cristiano Cordeiro, dentre outros.

A política antialiancista perdurou até o crescimento mais visível do fascismo e do integralismo no Brasil, quando, então, o PCB viu-se obrigado a liderar movimentos de cunho antifascista, que congregavam representantes das camadas médias e populares (sindicalistas, militares, estudantes, parlamentares, advogados, professores, grupos religiosos, etc), acompanhando uma tendência mundial, que, então, seria responsável por alterações significativas na linha política defendida pelo *Komintern*. No ano de 1934, com a anexação da Áustria pela Alemanha nazista e o fortalecimento do fascismo na França e na Espanha, comunistas e social-democratas se reaproximavam na Europa, e a tese do “social-fascismo” era abandonada pela Internacional Comunista, que passava a proclamar a necessidade de uma frente popular para combater o fascismo, visto como inimigo mortal do movimento operário e do socialismo e como um fenômeno político característico da reação burguesa em tempos de crise do capitalismo financeiro e imperialista.

O sétimo e último congresso da III Internacional, realizado em 1935, referendou a estratégia de frente popular para conter o avanço do fascismo, proposta formulada por Georges Dimitrov, que destacou a inevitabilidade, naquele instante, da escolha entre a democracia liberal burguesa e a ditadura burguesa aberta e terrorista comandada pelos fascistas. Dimitrov apontava que a política de frente única deveria coincidir com o firme enfrentamento ao sectarismo, responsável pela postura anterior que equiparou a social-democracia ao fascismo. A luta pelos direitos democráticos e pela liberdade contra o avanço fascista era vista como uma luta pela manutenção de conquistas históricas dos trabalhadores, afirmando o papel da democracia como fundamental para o êxito futuro da revolução proletária¹³⁴. Tal política inspirou a formação das frentes populares na Espanha e na França, além de ter ajudado a

orientar a União Soviética no estabelecimento de alianças com as democracias burguesas ocidentais, pois, naquela conjuntura desfavorável ao movimento operário, era preferível a preservação de Estados sob hegemonia burguesa do que permitir a expansão do nazi-fascismo.

Os comunistas brasileiros, por sua vez, entendiam que o fascismo, na sua forma pura, não era possível de se desenvolver num país semicolonial como o Brasil, mas métodos fascistas, sim, eram utilizados pelos “grupos feudais e burgueses ligados ao capital internacional”¹³⁵, representados pelo integralismo de Plínio Salgado e pelo regime de Getúlio Vargas. Em princípios do ano de 1935, fundava-se a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que veio a se configurar como uma experiência de frente política a agrupar diferentes organizações e indivíduos (com base em parcelas do operariado e das camadas médias urbanas, destacando-se a presença de uma juventude militar rebelde) em torno da luta pela instauração de um governo popular, capaz de pôr em prática um programa baseado na nacionalização das empresas estrangeiras, no fim do latifúndio e na suspensão das dívidas externas.

No entanto, a fragilidade teórica dos quadros do PCB, influentes no seio da ANL, aliada à perspectiva da eclosão de uma crise insurrecional de curto prazo, impossibilitou a compreensão de que a estratégia de frente política exigiria a articulação de alianças mais duradouras, com vistas à acumulação de forças na direção do fortalecimento de um amplo movimento de massas, de caráter nacional-popular. A proposta de frente popular acabou por ser posta de lado, na prática, tão logo a ANL foi colocada na ilegalidade pelo governo Vargas, levando os comunistas a promover o frustrado levante armado em novembro de 1935, demonstrando que o marxismo, como teoria revolucionária, não conseguira superar a velha “perspectiva jacobino-militar e positivista que não era estranha à luta social e política no Brasil”¹³⁶, mesmo entre os comunistas.

Com a derrota sofrida pelo movimento social no Brasil, aprofundada pela onda repressiva que se abateu sobre os comunistas, as lideranças sindicais e os militares rebeldes, ao mesmo tempo em que, mundialmente, fortalecia-se o fascismo e fracassavam experiências de frente popular, tomava forma, em fins de 1937, no Comitê Central do PCB remanescente da investida policial, a idéia de “união nacional” contra o imperialismo e seus agentes internos.

A novidade da formulação estava na configuração da burguesia industrial como principal força impulsionadora da revolução brasileira, numa conjuntura em que, paralelamente à defesa do aprofundamento do processo industrializante no país, enxergava-se a necessidade de reforçar a facção burguesa liberal, em conflito com os grupos fascistas, no interior do governo Vargas¹³⁷. A estratégia pecebista deixava para segundo plano a questão agrária, substituindo a perspectiva insurrecional baseada na aliança operário-camponesa ou na formação de uma frente popular que agregasse operários, camponeses e pequena burguesia urbana pela proposta de união nacional com a burguesia industrial.

União nacional com a burguesia industrial brasileira

A ditadura do Estado Novo foi responsável pelo desmantelamento e imobilização da direção do PCB e de sua militância, as quais somente seriam recompostas com a retomada das lutas democráticas em princípios dos anos de 1940. Os comunistas estavam dispersos e tentavam se reaglutinar nacionalmente, basicamente, em torno de dois grupos que adotavam diretrizes políticas distintas: de um lado, a facção constituída no Rio de Janeiro em torno da CNOP – Comissão Nacional de Organização Provisória (inicialmente estruturada por Maurício Grabois e à qual se juntaria Diógenes de Arruda Câmara), que preconizava a união nacional com apoio irrestrito ao governo Vargas, tendo em vista a mobilização internacional das forças contrárias ao nazifascismo; de outro, o grupo protagonista dos Comitês de Ação, com base em São Paulo (reunindo intelectuais como Caio Prado Júnior, Mário Schenberg, Victor Konder e outros), cujo foco central era a luta contra a ditadura do Estado Novo e a defesa da “união democrática nacional” pelas liberdades democráticas.

Havia ainda uma terceira tendência, representada pelo jornalista Fernando Lacerda, que, depois da dissolução da Internacional Comunista e da situação política mundial marcada pela aliança EUA-URSS, entendia ser desnecessária a existência do partido comunista, cujos militantes deveriam participar da frente nacional de apoio a Vargas¹³⁸. Esta corrente era seguidora do “browderismo”, a onda inspirada por Earl Browder, Secretário-Geral do PC dos

Estados Unidos, que dissolveu o partido e transformou-o numa associação de fins não políticos, por considerar superada a luta de classes ao final da Segunda Guerra Mundial, quando as grandes potências mundiais reuniam-se, em clima aparente de colaboração entre o Ocidente e o Oriente, nas conferências de Teerã e Ialta. A difusão desta idéia, principalmente em São Paulo, dificultaria o trabalho de reorganização comandado pela Comissão Nacional Provisória¹³⁹.

No entanto, ao sair da cadeia, Prestes definiu-se pela CNOP, costurando, desta feita, a unidade dos comunistas em torno das lideranças que organizaram a II Conferência Nacional do partido em 1943, a chamada “Conferência da Mantiqueira”, convocada pela Comissão para reunificar o PCB nacionalmente. A Conferência contou com representantes de oito estados, incluindo o Distrito Federal, de comitês sediados em Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belém, Porto Alegre, Juiz de Fora, Belo Horizonte, Niterói e Curitiba, instalando-se na Serra da Mantiqueira, no Estado do Rio, em agosto de 1943¹⁴⁰. Núcleos regionais de comunistas que encontravam-se isolados, como o atuante Comitê Regional da Bahia, foram atraídos a aceitar a nova direção, e parte do Comitê de Ação (Caio Prado e Mário Schenberg, por exemplo, enquanto outros formavam a Esquerda Democrática, que daria origem ao Partido Socialista Brasileiro¹⁴¹) acabou submetendo-se ao comando daquele grupo dirigente, com Prestes na Secretaria-Geral do partido.

Além de Arruda Câmara, que assumiu a condição de segundo homem na hierarquia partidária, como secretário nacional de organização, faziam parte do núcleo mais coeso do Comitê Central, estruturado na Conferência da Mantiqueira, Pedro Pomar, João Amazonas, Maurício Grabois e Carlos Marighella. Este grupo de dirigentes comandaria o partido de 1943 a 1956, até o momento em que as discussões abertas com o processo de desestalinização resultassem no seu afastamento da direção (com exceção de Marighella), sob a acusação das práticas de mandonismo, doutrinário, culto à personalidade e esquerdismo.

Diógenes de Arruda Câmara, nascido em 1916, era pernambucano, mas iniciou sua militância comunista na Bahia, em 1934, quando trabalhou para o Ministério do Trabalho e atuou no movimento universitário. Mudou-se para São Paulo em 1940, tendo sido o maior responsável pela reorganização da estrutura regional do partido, dizimada pela ditadura do

Estado Novo, assim como pela formação da CNOP, em companhia de velhos militantes. Foi eleito deputado federal pelo Partido Social Trabalhista (PST) em 1947 e, com a decretação da ilegalidade do PCB, consolidou sua posição como “cabeça do círculo interno de militantes ao redor de Prestes”. Por manter-se aferrado ao dogmatismo stalinista nos anos 1956/57, apesar do *mea culpa* tornado público nas páginas do jornal *Voz Operária*¹⁴², Arruda foi perdendo espaço na direção partidária até deixar o PCB em 1960¹⁴³.

Ocupando a terceira posição na hierarquia partidária, na secretaria de agitação e propaganda, vinha **Pedro Pomar**, paraense nascido em 1915, que estudou Medicina antes de entrar para o partido. Foi editor do jornal comunista *Tribuna Popular* e, juntamente com Arruda Câmara, se elegeu deputado federal pelo PST de São Paulo em 1947. Afastado do Comitê Central em 1960, Pomar esteve à frente, com Amazonas e Grabois, da fundação do PC do B em 1962¹⁴⁴. **João Amazonas de Souza Pedroso**, também natural do Pará, nasceu em 1912 e começou a militância comunista em meados dos anos trinta. Trabalhou em uma indústria de massas alimentícias em Belém, onde foi preso, juntamente com Pedro Pomar, depois do levante de 1935¹⁴⁵. Fugindo da prisão em 1941, ambos vieram para o Rio, e Amazonas passou a exercer a função de contador do Sindicato da Construção Civil e foi desenhista técnico, até dedicar-se totalmente às atividades partidárias. Integrou a bancada comunista de 1946, eleito pelo PCB do Distrito Federal e chegou a substituir Pomar no terceiro cargo por ordem de importância no aparelho partidário¹⁴⁶.

Maurício Grabois nasceu na Bahia em 1912, pertencente a uma família de judeus da camada média. Iniciou sua militância participando da Juventude Comunista, cuja liderança assumiu em 1934. No ano seguinte, foi expulso da Escola Militar e, no início dos anos quarenta, trabalhou na Panair do Brasil até tornar-se profissional do partido¹⁴⁷. Também se elegeu deputado constituinte pelo Distrito Federal em 1945, tendo sido o líder da bancada comunista na Câmara. Foi um dos editores do jornal *A Classe Operária* e, a exemplo dos dirigentes acima citados, teve papel destacado na direção partidária até os debates de 1956/57¹⁴⁸.

O PCB viveria, pois, um momento de plena liberdade de ação e de crescimento ímpar de suas fileiras no imediato pós-guerra, quando a liderança de Luiz Carlos Prestes, libertado

após quase dez anos de cadeia, afirmava-se incontestemente entre trabalhadores e camadas médias, por conta da sua história de lutas à frente do movimento tenentista nos anos vinte, como dirigente da ANL e um dos principais organizadores da revolta comunista de 1935, razão pela qual foi preso. O enorme prestígio internacional granjeado pela União Soviética, em consequência de sua participação decisiva na derrocada do nazismo na Segunda Guerra Mundial, era outro fator a influenciar no sentido do crescimento do Partido Comunista no Brasil.

A proposta de união nacional era então mantida com o objetivo de “liquidar os restos de fascismo existentes na sociedade e no Estado”¹⁴⁹. Além disso, na esperança de reverter a imagem negativa forjada a seu respeito pelos ciclos reacionários durante tantos anos, os comunistas passaram a se apresentar como defensores de mudanças sociais sem radicalismos que levassem à desestabilização da ordem. Assim, apoiaram a permanência de Getúlio no poder através do movimento “queremista” (“Queremos Getúlio” ou “Constituinte com Getúlio”), visando também conquistar dividendos políticos junto à massa de trabalhadores urbanos que mantinha alta a popularidade de Vargas, por causa da aprovação das leis trabalhistas e dos ganhos materiais obtidos durante a guerra. A questão democrática aparecia como um objetivo programático central na proposição dos comunistas e, ao menos naquele instante, abandonava-se a idéia do assalto frontal ao poder de Estado, para se reforçar o caráter evolutivo do processo de mudanças a ser implementado, dentro da estratégia de união nacional para cumprimento da etapa nacional-democrática da revolução brasileira¹⁵⁰.

A radicalização do discurso ideológico foi, entretanto, resgatada em função da Guerra Fria, principal responsável por fazer com que o governo brasileiro do General Dutra desencadeasse uma nova onda repressiva sobre o movimento operário e os comunistas, culminando com a cassação do registro do PCB. O período intercalado entre a cassação do partido, em 1947, e o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, faria restaurar o sectarismo nas hostes pecebistas, e o discurso radical pretensamente revolucionário seria acompanhado pela adoção de uma atitude de recusa das alianças, fosse no movimento sindical ou na arena política.

Marco doutrinário desta guinada a esquerda, o Manifesto de Agosto de 1950 foi escrito pela direção nacional do PCB no momento em que os Estados Unidos desencadearam a intervenção militar na Coreia, episódio que despertava a convicção da iminência de uma nova guerra mundial, reforçada pela ameaça real do uso das armas nucleares num provável confronto em que se via como praticamente inevitável o envolvimento das duas maiores potências militares do planeta. A conjuntura internacional ameaçadora empurrava os comunistas a adotar, internamente, postura que negligenciava a importância da participação no jogo eleitoral burguês, ao apostar na ruptura institucional, quando todo o peso da ação política passava a recair na luta para libertar o país do jugo imperialista, excluindo-se quaisquer possibilidades de avanços e conquistas parciais no campo político e social.

Sem falar abertamente na alternativa da luta armada, o documento pecebista indicava implicitamente tal opção de luta, ao apelar para a derrubada da “ditadura feudal burguesa serviçal do imperialismo” por meio da criação de um “exército popular de libertação nacional”¹⁵¹. A caracterização do governo de Getúlio Vargas como de “traição nacional”, “inimigo do povo” e a proposta de sua substituição por um governo revolucionário pela ação de uma Frente de Libertação Nacional não ganhavam adeptos entre os trabalhadores, mas, muito pelo contrário, provocavam um crescente isolamento político dos comunistas na sociedade brasileira. O Manifesto pregava ainda a imediata aplicação de um programa antiimperialista, num discurso marcado pela perspectiva do “tudo ou nada”, em que o iminente desencadear de uma nova guerra imperialista deveria ser aproveitado pelos comunistas para a deflagração da revolução de caráter nacional libertador, conforme analisa João Quartim de Moraes:

O dever dos comunistas, em tal hipótese, seria transformar a guerra imperialista em guerra revolucionária de libertação nacional. A linha política do Manifesto de agosto consistiu, pois, em preparar esta transformação, ou, mais exatamente, em preparar-se para operá-la quando chegasse a hora.¹⁵²

A partir de 1951, entretanto, a ameaça de confronto bélico imediato entre Estados Unidos e União Soviética gradualmente desaparecia do horizonte, com a estabilização da Guerra da Coreia. O quadro internacional, ainda que permanecesse dramático em função da Guerra

Fria e da corrida armamentista, parecia desanuviar, desarticulando o discurso catastrofista e obrigando os militantes do PCB a adotar atitude que os retirasse do impasse tático-programático no qual se colocaram. Mas o fator primordial que os forçou, nos primeiros anos da década de 1950, a desconsiderar, na prática, as orientações voluntaristas da direção do partido foi a drástica redução da militância nas duas principais frentes de ação partidária: entre os trabalhadores e os intelectuais, com efeito mais visível no interior do movimento operário. Desta feita, não havia alternativa senão retomar as ações dentro dos sindicatos e nas campanhas de massa do período, como a luta pela paz e a criação da Petrobrás. O suicídio de Vargas e as grandes manifestações populares dele decorrentes fariam acelerar o processo, entre os comunistas, de *"reentrada na atmosfera da sociedade brasileira"*¹⁵³.

Nesta conjuntura, a proposta de "união nacional" com a burguesia foi retomada para se consolidar, daí por diante, no PCB, como parte fundamental do projeto de revolução democrático-burguesa associado ao processo de pleno desenvolvimento das forças produtivas no país e a conseqüente superação dos resquícios "semifeudais" e "semicoloniais", processo este entendido como condição necessária à passagem para o socialismo. A Declaração de Março de 1958, conforme será visto a seguir, reforçaria a idéia central segundo a qual as contradições básicas existentes na sociedade brasileira, naquele momento específico da história, dar-se-iam entre o conjunto da nação, de um lado, e o imperialismo norte-americano, de outro; entre as forças produtivas em desenvolvimento, de um lado, e as relações de produção semifeudais e semicoloniais predominantes no campo, de outro. Daí que a contradição entre capital e trabalho, sempre trabalhada pelos clássicos do marxismo como a contradição fundamental no capitalismo, não fosse vista como a mais premente naquela "etapa", muito menos a sua solução radical.

A nova linha política foi sendo gradualmente desenhada no interior do partido desde 1951/52, quando o setor sindical passou a contestar a orientação prevalecente a partir de 1948, de combate aos sindicatos oficiais através da organização de estruturas sindicais paralelas. O ativo sindical nacional convocado pelo Comitê Central em 1952 indicou a aplicação de uma linha de atuação distinta da oficialmente aceita até então. Na prática, voltava-se a optar em favor de

uma atuação por dentro dos órgãos representativos dos trabalhadores, forçando o estabelecimento de alianças com as lideranças getulistas, majoritárias no comando dos sindicatos, e possibilitando uma reaproximação efetiva com a massa trabalhadora, de quem os comunistas se afastaram ao adotarem a política expressa no Manifesto de Agosto de 1950. A nova orientação permitiu, por exemplo, que os comunistas contribuíssem de forma efetiva para a deflagração da grande mobilização operária acontecida em março de 1953, a “greve dos trezentos mil”, como ficou conhecido o movimento responsável pela paralisação de trabalhadores têxteis e metalúrgicos paulistas, principais categorias envolvidas. O movimento chegou a propagar-se, no mês seguinte, para o interior do Estado de São Paulo, recebendo a solidariedade ativa dos trabalhadores de outros pontos do país, como no Rio de Janeiro¹⁵⁴.

A partir do suicídio de Vargas, em 1954, cresceu entre os dirigentes comunistas a percepção da necessidade de se promover alterações substantivas na sua forma de intervenção junto à sociedade brasileira, surpreendidos que foram pelas massivas manifestações antigolpistas dirigidas contra aqueles que o povo identificava como opositores de Vargas, dentre os quais o próprio PCB. Aqueles acontecimentos empurrariam, pouco a pouco, o partido a reconhecer diferenciações nas forças políticas nacionais e a valorizar a questão democrática como caminho importante para a conquista de demandas populares, mesmo que o IV Congresso do PCB, realizado apenas alguns meses após o suicídio do Presidente, não tivesse sido capaz ainda de oficializar tais mudanças.

As eleições presidenciais de 1955, realizadas ainda sob o impacto da morte de Getúlio, e o desenrolar do governo de Juscelino Kubitschek, marcado pela relativa estabilidade democrática, com a manutenção das liberdades políticas conquistadas ao final do Estado Novo e pelo célere desenvolvimento do capitalismo no país, contribuiriam para reforçar a mudança de rumo. Afinal, colocavam em cheque teses do IV Congresso, que enxergavam as eleições como farsa, identificavam a Constituição de 1946 como um código de opressão contra o povo e continuavam a ver o Brasil como mero exportador de matérias-primas baratas e um joguete em mãos dos interesses imperialistas, com o predomínio, internamente, do poder do latifúndio,

tendo em vista, segundo a visão programática vigente, a sobrevivência de relações feudais e escravistas no campo.

O processo de “desestalinização”: debates e dissensões no PCB

O coroamento do processo de renovação da linha política deu-se, de fato, com as discussões em torno dos informes do XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), que, realizado em fevereiro de 1956, três anos após a morte de Stalin, expôs ao mundo as práticas deformadoras do projeto socialista durante o período stalinista, deixando perplexos os militantes dos partidos comunistas. O debate, postergado por vários meses pela direção do PCB e assumido, na prática, pela militância, provocou a divisão do partido em três correntes básicas: “renovadora”, “conservadora” e “centro pragmático”¹⁵⁵.

O primeiro grupo, composto principalmente por intelectuais ligados à imprensa comunista, maior responsável pela deflagração dos debates, centrava suas críticas no autoritarismo partidário e no dogmatismo, apresentando propostas políticas alternativas ao programa do IV Congresso, que foram sintetizadas em artigo de Agildo Barata publicado em *Novos Tempos* (nº 1, setembro de 1957)¹⁵⁶. Dentre elas destacava-se a idéia de uma etapa preferencialmente antiimperialista da revolução brasileira naquele momento histórico, a exigir uma fase inicial de acumulação de forças que abriria mão da hegemonia do proletariado em troca da formação de uma ampla “frente única, nacional e democrática”, capaz de unir operários e camponeses a representantes até da grande burguesia e dos latifundiários em torno de um projeto nacional-reformista. No decorrer da discussão política, o grupo ficaria isolado na luta interna, Agildo Barata seria expulso do PCB e muitos dos seus companheiros “renovadores” abandonariam as fileiras do partido.

O grupo “conservador”, formado inicialmente por integrantes do centro dirigente comunista (Prestes, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Diógenes de Arruda Câmara e Carlos Marighella, grupo este que, através da Comissão Nacional de Organização Provisória – CNOP, assumira o controle da direção nacional no processo de rearticulação do

partido no início dos anos quarenta), preocupado, acima de tudo, em manter os princípios doutrinários e a organização partidária centralizada, repelia críticas ao mandonismo e, na verdade, recusava-se a aceitar o combate ao stalinismo. Em julho de 1957, na primeira reunião do Comitê Central de que Prestes tomava parte após a retirada para a clandestinidade em 1948, foi a vez de o partido acertar suas contas com a esquerda dogmática: Arruda Câmara, Grabois e Amazonas perderam seus postos na Comissão Executiva¹⁵⁷.

O processo de luta interna acabaria provocando, mais tarde, a divisão dos comunistas em duas agremiações distintas: parte substancial dos conservadores saiu do partido, fundando o PC do B em fevereiro de 1962, ao rejeitar as teses que seriam aprovadas no V Congresso em 1960 e em função do descontentamento com o estatuto aprovado em 1961, sob o comando do “centro pragmático”, com vistas à obtenção do registro legal do partido junto ao Superior Tribunal Eleitoral. No novo estatuto deixava de constar a referência à “ditadura do proletariado”, e o nome do partido (Partido Comunista do Brasil, isto é, Seção Brasileira da Internacional Comunista, conforme fora criado em 1922) foi alterado para Partido Comunista Brasileiro, sigla PCB. O grupo que conquistou a maioria no comando partidário argumentava que a mudança do nome facilitaria a legalização do partido, dando-lhe um caráter essencialmente nacional, ao refutar na prática o pretexto que sempre justificou a cassação da legenda, qual seja, o vínculo com a URSS, mas a argumentação não foi aceita pela facção “conservadora”¹⁵⁸.

O “centro pragmático”, para o qual Prestes e Marighella acabariam migrando, foi o grupo que, tendo se constituído ao longo da polêmica interna, tornou-se majoritário no PCB, ao adotar uma política centrista, recusando a crítica aberta dos “renovadores” à estrutura partidária, ao mesmo tempo em que aceitava, com cautelas, a crítica ao stalinismo. Este grupo, liderado por Giocondo Dias, Mário Alves, Jacob Gorender e Armênio Guedes, entre outros, terminaria por absorver boa parte das teses políticas defendidas pelos “renovadores”, conservando os princípios da doutrina “marxista-leninista”. Foi responsável pela redação da Declaração de Março de 1958¹⁵⁹. Coincidência ou não, foi da Bahia que saíram quadros de relevo para ocupar postos de destaque no aparato político-cultural do PCB em nível nacional,

quadros estes forjados nas lutas travadas naquele estado contra a ditadura do Estado Novo e pela reorganização dos comunistas¹⁶⁰. Pela importância do grupo na formulação da linha política do PCB e na condução futura dos atos partidários, cabe apresentar, a seguir, um breve registro biográfico dos nomes anunciados, aos quais ainda se juntaria Marighella, formando então o chamado “grupo baiano”¹⁶¹.

Giocondo Gerbasi Alves Dias nasceu em Salvador, Bahia, em 1913. Tendo vivido uma infância e uma adolescência pobres, não teve condições de dedicar-se aos estudos pela necessidade de trabalhar desde cedo. A mesma razão – sobrevivência – obrigou-o a alistar-se no Exército. Servindo em Natal, o Cabo Dias ingressou no PCB em 1934 e, no ano seguinte, participou da organização da ANL no Rio Grande do Norte. Desempenhou relevante papel no movimento insurrecional precipitado no dia 23 de novembro de 1935 pelo seu batalhão em Natal, única cidade em que a rebelião comunista chegou a ocupar o poder local por quatro dias consecutivos, sob a direção de um Comitê Popular Revolucionário.

Com a repressão ao movimento, Dias ficou preso até 1937, quando voltou a Salvador e manteve-se na clandestinidade até 1945, período em que se dedicou à reorganização do partido na Bahia, assumindo a secretaria política do Comitê Estadual mais bem estruturado do PCB à época. Foi candidato a deputado federal em 1945 e deputado estadual eleito em 1947. Passou a integrar o Comitê Central, na condição de dirigente efetivo, na III Conferência Nacional do PCB, em julho de 1946. Voltou à clandestinidade absoluta entre 1948 e 1958, cuidando da segurança de Luiz Carlos Prestes. Por sua atuação “centrista” durante os embates internos no pré e pós 1964, sua proximidade a Prestes e pelos anos de experiência partidária, tornou-se o segundo homem na hierarquia do partido até a saída de Prestes em 1979, quando assumiu o cargo de Secretário-Geral do PCB. Faleceu em 1987, de um câncer na cabeça.

Carlos Marighella, também nascido em Salvador (em 1911), começou a atuar no PCB como líder do movimento estudantil baiano, ingressando na Juventude Comunista em 1932. Em função de sua ativa militância, desistiu do curso de engenharia na Escola Politécnica. Foi preso em 1936 e 1939, por conta das lutas contrárias ao fascismo e ao Estado Novo, tendo sido barbaramente torturado pela polícia de Felinto Müller. Mesmo preso, foi indicado a integrar o

Comitê Central em 1943, na II Conferência Nacional do PCB, a conhecida “Conferência da Mantiqueira”, responsável pela reorganização dos comunistas em âmbito nacional após a forte repressão desencadeada pelo regime varguista. Libertado em 1945, foi eleito deputado federal pela Bahia à Assembléia Nacional Constituinte, tendo desenvolvido atuante atividade parlamentar até a cassação do registro do partido. Em 1948, mudou-se para São Paulo, encarregado de dirigir o partido naquele estado, tendo assumido também a direção da revista *Problemas*. Chegou à Comissão Executiva e ao Secretariado Nacional do PCB em 1957, após a expulsão de Agildo Barata, expoente do grupo dos “renovadores”. Mesmo mantendo posições pró-Stalin, conservou sua liderança no interior do partido e contribuiu na formulação das análises do PCB sobre a realidade brasileira, como será visto no próximo capítulo. Após o golpe de 1964, rompeu com o partido e abraçou a luta armada através da Ação Libertadora Nacional, morrendo em emboscada policial no dia 4 de novembro de 1969¹⁶².

O jornalista **Mário Alves de Souza Vieira** nasceu em Sento Sé, Bahia, em 1923, tendo sido, a exemplo de Marighella, guindado à direção nacional do partido em 1943, na II Conferência Nacional do PCB. Passou a integrar o Comitê Estadual da Bahia em 1945. Pertencente à geração de comunistas que, no movimento estudantil baiano, surgiu das lutas contra o fascismo, destacava-se como bom orador e escritor. Graduado em ciências sociais, substancialmente colocou seu pensamento e conhecimento acadêmico a serviço da ação prática. No final da década de 1950, no Rio de Janeiro, revezou, com Jacob Gorender, na direção dos jornais *A Voz Operária* e *Imprensa Popular*.

Teve importante participação nas articulações no interior do partido com vistas à mudança da linha política em meio aos debates sobre a desestalinização, daí resultando a elaboração da Declaração de Março. Foi diretor do semanário *Novos Rumos*, órgão oficial do PCB entre os anos de 1959 e 1964. Era o principal redator das resoluções partidárias, tendo contribuído decisivamente para a formulação das teses para o VI Congresso (marcado para o ano de 1964, mas, devido ao golpe e à ditadura, somente realizado em 1967). Segundo Gorender, tratava-se do “mais brilhante intelectual da direção do PCB, sua cultura não se limitava ao domínio do marxismo e se estendia à produção acadêmica e à literatura”¹⁶³. Após o

golpe militar, a exemplo de outros dirigentes, passou a combater a estratégia de aliança com a burguesia nacional, até ser expulso do PCB em 1967 e, em seguida, participar da fundação do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). Preso no início de 1970, morreu na prisão, vítima das torturas¹⁶⁴.

O jornalista e escritor **Jacob Gorender**, nascido em Salvador no ano de 1923, cedo começou a trabalhar em jornais, como arquivista, repórter e redator. No início de 1942, estudando na Faculdade de Direito de Salvador, participou intensamente da União de Estudantes da Bahia, quando foi contatado por Mário Alves para ingressar no clandestino PCB. No ano seguinte, apresentou-se como voluntário, junto com outros militantes comunistas, à Força Expedicionária Brasileira (FEB) que seguiu para a Itália, certo de estar assim contribuindo para com a luta antifascista. Voltando ao Brasil em 1945, desistiu do curso de Direito para se dedicar, em tempo integral, às atividades do partido. Tornou-se membro do secretariado do Comitê Municipal de Salvador e do Comitê Estadual da Bahia, passando a secretariar o jornal diário *O Momento*, fundado pelo PCB. Em fins de 1946, mudou-se para o Rio, a fim de integrar a redação do órgão central dos comunistas, *A Classe Operária*.

Com a cassação do PCB e o retorno à clandestinidade, Gorender assumiu a secretaria de agitação e propaganda do Comitê Metropolitano do Rio de Janeiro, tendo sido transferido no final de 1951 para São Paulo, onde fez parte do Comitê Estadual até 1953. De volta ao Rio, foi indicado para dar aulas nos chamados "cursos Stalin", criados para a educação política da militância. No IV Congresso do PCB, em 1954, foi eleito membro suplente do Comitê Central, assumindo a condição de titular no congresso seguinte, em 1960. Dirigiu os jornais comunistas *Imprensa Popular* e *Voz Operária* e teve destacada participação na elaboração da Declaração de Março de 1958¹⁶⁵. Rompeu com o PCB após o golpe de 1964 e foi um dos fundadores do PCBR, passando a se dedicar, após a prisão (1970 a 1971) e a frustrada experiência com a luta armada, às investigações teóricas no campo da história e da formação social brasileira, promovendo, com a obra *O Escravismo Colonial*, segundo Mário Maestri, verdadeira "revolução copernicana nas ciências sociais brasileiras"¹⁶⁶.

Armênio Guedes, também jornalista, nasceu em Mucugê, Chapada Diamantina, em 1918. Morando em Salvador, ingressou no PCB em 1935, quando entrou para a Faculdade de Direito. Teve destacada participação à frente do movimento estudantil baiano e foi dirigente do setor estudantil do partido. Durante o Estado Novo, já graduado, passou a exercer atividades jornalísticas nas publicações coordenadas pelo PCB, como a Revista *Seiva*, na Bahia. Indicado para o Comitê Central na Conferência da Mantiqueira (1943), foi deslocado para São Paulo e, depois, para o Rio de Janeiro, no esforço de reconstrução partidária realizado pelos comunistas naquele período. Foi editor da Revista *Continental* (publicação de caráter informativo ligada ao PCB, mais voltada para o quadro internacional, fechada pela ditadura varguista em 1944) e diretor do diário comunista *Imprensa Popular*. Colaborou ainda com as revistas *Fundamentos*, *Problemas e Estudos Sociais* (voltadas ao debate cultural e teórico) e com o semanário *Novos Rumos*. Fez parte da comissão responsável pela redação da Declaração de Março e, segundo o jornalista Marco Antônio Coelho, a ele deve-se atribuir a formulação dos pontos capitais da nova linha política, assim como à estratégia delineada pelo partido após o golpe de 1964, concentrada na aglutinação de forças pela reconquista das liberdades democráticas¹⁶⁷. Continuou a integrar a direção nacional do PCB até 1982, tendo sido obrigado a exilar-se no Chile e na França na década de 1970.¹⁶⁸

Ao final dos anos 1950, os dirigentes do Partido Comunista viram-se, pois, diante da necessidade de realizar uma verdadeira guinada na linha política do partido, a qual, desde a cassação do registro do PCB em 1947, como visto, havia resvalado para o ultra-esquerdismo, provocando um grande isolamento de seus militantes em relação aos movimentos sociais. Estas mudanças ocorriam em consequência das profundas transformações vivenciadas pela sociedade brasileira, acompanhando o avanço das relações capitalistas no país, que exigiam uma nova estratégia capaz de inserir o partido no movimento de massas que se revitalizava, ao mesmo tempo em que refletiam os intensos debates travados internamente por conta do processo de desestalinização.

A Declaração de Março de 1958: a nova estratégia política do PCB

Celso Frederico nos aponta que, em 1958, a nova orientação dada pela Declaração de Março, concebida sob o impacto da política de desestalinização iniciada com o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, apontava, em primeiro lugar, para o rompimento com as interpretações catastrofistas da realidade brasileira, as quais, até então, levaram seus militantes a tratar como inevitáveis a submissão do Brasil ao imperialismo e a sua condição de país subdesenvolvido, pontos de vista que sustentavam a opção por estratégias insurrecionais. O documento de março apresentava uma novidade teórica no entendimento da realidade brasileira: reconhecia, explicitamente, o desenvolvimento capitalista em curso dentro do país, passando a indicar a necessidade da interferência dos comunistas nos rumos deste processo, por meio de pressões populares sobre o Estado. Daí a participação cada vez maior do PCB junto aos movimentos nacionalistas e, em princípios dos anos 60, na campanha pelas reformas de base, compondo um amplo arco de alianças que apostava numa alternativa de desenvolvimento econômico antiimperialista. Para alcançar tal objetivo, no entanto, seria necessária a ultrapassagem dos “resquícios feudais” que os comunistas insistiam em identificar na realidade brasileira, o que os mantinham presos à perspectiva etapista da plena realização do capitalismo como forma de iniciar a transição para a sociedade socialista¹⁶⁹.

Outro ponto de destaque no documento foi a importância dada à questão democrática, há muito negligenciada nas discussões internas do PCB. Ainda que permanecendo subordinada à questão nacional, a luta pela “consolidação e ampliação da legalidade democrática”¹⁷⁰ também propiciou uma guinada na estratégia política pecebista, pois indicava a necessidade da confirmação dos amplos espaços democráticos, através da pressão popular, num processo de acumulação de forças, com vistas à conquista das soluções positivas para os problemas brasileiros. E apontava ainda a possibilidade real de se conduzir a revolução brasileira por meios pacíficos, com a obtenção “de reformas profundas e conseqüentes na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando-se até a realização completa das transformações radicais colocadas na ordem-do-dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação”¹⁷¹.

Os principais pontos vislumbrados pela resolução política aprovada em 1958 foram os seguintes:

1º - O PCB reconhecia o desenvolvimento capitalista no país como um processo irreversível, porém, ainda incompleto, pois as "sobrevivências feudais"¹⁷², expressas na grande concentração latifundiária e no elevado grau de exploração do campesinato, freavam o progresso da agricultura e acentuavam a extrema desigualdade entre o sul/sudeste industrializado e o norte/nordeste agrário. O desenvolvimento capitalista nacional constituía o "elemento progressista por excelência da economia brasileira"¹⁷³, mas chocava-se com a resistência do atraso representado pelo latifúndio e com a pressão externa exercida pelo imperialismo.

2º - O imperialismo norte-americano era o grande inimigo a ser combatido, pois, em que pese a política de "capitalismo de Estado" adotada por Vargas e JK, continuava a dominar pontos chave na economia brasileira, fazendo "do comércio exterior um instrumento de controle da vida econômica e política do país"¹⁷⁴. O pleno desenvolvimento do capitalismo nacional, portanto, significaria um sério ponto de conflito com a política imperialista, daí a necessidade de se lutar por "reformas de estrutura"¹⁷⁵, que, aprofundando as relações capitalistas no país, facilitassem a caminhada no rumo da "revolução nacional e democrática"¹⁷⁶, passo necessário na transição para o socialismo.

3º - A etapa da revolução brasileira, naquele momento histórico, portanto, seria, principalmente, nacional e antiimperialista e, secundariamente, em favor do desenvolvimento das forças produtivas para ultrapassar a sobrevivência das relações "feudais" e "escravistas" no campo. Daí ser necessária uma "independência política completa", traduzida na "proteção conseqüente do capital nacional contra o capital monopolista estrangeiro"¹⁷⁷. A contradição entre o proletariado e a burguesia, presente nas diversas manifestações da luta de classes, não exigia, naquele instante, uma solução de enfrentamento radical e imediato.

4º - O caminho pacífico da revolução brasileira era admitido, pelo entendimento de que o cenário internacional de vigência da política de "coexistência pacífica" e a ascensão dos movimentos de libertação nacional, somado à tendência à estabilidade democrática na vida

institucional brasileira, o favoreciam. Segundo o texto, cresciam “no mundo inteiro as forças da paz, da democracia e do socialismo”¹⁷⁸. A atuação nos marcos da legalidade democrática e constitucional, com destaque para a participação nos processos eleitorais, era vista como possível e necessária para o avanço das lutas populares. A questão democrática passava a assumir papel destacado na linha política do PCB, mas ficaria subordinada à questão nacional.

A pedra de toque, sem dúvida, da nova linha política seria, então, a formação de uma frente única nacionalista e democrática, partindo do princípio segundo o qual o embate central se daria entre nação e povo contra interesses imperialistas estrangeiros e não entre proletariado e burguesia. Havia a compreensão de que o desenvolvimento econômico capitalista no Brasil entraria em choque com a exploração imperialista, fazendo aprofundar a contradição entre as forças nacionais e progressistas em crescimento e o imperialismo norte-americano, principal obstáculo para a sua expansão. Daí que a Declaração de Março chegasse à seguinte conclusão:

O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. Embora explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista.¹⁷⁹

A matriz ideológica deste pensamento, que acreditava na existência de uma contradição fundamental entre o desenvolvimento capitalista nas nações subdesenvolvidas e o imperialismo, encontrava-se, como vimos, nas teses da III Internacional e, mais especificamente, nas diretrizes políticas adotadas a partir do VI Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1928, com vistas a orientar a atuação dos partidos comunistas nos países que viviam sob regime colonial, semicolonial ou eram dependentes economicamente dos centros capitalistas. Conforme foi visto no capítulo anterior, o movimento comunista internacional, após a morte de Lênin, não raro passou a fazer uma leitura anacrônica e esquemática da obra leniniana, tentando estender a aplicação de determinadas propostas, formuladas no terreno específico da sociedade russa do início do século XX, a todas as sociedades, sem a preocupação de fazer um estudo profundo de cada realidade histórica onde se pretendia desenvolver a luta

revolucionária. O texto em destaque acima é bem uma demonstração desta tendência, também evidente entre os comunistas brasileiros, pois representa praticamente uma cópia da seguinte frase de Lênin em *Duas Tácticas da Social Democracia na Revolução Democrática*: “Em países como a Rússia, a classe operária sofre não tanto do capitalismo como da insuficiência do desenvolvimento do capitalismo”¹⁸⁰.

As raízes teóricas de tais formulações podem ser encontradas também e, principalmente, nos próprios escritos de Stalin, mesmo que, paradoxalmente, a militância comunista estivesse vivendo, naqueles anos finais da década de 1950, um processo de luta interna de “ajuste de contas” com o stalinismo. É fato, porém, que grande parte das formulações políticas nascidas no período stalinista da III Internacional manteve-se, nas fileiras dos partidos comunistas, salvo exceções, como um legado poderoso muito pouco inalterado, na sua essência política e ideológica. Fazendo parte deste legado estava a perspectiva segundo a qual a principal contradição naquela conjuntura histórica era entre poderes capitalistas e não entre capitalismo e socialismo. Conforme aponta István Mészáros, tratava-se de “uma posição completamente antimarxista, já que Marx sempre manteve que o antagonismo social básico seria entre capital e trabalho, ao passo que as contradições entre capitais particulares seriam secundárias e a ele subordinadas”¹⁸¹.

A tese de Stalin, formulada no ano de 1952, baseava-se na idéia da “inevitabilidade de guerras entre os países capitalistas”¹⁸², no momento em que, após a Segunda Guerra Mundial, o imperialismo dos Estados Unidos assumira posição hegemônica no mundo capitalista, empurrando os demais estados desenvolvidos, mas profundamente fragilizados pela guerra, tais como Inglaterra, França, Alemanha e Japão, a uma posição a ele subalterna. Segundo Stalin, os americanos, sob a bandeira da ajuda do Plano Marshall, penetravam nas economias da Grã-Bretanha e da França, tentando transformá-las em apêndices de sua própria economia, enquanto que os países vencidos (Alemanha e Japão) estavam “*padecendo na miséria* sob o coturno do imperialismo americano. Sua indústria e sua agricultura, seu comércio, suas políticas externa e doméstica, e todas as suas vidas estão acorrentadas pelo ‘regime’ de ocupação americano”¹⁸³. Tal situação o levava a concluir que fosse inevitável a eclosão de um novo

conflito mundial interimperialista, pois, a seu ver, os países debilitados pela Segunda Guerra não aceitariam impassíveis, por muito mais tempo, a exploração de suas economias pelos Estados Unidos, provocariam o rompimento do cerco, quebrariam as amarras impostas pelos norte-americanos e buscariam abrir caminho para seu “desenvolvimento independente”¹⁸⁴ e para a retomada de seus lucros.

Estava embutida neste pensamento a velha concepção que previa a emergência de uma grande crise no interior do capitalismo que facilitasse a intervenção das forças revolucionárias na direção do socialismo. A idéia apocalíptica da destruição física do mundo capitalista para a afirmação súbita do socialismo como regime substituto também fora apresentada, de forma esquemática e quase caricatural, por Malenkov, quando, ao assumir o cargo de primeiro-secretário do Partido Soviético, resumiu sua visão histórica daquele período da seguinte maneira:

Já que a Primeira Guerra Mundial resultou na vitória da Revolução Soviética e que a Segunda tinha sido importante para a emergência das Repúblicas Populares e da China, a Terceira Guerra Mundial produziria inevitavelmente a vitória do socialismo em todo o mundo.¹⁸⁵

A tese staliniana, no entanto, serviu basicamente para consolidar a crença, entre os militantes comunistas, da possibilidade de conflitos reais entre as próprias forças capitalistas, conflitos que se tornariam potencialmente antagônicos, se travados entre o pólo central do imperialismo, comandado pelos grupos econômicos estabelecidos nos Estados Unidos, e a periferia do capitalismo, nos países ditos subdesenvolvidos, cujas burguesias nacionais seriam vistas como aliadas impreteríveis nos projetos de revoluções democráticas, nacionais e populares, que garantiriam, de imediato, a plena expansão das forças produtivas nacionais e o completo desenvolvimento do capitalismo em tais países, elementos indispensáveis à transição para o socialismo. Enxergava-se, assim, a possibilidade de construção de capitalismo nacionais, em contradição com o centro do imperialismo mundial, os Estados Unidos.

A tarefa dos comunistas, naquela etapa histórica, seria, portanto, não acirrar as contradições elementares entre capital e trabalho, mas, sim, aliar-se às burguesias nacionais na

montagem de governos nacionalistas, contribuir para ampliar o fosso pretensamente existente entre capitalismo nacional e o imperialismo, e, então, aguardar o momento certo para a emergência da revolução socialista. Desta mesma forma os comunistas do PCB enxergavam a realidade brasileira, como prestes a experimentar a considerada necessária etapa da revolução democrático-burguesa, entendendo ser possível e mesmo inevitável o desenvolvimento de um capitalismo nacional em contradição aberta com o centro do imperialismo mundial.

A “socialização da política” no Brasil: a multiplicação dos sujeitos políticos

As formulações políticas da Declaração de Março, ratificadas no V Congresso do PCB, em 1960, tiveram também como importante consequência a liberação dos militantes comunistas para uma atuação mais incisiva e com relativa autonomia nos movimentos sociais do período. O Brasil do final dos anos 1950 e início dos anos 1960 vivenciou uma efervescência política e cultural em que era possível perceber aquilo que Gramsci denominou de “socialização da política”, a exprimir, no nível superestrutural, a consolidação de um processo que já se verificava nas décadas anteriores, qual seja, o do pleno desenvolvimento do capitalismo no país. O célere aprofundamento das relações capitalistas criava novas situações de conflitos e contradições sociais que eram acompanhadas pela formação e dinamização de novos agentes coletivos, os aparelhos privados de hegemonia, responsáveis pelo fortalecimento da sociedade civil, num processo que pode ser identificado com o da “ocidentalização” da sociedade brasileira.

De um lado, podemos incluir, como exemplo, a desenvolvida participação dos sindicatos operários, das Ligas Camponesas, do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), da UNE e dos Centros Populares de Cultura, para falar das organizações comprometidas com propostas alternativas ao sistema dominante. De outro lado, além dos órgãos de comunicação de massa, setores conservadores da Igreja Católica, latifundiários, banqueiros e grupos representativos do empresariado da indústria e do comércio, dentre outros, agiam no sentido da manutenção do *status quo*, organizados em torno de instituições como o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos

Sociais), o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e a ESG (Escola Superior de Guerra), criadas e mantidas com o intuito de garantir a dominação burguesa e o aprofundamento das relações capitalistas no país.

A conjuntura do período em questão assistiu ao florescimento de inúmeras atividades políticas, sindicais e culturais, abrindo à esquerda e, particularmente, ao PCB a possibilidade de participação ativa nestes movimentos. O sindicalismo brasileiro alcançou momento de ápice entre os anos de 1961 e 1963, contabilizando a mais intensa mobilização dos trabalhadores urbanos verificada no período contado a partir de meados da década de 1950, fase de ascensão do movimento sindical. Vários seriam os indícios desta ascensão: "crescimento do número de greves; visibilidade dos sindicatos pela opinião pública; participação das entidades sindicais na formulação de pautas políticas para o país e constituição de organismos intersindicais"¹⁸⁶.

Caio Navarro de Toledo indica a eclosão de 435 paralisações no triênio 1961/63, quando, na fase final do governo JK (entre 1958 e 1960), havia ocorrido cerca de 177 greves, assim como ressalta o aparecimento de diversas entidades formadas de uniões sindicais, com destaque para o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), nascido no IV Encontro Sindical Nacional em agosto de 1962, quando mais de três mil delegados de entidades sindicais decidiram por transformar em central intersindical o Comando Geral de Greve (CGG) constituído um mês antes para comandar uma paralisação nacional que pressionasse João Goulart a nomear um ministério nacionalista¹⁸⁷. Segundo Toledo, a principal característica do movimento sindical nos três anos anteriores ao golpe de 1964 teria sido o envolvimento crescente nas lutas políticas do período, expresso na decretação de greves políticas, tais como as deflagradas em defesa da posse de Goulart em 1961, em favor da convocação do plebiscito sobre o regime de governo, em prol da Revolução Cubana durante a crise dos mísseis ou para pressionar o Congresso na campanha pela aprovação das reformas de base.

As lideranças do CGT, invariavelmente militantes do PCB e da ala esquerda do PTB, eram reconhecidas como interlocutoras do presidente João Goulart e dedicavam-se mais a fazer da entidade um aparelho privado de hegemonia, no exercício da pressão política em favor da linha nacional-reformista no interior do governo, o que, para o cientista político paulista, com

base nas opiniões de Leôncio Martins Rodrigues, indicaria haver uma “preocupação secundária do CGT com o fortalecimento dos sindicatos no interior das empresas¹⁸⁸”. As grandes batalhas de cunho político e nacional teriam desviado a atenção das lideranças de esquerda da dedicação ao trabalho permanente junto às bases sindicais, o que, segundo esta tese, explicaria a ausência de resistência popular no instante em que foi perpetrado o golpe militar em 1964.

Já a perspectiva lançada por Marcelo Badaró Mattos aponta para a possibilidade de ampliar a reflexão sobre o complexo fenômeno. Partindo da constatação indiscutível, confirmada pelas estatísticas, do crescimento contínuo das mobilizações grevistas entre o final da década de 1950 e o ano de 1963, afirma que tais manifestações, de fato associadas aos grandes temas políticos nacionais, conforme os exemplos elencados no parágrafo anterior, demonstravam o poder de mobilização das organizações sindicais e a capacidade de conquistar ampla repercussão social. Cita, como exemplo de uma “greve de massas”, a reunir diversas categorias com pautas comuns de reivindicações, a paralisação de 700 mil operários em São Paulo, em 1963, assim como enumera as greves nacionais de categorias específicas, com pautas basicamente econômicas, como as promovidas pelos bancários nos anos de 1961 a 1963 ou a dos trabalhadores de transportes aéreos em junho de 1963, contrária à demissão pela Varig de um importante dirigente sindical aeroviário, membro do CGT e defensor da estatização dos serviços de transportes aéreos¹⁸⁹.

Segundo o historiador fluminense, no entanto, não deixariam de ocorrer paralisações por empresas, com pautas vinculadas à melhoria dos salários e das condições de trabalho, como no caso do Rio de Janeiro, em que metalúrgicos, têxteis, operários navais, bancários, etc., lançaram-se às greves utilizando, como fundamental instrumento de mobilização, as comissões sindicais ou de empresas. Destaca a situação dos metalúrgicos cariocas, que experimentaram ao menos vinte paralisações por empresas entre 1953 e 1964, organizadas centralmente pelos conselhos sindicais dos trabalhadores, presentes, no ano de 1961, em número de 140, principalmente nas médias e grandes indústrias, o que traduzia a existência de tais organizações em pelo menos 15% das empresas metalúrgicas do Rio de Janeiro,

representando cerca de 50% da categoria¹⁹⁰. Só no ano de 1963, teriam sido 92 paralisações localizadas na antiga capital da República, envolvendo diversas categorias.

O nível de mobilização alcançado é explicado, em parte, pelo surgimento de organizações paralelas à estrutura do sindicalismo atrelado ao Estado, tanto na base do movimento, com as comissões por empresa, como nas articulações intersindicais e de cúpula, das quais os pactos de ação e o CGT eram exemplos mais significativos das tentativas de se criar novos canais de mobilização e organização dos trabalhadores, para além das amarras impostas pela estrutura oficial vigente. O historiador ressalta ainda o papel desempenhado pelas lideranças, indicando haver relativa independência dos sindicalistas comunistas que, pressionados por suas bases, nem sempre seguiam à risca as orientações ditadas pela direção do PCB. Os estudos recentes sobre a história do sindicalismo brasileiro, como o de Marcelo Badaró e outros, buscando desenvolver análises calcadas em minuciosa investigação empírica, apontam ser possível verificar “um movimento sindical tentando responder aos anseios e necessidades dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que os mobilizava e organizava-os para a luta”¹⁹¹.

Tais considerações permitem escapar das interpretações sociológicas dominantes nos anos 60 e 70 (de autores como Francisco Weffort e Leôncio Martins Rodrigues), cujas caracterizações sobre a classe trabalhadora no Brasil levavam quase sempre a definir o movimento operário do pré-64, de forma redutora e simplista, como “pouco combativo, cupulista e atrelado ao Estado”¹⁹². Destacando o aspecto negativo das ações de cunho político dos sindicalistas, porque subordinadas às concepções e às práticas da vanguarda de esquerda, identificadas principalmente com o PCB, a tradição sociológica via o movimento sindical como um grande aparelho político a serviço das lutas nacionalistas e reformistas, concentrado na preservação da aliança com os trabalhistas e com o governo Jango, o que resultaria, na prática, em um “sindicalismo populista” (na definição de Weffort), essencialmente marcado por uma política de colaboração de classes.

No viés tradicional, as mobilizações operárias eram enxergadas como meros reflexos das intervenções cupulistas nos sindicatos, e as greves, como que exclusivamente promovidas

por força dos piquetes, em ações de fora para dentro das empresas, a indicar uma falta de consciência das massas, facilmente manipuláveis e conduzidas ao bel-prazer das direções sindicais. Rejeitando a simplificação dos estudos clássicos sobre o “sindicalismo populista”, que constatava, portanto, uma incontornável separação entre os dirigentes sindicais e as bases operárias, pesquisas historiográficas recentes conferem uma dinâmica às ações sindicais não redutível aos limites impostos pelo sindicalismo oficial, o que seria confirmado pela “forte representatividade das lideranças sindicais nas empresas e pela existência generalizada das organizações por local de trabalho”¹⁹³, as quais teriam possibilitado a eclosão de greves participativas, capazes de unir reivindicações de cunho econômico e imediato a demandas políticas gerais. As conclusões de Paulo Fontes levam ao entendimento de que passara a ser uma prática comum, já na segunda metade dos anos 50, a escolha de delegados sindicais nas empresas de São Paulo, os quais tornavam-se pontos de referência para os trabalhadores, ao promoverem o elo de ligação do interior das fábricas com as direções sindicais¹⁹⁴.

Seguindo similar linha de raciocínio, ao criticar o ponto de vista que caracterizava as organizações de base como “ausentes” ou como “fenômenos passageiros e espontâneos”, Hélio da Costa rejeita a denominação de “cupulista” para a prática sindical no pós-guerra, destacando o papel das lutas operárias, nas suas variadas formas:

As greves constituíram-se no grande laboratório do qual emergiu a experiência de classe demonstrada em toda sua capilaridade nos locais de trabalho, nos sindicatos, na política partidária, nas manifestações de rua. Nesse constante fluxo entre trabalhadores e suas entidades de representação nas diversas lutas ... fica evidente que os sindicatos foram palco de conflitos permanentes em que os interesses de classe estavam explicitamente colocados, diferentemente do que idealizavam o governo e os empresários.¹⁹⁵

Cumprе ressaltar, por conseguinte, ser indiscutível a presença, como protagonistas e não como simples atores coadjuvantes, das classes trabalhadoras no cenário político dos anos que antecederam ao golpe. Em todo o país era evidente a maior participação dos trabalhadores, não só nas lides sindicais, mas também na vida política e parlamentar, quando um quarto da população era de eleitores, e um partido como o PTB, com uma atuação política e

um discurso direcionados a arrebanhar votos dos trabalhadores urbanos, contava em 1962 com quase um terço das cadeiras do Congresso. A forte influência do semilegal PCB junto às entidades sindicais e à sociedade civil, com alguns de seus dirigentes nacionais tendo conquistado a distinção de dialogar diretamente com o presidente da República, assustava concretamente as classes dominantes, que articularam o golpe de estado como uma reação à “ameaça vermelha”, ou seja, ao crescente poder de mobilização dos trabalhadores brasileiros, representados pelo movimento sindical e pelos partidos a ele vinculados. Ameaça que se tornava também visível no campo, onde o poder secular do latifúndio se sentia sob risco diante do crescimento das organizações de trabalhadores e de não proprietários, fortalecidas como nunca visto antes na história, com realce para a participação das Ligas Camponesas, cuja acelerada expansão no Nordeste entre os anos de 1959 e 1962 contribuía sobremaneira para a difusão da bandeira da reforma agrária.

A socialização da política abrangia igualmente o terreno da cultura, em que, além das experiências marcantes na área do cinema, com o Cinema Novo, do teatro, com o Teatro de Arena, no campo editorial, com as revistas *Brasiliense* e *Estudos Sociais*, etc, os comunistas destacaram-se junto ao movimento que parecia melhor expressar aquele momento de explosão sócio-cultural: o CPC da UNE. Os Centros Populares de Cultura foram engendrados a partir da defesa de uma arte nacional e popular voltada para a conscientização política, tendo sido, inclusive, criticada por outros setores da esquerda (mas também no interior do PCB) como proposta panfletária e subordinada a um projeto nacionalista, o que não deixava de ser verdade, em função do posicionamento político dominante entre os setores mais mobilizados do período, assim como por conta das fortes influências recebidas dos intelectuais do ISEB (com destaque para o historiador Nélson Werneck Sodré), que na época também marcaram profundamente as avaliações da esquerda sobre a realidade brasileira.

A política cultural dos comunistas no final dos anos 50 e início dos 60

Abandonada a política zdanovista dos tempos radicais de stalinismo, foram os próprios artistas e intelectuais ligados ao PCB, com atuação destacada nos movimentos sociais, que formularam, na prática, as novas diretrizes da política cultural do partido, conforme indica Marcelo Ridenti¹⁹⁶, num clima de significativa liberdade de ação e produção de idéias. O Comitê Cultural, órgão do PCB responsável por organizar a prática e as propostas dos militantes comunistas junto ao setor intelectual, artístico e cultural, nos dizeres de Leandro Konder, “não puniu ninguém, não excluiu ninguém. Não ditava regra, não impunha coisa alguma.”¹⁹⁷ O pacífico relacionamento dos militantes da área da cultura com a direção do PCB explica-se, segundo Carlos Nelson Coutinho, pela existência de uma “divisão do trabalho”¹⁹⁸, pela qual, se os ativistas do Comitê Cultural não discordassem da proposição política mais geral do partido para aquele momento histórico e muito menos se arvorassem a ocupar o lugar da direção na elaboração da tática e da estratégia políticas, os dirigentes partidários, por sua vez, não se intrometiam nos assuntos diretamente associados à cultura.

Isso explica também, em grande parte, de que maneira foram inicialmente assimiladas pelos comunistas no Brasil as idéias de pensadores como Gramsci e Lukács. Os dois filósofos, responsáveis pela profunda renovação do pensamento comunista no ocidente, só passaram a ter suas obras reconhecidas e aceitas por setores consideráveis do movimento comunista internacional a partir do processo de desestalinização iniciado na União Soviética. No Brasil, suas contribuições, difundidas no início da década de 1960 por jovens intelectuais filiados ou próximos ao PCB, com destaque para Coutinho e Konder, naquele instante apareciam quase sempre vinculadas à batalha cultural antidogmática travada interna e externamente pelo partido, restringindo seu campo de influência ao terreno da filosofia, da arte e da sociologia da cultura. Não era possível ainda que prevalecesse, por exemplo, a versão de um Gramsci eminentemente político, formulador da “teoria do Estado ampliado” e da renovação da estratégia socialista para o mundo capitalista ocidental. Predominava o pensador que propusera

uma leitura humanista e historicista do marxismo, em radical oposição aos princípios stalinistas até então hegemônicos no meio comunista. Isto porque:

... os intelectuais comunistas podiam agir mais ou menos livremente no domínio da cultura, propondo uma renovação filosófica e estética do marxismo brasileiro, mas continuava a ser atribuída a direção do Partido a tarefa de dar a última palavra nas questões especificamente políticas.¹⁹⁹

Quanto a Lukács, suas idéias também serviam basicamente como referência para o ajuste de contas com o "realismo socialista" e para a defesa de uma cultura que, almejando o universalismo, não deixasse de buscar suas raízes nacionais. As discussões suscitadas em torno da questão *nacional-popular*, sob influências do pensamento lukacsiano e gramsciano, fizeram parte de acirradas disputas políticas e ideológicas naqueles anos, com maior ênfase no pós-64, quando recrudesceram as divergências entre os intelectuais ligados ou próximos ao PCB e os das outras correntes de esquerda. Além disso, havia grande afinidade entre a política desenvolvida pelo Comitê Cultural do PCB e a linha proposta por Lukács para o trabalho intelectual. Esta era um desdobramento de sua "política de frente", apresentada pela primeira vez em 1929, através das "Teses de Blum", a qual, por sua vez, guardava semelhanças com a estratégia adotada pelo PCB naquele período²⁰⁰.

A redefinição da linha política permitia, então, a reaproximação dos comunistas com os intelectuais, principalmente os mais jovens, de igual forma atraídos pelo campo gravitacional do partido em função do quadro internacional, em que pontificava a vitória da Revolução Cubana. O Comitê Cultural do PCB, no movimento de massas, sobretudo atuou no interior do mais importante aparelho privado de hegemonia diretamente influenciado pelo partido no período, o CPC da UNE, cuja luta por uma cultura nacional-popular casava-se sem problemas com a proposta comunista de revolução democrático-burguesa. Do CPC fizeram parte nomes que, mais tarde, despontariam como figuras de grande expressão na cultura brasileira: Oduvaldo Vianna Filho, Ferreira Gullar, Gianfrancesco Guarnieri, Paulo Pontes, Arnaldo Jabor, Carlos Diegues, Carlos Nélon Coutinho, Leon Hirszman, Carlos Estevam Martins, José Carlos Capinam, dentre os quais o primeiro deles, Vianinha, destacava-se como "a grande cabeça" ou "a alma"

dos movimentos liderados pelo CPC, conforme demonstram as entrevistas de Denoy de Oliveira e de Carlos Estevam Martins a Marcelo Ridenti²⁰¹.

A política cultural, na verdade, funcionava como uma extensão da estratégia política adotada a partir da Declaração de 1958. Conforme já visto, o PCB entendia como necessário consolidar o processo de desenvolvimento do capitalismo nacional, tendo em vista as possibilidades de contradição aberta com o imperialismo, o que permitiria a formação de uma aliança política dos trabalhadores com a burguesia industrial brasileira, grupo social identificado com a modernização da estrutura econômica brasileira, em contraposição aos setores atrasados e retrógrados representados pelo latifúndio e pelos agentes imperialistas no Brasil. De modo geral, tal perspectiva era acompanhada pela maior parte da esquerda brasileira, ramificada nos sindicatos de trabalhadores, no movimento estudantil, em associações de intelectuais como o ISEB e o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), em partidos com representação no Congresso, tais como o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e parte do PTB, cuja bancada nacionalista assumia cada vez mais um discurso antiimperialista.

O Comando dos Trabalhadores Intelectuais foi fundado em outubro de 1963 com o objetivo maior de coordenar os vários campos em que se articulavam lutas pela “emancipação cultural do país”, as quais se encontrariam associadas à luta geral pela emancipação econômica, razão pela qual o manifesto inaugural da entidade apontava para a necessidade de “participar da formação de uma frente única nacionalista e democrática com as demais forças populares arregimentadas na marcha por uma estruturação melhor da sociedade brasileira”²⁰². Alex Viany, Álvaro Vieira Pinto, Barbosa Lima Sobrinho, Dias Gomes, Ênio Silveira, Jorge Amado, Moacyr Félix, Néelson Werneck Sodré, Oscar Niemeyer, Osny Duarte Pereira, dentre outros, integraram a comissão diretora do CTI, em que destacavam-se as figuras de Moacyr Félix, eleito seu secretário-geral, e de Ênio Silveira, cuja editora Civilização Brasileira foi transformada no quartel-general da entidade e no principal ponto de encontro da intelectualidade de esquerda. Quase quatrocentas pessoas, dentre escritores, atores, diretores teatrais, pintores, cineastas, artistas do rádio e da TV, arquitetos, cantores e compositores, assinaram a lista de adesão ao CTI, que passou a ser visto como um sindicato dos intelectuais, devido à proposta de

organização do meio cultural e à atuação política por intermédio de manifestos em prol das reformas e mudanças sociais.

O ISEB, criado em 1955 por Café Filho e implementado por Juscelino Kubitschek, projetou-se inicialmente como centro formulador de uma ideologia desenvolvimentista no país, mas, no início dos anos de 1960, constituiu outro importante pólo de agitação política e cultural, quando passou a criticar o modelo econômico legado por JK e engajou-se na mobilização em favor das reformas de base. Nesta nova fase da instituição, pontificaram os professores e escritores Osny Duarte Pereira, Álvaro Vieira Pinto e Nélon Werneck Sodré, à frente dos novos quadros de professores e pesquisadores, egressos de um professorado jovem e da militância estudantil. Os cursos, seminários e pesquisas organizados pelo ISEB, antes dirigidos a um público amplo e diversificado (militares, empresários, lideranças sindicais e parlamentares nacionalistas), passaram a revelar uma configuração social e política mais restrita, com a presença maior de ativistas dos grupos políticos e associações identificados com a esquerda, tais como a UNE e a ABI. Percebia-se, então, uma “esquerdização” sofrida pela entidade, cada vez mais crítica em relação ao governo João Goulart, fato lamentado décadas depois por Werneck Sodré, em função do esvaziamento imposto ao ISEB pelas forças conservadoras, o que teria contribuído para o seu isolamento político, assim como o de toda a esquerda às vésperas do golpe de 1964²⁰³.

De fato, o quadro crescente de uma participação política marcada pelo predomínio das posições de esquerda traduzia bem a conjuntura já comentada de “socialização da política”, quadro evidenciado no conjunto da sociedade brasileira e, em particular, no meio intelectual. O período entre 1958 e 1964 constituiu-se naquele em que um rico debate sobre a realidade nacional foi travado no interior das entidades mobilizadas em favor das reformas sociais e, mais especificamente, nas páginas da imprensa mantida por diferentes representantes da esquerda brasileira, com destaque para as publicações editadas pelos dirigentes do PCB, nas quais as discussões, independentemente do tema enfocado, invariavelmente giravam em torno das preocupações suscitadas pela linha política nacional-libertadora e antiimperialista. Muito

provavelmente trata-se do momento em que vigorou “a mais intensa militância intelectual em toda a história brasileira”²⁰⁴.

O aparato político-cultural do PCB

Sem dúvida, uma das mais fortes tradições construídas pelos comunistas brasileiros ao longo de sua história foi a capacidade de desenvolver uma política de atração de intelectuais para seu programa de fundo igualitário e humanista e em torno da posição crítica ao sistema capitalista, fazendo com que gravitassem ao redor do PCB estudantes, jornalistas, artistas, pintores, poetas, músicos, em suma, homens e mulheres ligados à cultura, sequiosos por um mínimo espaço de referência intelectual, numa sociedade marcadamente elitista e caracterizada por possuir um inexpressivo número de instituições e fóruns culturais autônomos.

O aparato político-cultural do PCB funcionou, ao longo de sua história, como importante pólo gravitacional do mundo da cultura, com um grau de adesão mais ou menos permanente, a depender sempre das circunstâncias políticas inerentes a uma agremiação sujeita às perseguições policiais e aos embates ideológicos internos, os quais, em momentos críticos da trajetória do partido, levaram a posicionamentos radicalizados e sectários, época em que muitos intelectuais se afastavam do convívio partidário. De qualquer forma, para um partido que viveu a maior parte de sua história na clandestinidade, o fato de o seu aparato político-cultural ter se constituído de maneira expressiva de tempos em tempos, como em 1935, nos anos 1945/47, 1948/52 e 1963/64, indica tratar-se de um fenômeno nada desprezível, em virtude do peso da sua inserção no campo cultural e da capacidade de fazer circular na sociedade os bens simbólicos produzidos internamente, os quais eram difundidos, principalmente, pela imprensa partidária²⁰⁵.

Nos primeiros anos de sua existência, o Partido Comunista teve como seus principais dirigentes os intelectuais Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, autores de obras difusoras do pensamento marxista e das opiniões dos comunistas acerca da conjuntura nacional e internacional, além de inúmeros artigos publicados nas revistas e jornais mantidos pelo partido

ou abertos à colaboração de seus militantes. A linha adotada pelo III Congresso, em favor da proletarização do partido, com a estrita subordinação às diretrizes da Internacional Comunista, promoveu a exclusão dos intelectuais da direção e sua marginalização da vida partidária, como visto. O período posterior à “Revolução de 1930” foi também acompanhado por uma forte onda repressiva do Estado contra os movimentos organizados dos trabalhadores, seguissem eles a orientação anarco-sindicalista ou a comunista.

Paradoxalmente, o PCB conseguiu republicar o jornal *A Classe Operária*, ao mesmo tempo em que estendia sua influência a parcelas significativas das camadas médias, como estudantes, militares e intelectuais. Os modernistas Oswald de Andrade e Patrícia Galvão (Pagu) entraram para o partido, e publicações editadas entre 1931 e 1934, tais como a revista mensal *Boletim de Ariel* (destinada à divulgação e discussão de livros, na qual se travaram debates sobre o socialismo soviético e a literatura proletária) e a revista de literatura, arte, economia e ciência *Espírito Novo* contavam com a colaboração de nomes vinculados ou próximos ao partido, como Jorge Amado, Alberto Passos Guimarães, Aderbal Jurema, Cândido Portinari, Aníbal Machado, Raquel de Queiroz, Caio Prado Júnior, Carlos Lacerda, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral e o já citado Oswald de Andrade, dentre outros.

O auge da influência do PC na década em questão se deu em 1935, momento de intensificação da luta política no país, com a expansão das ações dos comunistas na sociedade, graças, centralmente, à sua atuação no interior da Aliança Nacional Libertadora. O partido conseguia acesso a publicações para militares, inúmeros jornais e boletins sindicais e estudantis, além de ter participação em várias revistas culturais e de manter três jornais diários (*A Manhã*, no Rio; *A Platéia*, em São Paulo e *Folha do Povo*, em Recife), nos quais colaboravam o humorista Aparício Torelli (o Barão de Itararé), o pedagogo Anísio Teixeira, o professor Hermes Lima, o sociólogo Arthur Ramos, o poeta Jorge de Lima, Rubem Braga, Raquel de Queiroz, José Lins do Rêgo, Oswald de Andrade, Paulo Werneck e Portinari, entre muitos outros.

A repressão desencadeada sobre o movimento de 1935 desbaratou a imprensa identificada com os comunistas, mas, em 1937, mesmo sob a ditadura do Estado Novo, era

editada a revista *Problemas*, de orientação nacionalista e antifascista, tratando de temas relativos a economia, política, literatura, história e reunindo diversos intelectuais de esquerda, comunistas ou não: Moacir Werneck de Castro, Flávio de Carvalho, Edison Carneiro, João Mangabeira, Procópio Ferreira, Arruda Câmara, Joel Silveira, Rubem Braga, Oswald de Andrade, etc. Outras publicações estiveram subordinadas à orientação mais direta do partido, ainda durante o Estado Novo: a revista *Cultura*, contando com a presença de Sérgio Milliet, Graciliano Ramos, Monteiro Lobato, além dos nomes já elencados acima; a *Revista Proletária*, órgão teórico de orientação marxista-leninista-stalinista e de combate ideológico ao trotskismo e ao fascismo; *Diretrizes*; *Dom Casmurro* e a baiana *Seiva*. No plano mais cultural, destacavam-se as revistas *Leitura*, *Esfera* (com a participação de Dias da Costa, Jorge Amado, Graciliano e outros) e *Continental*, a mais efetivamente ligada ao PCB, de caráter informativo e voltada a analisar o contexto internacional, além de pregar a linha partidária de defesa da união nacional. Era comandada pelo dirigente Armênio Guedes e tinha, como colaboradores, os também comunistas Mário Alves, Maurício Grabois, Rui Facó, Álvaro Moreyra, etc.

Mas foi no período da redemocratização, a partir de 1945, que o aparato cultural dos comunistas cresceu de forma considerável, por meio de uma ampla cadeia de informação que contava com diversos semanários e oito jornais diários distribuídos propositalmente pelas principais cidades do país (*Tribuna Popular*, depois *Imprensa Popular*, no Rio; *Hoje*, em São Paulo; *O Momento*, Salvador; *Tribuna Gaúcha*, Porto Alegre; *Folha do Povo*, Recife; *Jornal do Povo*, João Pessoa; *Folha Popular*, Natal, entre muitos outros.), tendo se constituído numa das maiores redes de comunicação da época, talvez apenas suplantada pelos Diários Associados, do empresário Assis Chateaubriand. A tiragem do *Tribuna Popular*, por exemplo, chegou a atingir entre 30 e 50 mil exemplares nos anos de 1945 e 1946, quando a maior gazeta do Rio alcançava exatamente o número de 50 mil jornais impressos. Era republicada, como órgão central do partido, *A Classe Operária*, depois transformada em *Voz Operária*. O PCB crescia a olhos vistos, reunindo mais de trezentos mil filiados e consolidando-se no meio cultural, fazendo com que inúmeros intelectuais passassem a fazer parte de seus quadros ou, no mínimo, se tornassem simpatizantes: Carlos Drummond de Andrade, Monteiro Lobato, Oscar Niemeyer,

Villanova Artigas, Aníbel Machado, Dorival Caymmi, Nélon Pereira dos Santos, Procópio Ferreira, Carlos Scliar, Dalcídio Jurandir, Jacob Gorender, etc.

Diversas outras publicações sofreram, na época, a influência dos comunistas, tais como os jornais *Momento Feminino*, *Terra Livre*, *Emancipação* (de viés nacionalista) e as revistas *Psyke*, *Joaquim*, *Divulgação Marxista*, *Revista do Povo* (de conteúdo político, cultural e de variedades) e *Literatura*, esta última editada por iniciativa de Astrojildo Pereira, com seu conselho de redação composto por Álvaro Moreyra, Aníbal Machado, Arthur Ramos, Graciliano, Manuel Bandeira e Orígenes Lessa. Para manter todo este aparato, além da venda dos jornais, os militantes organizavam diferentes atividades de finanças, traduzidas em campanhas nacionais de arrecadação de fundos para a chamada imprensa popular: festivais, bailes, exposições artísticas, leilões, etc.

Com a cassação do PCB em 1947, a repressão desferida pelo governo Dutra sobre os comunistas foi responsável pela prisão de jornalistas, o empastelamento de diversos jornais partidários e a apreensão de muitas das suas tiragens, forçando o partido a trocar os nomes de várias das suas publicações para driblar a perseguição. O expediente não seria suficiente para evitar a crise vivida pelos comunistas no campo cultural, exacerbada ainda pela linha política sectária então abraçada como resposta à repressão, à ilegalidade e ao clima hostil da Guerra Fria. Numa política de alinhamento incondicional ao *Kominform* (Agência de Informação dos Partidos Comunistas), criado por Stalin em 1947, o PCB radicalizava seu discurso ideológico de ataque ao imperialismo e ao governo Dutra, perseguindo o controle e a instrumentalização política de entidades culturais como a ABDE (Associação Brasileira de Escritores), através das quais os intelectuais vinculados ao partido deveriam atuar em movimentos dirigidos pelo PCB, como o dos Partidários da Paz, e nas diversas publicações de caráter teórico-cultural.

Entre 1948 e 1954, período de auge do stalinismo, pontificavam na imprensa partidária as diretrizes do realismo socialista formuladas pelo dirigente soviético Zhdanov²⁰⁶, como na revista *Problemas*, órgão teórico controlado pelo Comitê Central, sob a direção inicial de Carlos Marighella e, depois, de Diógenes Arruda. Com tiragem média de oito mil exemplares, a publicação mensal, que circulou de 1947 a 1956, tinha como objetivo maior a divulgação do

pensamento marxista-leninista-stalinista, tendo provocado, no último ano de sua existência, a reação crítica de Astrojildo Pereira, segundo o qual a revista dedicara-se apenas a publicar traduções, quase sempre de autores soviéticos, sem jamais ter-se caracterizado como um veículo de discussão teórica dos problemas brasileiros. Outras publicações foram igualmente conduzidas a reproduzir a linha do realismo socialista no período, como *Para Todos*, no Rio; *Seiva*, que reaparecia em Salvador; *Horizonte*, em Porto Alegre e *Orientação*, em Recife. Dentro da mesma linha editorial, circulou em São Paulo, entre 1948 e 1955, a revista *Fundamentos*, sob responsabilidade de Armênio Guedes, Villanova Artigas, Monteiro Lobato, Caio Prado Júnior, entre outros, com a pretensão inicial de ser uma “revista de cultura moderna”, mas tendo sido guindada, a partir de 1951, a produzir de fato um discurso panfletário de combate ideológico à “decadente cultura burguesa”²⁰⁷.

Paralelamente ao trabalho junto à imprensa partidária e aos intelectuais, o PCB passava a se preocupar mais em desenvolver atividades voltadas à educação política e à formação teórica de seus membros, nos marcos do marxismo-leninismo de corte stalinista. O trabalho de educação da militância tornava-se mais sistematizado entre 1951 e 1954, quando cerca de “4.500 alunos freqüentaram três diferentes cursos oferecidos nas escolas partidárias”²⁰⁸. Segundo Jacob Gorender, um dos instrutores nos “cursos Stalin”, deveria haver cerca de quarenta escolas funcionando em todo o país, em que eram aplicados cursos com duração de um mês nos quais se transmitia “um cânone uniformizado, que vinha de Moscou e do *Kominform*”, mas “havia uma parte do curso dedicada ao Brasil, a qual girava em torno de considerações sobre a sociedade brasileira, a sua estrutura de classes etc.”²⁰⁹. A atividade correspondia à necessidade de corrigir as deficiências políticas e teóricas dos quadros partidários, especialmente daqueles que ocupavam postos nas direções intermediárias, nos estados e municípios. A urgência da capacitação era sentida porque o partido vinha sofrendo sucessivas derrotas políticas no movimento de massas, e as falhas eram atribuídas à debilidade teórica dos militantes, não à linha política adotada²¹⁰.

No entanto, a radicalização ideológica levava a que os comunistas caminhassem cada vez mais para o gueto político, o que acabou por se refletir na diminuição da tiragem dos

jornais do partido, como o *Tribuna Popular*, que se reduziu a seis mil exemplares em 1954, quadro que se tornou muito mais drástico a partir da divulgação da denúncia dos crimes de Stalin no XX Congresso do PCUS, quando a tiragem do diário comunista passou a ter pouco mais do que mil exemplares. O relatório do PC Soviético caiu como uma bomba principalmente no meio cultural hegemônico pelo partido brasileiro, provocando a debandada dos intelectuais. O quadro desfavorável mudaria, aos poucos, do último quartel da década de 1950 em diante, quando os debates internos apontaram para a necessidade do abandono programático da política sectária, o que se traduziu na elaboração da Declaração de 1958, conforme analisado anteriormente.

Intelectuais e imprensa do PCB após a renovação

Antes mesmo que o processo de desestalinização tomasse corpo no interior do PCB, surgiram duas novas publicações coordenadas por comunistas, sem que a direção nacional do partido tomasse muita participação na definição das suas linhas editoriais. A revista *Brasiliense*, articulada por Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto, apresentava-se como uma publicação político-cultural de inspiração marxista e nacionalista, mas independente e crítica em relação às teses do partido, o que provocou a reação da cúpula dirigente, que a desqualificou, por meio da interpelação feita por Luiz Carlos Prestes ao veículo, acusando-o de envolvimento com o “nacional-reformismo”²¹¹. Também com autonomia frente ao aparato partidário, ressurgia *Para Todos*, publicado entre 1956 e 1958 sob a forma de um jornal quinzenal dedicado aos temas culturais e aberto à intelectualidade. No seu primeiro ano de existência, cerca de setecentos nomes já haviam escrito para o veículo criado por iniciativa de Oscar Niemeyer, Jorge Amado, Alberto Passos Guimarães, Moacir Werneck de Castro e James Amado.

Por sua vez, a revista *Estudos Sociais* foi criada pela direção nacional do PCB em maio-junho de 1958, como uma das deliberações tomadas com o intuito de redimensionar o papel da imprensa partidária, em meio às mudanças consolidadas com a Declaração de março daquele ano. Com tiragem média de dois a três mil exemplares até o seu fechamento em 1964, foi, no

período histórico indicado, a principal publicação mantida pelo Comitê Central do partido voltada a estimular o debate teórico acerca dos problemas brasileiros e a incrementar a educação política da militância comunista. Teve como diretores responsáveis Astrojildo Pereira, Armênio Guedes e o sociólogo Jorge Miglioli, que formaram o conselho de redação do veículo junto com os jornalistas Fausto Cupertino, Jacob Gorender, Mário Alves, Rui Facó, o filósofo Leandro Konder e, nas últimas edições, o historiador Nelson Werneck Sodré.

No ano seguinte surgia, como órgão oficial do partido, por conseguinte com um caráter mais informativo e propagandístico do que a revista *Estudos Sociais*, o semanário *Novos Rumos*, encarregado de difundir a interpretação da realidade brasileira conforme as formulações teóricas dominantes entre os comunistas, com vistas a embasar as estratégias de luta pelo poder numa sociedade de capitalismo periférico como a brasileira. Comandado por Mário Alves (diretor), Orlando Bonfim Jr. (redator-chefe), Fragmon Carlos Borges (secretário)²¹² e contando com Almir Matos, Rui Facó, Josué Almeida, Paulo Mota Lima e Maria da Graça Dutra como redatores, o jornal trazia o dístico “Nacionalismo, democracia e socialismo” e propunha-se a integrar a frente nacionalista e democrática, defendendo os interesses do proletariado e baseando-se no “marxismo-leninismo”. Também em 1959, passava a circular a revista *Problemas da Paz e do Socialismo*, praticamente a edição nacional de uma publicação internacional dos partidos comunistas subordinados às orientações do PC da União Soviética²¹³.

Em seus quase seis anos de vida, a revista *Estudos Sociais* acolheu a contribuição de cerca de setenta intelectuais, brasileiros ou não, das mais diversas áreas do conhecimento, totalizando perto de duzentos textos publicados, dentre ensaios, capítulos de livros inéditos, resenhas, críticas de livros e revistas e documentos históricos. Conforme poderá ser observado no quadro anexo a esta tese, em suas páginas podem ser encontrados diversos artigos nos quais se verifica a forma pela qual dirigentes comunistas e intelectuais ligados ou não ao PCB interpretavam a realidade social e econômica em que estava inserida a sociedade brasileira e a conjuntura política da época, com textos referentes a temas diversos, numa perspectiva multidisciplinar.

Além dos membros da direção partidária e dos intelectuais comunistas mais influentes, cuja participação será abordada logo à frente, escreveram para a revista importantes figuras do pensamento nacional como: o autor de *Geografia da Fome*, Josué de Castro, cientista brasileiro que presidiu a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e foi deputado eleito pelo PTB; o historiador e geógrafo pernambucano Manuel Correia de Andrade (autor de *A Terra e o Homem do Nordeste*, *A Guerra dos Cabanos*, *Abolição e Reforma Agrária*, dentre outras obras); Orlando Valverde, geógrafo, autor de *Geografia Agrária do Brasil*; o historiador gaúcho Sérgio da Costa Franco; Hermínio Linhares, pesquisador do movimento operário (autor de *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*); o antropólogo baiano Edison Carneiro, pioneiro dos estudos sobre o negro no Brasil; o cientista social Maurício Vinhas de Queiroz (autor de *Messianismo e Conflito Social*); o estudioso da história e da sociedade das Minas Gerais, Miguel Costa Filho, que dirigiu a revista *Movimento*, do Clube de Cultura Moderna, entidade próxima à Aliança Nacional Libertadora (1935) e integrou a direção da União dos Trabalhadores Intelectuais, associação criada em 1945, sob hegemonia do PCB.

Nas áreas econômica e política, colaboraram com artigos os economistas Moacyr Paz e Gilberto Paim; o dirigente comunista baiano Moisés Vinhas; Hugo Régis dos Reis, engenheiro civil e eletricitista e professor da Escola Nacional de Engenharia, no Rio de Janeiro; os deputados integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista Milton Reis, Clélio Lemos, Salvador Losacco, o católico socialista Domingos Velasco e o então vice-presidente da Comissão de Economia da Câmara Federal, Jacob Frantz, do PTB da Paraíba. A Assessoria Técnica Parlamentar, sobre a qual se falará adiante, também contribuiu com textos nestas áreas, e, sob orientação de Astrojildo Pereira, foram reproduzidos documentos históricos do movimento operário brasileiro, da fase de organização da COB (início do século XX).

No campo da cultura, da ciência e da filosofia, pontificaram ensaios dos então membros do Comitê Cultural do PCB e ativistas do CPC da UNE, Carlos Nélon Coutinho e Ferreira Gullar; do romancista marajoara Dalcídio Jurandir, que participou da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), entidade de intelectuais dirigida pelo PCB entre 1945 e 1958; do crítico literário e professor universitário mineiro Fábio Lucas; do físico e crítico de arte Mário Schenberg; do

poeta mineiro Ary de Andrade e dos escritores e jornalistas Moacir Werneck de Castro e Geir Campos, este fundador do Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro e da Associação Brasileira de Tradutores. Com textos sobre educação, contribuíram os professores Mariza-Henrique Coutinho e Paschoal Lemme (autor de *Memórias de um Professor*), que participou do projeto de educação de adultos criado por Anísio Teixeira em 1933 e produziu inúmeras obras sobre a história da educação brasileira no século XX.

No âmbito da educação partidária, visando informar a posição dos comunistas perante diferentes concepções teóricas vigentes no período, foram apresentados artigos de pensadores situados no campo do marxismo, tais como os economistas russos Paul Baran e P. Kopnin, o húngaro Eugen Varga, Regino Boti, Ministro das Finanças de Cuba e integrante do quadro de economistas da CEPAL, o poeta, escritor e filósofo austríaco Ernst Fischer, o romancista soviético Ilya Ehrenburg, o teatrólogo Bertold Brecht, os filósofos Adam Schaff e Gyorgy Lukács, o historiador francês Jean Bruhat e o escritor, seu conterrâneo, Louis Aragon. A título de curiosidade, destaque-se a publicação de um texto criticando as concepções filosóficas e políticas de Lukács, de autoria do então Ministro da Cultura da Hungria, Jozsef Szigeti e, para contrabalançar, a reprodução na mesma edição do prefácio do livro *A Destruição da Razão*, do próprio Lukács, numa atitude que chegou a ser saudada por Leandro Konder como a indicar a intenção dos diretores da revista em contribuir para a “democratização da vida interna do movimento comunista brasileiro”²¹⁴. Houve ainda a publicação do depoimento do “padre operário” francês Jean-Marie Marzio, sobre o seu envolvimento na greve geral dos trabalhadores franceses de 1953 e as polêmicas com a Igreja Católica e a direita na França.

Despontaram, na condição de principais formuladores das perspectivas teóricas em geral abraçadas pelos comunistas brasileiros no período, autores como Mário Alves, Jacob Gorender, Carlos Marighella, Alberto Passos Guimarães e Néelson Werneck Sodré. Os três primeiros eram membros destacados do Comitê Central do PCB, componentes do grupo que disputou com êxito a hegemonia no interior da direção nacional do partido por ocasião dos debates travados em torno do processo de desestalinização, conforme observado alguns pontos atrás, embora Marighella tenha constituído, inicialmente, a facção dos “conservadores”,

derrotada na luta interna. Werneck Sodré e Passos Guimarães nunca chegaram a fazer parte da direção partidária, mas destacaram-se como intelectuais influentes nas visões do PCB sobre a formação histórica brasileira.

O alagoano **Alberto Passos Guimarães** ingressou no PCB no início dos anos trinta, quando uma quantidade significativa de intelectuais (Caio Prado Jr., Oswald de Andrade, Jorge Amado, Raquel de Queiroz, Portinari, etc.) foi atraída para as hostes pecebistas. Colaborou, na época, com artigos para o *Boletim de Ariel*, publicação mensal dos comunistas destinada a divulgação e discussão de livros, editada entre 1931 e 1938. Durante o Estado Novo, refugiou-se em Salvador e contribuiu para a reorganização do partido na Bahia nos primeiros anos da década de 1940. Em 1944, quando o PCB retomou a atividade editorial de forma mais sistemática, Passos Guimarães radicou-se no Rio de Janeiro para, agindo sob orientação direta da Secretaria Nacional de Agitação e Propaganda e do Comitê Central, assumir a direção política do Editorial Vitória, a mais importante editora do partido até 1964²¹⁵. Em 1958, integrou a comissão responsável pela formulação do texto que originou a Declaração de Março. Em 1964, viu publicado o seu livro mais conhecido, *Quatro Séculos de Latifúndio*, que se tornou uma das obras mais influentes junto ao pensamento brasileiro moderno a respeito da formação do Brasil Colônia e do desenvolvimento capitalista no país, tendo sido responsável pela “ampla generalização da tese sobre o feudalismo brasileiro”²¹⁶. Faleceu em dezembro de 1993.

O militar reformado, jornalista e historiador **Nélson Werneck Sodré**, nascido no Rio de Janeiro em 1911, tornou-se um intelectual de reconhecido prestígio e ascendência sobre o meio cultural e político de esquerda nas décadas de 1950 e 1960 por sua atuação no interior do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e do Comando dos Trabalhadores Intelectuais e pelos estudos baseados em noções e conceitos marxistas. Em três de suas dezenas de obras sobre o Brasil – *Introdução à Revolução Brasileira*, de 1958; *Formação Histórica do Brasil*, de 1962; *História da Burguesia Brasileira*, de 1964, com destaque para a segunda, está o “arcabouço teórico do modelo democrático-burguês que influenciou o PCB a partir de 1958”²¹⁷.

Há indícios de que tenha se aproximado do PCB no início da década de 1940, quando viveu durante um ano e meio na Bahia, principal pólo de reaglutinação dos comunistas no

Estado Novo. Foi a partir dos anos 1943-44, quando desta passagem do historiador pela Bahia (onde o debate teórico e político em torno do marxismo era uma realidade e havia um dinâmico movimento de oposição ao Estado Novo, inclusive com ramificações militares organizadas pelo PCB), que houve uma inflexão nos textos e na militância política de Sodré no sentido de uma clara identificação com as propostas dos comunistas brasileiros, daí sendo possível inferir a sua adesão ao PCB, tendo em vista que, talvez em decorrência de sua condição de militar e das perseguições que sofreu, jamais tenha admitido publicamente a filiação ao partido²¹⁸. Em fins de 1944, estabeleceu contatos com os integrantes do setor militar do PCB (o AntiMil, composto por militantes comunistas inseridos nas Forças Armadas e que chegou a ser coordenado por Giocondo Dias), organização da qual teria passado a fazer parte, ainda que por meio de uma militância sempre discreta²¹⁹.

Entre 1948 e 1950, Sodré chefiou o curso de história da Escola do Comando Maior do Exército e, na década de 1950, ganhou estigma de militar maldito por sua participação nas eleições do Clube Militar e por suas posições abertamente nacionalistas e de esquerda, expressas na defesa do monopólio estatal do petróleo e do controle sobre o capital estrangeiro no país. Participou das principais instituições aglutinadoras da intelectualidade de esquerda no período: do ISEB, desde a sua fundação em 1955, e do CTI, criado em 1963. Foi preso em 1961 por enfrentar aqueles que desejavam impedir a posse de João Goulart e, com o golpe de 1964, permaneceu durante sessenta dias recluso no Forte de Copacabana. Mesmo sofrendo seis inquéritos policiais militares (IPMs), manteve sua militância intelectual e, após a ditadura, continuou no essencial reafirmando suas teses acerca da formação histórica brasileira. Morreu em janeiro de 1999, na cidade de Itu, interior de São Paulo²²⁰.

Também integrantes do conselho de redação da revista *Estudos Sociais*, Jorge Miglioli, Fausto Cupertino e Rui Facó, além de terem produzido críticas a livros e revistas para o veículo do PCB, contribuíram, com alguns artigos, para a difusão da linha política defendida pelos dirigentes comunistas. **Jorge Lobo Miglioli**, nascido em 1935, graduou-se em Ciências Sociais pela ex-Faculdade Nacional de Filosofia da antiga Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Dedicou-se às atividades jornalísticas e de escritor, tendo

assumido o cargo de secretário da revista *Estudos Sociais* a partir da edição nº 11 (dezembro de 1961). Doutorou-se em Ciências Econômicas pela Escola Superior de Planificação e Estatística de Varsóvia (Polônia), em 1968. Livre docente titulado em Macroeconomia pela UNICAMP, hoje integra o Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras (campus Araraquara) da Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), onde desenvolve pesquisas e orienta nas áreas de Teoria Sociológica, Evolução da Burguesia e Sociologia do Desenvolvimento²²¹. O jornalista e economista **Fausto Cupertino**, além da participação na revista *Estudos Sociais* e no jornal *Novos Rumos*, para o qual colaborou com diversas reportagens, escreveu o livro *Inflação, Arma dos Ricos*, para a Coleção "Reportagem" editada pelo CPC da UNE em 1963²²². Integrou, na década de 1970, o conselho consultivo da revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, na companhia de inúmeros intelectuais brasileiros de renome. E foi autor de uma série de obras constantes da Coleção "Realidade Brasileira", publicada pela Editora Civilização Brasileira²²³.

O cearense **Rui Facó**, nascido em outubro de 1913, formou-se advogado na Bahia, onde trabalhou nos *Diários Associados* e foi preso após os acontecimentos de 1935, já na condição de militante comunista. Participou da fundação das revistas *Seiva* e *Flama*, mantidas pelo PCB, para as quais colaborou assiduamente. Após a Segunda Guerra Mundial, transferiu-se para o Rio de Janeiro, para dedicar-se às atividades jornalísticas na redação de *A Classe Operária* e, como colaborador, em diversos outros jornais e revistas. Em 1952, viajou para a União Soviética, onde trabalhou na Rádio Moscou e empregou seu tempo na coleta de dados sobre fatos históricos do Brasil. Após regressar ao país em 1958, além de participar das redações da revista *Estudos Sociais* e do jornal *Novos Rumos*, assumindo ainda a direção de *Problemas da Paz e Socialismo*, consagrou-se como escritor, produzindo obras como *Brasil, Século XX* (a pedido de uma editora argentina), *A Guerra Camponesa de Canudos* e *Cangaceiros e Fanáticos*, seu estudo mais conhecido, publicado postumamente. Faleceu antes de completar cinquenta anos, "no cumprimento de uma tarefa do seu jornal"²²⁴, o *Novos Rumos*, para o qual produziu inúmeras reportagens, com forte teor crítico e social, até que a morte o surpreendeu num desastre de avião²²⁵.

Leandro Konder, outro membro do conselho de redação, distinguiu-se na autoria de ensaios filosóficos e culturais, além de produzir várias críticas de livros para a revista. Nascido, em 1936, em Petrópolis (RJ) e pertencente a uma família de comunistas, muito jovem abraçou a militância no PCB. Formou-se em Direito, mas dedicou-se prioritariamente ao jornalismo e à filosofia, tendo dado seus primeiros passos como ensaísta, unindo as duas atividades, justamente na revista *Estudos Sociais* e no jornal *Novos Rumos*. Membro do Comitê Cultural do PCB, junto com Carlos Nélon Coutinho, foi pioneiro na divulgação das idéias de Lukács e Gramsci no Brasil, ainda na década de 1960. “Marxista de profundo espírito crítico”²²⁶, que, nas palavras de Coutinho, não aprendeu o marxismo nos manuais da antiga Academia de Ciências da URSS, mas diretamente nos textos clássicos dos teóricos do socialismo, é respeitado por sua vasta produção intelectual, atualmente com mais de vinte livros e inúmeros textos publicados em jornais e revistas. Depois de 1964, escreveu para *Revista Civilização Brasileira*, *Paz e Terra*, *Temas de Ciências Humanas*, as publicações do PCB *Folha da Semana*, *Voz Operária* (esta produzida no exílio, na década de 1970), *Voz da Unidade* (nos anos oitenta) e, após deixar o partido em 1982, também para a grande imprensa, como *Jornal do Brasil* e *O Globo*. Tendo se doutorado em filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, hoje Leandro Konder é professor do Departamento de Educação da PUC-RJ.

Figura igualmente importante foi a do jornalista mineiro **Marco Antônio Tavares Coelho**, incumbido pelo Secretariado Nacional do PCB de coordenar a Assessoria Técnica Parlamentar, frente de trabalho criada sob inspiração de Armênio Guedes para subsidiar, com informações e análises sobre os problemas candentes do país, a atuação de vários deputados federais nacionalistas e dois comunistas eleitos em 1958. Sediado no Rio, o grupo fornecia dados para a direção partidária e matérias para *Novos Rumos* e outras publicações, como a revista *Estudos Sociais*, na qual foram publicados textos dos jornalistas, economistas e estudantes de ciências sociais que colaboravam para a Assessoria, entre os quais Helga Hoffmann, Renato Guimarães, Fausto Cupertino, Aristóteles Moura, Wanderley Guilherme dos Santos e Josué de Almeida. Muitos dos trabalhos teriam resultado de reflexões feitas sobre os estudos de pesquisadores influentes no pensamento progressista do Rio, tais como Celso

Furtado, Ignácio Rangel, Nélon Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, pouco sendo aproveitadas, no entanto, as contribuições da jovem intelectualidade paulista formada na USP e de Caio Prado Júnior²²⁷.

Nascido em 1926, Marco Antônio Coelho entrou para o PCB em 1943, pelas mãos pelo então estudante da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, Darcy Ribeiro. Formado pela Faculdade de Direito, Coelho não se dedicou à advocacia, logo tendo sido profissionalizado pelo partido, seguindo depois a carreira jornalística. Atuou no movimento estudantil de Belo Horizonte e colaborou para a organização do PCB em Minas Gerais, com destaque para o trabalho no *Jornal do Povo*, veículo do partido no Estado. Foi designado para atuar no trabalho nacional de educação política entre os anos de 1953 e 1956 e, na coordenação da Assessoria Técnica Parlamentar entre 1959 e 1962, quando então se elegeu deputado federal pelo Estado da Guanabara, na legenda do PST. Preso em 1975 pela ditadura militar, foi barbaramente torturado e, devido a informações prestadas sob tortura, acabou sendo expulso do PCB pelo Comitê Central exilado na França, sob a justificativa de não ter se comportado bem na prisão²²⁸.

No jornal *Novos Rumos*, ainda se destacou como importante divulgador das teses pecebistas o advogado e jornalista **Almir Matos**, igualmente formado na “escola baiana” de quadros do PCB, egresso do poderoso movimento estudantil soteropolitano, assim como Jacob Gorender, Mário Alves, Marighella, Armênio Guedes e Rui Facó, além de outros comunistas notáveis, como os ex-deputados federais Fernando Santanna e João Falcão. Aderiu ao partido no caudal das lutas pelo fim do Estado Novo e nas campanhas antifascistas do início dos anos quarenta, época em que trabalhou, ao lado de Facó e Gorender no *Diário de Notícias*. No ano de 1945, foi um dos redatores do jornal *O Momento*, lançado pelo Comitê Regional do PCB da Bahia, “o primeiro jornal comunista a circular legalmente no país”²²⁹ depois da ditadura, com Alberto Passos Guimarães assumindo a área editorial e João Falcão como diretor responsável perante o CR do partido. Foi candidato do PCB nas eleições estaduais de 1947, integrando a Chapa Popular, que acabou elegendo os dirigentes Giocondo Dias e Jaime Maciel. Neste mesmo ano assumiu a direção de *O Momento* e, nas eleições municipais de novembro, foi eleito o

vereador mais votado de Salvador. Em plena vigência do Manifesto de Agosto (1950), passou a conduzir a secretaria de agitação e propaganda do PCB baiano²³⁰. Com a fundação de *Novos Rumos*, quando vigorava a Declaração de Março (1958), estava no Rio de Janeiro e integrou a redação do semanário comunista. Também colaborou para a Coleção "Reportagem" do CPC da UNE, com o livro *Em Agosto Getúlio Ficou Só*.

Por outro lado, Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto sobressaíam como os principais organizadores e colaboradores de uma publicação de cunho marxista, mas declaradamente independente e com divergências explícitas em relação às teses oficiais do PCB: a revista *Brasiliense*, que grande influência também foi capaz de exercer entre comunistas e setores da esquerda no Brasil. Nascido em São Paulo em 1907, **Caio Prado Júnior** formou-se pela Faculdade de Direito em 1928, ano em que ingressou na vida política, filiando-se ao Partido Democrático (PD). Participou da Revolução de 1930, mas, descontente com os rumos tomados pelo regime de Vargas, entrou no Partido Comunista em 1931. Escreveu a primeira obra de referência sobre a formação histórica brasileira com base no materialismo histórico (*Evolução Política do Brasil*) em 1933, mesmo ano em que viajou à União Soviética. Assumiu a vice-presidência da Aliança Nacional Libertadora e, com o fracasso do levante comunista de 1935, ficou preso até 1937, quando partiu para o exílio, somente regressando ao país dois anos depois.

Nos anos quarenta, dividiu a militância política com as atividades intelectuais. Lançou os livros *Formação do Brasil Contemporâneo*, em 1942 e *História Econômica do Brasil*, em 1945, tendo constituído a Editora Brasiliense no ano de 1943. Chegou a pertencer aos Comitês de Ação que, surgidos no Rio e em São Paulo quando o PCB estava desarticulado nacionalmente, propunham a organização do partido sem orientação dogmática e aberto a divergências, mas se recompôs com a direção nacional agrupada em torno de Prestes após a Conferência da Mantiqueira (1943), mantendo-se no partido como um disciplinado militante de base²³¹. Elegeram-se deputado estadual do PCB por São Paulo em 1947. Foi um dos responsáveis pela edição da revista de cultura *Fundamentos*, mantida pelos comunistas paulistas entre 1948 e 1955. Já divergindo das diretrizes pecebistas, dirigiu a revista *Brasiliense* entre os anos de

1955 e 1964 e prosseguiu com sua rica e prestigiosa produção intelectual (*Dialética do Conhecimento*, 1963; *A Revolução Brasileira*, 1966 e outros). Faleceu em São Paulo em 1990²³².

Elias Chaves Neto, também paulista, nasceu em 1898 e formou-se em Direito em São Paulo no ano de 1923, tendo cursado, a partir de 1935, os cursos de filosofia e sociologia na então recém criada Universidade de São Paulo. Trabalhou nos jornais *O Estado de São Paulo* e *A Gazeta* quando ainda estudava Direito, transferindo-se para o Rio de Janeiro em 1927, a fim de integrar o departamento legal das Empresas Elétricas Brasileiras, prestadora de serviços à Brazilian Electric Power Company (subsidiária da multinacional Electric Bond and Share) e, após a Revolução de 1930, foi designado advogado do grupo em Recife. Regressou a São Paulo em 1935, quando advogou para o prefeito da cidade, após o que trabalhou como correspondente do jornal carioca *Correio da Manhã*, como redator da *Folha da Manhã* e de *A Noite* e como diretor da *Agência Meridional* (SP), ligado aos *Diários Associados*.

No início dos anos quarenta, iniciou sua militância comunista fazendo parte de uma organização antifascista, a Liga dos Trabalhadores Democráticos, que chegou a contar com grande número de aderentes. Sob a influência do browderismo²³³, surgiram os Comitês Democráticos, articulações suprapartidárias envolvidas na campanha pela anistia ao final do Estado Novo, e Elias Chaves Neto ajudou a organizar o Comitê do Jardim Paulista. Por determinação da CNOP (Comissão Nacional de Organização Provisória), que, responsável pela reestruturação do PC sob a ditadura de Vargas, se opunha radicalmente à orientação browderista, a Liga dos Trabalhadores Democráticos foi dissolvida para a criação do MUT (Movimento Unificador dos Trabalhadores), em cuja sede Chaves Neto foi preso, na companhia de Caio Prado Júnior e Jorge Amado. Em 1946, com a fundação do jornal *Hoje*, órgão oficial do PCB em São Paulo, integrou a sua redação, a qual, localizada nos fundos da Livraria Brasiliense, tornou-se um centro vivo de encontro dos intelectuais de esquerda. Trabalhou também, na condição de chefe de arquivo, em *O Estado de São Paulo* (de onde foi demitido por liderar movimento pró aumento de salários), na revista do PCB *Fundamentos* e, em 1953, entrou para a Editora Brasiliense, assumindo, em seqüência, a direção da revista *Brasiliense*, até a sua aposentadoria em 1965. Nos anos setenta, dedicou-se às atividades de escritor²³⁴.

Dentre as questões abordadas nos textos das revistas *Estudos Sociais* e *Brasiliense*, assim como em notas políticas e artigos publicados no jornal *Novos Rumos*, sobressaíam aspectos substanciais para o entendimento global da realidade brasileira e para a formulação da estratégia política a ser seguida pelos comunistas e pelos setores políticos e sociais que sofriam influência direta da ação pecebista. Assuntos como a formação histórica brasileira, a questão agrária, a intervenção imperialista no Brasil, o desenvolvimento econômico capitalista nos marcos da proposição nacionalista, o papel da burguesia nacional naquela etapa da luta política e social, dentre outros, fizeram parte da rica discussão teórica desenvolvida nas páginas da imprensa mantida pelos comunistas. Fragmentos importantes do debate serão examinados criticamente nos próximos capítulos deste trabalho.

CAPÍTULO III:

O PCB E A REALIDADE BRASILEIRA: CAPITALISMO E QUESTÃO AGRÁRIA NA “ETAPA NACIONAL-DEMOCRÁTICA”

As análises desenvolvidas pelos comunistas nas páginas da imprensa partidária, em especial nas revistas *Estudos Sociais* e *Brasiliense*, coordenadas por dirigentes e intelectuais ligados ao PCB e dedicadas a um intenso debate teórico e político-estratégico, revelavam substancialmente olhares inscritos na perspectiva nacional-libertadora dominante, pois estava na ordem do dia para os comunistas brasileiros, como já salientado, a consolidação do processo de desenvolvimento do capitalismo nacional, em contradição aberta com o imperialismo. Para o núcleo dirigente do PCB, era necessário investir na formação de uma aliança política dos trabalhadores com a burguesia industrial brasileira, grupo social retratado como moderno e progressista, em contraposição aos setores atrasados e retrógrados identificados nos representantes do latifúndio e do imperialismo no Brasil.

No entanto, principalmente em virtude da postura crítica quanto às orientações políticas do PCB, conforme as posições expressas por Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto na revista *Brasiliense*, foi possível identificar interpretações diferenciadas sobre o processo econômico-social brasileiro, a sua formação histórica e o estágio de desenvolvimento das relações capitalistas no país nos textos pesquisados, ao mesmo tempo em que havia concordância nos temas associados à política econômica (a ser aplicada em bases estritamente nacionais) e ao correspondente movimento nacionalista. A seguir, será analisado de que forma se travou este debate no seio da intelectualidade formada pelos dirigentes comunistas e intelectuais, militantes ou próximos ao PCB, a respeito de cada uma das questões vistas como fundamentais para a compreensão da realidade brasileira, a começar pela questão agrária. A quase totalidade dos textos analisados foi publicada nas revistas *Estudos Sociais* e *Brasiliense*, entre os anos de 1958 e 1964.

A questão agrária no Brasil: feudalismo x capitalismo

Nas discussões em torno deste ponto, apareceu como bastante característico da concepção dominante no PCB o artigo de Carlos Marighella intitulado "Alguns aspectos da renda da terra no Brasil", aberto com a declaração segundo a qual o monopólio da terra seria a causa do atraso em que se encontrava o país, e sua eliminação permitiria que as forças produtivas dessem "um salto para a frente"²³⁵. Toda a sua análise desenvolveu-se no sentido de tentar comprovar que os restos pré-capitalistas (identificados como feudais ou semif feudais) na estrutura agrária brasileira, conservados e eternizados pelo imperialismo, segundo o dirigente comunista, impediam o pleno desenvolvimento das relações capitalistas e, conseqüentemente, adiavam o projeto nacional autônomo. Sua conclusão, após o estudo da renda da terra e de como funcionavam as formas pré-capitalistas de exploração da mão-de-obra no campo brasileiro, buscava levar à "compreensão da necessidade de abalar ou eliminar o monopólio da terra, o que, ao lado da derrota do imperialismo norte-americano, criará novas condições para o desenvolvimento das forças produtivas"²³⁶.

O texto de Marighella partia do pressuposto de que dois tipos de renda, a pré-capitalista e a capitalista, conviviam simultaneamente na estrutura agrária brasileira. Ao analisar a renda da terra na cultura do café, apresentava a figura do colono como a de um trabalhador submetido tanto à exploração da renda trabalho, típica das sociedades pré-capitalistas, quanto ao regime do salariado, próprio do capitalismo. Segundo Marighella, a primeira forma de exploração revelava-se através do trabalho realizado exclusivamente na terra do fazendeiro, ficando mais nítida quando, em determinados dias do ano, o colono era obrigado a prestar serviços gratuitos ao seu senhor, tais como consertar estradas e cercas e limpar pastos. Tais serviços receberam do autor do artigo a denominação de "corvéia", como se de fato existissem relações inerentes ao feudalismo no campo brasileiro. Dentro desta mesma linha, asseverava a total dependência do colono para com o dono da terra, "tal como acontecia no tempo do feudalismo"²³⁷, expressa também na apropriação, pelo fazendeiro, do produto suplementar do plantio realizado na parcela do terreno concedida ao trabalhador, além de outras formas de

coerção extra-econômica, como a proibição de caçar, pescar e tirar lenha das matas da fazenda, características ilustrativas da servidão, forma de trabalho dominante no feudalismo.

Marighella declarava que o colono era, ao mesmo tempo, um trabalhador assalariado, em virtude de a fazenda de café ser também um empreendimento capitalista. Argumentou tratar-se, na verdade, de um semiproletário, pois a condição, segundo ele, para o trabalhador se afirmar como assalariado, isto é, receber em dinheiro, nem sempre acontecia, já que o fazendeiro lhe reservava o vale, como complemento do que consumia no barracão da fazenda, outro instrumento de dominação a retirar o caráter de liberdade da força de trabalho, também visto como “remanescente do feudalismo”²³⁸. Historicamente, o quadro era explicado como resultado da passagem do fenômeno da parceria, pela qual o braço estrangeiro importado para a lavoura de café entregava a renda produto ao dono da terra, para a condição de trabalhador semiproletário, na qual o colono perdia totalmente a ilusão de tornar-se um produtor independente, mas não se transformara plenamente ainda num assalariado, devido às revivescências da servidão, como referido acima.

O articulista explicava tal situação híbrida pelo fato de a produção de café ser principalmente destinada ao comércio exterior, servindo quase exclusivamente aos interesses do imperialismo e dos latifundiários e pouco contribuindo para o desenvolvimento do mercado interno, menos ainda para a circulação de dinheiro no meio rural. A possibilidade de junção, em uma mesma realidade social, de duas formas de exploração historicamente separadas, era vista como exemplo da singularidade de um “país oprimido e dominado pelo imperialismo, onde o monopólio da terra é lei geral”²³⁹, impondo a sobrevivência de resquícios feudais no campo, segundo o autor do texto. Suas considerações apontavam para um prejuízo do desenvolvimento geral do país e para o entrave das forças produtivas, tendo em vista que a permanência de formas pré-capitalistas na estrutura agrária brasileira impediria a elevação da fazenda à categoria de um empreendimento plenamente capitalista, fato este responsável por restringir “a circulação de mercadorias e o incremento do valor de uso e de troca, impondo às forças produtivas entraves feudais insuportáveis”²⁴⁰.

A existência da figura do empreiteiro individual, trabalhador assalariado contratado para a formação do café, citada como uma nova forma de exploração na órbita do capitalismo, pelo fato de o pagamento pelas tarefas ser feito em dinheiro, era avaliada como a representar uma ameaça ao domínio do latifundiário, em virtude das reivindicações visando estender ao campo a legislação trabalhista. Daí que, segundo Marighella, o grande proprietário recorresse a outro tipo de empreiteiro, aquele encarregado de aliciar, para determinados serviços ligados à preparação do terreno com vistas à produção futura na fazenda, turmas de trabalhadores (peões), aos quais explorava pagando míseros salários. Tal elemento, apresentado no texto como um “intermediário capitalista aliado ao latifundiário e ao capital comercial e usurário”²⁴¹, indicaria que este tipo de assalariamento do trabalho agrícola não levava à verdadeira emancipação do colono, nem à eliminação dos restos feudais no campo brasileiro, pois tais trabalhadores estariam ainda sendo submetidos, concomitantemente, a formas semifeudais de exploração, extorquidos em sua renda trabalho. Além disso, a maior parte das fazendas de café (88%, conforme destacado no texto) continuava a ser tocada por colonos, fato que constituiria uma prova da permanência dos restos feudais.

Outros exemplos discriminados no artigo serviam para reforçar as conclusões já verificadas. Eram registradas diferenças marcantes, em relação à agricultura cafeeira, nos casos das culturas canavieira e algodoeira. Na primeira, a usina de açúcar era descrita como superior, na perspectiva de um empreendimento capitalista, à fazenda de café, ao encarnar nitidamente a união entre agricultura e indústria, fazendo do usineiro um industrial do campo, ao contrário do fazendeiro de café. Mas, ao mesmo tempo, o usineiro era também um latifundiário a explorar, em suas terras, trabalhadores vinculados a outras culturas (café, algodão, arroz), sujeitando-os igualmente às formas de exploração semifeudais, assim como o fazia em relação aos plantadores de cana, apontados como semiproletários, tais quais os colonos de café. O fornecedor de cana independente, o antigo senhor de engenho, identificado agora como capitalista, camponês ou fazendeiro rico a explorar a renda produto do pequeno arrendatário (ou pequeno camponês) e a mais-valia do trabalhador rural, estaria de fato subordinado ao grande poderio do usineiro, imposto, centralmente, através do monopólio da terra.

No outro exemplo, a cultura do algodão era apresentada como desenvolvida à base do arrendamento da terra, tendo criado a figura do arrendatário pobre, submetido a contratos tão extorsivos quanto os do colono de café, ao ser obrigado a entregar produto excedente ou a prestar trabalho ao latifundiário. Este, ao contrário do fazendeiro do café e do usineiro, os quais encarnariam a aliança da terra com o capital, somente seria capaz de extrair renda da terra se explorasse a miséria dos inúmeros arrendatários. Segundo o dirigente comunista, a renda apropriada pelo latifundiário do algodão seria toda ela pré-capitalista, não existindo, assim, a figura do trabalhador assalariado, a não ser no caso da indústria do beneficiamento do produto, conservada em mãos de empresas imperialistas, totalmente separada da exploração agrícola, monopolizada pelos grandes proprietários.

Todas essas observações levavam Marighella à seguinte conclusão:

Isso fortalece a convicção de que os restos feudais predominam em nossa economia agrária e encontram sua principal fonte no monopólio da terra, tão fortemente apoiado pelo imperialismo para facilitar seu domínio sobre toda nossa economia e o nosso povo. Não obstante, já há penetração capitalista no campo, e ela se manifesta na renda absoluta ou diferencial produzida pela exploração da mais valia do proletariado e semi-proletariado rurais.²⁴²

A solução para o enfrentamento político de tal quadro, registrada no final do artigo, estaria em eliminar o monopólio da terra, medida a ser precedida pela extinção das formas feudais de exploração, cuidando para que ficassem resguardados, porém, os empreendimentos industriais do campo, pois, assim, desde que garantida a aplicação da legislação trabalhista na área rural, estariam criadas as “novas condições para o desenvolvimento das forças produtivas”²⁴³.

Em artigo publicado em 1962 na mesma revista, reproduzindo declarações prestadas à Comissão de Reforma Agrária da Câmara dos Deputados, Alberto Passos Guimarães reforçava a tese da persistência de uma estrutura colonial e pré-capitalista no sistema agrário brasileiro, responsável por uma série de distorções e deformações existentes na economia nacional: a agricultura de exportação, à base da monocultura e da propriedade latifundiária, era mantida em detrimento da agricultura de subsistência e das necessidades da população, situação que

forçava a dependência da produção aos ditames dos mercados estrangeiros, dominados pelos trustes internacionais, levando à descapitalização do setor e à evasão para o exterior de grande parte da renda formada internamente, em decorrência da constante deterioração dos preços dos produtos agrícolas. Tal panorama, agravado pelo sistema de distribuição (rede de transporte, de armazenagem e de crédito), organizado para atender o setor latifundiário-exportador e monopolizado por empresas estrangeiras, desencadeava um quadro de “crise agrária”, cujos maiores efeitos eram a permanente pobreza dos pequenos e médios produtores agrícolas, o baixo nível de remuneração dos trabalhadores rurais, o incentivo à superprodução de gêneros exportáveis e a limitação do mercado interno. A elevada concentração da propriedade, contrastando com a vastidão de terras existentes, provocava escassez de terras disponíveis no mercado, altos preços dos imóveis rurais e arrendamentos, redução da área produtiva e, portanto, carência dos produtos mais necessários ao mercado interno²⁴⁴.

Utilizando o Censo Agrícola de 1950 como sua principal fonte de dados, o escritor alagoano registrava ainda a péssima utilização dos enormes recursos de mão-de-obra no campo, tendo em vista que 58% da população economicamente ativa no Brasil estariam vinculados às atividades agropecuárias, perfazendo um total de onze milhões de pessoas trabalhando em cerca de vinte milhões de hectares, o que indicaria um índice muito baixo de produtividade, se comparado com a realidade dos países capitalistas desenvolvidos. Isto revelaria, uma vez mais, as limitações impostas ao desenvolvimento econômico pela manutenção da estrutura colonial no sistema agrário, em que predominariam formas de trabalho pré-capitalistas, desde o trabalho gratuito até “as mais arcaicas modalidades de ‘parceria’”²⁴⁵: entre 50% e 60% dos trabalhadores agrícolas estariam submetidos a formas primitivas de prestação de trabalho, não recebendo pagamento em dinheiro, ou porque trabalhavam de graça por serem familiares dos produtores ou porque eram remunerados em produtos.

A crise agrária brasileira era definida por Guimarães como resultado da existência de duas realidades antagônicas no campo brasileiro: de um lado, uma estrutura dedicada a atender os interesses da agricultura exportadora, concentradora de propriedade e promotora de

crises de superprodução, em razão da dependência frente ao mercado externo e à necessidade de produção em larga escala; de outro, a agricultura de subsistência, de consumo interno, atingida por crises de escassez de produtos e não beneficiada por favores e subvenções, em virtude de ser uma lavoura predominantemente não latifundiária. Segundo o autor, o crescimento da primeira limitaria e deformaria o crescimento da segunda. Tal conflito antagônico – entre o latifúndio e a pequena e média propriedade – remontaria aos primórdios da história brasileira e não seria superado sem a realização de uma profunda reforma da estrutura agrária brasileira, capaz de, removendo os entraves históricos causadores de sua crise e estagnação, acelerar o desenvolvimento da agricultura e elevar o nível de vida dos trabalhadores.

Boa parte das idéias contidas nos ensaios anteriores já havia sido incluída no texto da Declaração de Março de 1958, que, ao denunciar a penetração do capitalismo no campo e a manutenção da grande concentração fundiária no Brasil (segundo o documento, com base também no Censo Agrícola de 1950, os estabelecimentos agrícolas com mais de 500 hectares constituíam 3,4% do total deles e representavam 62,3% das terras ocupadas), inferia as seguintes conclusões:

Com a penetração do capitalismo na agricultura, combinam-se, em proporção variável, os métodos capitalistas à conservação do monopólio da terra e das velhas relações semifeudais, o que permite um grau mais elevado de exploração dos trabalhadores do campo. ... As sobrevivências feudais obstaculizam o progresso da agricultura, que se realiza, em geral, lentamente, mantém o baixíssimo nível de vida das massas camponesas e restringem de modo considerável as possibilidades de expansão do mercado interno. As sobrevivências feudais são um dos fatores que acentuam a extrema desigualdade de desenvolvimento das diferentes regiões do país, especialmente entre o sul e parte do leste, que se industrializam, e o resto do país, quase inteiramente agrário.²⁴⁶

A Resolução Política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro, realizado no ano de 1960, manteria basicamente as mesmas caracterizações da estrutura agrária brasileira, analisada como a retratar uma das maiores concentrações latifundiárias do mundo, em face do monopólio da terra exercido pelos grandes proprietários, servindo de base às formas pré-capitalistas de exploração, responsáveis pela sobrevivência de processos primitivos de trabalho,

com baixíssima produtividade. Aliada à percepção de a economia brasileira ter sofrido, nas décadas anteriores, modificações resultantes do desenvolvimento capitalista, avaliado como um fenômeno impulsionador das forças produtivas e, portanto, de caráter progressista, mantinha-se a compreensão segundo a qual “o monopólio da terra e as relações de produção pré-capitalistas não somente obstaculizam o desenvolvimento da agricultura como constituem sério entrave ao processo de industrialização, restringindo consideravelmente a expansão do mercado interno”²⁴⁷. Os latifundiários eram identificados como a classe mais reacionária da sociedade, agentes do atraso no campo e obstáculo maior para o avanço das forças produtivas no país, além de estreitarem fortes laços com o imperialismo.

A caracterização das relações no campo brasileiro como pré-capitalistas, feudais ou semifeudais configurou-se como tradicional nos textos partidários desde o VI Congresso da III Internacional, realizado em 1928, conforme visto no capítulo anterior. No imediato pós-guerra, Luiz Carlos Prestes, em documento intitulado “O Problema da terra e a Constituinte de 1946”, afirmava serem tipicamente pré-capitalistas as relações de produção na agricultura, pois os restos do feudalismo estavam vivos, fazendo com que os comunistas definissem como semifeudal o regime social predominante do campo brasileiro. Dizia também que os restos feudais determinavam o atraso e a impossibilidade de progresso no Brasil²⁴⁸. A mesma declaração era repetida no informe político de Prestes, em nome do Comitê Central do PCB, ao IV Congresso do partido, acontecido em 1954, no qual era explicitado que os imperialistas norte-americanos e os restos feudais seriam os principais inimigos do progresso do país, sendo ressaltada a associação existente entre imperialistas e latifúndios, com base na suposição de os primeiros constituírem o principal sustentáculo dos últimos. Deduzia-se que, sem a derrota do poder dos latifundiários e dos grandes capitalistas, não seria possível liquidar o domínio dos monopólios norte-americanos no Brasil²⁴⁹.

Por sua vez, em artigo publicado no princípio de 1960, Caio Prado Júnior contestava com bastante veemência a linha do partido sobre a estrutura agrária, indicando claramente que não havia resquícios feudais a serem ultrapassados no Brasil, tendo em vista que um tal sistema feudal jamais fez parte da formação histórica brasileira, vinculada, de outro modo, a

um tipo de colonização e de ocupação territorial voltada a atender as exigências de um empreendimento mercantil: “a produção de objetos demandados pelos mercados europeus”²⁵⁰. Deduzia que as relações de produção e de trabalho eram determinadas pela grande exploração agromercantil, cuja posição dominante na estrutura agrária impunha a divisão das classes em, de um lado, grandes proprietários e empresários agrícolas a deter em suas mãos a imensa maioria das terras ocupadas e, de outro, a população trabalhadora, à qual não restava alternativa senão fornecer a mão de obra necessária ao grande negócio. Como atividade secundária, havia a possibilidade de os trabalhadores dedicarem-se, nas sobras de terra e de tempo, ao plantio de subsistência.

Segundo Caio Prado, a atividade autônoma de pequenos proprietários trabalhando por conta própria em terras próprias ou arrendadas aparecia como marginal, vivendo à sombra da grande exploração e de suas vicissitudes, podendo ser ampliada ou reduzida conforme a retração ou expansão da atividade principal, voltada a atender o mercado externo. A própria existência da pequena propriedade estaria vinculada às contingências dos negócios a que se associava a grande exploração, cujos insucessos permitiriam a subdivisão da grande propriedade em inúmeras parcelas menores de terra, conforme teria se verificado após a crise cafeeira de 1930 em São Paulo, com a tendência ao retalhamento das velhas fazendas produtoras de café. Procurava ilustrar tal raciocínio com os seguintes exemplos:

Esse fato é particularmente notório, entre outros, na lavoura cafeeira de São Paulo, onde as fases de menor ou maior prosperidade no passado, correspondem respectivamente, em regra, a momentos em que se concedeu ou não aos trabalhadores o direito de manterem culturas próprias e nelas ocuparem parte de seu tempo. Fato semelhante ocorre na lavoura canavieira do Nordeste, onde a expansão havida nos últimos decênios (reflexo de uma conjuntura comercial e financeira favorável para o açúcar) teve como consequência a redução progressiva da produção própria dos trabalhadores.²⁵¹

Tais ilações buscavam comprovar que o essencial das relações de produção e trabalho na zona rural envolvia o binômio *grande proprietário / trabalhador - fornecedor de mão de obra e de serviços* e não *grande proprietário / pequeno proprietário ou camponês*. Neste quadro,

eram apontadas três formas de remuneração do trabalho no campo, passíveis de serem combinadas a depender do momento e do lugar: o pagamento em dinheiro (salário), em parte do produto e no direito de ocupar, para culturas próprias, parte das terras do proprietário. Geralmente, seriam formas de pagamento em troca dos serviços prestados pelos trabalhadores. De acordo com o renomado historiador, a prestação de serviços constituiria a essência das relações de trabalho na agropecuária brasileira.

Caio Prado argumentava, outrossim, que o pagamento por serviços na base da concessão ao trabalhador de produzir para si próprio nas terras do empregador ou por meio de produtos levava a que se confundissem tais situações com a parceria, elemento invariavelmente apontado pelos formuladores da linha política pecebista como característico da natureza semifeudal da economia brasileira. Na verdade, tratar-se-ia simplesmente, na imensa maioria dos casos, de uma relação de emprego em que parte da remuneração do trabalhador era paga *in natura*, com parte do produto, não se configurando, por tal motivo, numa forma anacrônica ou obsoleta de exploração sobrevivente de um passado feudal. Isto porque não se observava, nas relações entre proprietários e trabalhadores rurais, nada que se assemelhasse a uma sociedade entre as partes, menos ainda à transferência de posse da terra ao empregado, situações típicas da parceria clássica.

A parceria ou meação estaria perfeitamente inserida no quadro de desenvolvimento das relações capitalistas no país, conforme buscou demonstrar o articulista ao registrar que tal prática teria se difundido no Estado de São Paulo, principal centro produtor brasileiro, posteriormente a 1930, ligada especificamente não à economia cafeeira, mas à cultura do algodão, cujas relações de produção, em virtude do cultivo em larga escala, se baseavam em serviços prestados com participação no produto. O intelectual paulista assegurava, portanto, que a parceria, longe de conformar um tipo exemplar das sobrevivências feudais no campo brasileiro, além de ter sido prática quase desconhecida nas fazendas de café, constituía uma forma de trabalho adotada em particular na cultura algodoeira, num momento em que o sistema capitalista há muito era hegemônico no país. Ao contrário do que Marighella havia sugerido em seus estudos a respeito da cultura do algodão, na visão de Caio Prado não se

configuraria aí a predominância da renda pré-capitalista, mas uma forma de exploração do trabalho superior até ao salariado. O regime de meação, dominante na cultura algodoeira, além de ter sucedido cronologicamente o pagamento por salários, representaria um benefício maior para o trabalhador, pois abriria a possibilidade de acesso à propriedade explorada pelo meeiro e as condições de vida seriam, em geral, melhores que as do colono das fazendas de café.

Caio Prado enfatizava ainda não haver como estabelecer comparações entre a figura clássica do camponês europeu (detentor dos meios de produção e proprietário de fato da terra em que produzia) egresso do feudalismo e o trabalhador rural brasileiro, em sua grande maioria obrigado a vender a força de trabalho ao grande proprietário para sobreviver. Buscava comprovar que a grande propriedade rural brasileira, com origem histórica marcada pela necessidade da produção em larga escala voltada ao mercado externo, somente possível de ser realizada com a introdução do braço escravo em altas quantidades, impediu o florescimento da pequena propriedade e do campesinato.

O que poderia ser entendido como a constituir uma economia propriamente camponesa no Brasil, segundo o autor, representava um setor residual da estrutura agrária, como no caso da colonização estrangeira ao sul do país. Atestava que, abolida a escravidão, as relações de trabalho servis foram substituídas por prestações de serviços ou empregos, mesmo que o pagamento nem sempre se fizesse por meio de salários, existindo, dentre suas formas mais comuns, a concessão ao direito de plantar produtos de subsistência no terreno do proprietário. Este "trabalho livre" jamais poderia ser confundido com o de um camponês, tendo em vista a submissão do trabalhador, na sua atividade produtiva, ao poder do verdadeiro dono da terra, via de regra um latifundiário. Tratar-se-ia, portanto, não de um pequeno proprietário, de alguém que detivesse de fato a propriedade da terra por ele ocupada, mas de um trabalhador obrigado a vender sua força de trabalho, em troca de um salário ou da permissão em plantar no terreno do proprietário.

O regime de salariado constituiria, portanto, a "relação generalizada e mais característica de trabalho na agropecuária brasileira"²⁵². Acima de tudo porque representaria a norma fundamental a presidir tais relações, já que as outras modalidades (pagamento por

produto ou permissão de usar a terra do proprietário) seriam formas substitutas ocasionais, decorrentes das fases de retraimento vividas pela grande exploração. O historiador paulista buscava comprovar esta tese demonstrando que, nos momentos e lugares em que a produção agropecuária experimentava fases de crescimento e prosperidade, verificava-se a tendência à adoção plena do pagamento em dinheiro, tal como nas lavouras de café paulistas, onde praticamente não se adotou a meação, ao contrário de Minas Gerais, cuja economia cafeeira sofreu decadência mais acentuada que São Paulo, e tal prática tornou-se relação usual de trabalho. A mesma tendência poderia ser verificada nas lavouras canavieiras do Nordeste, onde o progresso da economia açucareira era acompanhado pela adoção quase exclusiva do trabalho assalariado, assim como na pecuária do sertão nordestino, em que a conjuntura favorável à produção e ao comércio de carne estaria possibilitando a substituição da tradicional "quarta" (prática através da qual o vaqueiro recebia, como remuneração por seus serviços, um bezerro de cada quatro nascidos) pelo pagamento de salários mensais.

Por fim, cabe destacar que, no artigo de 1960, Caio Prado alertava para o fato de a expressão "feudal" poder estar sendo usada, em muitas ocasiões, como um sinônimo para formas brutais e vis de exploração do trabalho no campo. De qualquer modo, o historiador rejeitava o uso do conceito, considerando ser mais apropriado falar em "restos escravistas" ou "relações semi-escravistas", termos que aludiam ao passado colonial brasileiro, em que a escravidão serviu de base a uma economia mercantil. Ademais, no presente, as relações sociais não seriam presididas por estatutos pessoais, como no feudalismo, mas por relações mercantis, através das quais os proprietários compravam e os trabalhadores vendiam a mercadoria força de trabalho, num regime de liberdade jurídica. Aduzia que, se a transação não se realizava exclusivamente por intermédio do pagamento em dinheiro, assumindo também formas não monetárias, tal fato não se daria por força de alguma restrição de ordem jurídica ou institucional, mas por causa de determinadas circunstâncias ou conveniências práticas. Realçava, uma vez mais, desta feita, sua convicção de que o regime de salariado constituía forma dominante nas relações de trabalho na agricultura brasileira, em que pesem as inegáveis

condições aviltantes de exploração impostas, senão pelo conjunto, pela parte substancial dos grandes proprietários de terra no país.

Reforma agrária e desenvolvimento das forças produtivas

Posições sobre o tema continuaram a ser objeto do debate teórico nas publicações comunistas, com destaque para as considerações a respeito do tipo de reforma agrária a ser postulado pelo movimento democrático na conjuntura política da época. Posturas emblemáticas das idéias em confronto no campo da esquerda foram expressas, de um lado, em artigos de Rui Facó e Mário Alves publicados na revista *Estudos Sociais*, e de outro, em texto de Caio Prado Júnior, impresso no número 43 da revista *Brasiliense*. Havia pontos de concordância quanto à defesa de uma reforma agrária que atendesse, primordialmente, as necessidades dos trabalhadores rurais e atacasse o monopólio do latifúndio na estrutura agrária brasileira. Mas não se coadunavam as concepções de fundo da reforma agrária a ser implantada no Brasil, e a polémica em torno da persistência ou não de formas pré-capitalistas de exploração no campo era revigorada com os artigos citados.

Em texto de 1961, Rui Facó declarava ser imperativa a revolução agrária no Brasil de seu tempo, quando forças sociais diversas tendiam a unir-se para “a derrocada final e radical da de há muito ultrapassada estrutura agrária que herdamos do Império e que a República feudal-burguesa timbrou em conservar”²⁵³. Segundo ele, contrapunham-se ao “latifúndio semifeudal” grandes e crescentes forças sociais, tais como as massas de sem-terra e os proprietários aparentes; os operários das cidades, necessitados do barateamento do preço dos alimentos; os industriais, interessados na elevação do poder aquisitivo de milhões de brasileiros que moravam no campo, visando o crescimento do mercado interno; os agricultores capitalistas, que reivindicavam terra barata para a produção. Assistir-se-ia, assim, à mais importante etapa da luta travada entre o atraso provocado pelo domínio do latifúndio e o progresso do país, marcado então pelo ritmo crescente de desenvolvimento econômico e pela necessidade de ampliação de seu mercado interno.

A reforma agrária deveria cumprir o objetivo de dar à terra uma função eminentemente social, constituindo um retrocesso, na visão de Facó, dividir as grandes economias agrícolas organizadas à maneira capitalista e nas quais predominasse o trabalho assalariado. Tais empreendimentos poderiam ser “a base das grandes fazendas de produção do futuro”²⁵⁴, onde seria mais fácil e racional o emprego de modernos métodos de cultivo, gerando muito maior capacidade produtiva. Também seria um retrocesso, segundo ele, a distribuição pela reforma agrária das terras públicas, as quais perfaziam a mais extensa área de solos no país e que deveriam ser cuidadosamente preservadas como um valioso fundo de reserva territorial. O cerne da reforma estaria, portanto, em liquidar definitivamente o “latifúndio semifeudal”, dividindo suas terras incultas (em geral, inproveitadas por estarem à espera de valorizações especulativas) entre os trabalhadores sem-terra (os quais deveriam contar com a ajuda financeira e logística do Estado), mas preservando-se os empreendimentos capitalistas produtivos.

O texto de Mário Alves, “Dois caminhos da reforma agrária”, denunciava a tentativa de setores da classe dominante brasileira, associados aos interesses imperialistas, de apresentar soluções ao problema agrário, principalmente por meio de projetos de lei ao Congresso Nacional, sem alterar profundamente a estrutura fundiária calcada no latifúndio. Advertia que tais “planos de reforma agrária” não passavam de projetos de colonização de terras incultas ou pertencentes ao Estado, deixando intacto o monopólio da propriedade da terra exercido pelos latifundiários, numa ação estimulada em toda a América Latina por programas como a “Aliança para o Progresso” do presidente Kennedy, através do financiamento a experiências de colonização de terras virgens, distantes dos centros povoados. As falsas reformas teriam ainda o papel de promover o desenvolvimento do capitalismo na agropecuária, com a utilização de novas técnicas, visando também criar uma camada de camponeses ricos que servisse de barreira às lutas revolucionárias no campo.

O dirigente comunista deixava claro que o caráter da reforma agrária a ser perseguido naquele momento histórico era o de combate ao domínio do latifúndio, razão pela qual defendia o estabelecimento por lei de um limite máximo à propriedade territorial. Não se tratava de

propugnar medidas socializantes, já que não se pretendia abolir a propriedade capitalista, mas sim limitar a sua extensão, com vistas a evitar a monopolização das terras em mãos de um pequeno número de proprietários. A essência da proposta pode ser pinçada do texto de Mário Alves:

Consideramos válida a idéia de que a reforma agrária, na atual etapa da revolução brasileira, tem como objetivo eliminar o latifúndio atrasado, de tipo semifeudal, e não abolir a propriedade agrícola capitalista. Partindo dessa premissa, a orientação básica da reforma consistirá em desapropriar e distribuir as terras inexploradas ou mal exploradas dos latifúndios, geralmente cultivadas sob a forma de arrendamento ou parceria, com o emprego de sistemas primitivos. Cabe evitar o fracionamento e preservar a unidade econômica das grandes fazendas agrícolas ou pecuárias exploradas por processos capitalistas, por vezes com métodos modernos, além do trabalho assalariado.²⁵⁵

O centro do ataque desferido por Alves, portanto, era o que ele chamou de “parasitismo latifundiário”²⁵⁶, responsável por perpetuar a exploração da grande massa de lavradores, conservando as relações pré-capitalistas remanescentes, as quais eram identificadas centralmente nas práticas do arrendamento e da parceria (“uma das relações mais retrógradas e parasitárias”²⁵⁷). O sistema de arrendamento e de parceria era descrito pelo articulista como a representar um dos aspectos mais negativos da estrutura agrária brasileira, não só pelas condições brutais de exploração da mão de obra, mas também por ser um fator de retardamento do progresso técnico, ou seja, de nivelamento por baixo das forças produtivas no campo. Segundo ele, em virtude de os contratos de arrendamento, geralmente, serem feitos no curto prazo de um a dois anos, não havia, da parte do arrendatário e do parceiro, interesse em realizar benfeitorias na terra cultivada em caráter transitório, pois, pelo contrário, a exploração se dava de forma predatória, exaurindo a terra. Os processos utilizados seriam primitivos, com o emprego de mão de obra familiar e de poucos assalariados, típicos de relações econômicas pré-capitalistas, existentes nas regiões “atrasadas” do Oriente e da América Latina, conforme suas palavras. Primordial seria, por conseguinte, que a reforma agrária visasse, em primeiro lugar, a desapropriação das terras submetidas aos contratos de parceria e arrendamento, para eliminar as formas de renda pré-capitalistas (renda-dinheiro, renda-produto e renda-trabalho),

com a entrega das parcelas aos trabalhadores que as cultivavam (“camponeses sem terra”, nos dizeres de Alves).

Por outro lado, se Caio Prado Júnior, no artigo “Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”, reconhecia o caráter não socialista da reforma agrária brasileira nas circunstâncias da então conjuntura política, reafirmava, contudo, convicções já expressas no texto de 1960, ao não corroborar a tese pecebista sobre o sistema de parceria. Na sua proposta, a reforma agrária deveria atacar duas frentes: garantir a extensão ao campo da legislação trabalhista que já dava proteção legal ao trabalhador urbano e permitir ao trabalhador rural acesso à propriedade e ao uso da terra. Ao abordar o primeiro ponto, buscou aprofundar sua análise sobre as relações de trabalho no campo, partindo da premissa que a grande maioria dos trabalhadores rurais no Brasil fossem constituídos de assalariados, mas admitindo que o regime de salariado puro, tal qual existente na indústria e no comércio, fosse uma exceção.

O escritor paulista explicava que, devido às condições específicas do trabalho no campo e às circunstâncias peculiares da formação histórica do país, as relações de trabalho na agropecuária assumiam formas complexas e híbridas, expressas, por exemplo, no fato de a remuneração do trabalhador ser feita com dinheiro e/ou através da concessão do direito à ocupação, para cultivo próprio, de parcelas da terra do empregador. Argumentava que, em decorrência de as atividades agropecuárias serem, geralmente, esporádicas, os proprietários, para fugir da obrigação de pagar salários o ano todo, usavam do artifício de manter os trabalhadores sob seu controle, fixando-os em sua propriedade com a permissão ao uso da terra em proveito próprio e de sua família. A situação de os empregados habitarem, quase sempre, a propriedade do empregador, estando isolados dos centros urbanos e das instituições públicas reguladoras do convívio social, levaria necessariamente a um tipo de relação na qual se estabelecia um forte vínculo pessoal, com a subordinação e sujeição do indivíduo sem posses aos ditames do proprietário, que se assenhoreava de tudo o que estivesse inserido no âmbito da jurisdição de sua propriedade. O historiador via, neste traço de sujeição pessoal do trabalhador ao proprietário da terra, o ponto em que se produzia a confusão teórica pela qual

se denominava de feudais ou semif feudais as relação de trabalho dominantes nas fazendas brasileiras.

Caio Prado entendia que, longe de se buscar eliminar aparentes, mas de fato inexistentes, formas semif feudais de exploração na agropecuária, deveria se lutar por uma legislação capaz de limitar as prerrogativas da propriedade privada, impedindo que os direitos do proprietário interferissem na liberdade pessoal do trabalhador e cerceassem seus direitos civis e políticos de cidadão, a fim de que, entre proprietários e trabalhadores, vigerassem unicamente relações típicas de um contrato de trabalho, com a prestação remunerada de serviços e o respeito às normas de proteção ao trabalho, tais como as existentes nos centros urbanos. Por isso pugnava pela extensão da legislação social-trabalhista vigente na indústria e no comércio às relações de trabalho na agropecuária, como forma de eliminar as formas de exploração do trabalhador rural, que, segundo ele, extrapolavam os direitos de propriedade privada num regime de igualdade jurídica que, a princípio, deveria ser o brasileiro. Desta feita, estaria criado o ambiente favorável para a plena configuração do regime de salariado no campo, com a vigência de “uma legítima e pura locação de serviços contratados entre partes efetivamente em pé de igualdade jurídica”²⁵⁸.

No caso da parceria, ratificava seu ponto de vista segundo o que a prática assim denominada e na qual muitos identificavam uma forma de extração de renda-trabalho ou renda-produto, na verdade encobria uma relação entre empregador e empregado, em que o segundo prestava serviços ao primeiro. Aquilo que formalmente caracterizava a parceria agrícola, a divisão do produto com a reversão de parte dele ao trabalhador, constituiria de fato uma forma de remuneração do trabalho realizado, passível de ser equiparado ao pagamento de salário. Entendia que a situação de dependência do trabalhador perante o proprietário era uma característica daquela relação de trabalho que só vinha reforçar seu raciocínio, comprovando que o produtor direto era um empregado e não um parceiro do dono das terras. Daí que, também com respeito a esta situação, segundo Caio Prado, devesse ser aplicada a legislação trabalhista, para que fosse formalmente reconhecida a relação de emprego, e o regime de salariado vigorasse plenamente. Ou então que se procedesse a desapropriação e a entrega a

cada produtor direto da parcela de terra efetivamente ocupada por ele, concretizando, assim, o outro objetivo a ser cumprido pela proposta de reforma agrária apresentada pelo intelectual paulista: a desconcentração da propriedade rural, com o seu fracionamento em favor dos trabalhadores, que passariam à condição de proprietários.

A parceria, deste modo, ao contrário de representar uma prática retrógrada ou primitiva, conforme a interpretação de Mário Alves, era apontada como um tipo de organização intermediária entre a grande exploração rural e a exploração individual, podendo servir como ponto de partida da reforma agrária, pois suas características de uma produção individual e parcelária faziam com que, na prática, a grande propriedade já se achasse fracionada em unidades autônomas, facilitando o processo de formação de pequenas propriedades. No pensamento de Caio Prado, havia um aspecto positivo na parceria, conforme já exposto no seu texto anterior: tratar-se-ia de um sistema superior ao salariado, por permitir o acesso à terra ao trabalhador rural, assegurando-lhe, ao menos, uma produção voltada à sua subsistência e à de sua família, que, do contrário, teriam de adquirir os gêneros de primeira necessidade, a preços elevados, no mercado. O historiador chegou a afirmar que tais vantagens se verificariam no fato de que “na generalidade dos casos, o simples assalariado tem um padrão de vida inferior ao do trabalhador que produz ele próprio o seu sustento”²⁵⁹. Daí que o sistema de parceria fosse visto como uma situação de fato propícia às finalidades da reforma agrária, que se destinaria, essencialmente, a promover e elevar os padrões de vida da população rural.

O ponto de convergência das posições apresentadas nas duas revistas estava mesmo na premissa de que a reforma agrária seria realizada nos marcos do regime de propriedade privada, não se tratando de um projeto socialista. Este pressuposto levava a uma inquietação presente nos textos estudados: a de que não fossem desarticulados processos produtivos bem organizados, fundamentais ao desenvolvimento econômico do país e ao atendimento das necessidades básicas da população. Nos artigos de Rui Facó e Mário Alves, a ênfase recaía sobre a importância de manter os índices de produtividade das plantações que constituíssem unidades econômicas e empregassem processos capitalistas (segundo a lógica de que a maioria das propriedades agropecuárias no Brasil não utilizava ainda relações capitalistas de forma

plena). A solução, para Mário Alves, estaria em confiar tais empreendimentos a cooperativas de trabalhadores agrícolas, com ajuda técnica e financeira do Estado, evitando o seu fracionamento e cuidando para que uma parcela das terras fosse obrigatoriamente reservada à diversificação dos cultivos e à subsistência dos cooperados, como alternativa à monocultura.

Quanto a Caio Prado, havia igualmente a preocupação de se evitar a “perturbação das atividades produtivas e a desorganização dos estabelecimentos”²⁶⁰ onde o trabalho e a produção estavam organizados de forma coletiva, ou seja, no caso das grandes explorações. Sua solução, no entanto, não apontava para a formação de cooperativas:

Nesses casos é preciso considerar cada caso especificamente e em particular, procurando-lhe uma solução própria que não pode ser generalizada. Muitas vezes é possível uma reorganização da atividade produtiva sem maior dificuldade, transferindo-a do sistema de trabalho coletivo, para a exploração parcelária. Na cultura cafeeira, por exemplo, essa transformação não oferece em regra obstáculo excessivo, pois a experiência mostra que o café pode ser cultivado e produzido com igual eficiência tanto na grande quanto na pequena exploração.²⁶¹

Os dois pontos de vista realçavam a necessidade de se manter os índices de produtividade e a eficiência do processo de produção nos grandes empreendimentos coletivos capitalistas. A diferença residia na perspectiva a ser alcançada com a reforma agrária: a solução de Mário Alves parecia ser coerente com um projeto de revolução democrático-burguesa (no qual a transformação da estrutura agrária era assumida como um dos pontos fundamentais para seu êxito) que não perdia de vista o objetivo final do socialismo, para o que seria mais favorável a formação das cooperativas de trabalhadores rurais, mantendo-se o caráter coletivo da grande exploração, mas transferindo o seu controle aos produtores diretos. Por outro lado, a proposta de Caio Prado Júnior rumava na direção de privilegiar o fracionamento da grande propriedade, com o propósito de elevar o trabalhador rural sem posses à condição de proprietário, o que também não deixava de ser coerente com o objetivo estrito de seu projeto de reforma, qual seja, o de fornecer melhores condições de sobrevivência à massa de despossuídos no campo, tendo em vista não se vislumbrar ainda a ultrapassagem dos marcos estruturais impostos pelo sistema capitalista.

Mas cabe ressaltar que uma certa perspectiva de fundo teórico se faz presente nos textos pesquisados, mormente nas análises dos dirigentes do Partido Comunista, Marighella e Mário Alves, assim como os intelectuais Alberto Passos Guimarães e Rui Facó, acerca da estrutura agrária brasileira. Vislumbra-se a idéia de um determinismo tecnológico, conforme expressão usada por Ellen Wood, a denunciar um tipo de marxismo que tenta explicar as mudanças nas sociedades humanas por meio de uma lei universal: o desenvolvimento das forças produtivas. A ortodoxia stalinista substituiu o materialismo histórico e, por conseguinte, o estudo crítico dos processos históricos marcados pela luta de classes por uma visão determinista em que a contradição maior no interior das sociedades passava a ser “a dissonância entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas e a antiga estrutura econômica”²⁶², momento em que se daria a crise e a transição de uma forma social para outra.

A luta de classes acabava servindo como um facilitador, não o fator primordial do processo, num quadro em que a mudança deveria ocorrer, mais cedo ou mais tarde, em decorrência da própria evolução das forças materiais regidas por leis históricas universais. Partia-se da premissa de que os estágios históricos, numa sucessão mecânica, preordenada e unilinear de modos de produção, movem-se por força de algum fator “científico” universal, um *deus ex machina* como o progresso das técnicas, porque, dentro desta concepção:

de alguma forma, a história exige o desenvolvimento das forças produtivas, ou que sistemas menos produtivos são seguidos necessariamente por outros mais produtivos, ou que o desenvolvimento das forças produtivas é o único princípio conhecido do movimento histórico de um modo de produção para outro.²⁶³

A história, concebida assim como um padrão de crescimento contínuo e sistemático das forças produtivas, favorecia a certeza de que a ascensão inevitável do capitalismo haveria de preparar o terreno para o advento do socialismo, com igual inevitabilidade²⁶⁴. Bastava, então, que certos obstáculos fossem removidos para que o modo ascendente de produção substituísse aquele que já havia caducado por força dos imperativos do progresso técnico. No caso da estrutura agrária brasileira, era preciso atacar as forças recalcitrantes do “latifúndio atrasado, de tipo semifeudal”, que utilizava “sistemas primitivos” de cultivo, impondo relações pré-

capitalistas “retrógradas e parasitárias” como a parceria e o arrendamento, conforme as palavras de Mário Alves. Pois, somente a eliminação do monopólio da terra criaria “novas condições para o desenvolvimento das forças produtivas”, nos dizeres de Marighella, fazendo com que desaparecessem em definitivo as formas semifeudais e florescessem plenamente as relações capitalistas de produção no campo brasileiro, estágio necessário para a posterior transição ao socialismo. A proposta de reforma agrária dos comunistas, portanto, inseria-se, de forma coerente, no projeto de revolução democrático-burguesa, cuja matriz teórica era a concepção de história apresentada acima.

Já Caio Prado Júnior era um crítico arguto da concepção determinista da história, como pode ser constatado na sua clássica obra *A Revolução Brasileira*, na qual debate especialmente com os formuladores da estratégia revolucionária pecebista, discordando de seus princípios teóricos e resoluções práticas. Quanto à interpretação da formação histórica brasileira, é possível identificar nos escritos do historiador paulista, segundo Carlos Nélon Coutinho, uma aproximação com a perspectiva leniniana da “via prussiana” de desenvolvimento capitalista, ou o que Gramsci chamaria de “revolução passiva”. Mesmo que, em momento algum, Caio Prado tenha utilizado tais conceitos ou feito qualquer referência aos dois teóricos marxistas, seu ponto de vista acerca da modernização da estrutura agrária no Brasil realçava a adaptação da grande exploração rural ao sistema capitalista de produção, através de um processo gradual de substituição do trabalho escravo para o trabalho livre. Tal concepção, ao desvendar uma modalidade de transição “não clássica” para o capitalismo, teria o mérito de apresentar a formação social moderna brasileira como essencialmente capitalista e não “semifeudal”, conforme queriam os dirigentes comunistas²⁶⁵.

Outro tema a instigar o debate teórico no seio da intelectualidade de esquerda foi a questão do imperialismo, discussão firmada em meio aos embates políticos e ideológicos vividos pela sociedade brasileira no período histórico enfocado, quando nacionalismo e desenvolvimento econômico eram vistos, por muitos, como faces da mesma moeda.

Imperialismo e capitais estrangeiros: “parasitas” da economia nacional

Ao abordar o tema imperialismo, os artigos da revista *Estudos Sociais* tentavam demonstrar, no essencial, tratar-se de uma falácia a idéia segundo a qual o Brasil, para se desenvolver plenamente, não poderia abrir mão do investimento feito pelo capital estrangeiro, conforme pregavam economistas e correntes políticas burguesas. Na opinião dos articulistas da revista, os capitais estrangeiros, pelo contrário, pouco ou nada contribuíam para o crescimento da economia nacional, representando de fato uma forma parasitária a extrair parte considerável da riqueza produzida pelos brasileiros, de acordo com os dados e quadros estatísticos avaliados criticamente por analistas como Moacyr Paz, Aristóteles Moura, Gilberto Paim, Jorge Miglioli e Jacob Gorender.

Moacyr Paz, com o artigo “Capitais Estrangeiros – fator limitante de desenvolvimento”²⁶⁶, esgrimia contra o raciocínio comum entre economistas de corte liberal, a pregar a incapacidade de o Brasil financiar, por si mesmo, o seu desenvolvimento econômico, razão pela qual seria inevitável recorrer aos capitais estrangeiros. Utilizando dados oficiais do balanço de pagamentos brasileiro, retirados basicamente de relatórios do Grupo Misto BNDE-CEPAL (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico/Comissão Econômica para a América Latina), Paz asseverava a escassa contribuição do capital externo como fator de desenvolvimento da economia nacional, pois os saldos da balança comercial entre 1900 e 1954 teriam servido para, fundamentalmente, custear saídas líquidas de recursos na forma de lucros, amortizações e juros do capital externo aplicado no país e não para financiar a compra de máquinas e equipamentos necessários à industrialização brasileira²⁶⁷.

Sua tese era a de que o crescimento da economia brasileira e de seu aparato produtivo vinha se efetuando de forma independente à contribuição direta dos capitais estrangeiros, os quais, pelo contrário, desfalcavam a poupança interna e enfraqueciam a taxa de financiamento da produção. O articulista denunciava que a legislação brasileira dava proteção aos capitais externos, com a ausência de limitações à transferência de lucros para o exterior e a permissão a que lucros não transferidos fossem incorporados ao capital original, transformando poupança

nacional em patrimônio estrangeiro. O Brasil era apontado como um país exportador de capitais por excelência. Ao mesmo tempo em que a produção nacional era capaz de financiar o esforço interno de desenvolvimento, ajudava a financiar o aumento da renda de outros países, principalmente os Estados Unidos, graças à drenagem da poupança interna sob a forma de remessa de lucros sem limites.

Paz pretendia demonstrar que as “cadeias do imperialismo”, representando o amplo domínio dos grupos detentores do capital estrangeiro em setores estratégicos da economia no Brasil²⁶⁸, teriam sido responsáveis pela manutenção de um quadro de “reforçamento das bases de ‘dependência colonial’ às metrópoles do capital financeiro”²⁶⁹, já que os investimentos estrangeiros no Brasil, assim como no conjunto das economias subdesenvolvidas, teriam se orientado, essencialmente, no sentido da produção de bens primários destinados à exportação. Longe de promover o desenvolvimento industrial brasileiro, a ação das multinacionais teria fortalecido o sistema de dependência dos países periféricos, historicamente tornados especialistas na produção de matérias-primas e gêneros alimentícios para a exportação, mesmo que, naquela década, os investimentos estrangeiros começassem gradualmente a tomar a direção da produção industrial para o mercado interno, revelando um novo tipo de disputa entre os grupos imperialistas. Para Moacyr Paz, era fundamental destacar o papel negativo dos capitais estrangeiros no país, “com influência perturbadora e deformadora do crescimento das forças produtivas nacionais”²⁷⁰.

Tema análogo era trabalhado num ensaio que reproduzia a palestra proferida em 1959 pelo economista Gilberto Paim, diretor do Serviço de Pesquisas do ISEB, segundo o qual a aplicação dos capitais estrangeiros no Brasil compunha quadro amplamente benéfico aos investidores e desfavorável à economia nacional: tais investimentos seriam de fato fictícios, pois seu crescimento ocorria “em função de recursos nacionais constituídos em primeiro lugar pelo capital de movimento, o capital de giro recolhido em bancos que funcionam no país ou através de subscrições no mercado de dinheiro”²⁷¹. Ou seja, a poupança nacional fazia crescer de maneira extraordinária o valor inicial dos investimentos estrangeiros, sem que para isso fosse

necessária a entrada substancial de recursos externos. Com isso, as saídas dos lucros obtidos no país ultrapassavam de forma esmagadora os ingressos efetivos de capital estrangeiro.

O economista acusava o caráter parasitário da atuação das empresas multinacionais no Brasil, demonstrando que pelo menos 80% dos investimentos estrangeiros no país eram desnecessários e nocivos ao desenvolvimento econômico nacional, pois aplicados majoritariamente no comércio interno, no ramo de exportação e importação, no setor de serviços (escritórios de administração, imóveis, seguros, contabilidade, financiamento, propaganda, etc) e secundariamente na indústria, em atividades "pouco relevantes", como a produção de refrigerantes, cigarros, perfumaria, cosméticos, etc. Dizia ser necessário estabelecer uma política de forte tributação das empresas que atuavam nos setores não essenciais, para "fazê-las sair do país ou encaminhar-se para ramos essenciais da economia"²⁷². E concluía afirmando que os empresários brasileiros do setor terciário poderiam se tornar "bons aliados políticos na luta pela modificação do regime em que vicejam os capitais estrangeiros"²⁷³, decerto por acreditar que o inegável favorecimento às empresas multinacionais acabaria por colocar a burguesia nacional, ou parte dela, em rota de colisão com o sistema imperialista.

Outro colaborador da revista a desenvolver igual crítica ao papel pernicioso dos capitais externos no país foi o economista Aristóteles Moura, autor do livro *Capitais Estrangeiros no Brasil*²⁷⁴ e apontado como "o principal estudioso sobre o capital estrangeiro"²⁷⁵ à época. Moura denunciou que os trustes americanos encontravam vultosos capitais nacionais (recolhidos sob a forma de emissão local de títulos, lucros anteriormente acumulados ou depósitos bancários realizados nas filiais locais dos estabelecimentos estrangeiros) para administrar em proveito dos lucros alienígenas. Desta feita, através do reinvestimento dos lucros, elevavam seus capitais e tutelavam parte substancial de recursos pertencentes a brasileiros, obtendo, assim, mais lucros, a serem transferidos às matrizes das empresas ou acumulados localmente no sentido da realização de novos dividendos²⁷⁶. A venda de ações a brasileiros fazia parte também de estratégia com vistas a assegurar certas vantagens e maior segurança à atuação da empresa estrangeira, através da conquista de aliados locais, dentre acionistas e consumidores, como um instrumento político de proteção contra o nacionalismo econômico.

Trabalhando com fontes estatísticas do Departamento de Comércio do Governo dos Estados Unidos e dialogando com o diagnóstico da CEPAL sobre o assunto (“a firma estrangeira trabalha com um valioso capital do país e leva ao exterior seus benefícios, como se fossem rendimentos do capital estrangeiro invertido”²⁷⁷), Moura buscava, substancialmente, comprovar que parte considerável dos lucros das empresas estrangeiras no Brasil era conseguida porque a poupança nacional ajudava a fortalecer a capitalização externa, graças também à concessão oficial de empréstimos nacionais. As transferências ao exterior de rendimentos (dividendos, lucros e juros), portanto, funcionariam como uma verdadeira “bomba de sucção” dos recursos nacionais, fazendo desperdiçar o potencial existente para ampliar a escassa capacidade de acumulação interna²⁷⁸, avaliação esta que seria reafirmada em novo artigo, publicado na edição de junho de 1963 da revista *Estudos Sociais*²⁷⁹.

Em trabalho apresentado, em maio de 1962, à Comissão Mista de Senadores e Deputados formada com o intuito de estudar o projeto de lei de autoria do Deputado Celso Brant (relativo à ação das empresas e capitais estrangeiros no Brasil), exposição esta que foi reproduzida nas páginas da revista, o economista afirmava categoricamente: “a rigor, o capital estrangeiro não é indispensável ao desenvolvimento econômico de nosso país”²⁸⁰. Por isso defendia a aprovação na Câmara do citado projeto de lei, cujo propósito maior era regular e restringir a atuação das empresas estrangeiras no país, visando centralmente regular a remessa de lucros ao exterior e reduzir o processo então acelerado de desnacionalização da economia, sobretudo no setor industrial (segundo ele, as empresas estrangeiras dominavam, em 1960, um terço da indústria instalada no país). Moura considerava indispensável, isto sim, uma intervenção mais incisiva do Estado brasileiro no sentido de obter condições mais favoráveis no comércio internacional para os produtos nacionais, assim como com vistas à absorção de tecnologia avançada proveniente dos países capitalistas desenvolvidos.

Respondendo aos ataques desferidos pela grande imprensa e pelas forças políticas conservadoras, representadas, por exemplo, na crítica desferida pelo economista Eugênio Gudin (que denominou o projeto de “lei suicida”²⁸¹), o autor de *Capitais Estrangeiros no Brasil* argumentou que a iniciativa do Deputado Celso Brant não pretendia afugentar daqui todo e

qualquer capital estrangeiro, fato que, segundo os críticos, privaria o país de quaisquer recursos externos, estancando o processo de desenvolvimento econômico. O projeto estabelecia medidas concretas, tais como: proibição da compra de empresas nacionais por grupos estrangeiros; proibição de favores a empresas estrangeiras em detrimento das nacionais; condições, com relação à técnica, aos setores industriais e às regiões do país, para a instalação de novas empresas estrangeiras. Isto não impediria, segundo o expositor, que recursos externos chegassem ao Brasil sob a forma de empréstimos, forma esta que não significaria, necessariamente, submissão aos ditames internacionais, pois "os empréstimos liquidam-se pela amortização, enquanto as empresas raramente resolvem deixar o país"²⁸².

Moura explicitava sua posição contrária à permanência das empresas estrangeiras no Brasil, ao denunciar que, além da desnacionalização da economia, eram peças nocivas aos interesses nacionais, ao exercerem poderosa interferência na vida política brasileira e nas diretrizes adotadas pelo país no cenário internacional, municiadas inclusive de vultosas verbas para disseminar farta propaganda na imprensa, no rádio e na televisão em prol de seus interesses e da depreciação de medidas nacionalistas, como o monopólio estatal do petróleo. Recorrendo a opiniões expressas em documentos da ONU/CEPAL, o expositor reafirmava ser o capital estrangeiro dispensável para o enriquecimento da nação, a qual disporia de amplos recursos internos para realizar seu desenvolvimento econômico, desde que fossem adotadas políticas visando o fomento da indústria e do mercado interno sob bases nacionais, como a reforma agrária. E ratificava que tanto a tecnologia estrangeira quanto as vantagens a se obter no comércio internacional poderiam ser conseguidas sem a permanência das empresas alienígenas em território nacional. Quanto aos empréstimos externos, desde que claramente definidas suas modalidades e condições e que não importassem em interferência na vida política nacional, a eles poderia se recorrer, quando o país deles necessitasse para a promoção de seu progresso industrial.

Um outro aspecto da espoliação internacional fora realçado em artigo do dirigente comunista Jacob Gorender, que analisava a interrupção, por parte do Governo JK, das negociações com o Fundo Monetário Internacional em junho de 1959. O endividamento

crescente do país (“cliente espoliado pela agiotagem da finança internacional”²⁸³) era apontado como um dos mais graves fatores a obstar o seu desenvolvimento econômico, “sinônimo, no caso, de industrialização e ampliação das necessidades do mercado interno”²⁸⁴. O processo de industrialização recente indicava o crescimento do setor de bens de produção (a representar um terço da produção nacional em 1956), o que passava a demandar maior volume de importação de equipamentos, trocados pelas divisas obtidas com os produtos nacionais exportados. A exportação brasileira, entretanto, conforme anotava o autor do texto, mantinha-se conservando características tradicionais do período colonial, na quase totalidade composta de produtos primários, como o café, voltada principalmente para o mercado monopolista norte-americano. Reforçando a análise feita pelos demais colaboradores da revista, acusava o fato de que a dependência com relação ao imperialismo manifestava-se também por meio do impedimento de que o Brasil utilizasse inteiramente as divisas recebidas em troca dos valores que exportava, pois parte substancial dessas divisas era absorvida pelas remessas do capital estrangeiro (sob a forma de lucros, juros, *royalties* e amortizações) às suas matrizes.

Gorender afirmava que o imperialismo empenhava-se em deter o processo de industrialização brasileiro, mas não conseguindo detê-lo plenamente, procurava dele tirar proveito e subordiná-lo aos seus próprios interesses, por intermédio das inversões diretas e dos empréstimos, através dos quais impunha “opressivo tributo sobre o progresso brasileiro”²⁸⁵. A ofensiva imperialista sobre o país, utilizando o FMI como instrumento para efetivação da dependência econômica por meio dos empréstimos, teria sido prévia e calculadamente planejada, com o intuito de favorecer, em primeiro plano, os trustes norte-americanos, tendo em vista, dentre outros aspectos, que os financiamentos já vinham vinculados a compras obrigatórias junto a determinadas firmas²⁸⁶. Encontrando-se sob o peso da enorme concentração de compromissos financeiros externos naquele período e da concorrência internacional responsável pela queda na exportação do café, o governo brasileiro parecia ter sido vítima de uma armadilha montada pelos banqueiros e monopólios estrangeiros, com vistas a obrigá-lo a desistir de uma postura francamente nacionalista, apertando assim os laços da dependência.

O articulista considerava ser fruto da composição heterogênea e contraditória do Governo JK, "integrada por elementos nacionalistas e entreguistas"²⁸⁷, as ambíguas atitudes diante da questão, ora posicionando-se de maneira mais firme contra o Fundo, ora aceitando suas exigências, tais como as assumidas em meados de 1958: o fim dos subsídios à importação de equipamentos e matérias-primas destinadas às indústrias nacionais e às empresas estatais; a desvalorização do cruzeiro, forçando a baixa dos preços dos produtos nacionais exportados; o plano de estabilização anti-inflacionária, com aumento de impostos, drástica redução de investimentos públicos, congelamento de salários e rigorosa contenção do crédito, medidas estas responsáveis pelo aumento do desemprego e falência de pequenas e médias empresas. Tudo isto teria como objetivo maior impor ao país um "recuo no tempo, com a paralisação do seu processo de industrialização e a acentuação daquela característica colonial ... de país exportador de produtos primários, dependente dos centros financeiros dominantes no mercado capitalista mundial"²⁸⁸.

O rompimento com o FMI, naquele ano de 1959, era analisado por Gorender como consequência das manifestações populares contra a carestia e por aumentos salariais, lutas que representariam a associação dos interesses imediatos dos trabalhadores com os interesses gerais da nação, assumindo um significado intrínseco de protesto contra a anterior capitulação diante do Fundo e do imperialismo norte-americano. Além disso, o dirigente do PCB dizia perceber significativos deslocamentos políticos nas fileiras da burguesia, quando a palavra de ordem de limitação das remessas do capital estrangeiro, lançada pelos comunistas, foi abraçada pelo movimento nacionalista e também adotada "pelos grupos burgueses mais conseqüentes"²⁸⁹. A encampação da subsidiária da empresa norte-americana Bond and Share pelo governo gaúcho era apontada como coroamento da campanha antiimperialista, isolando politicamente e desmoralizando de forma pública os entreguistas do Governo JK.

O quadro conjuntural era descrito, ao final do texto, como a indicar uma tendência avaliada pelos comunistas brasileiros como "objetivamente inevitável": a dos choques entre a burguesia nacional e o imperialismo norte-americano, fazendo crescer o número de elementos burgueses que se encaminhavam para posturas antiimperialistas mais ativas. Caberia ao

proletariado atuar no processo como a força social capaz de dar ao movimento emancipador orientação revolucionária indispensável à transição para o socialismo²⁹⁰. Tratava-se de um posicionamento formalmente expresso nos documentos do PCB, como indicado no item IV da Declaração de Março de 1958, cujo título era “Aprofunda-se a contradição entre a nação brasileira e o imperialismo norte-americano”:

Na situação atual do Brasil, o desenvolvimento econômico capitalista entra em choque com a exploração imperialista norte-americana, aprofundando-se a contradição entre as forças nacionais e progressistas em crescimento e o imperialismo norte-americano, que obstaculiza a sua expansão.²⁹¹

Tal posição, que definia o choque ente a nação em desenvolvimento e o imperialismo como a principal contradição vivida pela sociedade brasileira naquele momento histórico, foi reafirmada sem alterações na Resolução Política do V Congresso do PCB, realizado em 1960. Mais uma vez se afirma aqui a análise calcada na perspectiva do “determinismo tecnológico”, pelo qual o desenvolvimento das forças produtivas aparece como um movimento “racional em si mesmo e separado das determinações sociais”²⁹², capaz de, em sua evolução “natural” e inexorável rumo ao ápice do progresso técnico-científico capitalista, romper com o invólucro pesado e arcaico das relações de produção, estagnadas no “estágio atrasado” das formas de propriedade e trabalho feudais e da submissão da economia nacional ao imperialismo. A contradição fundamental do capitalismo não se consubstancia, assim, na luta de classes, mas na oposição entre *forças produtivas* e *relações de produção*, na qual o papel do conflito classista, visto apenas como fator subjetivo do processo histórico, seria o de meramente facilitar a transformação objetiva da realidade social, cujo móvel central, no caso das economias periféricas, estaria representado pelo desenvolvimento das forças produtivas nacionais contra as relações arcaicas impostas, internamente, pelo feudalismo e, externamente, pelo imperialismo.

O papel do imperialismo e do capital estrangeiro como óbices ao desenvolvimento econômico nacional voltaria a ser ressaltado, na revista *Estudos Sociais*, em texto de Jorge

Miglioli, através do qual uma áspera crítica era dirigida ao seminário que reunira, em outubro de 1959 no Rio de Janeiro, cientistas sociais de diversas nacionalidades:

A unanimidade dos estudos apresentados ao seminário do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais impressiona-nos por um ponto que tem em comum: a omissão do imperialismo como um obstáculo – a nosso ver, o fundamental – ao desenvolvimento econômico²⁹³.

Segundo o articulista, o capitalismo monopolista estrangeiro, além de agir na esfera econômica provocando a sucção de recursos que serviriam para garantir o progresso econômico dos países subdesenvolvidos, procurava pôr em funcionamento outros meios impeditivos do desenvolvimento destas nações, métodos principalmente políticos, manifestados nas pressões diretas sobre os governos dependentes, pois a permissão ao crescimento econômico teria resultaria no correspondente processo de libertação dos povos e de liquidação do imperialismo. Desta forma, nos países subdesenvolvidos, em que toda a máquina governamental estaria montada para favorecer o capital estrangeiro e os interesses dos grupos locais que dele se beneficiavam, também o Estado era apontado como um obstáculo ao desenvolvimento nacional. Com base em análise de Paul Baran, Miglioli buscava retrucar a lógica da ciência econômica burguesa, pela qual haveria escassez de capitais nas nações dependentes, afirmando a idéia contrária de que o excedente econômico produzido nestes países era de fato absorvido por formas de consumo excessivo das classes dominantes, pela manutenção de burocracias e aparatos militares improdutivos e, acima de tudo, pela ação extorsiva do capital estrangeiro.

Tal ponto de vista, que realçava o caráter antiprogressista do imperialismo, tão caro ao posicionamento político do PCB, premissa necessária à proposta de revolução democrático-burguesa, em parte era compartilhado por outras figuras da intelectualidade brasileira, inclusive Caio Prado Júnior, crítico da estratégia pecebista de revolução por etapas. Na revista *Brasiliense*, artigos do historiador reforçavam idéias segundo que “as entradas de capitais e as inversões estrangeiras somente podem ser prejudiciais, e nunca favoráveis, à formação e desenvolvimento de capitais nacionais”²⁹⁴ e que o processo de industrialização brasileiro,

subordinado aos ditames dos empreendimentos imperialistas e da finança internacional, em vez de resultar em decisivo ascenso da economia nacional, daria continuidade à exploração que vinha de longa data, fazendo do Brasil “um país simples fornecedor de matérias-primas e de gêneros alimentares ao comércio internacional”²⁹⁵.

Caio Prado, no entanto, recusava as teorias correntes e ortodoxas do desenvolvimento econômico, que postulavam a idéia de uma progressão unilinear e homogênea dentro do sistema capitalista, em condições idênticas quaisquer que fossem o país e a situação considerados, levando em conta apenas os aspectos quantitativos deste desenvolvimento. Segundo ele, o capitalismo englobaria um conjunto de países em que cada um deles ou grupos mais ou menos homogêneos ocupavam situações qualitativamente diversas não reduzidas a “um simples escalonamento de progresso econômico ou de estágio de desenvolvimento”²⁹⁶. O “subdesenvolvimento” do Brasil era analisado por ele não como conseqüência do seu baixo nível de desenvolvimento e progresso econômico (ou, como afirmavam os dirigentes comunistas, do entrave à progressão natural das forças produtivas), mas sim do papel que era reservado a um país periférico no sistema capitalista mundial, qual seja, uma situação subordinada e dependente caracterizada pela atribuição econômica de fornecedor de produtos primários aos países centrais.

Daí que não bastasse, para Caio Prado, propor pura e simplesmente a industrialização do país como solução do problema. Era preciso buscar um desenvolvimento a ser realizado em bases essencialmente nacionais, a fim de que as forças produtivas deixassem de ser subsidiárias do comércio internacional e de interesses alienígenas, para voltarem-se ao “atendimento das necessidades da massa da população brasileira”²⁹⁷, razão pela qual também definia-se em prol de uma política nacionalista. Curiosamente, por ter sido ele um dos mais ferrenhos críticos do paradigma terceiro-internacionalista, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil aparecia, aos olhos de Caio Prado, marcado ainda por um grau de estagnação definido pela “limitação estrutural do mercado interno e da dependência ao imperialismo”²⁹⁸. Desta forma, o historiador paulista acabava por aproximar-se daqueles que propugnavam a revolução democrático-burguesa, com a diferença de não acreditar em uma burguesia

nacionalista/antiimperialista, já que, a seu ver, a burguesia brasileira não teria condições de competir com as empresas estrangeiras, dado o grau de concentração e monopolização do capital, o que a levaria a buscar a associação com os empreendimentos externos.

De todo modo, na análise dos fatos concernentes àquela que era, no período histórico focado, tratada pela imensa maioria da esquerda brasileira como a principal luta política a ser travada, qual seja, a batalha contra o imperialismo, não parecia haver maiores divergências entre os articulistas das revistas *Estudos Sociais* e *Brasiliense*. A apreciação da conjuntura política de fins dos anos 1950 no Brasil era feita pelos comunistas, em geral, à luz da percepção segundo a qual agravava-se “a contradição entre a nação em desenvolvimento e a situação de dependência ao imperialismo norte-americano”²⁹⁹, conforme palavras de Mário Alves em artigo no qual eram avaliados os resultados das eleições de outubro de 1958 para os cargos parlamentares estaduais e federais e para os governos estaduais. Tal ponto de vista, compactuado, sem grandes diferenças, pela intelectualidade associada ao PCB, influiu decisivamente na configuração do movimento nacionalista como a mais importante ação mobilizadora a ser deflagrada pela militância comunista junto à sociedade brasileira.

A contradição principal: “forças nacionalistas x grupos entreguistas”

No artigo citado acima, o dirigente nacional do PCB chamava a atenção para o fato de o pleito de 1958 ter sido realizado sob o impacto de crescente descontentamento de largos setores da população, em decorrência do agravamento das condições de vida dos trabalhadores e das massas populares, provocado mais diretamente pela onda inflacionária vigente (enquanto o salário mínimo e os vencimentos do funcionalismo mantinham-se no nível de 1956, chegava a 64% a variação no índice dos preços ao consumidor no Distrito Federal, entre janeiro e setembro de 1958). Tendo adotado, em resposta à crise do café no comércio exterior e ao conseqüente déficit no balanço de pagamentos, expedientes tradicionais como a desvalorização da moeda, com reflexos imediatos na deterioração do poder de compra dos salários, a política econômica do governo JK era criticada pelo articulista como vacilante e contraditória, a

demonstrar o caráter heterogêneo de uma composição governista marcada pelo “compromisso instável entre a burguesia nacionalista e setores latifundiários e capitalistas ligados a interesses imperialistas”³⁰⁰, do que resultaria o conflito entre atender as necessidades do desenvolvimento nacional e proporcionar concessões ao capital monopolista estrangeiro.

A contraposição “forças nacionalistas x grupos entreguistas” aparecia aos olhos de Mário Alves como a ter desempenhado papel determinante ao longo daquele processo eleitoral, mesmo que nem sempre nitidamente revelada. Marcado por competições aparentemente travadas em torno de motivos regionais, interesses personalistas ou alianças de caráter utilitário, desprovidas de conteúdos programáticos ou doutrinários, no fundo o pleito expressaria o conflito daquelas tendências políticas fundamentais. Apesar de seu resultado não ter importado em alteração decisiva na correlação das forças políticas no país, para o dirigente comunista as eleições teriam concorrido para agrupar no plano político as correntes nacionalistas e populares, fortalecendo as bases para uma futura unidade de ação, mesmo que nem sempre se cristalizasse, nos estados, a união em redor de candidaturas comuns. Além disso, teria se verificado um crescimento dos grupos políticos ligados aos trabalhadores e às massas populares, com destaque para o fortalecimento do PTB, único partido a ampliar posições nos governos estaduais e, simultaneamente, aumentar sua bancada na Câmara Federal, em que pese ter sofrido revezes nos maiores centros (São Paulo e Distrito Federal).

Impedidos de apresentar candidatos em legenda própria, os comunistas do juridicamente proscrito PCB teriam contribuído para a articulação de coligações nacionalistas e para a unidade das correntes mais identificadas com os interesses dos trabalhadores, participando, na maioria dos estados, de alianças com os petebistas. Caberia à militância do PCB, na conjuntura após eleições em que a “consciência antiimperialista do povo”³⁰¹ teria sido afirmada, empenhar-se na tentativa de aglutinar as mais variadas tendências nacionalistas num grande movimento capaz de unificar, no plano político, a luta em prol do desenvolvimento econômico independente do país, para o que o primeiro passo seria definir um conteúdo programático que subsidiasse as ações do movimento nacionalista. Uma política nesta direção exigiria, na visão do dirigente comunista, que se desse apoio ao “setor patriótico do governo e

aos aspectos de sua atuação favoráveis aos interesses nacionais³⁰², ao mesmo tempo em que se deveria combater energicamente a orientação dada por círculos governamentais no sentido da dependência econômica ao capital estrangeiro e na imposição de maiores sacrifícios aos trabalhadores. Concluía pela necessidade premente de as correntes antiimperialistas ligadas aos trabalhadores transformarem a luta nacionalista em um grande movimento de massas, o que aconteceria quando estas passassem a compreender a relação existente entre seus interesses vitais e os interesses gerais da nação.

Análises semelhantes da conjuntura política no ano de 1958 já haviam sido produzidas por outro intelectual ligado ao PCB: Elias Chaves Neto, diretor-responsável da revista *Brasiliense* e autor de boa parte dos "editoriais" da publicação. A postura declaradamente independente dos organizadores da revista, à frente Caio Prado Júnior, cujas formulações acerca da formação histórica brasileira iam de encontro às teses hegemônicas entre os comunistas, não impedia a exteriorização de pontos de vista sobre a política nacional, e mais especificamente sobre o movimento nacionalista, muito próximos da orientação pecebista. Ao menos da parte de Chaves Neto, havia a compreensão de que a luta contra as forças interessadas no alinhamento do país no rol das nações subdesenvolvidas, para as quais era preciso esperar a salvação vinda dos Estados Unidos, vinha caracterizando a vida pública brasileira, cujo fato marcante teria sido então o aparecimento do movimento nacionalista³⁰³. Mesmo desautorizando aqueles que, tal como "aves agourelas", superestimavam o tamanho da crise que, resultante da queda do cruzeiro e das dificuldades de escoamento da produção cafeeira, provocava um aumento no custo de vida e alarmava a população (para Chaves Neto, entretanto, não se verificaria uma clássica crise de superprodução³⁰⁴), alertava para o perigo de que surgisse, como solução para o momento crítico, o golpe militar, tivesse ele caráter nacionalista ou de direita.

Segundo o editorialista, faltava ao movimento nacionalista uma visão de conjunto sobre os problemas nacionais e a precisa compreensão das medidas concretas necessárias à política econômica independente (um programa, portanto, assim como reivindicaria Mário Alves), fazendo prevalecer atitudes individuais na defesa dos interesses particulares e abrindo brechas para aventuras golpistas, em meio a um ambiente político de ainda frágil valorização à solução

democrática (“a única que pode ser dada aos problemas humanos, nesta quadra da história em que os povos vão tomando consciência de seus interesses e dos direitos necessários à defesa desses interesses”³⁰⁵). O movimento viveria também contradições no seu interior, por conta de sua composição heterogênea: sob um aspecto, teria surgido como reivindicação da burguesia industrial nacional, cujos negócios vinham sendo ameaçados pela implantação dos trustes internacionais no Brasil, mas seriam os empresários brasileiros os primeiros a declarar não serem contrários à aplicação de capitais estrangeiros no desenvolvimento econômico do país, o que, para Chaves Neto, constituía um contra-senso, já que tal aplicação seria responsável pelo cerceamento total ao progresso da indústria nacional.

A proposta de industrialização com base no recurso ao capital estrangeiro era rechaçada pelos mesmos motivos apresentados pelos articulistas da revista *Estudos Sociais* ao denunciarem o papel pernicioso dos capitais estrangeiros junto à economia brasileira (conforme visto no ponto anterior): o fruto do trabalho nacional seria capitalizado em mãos das grandes firmas estrangeiras que operavam no país, remetendo para fora todo o lucro conquistado aqui e nada revertendo em benefício da nação, que veria se estreitar os laços da sua própria dominação. Muito mais do que uma simples política protecionista, o jornalista reivindicava a adoção de medidas indispensáveis à criação de uma indústria nacional capaz de atender às necessidades de consumo da população, cuja prosperidade permitisse, juntamente com a reforma agrária, a melhoria das condições de vida do povo brasileiro. Na senda da perspectiva abraçada por Caio Prado Júnior, o fundamental era apostar na superação do quadro de subdesenvolvimento no qual o Brasil se encontrava, em função da estrutura econômica organizada em bases históricas coloniais, por intermédio de uma política industrializante e de uma reforma agrária voltadas a desenvolver o mercado interno e a promover ganhos substanciais aos trabalhadores urbanos e rurais.

Na visão de Elias Chaves Neto, as lutas dos operários e dos trabalhadores rurais por aumento de salários e melhores condições de vida, longe de ameaçar os interesses das “aves agourentas” que torciam por uma solução golpista de direita, seriam a condição mesma da prosperidade econômica da nação e deveriam levar a burguesia brasileira à compreensão da

necessidade de uma política de “união nacional” que visasse a criação no país de uma indústria de alto nível técnico capaz de suprir as necessidades internas de consumo. Caberia, pois, à classe operária e à massa de trabalhadores rurais pressionar no sentido da formação de um governo inserido na luta antiimperialista, a qual se revestiria do caráter de uma “revolução democrática” (expressão que o articulista tomou emprestada do então presidente argentino Arturo Frondizi) a repelir as ameaças à soberania e à independência política das nações desejosas de progredir conforme os desígnios de seus próprios povos. Confiando que a humanidade marchava no caminho do socialismo (“como a consequência necessária de sua técnica de produção”³⁰⁶), Chaves Neto concluía que a etapa nacionalista representava a solução de problemas com os quais então se defrontavam os países situados na periferia do mundo capitalista desenvolvido.

No número seguinte da revista, o editorialista criticava o discurso proferido pelo presidente Juscelino Kubitschek sobre a política pan-americana, acusando-o de ambigüidade, por ao mesmo tempo recusar o perfilamento político automático às posições do governo dos Estados Unidos e, ao reclamar melhores preços para os produtos brasileiros no comércio exterior e maiores investimentos norte-americanos no continente, dispor-se a cooperar “na defesa das Américas e da causa ocidental”³⁰⁷. Por meio da crítica, voltava a chamar a atenção para a necessidade de que as forças nacionalistas impusessem ao governo rumos condizentes com os interesses nacionais, usando uma vez mais o exemplo do caso argentino, onde o presidente Frondizi estaria adotando posicionamento oposto ao do seu colega brasileiro, buscando promover uma “revolução democrática antiimperialista”, através da qual, corrigindo as “deformações que o imperialismo produz na vida das nações a ele submetidas, visa(va) proporcionar ao povo argentino todos os benefícios do capitalismo, inclusive o mais alto grau de desenvolvimento técnico e cultural”³⁰⁸.

A adesão do Brasil à política externa dos Estados Unidos era prontamente rechaçada pelo articulista, tanto pelo caráter belicista da intervenção norte-americana nos assuntos internacionais, na defesa do chamado “mundo livre” contra o comunismo, quanto pelas compensações oferecidas em troca do apoio, pois, segundo Elias Chaves Neto, a nação repelia

a vinda de capitais, cuja aplicação direta em empreendimentos locais, sob a falsa aparência de dar fim ao subdesenvolvimento brasileiro, tinha por objetivo a exploração do mercado nacional e da mão de obra barata, fazendo do país um verdadeiro apêndice econômico dos Estados Unidos. Contra-argumentava que o auxílio de que a nação precisava deveria vir sob a forma de financiamento para a indústria de base e a realização de serviços públicos necessários ao desenvolvimento da indústria privada, assim como sob a forma da venda financiada de tecnologia para a indústria nacional. Na contramão das posições “dúbias” do governo JK, os princípios a inspirar uma nova concepção de pan-americanismo deveriam se nortear rumo à busca de soluções para o problema do subdesenvolvimento, com base na cooperação e na paz entre os povos, jamais por meio da obtenção de favores materiais em troca da adesão à política de guerra das nações imperialistas.

Para parcelas majoritárias das forças de esquerda e das lideranças representativas dos principais movimentos sociais do período, o nacionalismo era visto como o fato mais marcante da história política recente do país, um verdadeiro “divisor de águas”, conforme apreciação de um dos mais prestigiados intelectuais do PCB e do ISEB, Nélon Werneck Sodré. No livro *Introdução à Revolução Brasileira*, cuja primeira edição foi lançada pela José Olympio em 1958, o historiador tratava o movimento como o “fenômeno central da vida política brasileira”³⁰⁹. Estudando as raízes históricas do nacionalismo brasileiro, avaliava que a nação vivia então um processo de amadurecimento calcado no “espetáculo de tomada de consciência”³¹⁰ dos grupos sociais, que definiam mais claramente seus campos de interesses e mobilizavam-se em torno da luta pelo poder político. O componente singular daquele momento histórico seria dado justamente pelo aprofundamento das lutas nacionalistas, vistas como carregadas de um conteúdo por excelência libertador, em virtude do embate central contra as forças econômicas externas, as quais constituiriam “o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento”³¹¹.

Sodré qualificava o nacionalismo como representativo do ideal democrático, esposado apenas pelas classes em ascensão, ou seja, o operariado urbano e rural e a “burguesia nacional”, as quais necessitavam da liberdade e do apoio popular para colocar de público os problemas nacionais, visando superar o que no Brasil ainda existia de estrutura colonial, a fim

de que o país se realizasse plenamente como nação. O novo quadro almejado seria alcançado mediante a conjugação de interesses de classe, na perseguição ao denominador comum mínimo em torno do programa nacionalista, para o que seria imperativo passar a segundo plano (“sem negá-la ou obscurecê-la”³¹²) a contradição entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora. Tal composição social, ao abraçar o projeto nacionalista, seria o elemento novo a fazer progredir o país, rompendo com o atraso identificado nas “relações semifeudais” que impediam a ampliação do mercado interno, no modelo de “fazenda tropical” produtora de matérias-primas para a industrialização externa e na idéia de que o Brasil somente poderia se desenvolver com a ajuda dos capitais estrangeiros.

Do conteúdo libertador que seria inerente ao movimento nacionalista provinha, segundo Sodré, o teor apaixonado que levava seus opositores a desqualificá-lo como movimento político, ao que o historiador rebatia afirmando não existir paixão pelo abstrato, e o nacionalismo, ao traduzir a verdade do quadro histórico, configurava um fenômeno social objetivo, já que, para ele, a verdade seria sempre concreta. Como bem demonstrou Caio Navarro de Toledo, o nacionalismo de Néelson Werneck Sodré revestia-se do caráter de uma verdade histórica, científica, não ideológica (no sentido negativo do termo, a associar ideologia com “falsa consciência”, justificadora dos interesses da classe dominante). Ao contrário do que pensava a maioria de seus colegas do ISEB, não caberia ao intelectual nacionalista dedicar-se à fabricação de uma ideologia desenvolvimentista ou de uma consciência crítica nacional, mas sim buscar comprovar que o quadro histórico impunha, de forma categórica, cientificamente demonstrável, o caminho da transformação social e econômica via nacionalismo. “O nacionalismo não era, pois, uma especulação ou criação artificial de ideólogos; ele estava inscrito na própria face da realidade subdesenvolvida”³¹³, daí a necessidade de recorrer ao estudo da história nacional para construir a percepção de tal movimento como fenômeno consagrado pela evolução histórica da sociedade brasileira, não como um instrumento a serviço de alguma ideologia. Ao traduzir uma verdade histórica, o nacionalismo apresentava-se, para Sodré, tal qual solução natural à sobrevivência do país como nação, como movimento de

libertação/revolução, fundindo, numa mesma perspectiva, conhecimento verdadeiro e ação transformadora.

O tema “nacionalismo” estava, portanto, na ordem do dia dos debates travados no seio da intelectualidade brasileira, mormente entre os comunistas, como confirmava a nota assinada pelo Secretário-Geral Luiz Carlos Prestes e publicada em setembro de 1959 no jornal *Novos Rumos*, pela qual o PCB analisava a conjuntura política e informava seu posicionamento diante do quadro construído em torno das eleições presidenciais de 1960, destacando que a situação caracterizava-se “pelo choque cada vez mais agudo entre as correntes nacionalistas e populares e os grupos entreguistas e retrógrados”³¹⁴ a serviço dos capitais monopolistas estadunidenses. O quadro era descrito como favorável ao avanço das postulações nacionalistas, apesar das “concessões ao imperialismo norte-americano” da parte do governo JK: conquistas parciais teriam sido assinaladas pelas “forças patrióticas”, tais como a defesa do petróleo frente às investidas dos trustes internacionais, a encampação da empresa subsidiária da Bond and Share pelo governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul (saudado como profundo golpe no monopólio estrangeiro de energia elétrica) e a ruptura das negociações entre o governo brasileiro e o FMI, fato este que teria representado uma resposta ao movimento nacionalista e às pressões populares contra a carestia.

A conjuntura internacional era também apontada como a conspirar em benefício das forças nacionalistas e democráticas, em virtude do alívio das tensões mundiais, pois, segundo a direção nacional do PCB, seria possível verificar o debilitamento acelerado do sistema capitalista, concomitante ao fortalecimento contínuo do regime socialista, o que tornaria “cada vez mais difícil o desencadeamento da guerra mundial ou até mesmo a manutenção da ‘guerra fria’ e da tensão entre as grandes potências”³¹⁵. A política exitosa no caminho da coexistência pacífica, encabeçada pelo governo da União Soviética, era avaliada, não só pelos comunistas, mas também por outras correntes da esquerda brasileira, conforme será visto no capítulo seguinte, como a representar um forte indicio de que o panorama internacional pendia a favor das forças que apostavam na revolução nacional-democrática, deixando aberto o caminho a ser trilhado na direção ao socialismo.

Quanto à caracterização das correntes políticas no Brasil, a nota dos comunistas dava destaque à articulação do bloco de forças constituído em torno da candidatura de Jânio Quadros, que teria como patronos “a alta direção da UDN, os grupos responsáveis pelo golpe de 24 de agosto (de 1954), elementos reacionários e entreguistas como Carlos Lacerda”³¹⁶ e, como seus porta-vozes, os órgãos da grande imprensa (*Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã* e *O Globo*), além de outros agrupamentos identificados com os interesses dos trustes internacionais. A candidatura direitista revestia-se de um verniz populista e demagógico, buscando beneficiar-se do descontentamento popular gerado pelos reflexos da política econômica de JK e tentando atrair setores das camadas médias, brandindo, para tal, a bandeira da moralidade administrativa e da luta contra a corrupção. Mas, para o PCB, o fundamental naquele arranjo político estava no fato de que Jânio Quadros, pelas posições externadas no período em que governou o Estado de São Paulo e pela composição das forças que o apoiavam, tornara-se intérprete dos grupos econômicos dos mais reacionários no país: latifundiários, exportadores e banqueiros ligados ao comércio exterior, os quais constituiriam “o cerne da oligarquia paulista vinculada ao imperialismo”³¹⁷. Na ótica pecebista, tais grupos pretendiam alcançar o poder a fim de restringir o desenvolvimento industrial por meio de uma política monetária ortodoxa, com a desvalorização da moeda e o congelamento dos salários, além da extensão de privilégios ao capital estrangeiro, sob o manto da proteção à liberdade de iniciativa privada.

Do lado das forças nacionalistas, articulava-se a candidatura do Marechal Henrique Teixeira Lott, então ministro da Guerra, sob o patrocínio da Frente Parlamentar Nacionalista, da “ala moça” do PSD e dos militares que integraram o dispositivo liderado por Lott no movimento para garantir a posse de Juscelino em 1955, barrando a manobra golpista da UDN. A seu favor pesavam o ato em defesa da legalidade democrática, o fato de representar o setor nacionalista do Exército, demonstrando ser partidário intransigente do monopólio estatal do petróleo, além de declarações favoráveis ao voto dos analfabetos, de medidas em prol da reforma agrária e pela limitação das remessas do capital estrangeiro ao exterior; contra ele pendiam sua opinião contrária às relações diplomáticas entre Brasil e URSS e a influência negativa dos atos

impopulares do governo JK, ao qual estava ligado. Mas os comunistas deixavam implícita sua preferência pelo nome do marechal em virtude da adesão deste ao programa das reformas de base proposto pelo PTB, partido que também anunciara apoio a Lott, atitude vista pelo PCB como de ampliação da base política e popular da candidatura, em torno da qual seria possível, então, reforçar o movimento nacionalista em meio a uma conjuntura marcada pela “intensificação das lutas pelas reivindicações populares, pela emancipação nacional e pela democracia”³¹⁸.

Artigo de Elias Chaves Neto também publicado no ano de 1959, ao analisar o quadro político desenhado em função do pleito eleitoral para presidente da República, de igual forma realçava a polarização de forças entre nacionalistas e entreguistas. Identificava estes últimos com as correntes políticas que sustentavam a candidatura de Jânio Quadros (a quem chamava de “novo Führer”³¹⁹) e com os interesses dos grupos econômicos ligados ao capital estrangeiro, os quais pretendiam ampliar sua esfera de ação no país, estendendo-a principalmente ao setor do petróleo. Na configuração das condições que haviam sido legadas à estrutura da economia brasileira e que, em sua opinião, seriam ainda mais agravadas com o recurso amplo ao capital estrangeiro, ele deixava claro seu alinhamento com as proposições históricas de Caio Prado:

Esta (a economia) se desenvolveu, não em consequência do crescimento natural da nação, mas para atender as necessidades de consumo dos povos capitalistas, em fase de rápida expansão. Daí o seu caráter de economia subsidiária destes países, aos quais fornece matérias-primas e produtos agrícolas e dos quais importa a maioria dos artigos manufaturados, e mesmo agrícolas, como o trigo.³²⁰

Atacava a implantação no país de indústrias que, organizadas sob a forma de sociedades anônimas brasileiras, não passariam de filiais dos trustes internacionais, cujos objetivos maiores seriam o controle do mercado brasileiro e a exploração máxima dos recursos nacionais, tanto em mão de obra como em matérias-primas, com vistas à obtenção de grandes margens de lucros. Mas uma consideração feita pelo diretor-responsável da revista *Brasiliense* parece desvelar uma percepção mais acurada do processo de integração da economia nacional ao imperialismo:

Mais do que a dominação da nossa economia pelo imperialismo, o que vai se verificando é a sua integração naquele sistema com a participação de uns poucos brasileiros que, esquecidos de sua qualidade de nacionais, associam-se aos planos de rapina mundial daquelas organizações. Daí o interesse desses elementos ... na vinda do capital estrangeiro para o nosso país.³²¹

Depreendia desta situação ser imperativa a adoção de uma política econômica nacionalista que combatesse a penetração do imperialismo no país, em especial no setor industrial ameaçado pela aplicação direta de capitais estrangeiros na fabricação de artigos destinados ao mercado interno. O raciocínio era simples: o desenvolvimento de uma indústria nacional, em mãos de brasileiros ou de estrangeiros radicados no país, forneceria os artigos necessários ao consumo local, libertaria a nação da contingência de importar, contribuiria para estabilizar e mesmo baratear o custo de vida e permitiria o pagamento de melhores salários aos trabalhadores, desde que o Estado fizesse a sua parte, auxiliando a indústria privada nacional com a imposição de restrições à remessa de lucros para o exterior e à importação de artigos de luxo, assim como garantindo a ampliação do mercado interno, com a implantação da reforma agrária. Além de privilegiar o fomento do mercado interno, coerente com a ótica circulacionista das teses caiopradianas, a política nacionalista pregada por Elias Chaves Neto não parecia colocar-se como antagônica à linha estratégica pecebista, ao discutir alternativas econômicas para o país nos marcos de um capitalismo nacional autônomo.

Divergências mais profundas com as resoluções do PCB sobre o assunto, especialmente com respeito à contradição principal vivida pela sociedade brasileira naquele momento histórico, seriam mais claramente explicitadas no decorrer dos debates sobre as teses para o V Congresso do partido, em 1960, como será apreciado no próximo capítulo. Mas se algum grau de convergência parecia haver entre o posicionamento político dos intelectuais responsáveis pela revista *Brasiliense* e o da direção do PCB quanto à necessidade de constituição de um capitalismo genuinamente nacional para superar a dependência perante o imperialismo e abrir o caminho para a transição ao socialismo, profundas divergências de ordem teórica quanto ao entendimento da realidade brasileira eram já bastante evidentes, conforme continuará a ser visto a seguir.

Ocidente e Oriente nas representações da sociedade brasileira

A análise do conjunto de textos citados anteriormente permite tentar avançar no rumo de uma discussão de cunho mais teórica: é possível estabelecer a comparação dos distintos pontos de vista apresentados sobre a realidade brasileira com as categorias teóricas de Antonio Gramsci, em especial os conceitos "Ocidente" e "Oriente". Pretende-se, com isso, averiguar de que modo a sociedade brasileira era enxergada pelos dirigentes e intelectuais ligados ao PCB: se integrada a uma formação predominantemente "ocidental" ou se carregada, no fundamental, de traços "orientais", tomando-se o devido cuidado para não substituir a visão dualista da época por um outro dualismo, já que, em Gramsci, tais conceitos não são mutuamente excludentes, mas pólos de um mesmo campo de força. Afinal, analisando o processo histórico brasileiro nos marcos da revolução passiva, como já destacado anteriormente, "é pela ocidentalidade que se perpetua a orientalidade", numa sociedade em que "a orientalidade é parteira da ocidentalidade", e a "modernidade" sempre se alimentou do "atraso" para se afirmar³²².

É possível depreender dos textos investigados neste capítulo que, de acordo com a percepção dos articulistas ligados à linha política do PCB, a formação social brasileira era basicamente configurada por elementos "orientais", se aplicarmos esta designação às caracterizações de "atrasada", "retrógrada", "semifeudal", etc dedicadas à estrutura econômica marcada pelo monopólio do latifúndio. Não se descarta a existência de traços "ocidentais", pois se reconhece a expansão de formas capitalistas de produção, inclusive no campo brasileiro, mas, na linha hegemônica pecebista, o "Oriente" suplanta o "Ocidente".

Acompanhando a visão corrente encontrada nos textos já comentados neste capítulo, pode-se encontrar, no fundamental, a mesma lógica de interpretação em outro artigo de Alberto Passos Guimarães, destacado formulador teórico pertencente aos quadros do PCB. Em texto também publicado na revista *Estudos Sociais*, Guimarães destacava a particularidade da formação histórica brasileira, cuja produção agrícola baseada na grande propriedade teria

imprimido uma marca originalmente negativa ao processo evolutivo da sociedade e da economia do país, ao contrário dos outros povos, conforme afirmava, citando inclusive o pensador autoritário Oliveira Vianna. O tipo de colonização aqui empregado teria gerado um crescimento distorcido da riqueza social, fugindo aos “padrões seguidos nos velhos continentes”:

Nosso ponto de partida foi o monopólio da terra, a concentração da propriedade elevada ao mais alto grau, o controle absoluto dos meios de produção nas mãos de uma casta que soube mantê-lo por vários séculos.³²³

Dentro de sua ótica, as forças produtivas não podiam se desenvolver plenamente, em função dos entraves impostos pelo latifúndio, dos privilégios concedidos pela Coroa portuguesa aos intermediários de negócios e às proibições às atividades manufatureiras na colônia. E em pleno século XIX continuariam predominando os entraves à livre concorrência e as restrições à expansão de formas embrionárias da propriedade burguesa: o campesinato não se desenvolvera como classe, o artesanato era escasso e era quase inexistente a população livre dos centros urbanos, quadro que impedia a formação de uma base social necessária à “missão histórica” reservada à revolução burguesa. Tal situação teria começado a sofrer alterações quando o eixo da economia brasileira deslocou-se para o Centro-Sul, “onde se libertaria dos grilhões a que estava submetida pelos imensos senhorios feudal-escravistas do Nordeste”³²⁴. Mesmo assim, fatos históricos relevantes impulsionadores de transformações burguesas, tais como a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, a Independência, a Abolição e a República, não teriam sido suficientes para quebrar o domínio da oligarquia agrária, fortalecida pelo poderio da grande propriedade cafeeira. A cadeia de privilégios aristocráticos seria mantida à revelia do surto industrial na virada do século, pois “as novas oligarquias burguesas, capitaneadas por barões e viscondes, vieram suceder as antigas oligarquias feudais, disputando privilégios e favores do Estado”³²⁵.

Alberto Guimarães destacava que o alto grau de concentração dos meios de produção na estrutura agropecuária brasileira seria acompanhado por um nível igualmente exagerado de centralização na indústria, superior ao encontrado nos países de capitalismo avançado,

conforme indicavam as estatísticas apresentadas pelo censo de 1920. Esta tendência seria reafirmada nas décadas seguintes no Brasil, apesar de uma efêmera desintegração do sistema latifundiário provocada pela crise mundial de 1929, logo sustada pela intervenção do Estado varguista, que, reduzindo os reflexos da depressão econômica junto aos grandes proprietários de café, garantiu as posições de domínio do monopólio da terra. Outrossim, a intervenção estatal incentivou a criação de situações de monopólio nos principais setores da indústria, como no caso do cartel formado pelas usinas de açúcar e do alto grau de concentração no ramo têxtil, dominado por um pequeno número de grandes empresas. Tal conjuntura econômica, que, segundo novos dados estatísticos apresentados no artigo, somente viu reforçada a tendência à concentração da produção e à centralização dos capitais após a Segunda Guerra Mundial, indicaria ao dirigente comunista a seguinte conclusão:

Os exemplos com que tentamos ilustrar a política intervencionista do Governo, no sentido de preservar o monopólio da terra e de incentivar as práticas monopolistas na indústria, demonstram que as formas ultraconcentradas da produção existentes em nossa economia não são decorrentes, em geral, do processo evolutivo espontâneo, mas de medidas artificiais que tiveram conseqüências desastrosas para a livre expansão das forças produtivas e o rápido desenvolvimento da economia nacional.³²⁶

Na concepção do articulista, portanto, as práticas monopolistas, já presentes na formação histórica brasileira caracterizada por uma colonização predatória fincada no latifúndio escravista, por si só responsável por obstaculizar o desenvolvimento pleno das forças produtivas e a constituição de um mercado interno, teriam sido reforçadas pela ação do Estado brasileiro durante o século XX, criando uma situação artificial e oposta ao que deveria ocorrer de forma espontânea, em condições presumivelmente “naturais” de florescimento das relações capitalistas e de “livre expansão das forças produtivas”. Depreende-se da análise apresentada pelo articulista que, no Brasil, o monopólio da terra exercido pelas oligarquias agrárias, associado à intervenção do Estado em favor destas mesmas forças retrógradas e dos monopólios na indústria, teriam desviado o rumo natural a seguir, conforme o modelo de desenvolvimento do capitalismo baseado na clássica revolução industrial. Esta realidade histórica teria criado empecilhos ao crescimento espontâneo da indústria, conservando uma

“estrutura anacrônica e inadequada ao desenvolvimento das forças produtivas (...) em vez de desobstruir-se o caminho para libertar o desenvolvimento industrial de seus entraves seculares”³²⁷.

Trata-se da mesma concepção determinista da história já anteriormente comentada, segundo a qual haveria uma evolução natural para o capitalismo, com base na expansão dos mercados e no desenvolvimento tecnológico. As sementes do capitalismo se encontrariam latentes nas formações sociais em que minimamente se verificassem a formação de um mercado interno e um progresso das técnicas produtivas, necessitando apenas se libertar dos grilhões impostos por restrições externas ao processo econômico, geralmente identificadas a limitações de ordem política: “os poderes senhoriais parasitários ou as restrições de um Estado autocrático”, conforme cita Ellen Wood em trabalho crucial para a compreensão das origens e da lógica de funcionamento do capitalismo³²⁸. Nas explicações pretensamente marxistas que seguem o raciocínio determinista, as revoluções burguesas aparecem como fundamentais para romper os grilhões impostos pela política, pela religião ou pela ideologia, elementos estranhos ao processo econômico puro, obstrutores do “crescimento espontâneo” dos mercados e da expansão plena das forças produtivas.

Alberto Passos Guimarães reconhecia a presença na economia brasileira de formas monopolistas de caráter tipicamente capitalistas, resultantes da tendência à concentração inerente ao sistema e, principalmente, à penetração dos capitais estrangeiros após a Segunda Guerra Mundial, situação esta que, seguindo sua ordem de raciocínio, confirmava a perspectiva de tratar o Brasil como uma sociedade em essência subdesenvolvida, pois havia de caracterizar os monopólios estrangeiros pelo seu parasitismo, a produzir “danos muito graves à economia nacional”³²⁹. Não há o que discordar da afirmativa em si, mas perceber que o conceito de imperialismo estava inserido na lógica do “determinismo tecnológico”: o capital estrangeiro, ao agir como um parasita da economia nacional, atuava também como um entrave à expansão espontânea e completa das forças produtivas nativas, impedindo o desenvolvimento de um capitalismo genuinamente brasileiro, o que, por conseguinte, frearia o curso natural do processo histórico, atrasando ou obstando a evolução rumo ao socialismo.

Em suma, na concepção de Guimarães, as situações monopolistas predominantes na economia brasileira seriam um produto do seu subdesenvolvimento, fosse pelo legado do colonialismo, a fazer preponderar formas monopolistas de caráter pré-capitalista na estrutura agrária, fosse pela intervenção do Estado em favor da oligarquia agrária e do baronato industrial, fosse pela ação parasitária dos monopólios estrangeiros. Estava caracterizada, assim, uma sociedade “oriental”, por excelência, onde a forte presença das oligarquias, dos monopólios e de um Estado marcadamente autoritário entravava o crescimento da economia nacional, impossibilitando os desdobramentos naturais e necessários à evolução histórica da formação social brasileira. Tal perspectiva “orientalista” seria reforçada na obra *Quatro Séculos de Latifúndio*, de 1964, pela qual Alberto Passos Guimarães conseguiu difundir amplamente, junto às esquerdas, sua tese sobre o feudalismo brasileiro. Neste livro, dentre outras questões, fica nítida a divergência com Caio Prado Júnior a respeito da penetração das relações capitalistas na agricultura brasileira, insuficiente, segundo o autor, para reverter o quadro de predomínio das formas pré-capitalistas de renda, pelas quais o trabalhador estaria submetido a obrigações de caráter extra-econômico. A estrutura agrária é reafirmada como uma barreira ao amplo desenvolvimento da economia nacional, em função da presença dos “resquícios feudais”. Segundo Guimarães:

... nenhuma série de argumentos pode ser capaz de alterar essa realidade para fazer-nos convencer de que o sistema salarial nela predominante tenha uma configuração plenamente capitalista, como pretendem alguns eminentes economistas e historiadores.³³⁰

Outro importante formulador a fazer uso das categorias feudais para explicar a formação histórica brasileira foi Néelson Werneck Sodré, o qual, no livro *Formação Histórica do Brasil*, cuja primeira edição é de 1962, reproduzia as considerações de Marighella (no artigo de 1958) sobre a convivência da renda capitalista com a renda pré-capitalista ao analisar o regime de propriedade e as relações de trabalho no campo:

Na fazenda de café, o senhor é a um tempo latifundiário e capitalista, apropriando-se da renda capitalista e da renda pré-capitalista. O colono é a um tempo assalariado e servo, porque desprovido dos meios de produção,

vendendo sua força de trabalho e, nesse sentido, “livre”, e submetido a formas de exploração feudal, e nesse sentido “servo”, – é, de qualquer forma, semiproletário.³³¹

Werneck Sodré desenvolveu uma análise histórica com teor maior de sofisticação do que a presente na linha oficial do PCB, ao perceber que o “Brasil iniciou a sua existência colonial sob o modo escravista de produção”³³² e ao afirmar que a servidão teria surgido, inicialmente, como relação secundária em meio ao grande empreendimento colonial-mercantil, tendo ampliado seu raio de ação junto às áreas em que se verificou a decadência da escravidão, onde, de meados do século XIX em diante, conviveria com formas capitalistas. A tese da passagem da escravidão para a servidão diferia da idéia de Alberto Passos Guimarães, segundo o qual o Brasil nascera feudal por conta da transposição das formas sociais européias na montagem da colônia, tendo de regredir ao escravismo para estruturar a economia voltada ao comércio externo, sem que as alterações decorrentes desta medida diluíssem o caráter feudal da formação social brasileira. As conclusões de Sodré a respeito da maneira pela qual deveria se dar a superação da realidade de seu tempo, entretanto, eram idênticas às dos dirigentes comunistas: o monopólio da terra constituía a causa central do atraso no campo, e somente com a sua eliminação as forças produtivas poderiam desenvolver-se.

Além disso, de acordo com Sodré, era flagrante a dualidade existente na estrutura agrária brasileira, pois os interesses externos teriam deformado a “evolução natural da produção agrícola”³³³, gerando um antagonismo entre a agricultura voltada a abastecer o mercado interno e o sistema da “grande lavoura”, destinado a atender as necessidades do comércio exterior, sendo evidente o favorecimento, da parte dos recursos públicos e privados, ao latifúndio agroexportador. A dependência frente ao imperialismo levaria à conservação dos fatores inibidores da plena expansão das forças produtivas, com destaque para a ação deletéria do monopólio da terra, a entravar o progresso da economia nacional: “a contradição fundamental, assim, é a entre a Nação e o imperialismo e seus agentes internos, que se desenvolve paralela e intimamente associada à contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e o monopólio da terra que as entrava”³³⁴. Nas suas análises sobre a

sociedade brasileira, Sodré endossava as principais formulações políticas do PCB, argumentando, por exemplo, “em defesa da existência de setores da burguesia brasileira com interesses *objetivamente* nacionais, enfatizando a necessidade de se constituir uma sólida e ampla frente antifeudal e antiimperialista, na qual a burguesia nacional teria presença indispensável”³³⁵.

No campo oposto às análises produzidas pelos defensores da linha política oficial do PCB, as formulações de Caio Prado Júnior aproximavam-se do que se pode enxergar como um viés “ocidentalista” na interpretação da realidade brasileira contemporânea, sem que isso significasse a negação total da existência, dentro dela, de sobrevivências “orientais”. Conforme já assinalado, para Caio Prado as relações capitalistas eram dominantes no país, encontrando-se em situação de plena expansão, inclusive no campo. Sua via “não clássica” de passagem para o capitalismo não pressupunha o entendimento de que a formação histórica brasileira degenerara num tipo de estrutura sócio-econômica estranha ao desenvolvimento “natural” e “espontâneo” das forças produtivas, em sentido oposto ao “modelo clássico”. Pelo contrário, na perspectiva de uma modernização conservadora, o intelectual paulista apontava que, ao invés de serem vistos como entraves ao pleno desenvolvimento do capitalismo, as sobrevivências pré-capitalistas na estrutura agrária brasileira (aquilo que os dirigentes comunistas chamavam de “restos feudais” e, para Caio Prado, poderiam ser denominados de “restos coloniais” ou “escravistas”) deveriam ser compreendidas como integrantes do modo de produção capitalista brasileiro, tendo, na verdade, contribuído para o seu desenvolvimento, ao permitirem uma superexploração do trabalho.

De acordo com a percepção de Coutinho, a recusa de Caio Prado Júnior em abraçar a visão dualista, segundo a qual o “atraso” seria empecilho e não algo integrante e necessário ao processo de constituição do “moderno”, convergia em parte com as análises de Gramsci sobre a “questão meridional”, mesmo que o autor italiano jamais tenha sido citado em suas obras³³⁶. Portanto, o “ocidentalismo” de Caio Prado não exclui o reconhecimento da persistência de formas orientais na realidade brasileira, não se tratando de enxergar nela um “Ocidente” puro,

mas uma relação em que o “Oriente” sempre esteve a serviço do pólo por ele considerado dominante.

No entanto, formas “ocidentais” quase puras são depreendidas pelo escritor paulista na interpretação das relações de trabalho no campo brasileiro, as quais, longe de representarem formas típicas do feudalismo, traduziriam modos específicos do trabalho assalariado, inclusive as formas aparentemente camponesas como a parceria, que de fato encobririam a exploração de trabalhadores sem posses, cuja remuneração não se dava por meio do dinheiro. Caio Prado rejeitava peremptoriamente a tese de um feudalismo brasileiro, como já visto, identificando-a com a aceitação acrítica das resoluções sobre os países coloniais e semicoloniais difundidas pela III Internacional desde a década de 1920, sem que se fizesse a necessária distinção entre os países asiáticos e as nações dependentes da América Latina³³⁷. O Brasil teria se formado, historicamente, “como um apêndice do comércio internacional, simples fornecedor de produtos primários destinados ao consumo das áreas econômica e politicamente dominantes do mundo”³³⁸, com um passado histórico, portanto, muito mais próximo do que muitos chamariam de “capitalismo comercial” do que de feudalismo.

Não tendo se desenvolvido relações de produção feudais no Brasil, seria impossível, então, a existência de resquícios feudais nas relações de trabalho. Haveria, sim, resquícios da escravidão, base da exploração comercial em larga escala realizada na grande propriedade rural, situação muito diferente de uma exploração camponesa. Na transição para o capitalismo, o braço escravo foi gradualmente substituído pelo trabalho assalariado, que, transformado em relação dominante mesmo no campo, teria estabelecido formas de conduta típicas da sociedade capitalista:

Nos maiores e principais setores da agropecuária brasileira, naqueles que constituem em conjunto o cerne da economia agrária do país e onde se concentra a maior parcela da população rural, os trabalhadores, como empregados que são da grande exploração, simples vendedores de força de trabalho, portanto, e não “camponeses”, no sentido próprio, aquilo pelo que aspiram e o que reivindicam, o sentido principal de sua luta, é a obtenção de melhores condições de trabalho e emprego.³³⁹

Guido Mantega aponta que, na verdade, a concepção de Caio Prado Júnior a respeito da formação histórica brasileira levava à consideração da economia forjada no período colonial como a integrar, desde o seu nascedouro, o sistema capitalista mundial. O momento da transição do feudalismo para o capitalismo era confundido com um “primitivo capitalismo comercial”, em função da prioridade dada, pelo historiador paulista, ao papel desempenhado pela circulação de mercadorias na análise das transformações econômicas e sociais. O capital mercantil assumiria, assim, função preponderante na condução da economia, daí redundando que “desde o escravismo já estariam dadas praticamente todas as condições do capitalismo ou o conjunto de seus elementos estruturais, excluindo, assim, a possibilidade de existência de modos de produção pré-capitalistas”³⁴⁰. Segundo Coutinho, ao atribuir às formas da circulação a prioridade na definição de uma estrutura econômica, Caio Prado confundiria a presença de relações mercantis nas fases colonial e imperial do Brasil com a existência de uma ordem capitalista (mesmo que incompleta), idéia que o levava, inclusive, a tratar os latifundiários escravocratas como se fossem uma “burguesia agrária”³⁴¹.

A única diferença em relação à fase madura do capitalismo no país estaria na utilização, durante o período colonial, da mão de obra escrava, a qual, por sua vez, não apresentaria características absolutamente opostas às do trabalho assalariado, uma vez que ambas as formas de exploração eram designadas como “força de trabalho”, pois estariam, em momentos históricos singulares, subordinadas, no fundamental, aos mesmos interesses e objetivos da grande propriedade monocultora: a produção em larga escala voltada ao mercado exterior. A identificação entre trabalho livre e escravo também seria possível configurar por meio do estudo da sua remuneração, pois ambos, segundo Caio Prado, seriam compensados pelos serviços prestados, pouco importando o modo pelo qual era feito o seu pagamento (em espécie, dinheiro ou qualquer tipo de concessão, como a permissão ao uso da terra). Toda forma de remuneração era, no viés caiopradiano, entendida como salário.

Pode-se observar, nas considerações de Caio Prado Júnior a respeito do assunto, que, talvez em função de pretender atacar com veemência as teses terceiro-internacionalistas, tenha superestimado a associação de determinadas formas de exploração do trabalho rural ao

assalariamento, como no caso dos estudos sobre a parceria. Também transparece em alguns de seus textos que, no afã de negar a existência de traços feudais na estrutura agrária brasileira, tenha cometido um certo exagero na descrição do terreno em que se travavam as relações entre proprietários e trabalhadores rurais como de um mercado livre de trabalho, conforme expresso a seguir:

O que o mercado livre de trabalho implica, é tão somente, como em qualquer mercado, a concorrência de pretendentes e ofertantes, de compradores e vendedores de mercadorias, que no caso é a mercadoria *força de trabalho*. (...) Proprietários e trabalhadores, na posição respectiva de pretendentes e ofertantes de força de trabalho, se defrontam e de comum acordo estipulam as condições em que se fará a cessão ou compra da mesma força.³⁴²

Há de se convir que tal configuração das relações de trabalho no campo brasileiro tendia a nublar as condições de superexploração a que estavam submetidos os trabalhadores, numa estrutura marcada por revivescências da ordem escravocrata, como bem demonstrara o próprio Caio Prado. Entende-se também que sua maior preocupação era comprovar a não existência de relações baseadas em estatutos pessoais, fortemente enraizados nas tradições, tal qual em uma sociedade feudal. Mas apostar na plena difusão tanto do regime de salariado quanto de um mercado livre de trabalho na zona rural no Brasil como uma realidade absolutamente tangível revelava-se um ponto de vista exagerado, em função de que até os dias atuais abundam os exemplos de desrespeito aos mais elementares direitos da pessoa humana no campo, para não falar das seculares lutas pelo acesso à terra.

Daí que aparentasse ser simplificadora e descolada do terreno histórico da luta de classes no país a proposta de solução apresentada pelo historiador para o enfrentamento às formas brutais de exploração do trabalho na agropecuária brasileira: a extensão da legislação trabalhista, então já a fazer parte do cotidiano fabril e urbano, aos trabalhadores rurais. A simples aplicação da legislação na área rural seria capaz, na ótica de Caio Prado, de restringir a ação abusiva do proprietário no trato com seus empregados, transformando a relação empregador/empregado em mero contrato de trabalho, através do qual prevaleceria a igualdade jurídica entre as partes. Deduz-se de tais observações fazer parte das premissas

caiopradianas o estágio avançado da luta de classes no Brasil, a acompanhar o desenvolvimento pleno das relações capitalistas, a ponto de subentender-se haver uma sociedade civil suficientemente organizada para fazer valer os direitos sociais e políticos do operariado urbano, além de preparada para transferi-los aos trabalhadores rurais.

A posição “legalista” de Caio Prado Júnior era subsidiada, por certo, pela percepção de que a conjuntura política de que o país era palco, com intensas mobilizações dos trabalhadores em prol de transformações sociais, envolvendo, em particular, a luta pela reforma agrária, vinha a favorecer a implementação de propostas dos setores populares e democráticos no campo institucional. Em artigo publicado na revista *Brasiliense* em maio/junho de 1960, no qual criticava o projeto de reforma agrária encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo pelo governador, o historiador elencava inúmeros conflitos, incluindo choques armados com a polícia, ocorridos em diversos municípios do interior do país, como consequência das lutas travadas pelos trabalhadores agrícolas³⁴³. Deduzia, então, que, refletindo a radicalização do homem do campo, segundo ele cada vez mais decidido a lutar por melhores condições de vida, as autoridades políticas passavam a responder à pressão popular não somente por meio da repressão, mas também através de projetos de reforma como o apresentado pelo representante maior das forças conservadoras paulistas, mesmo que ineficazes do ponto de vista da solução permanente do problema.

Outro exemplo ilustrativo da posição de Caio Prado em apostar nas mudanças operadas pela via institucional, dentro dos marcos do sistema capitalista, evidenciou-se quando da promulgação da lei dispendo sobre o Estatuto do Trabalhador Rural (lei nº 4.914, de 02 de março de 1963), aprovada na intenção de estender à zona rural a legislação social-trabalhista. Esta iniciativa foi saudada pelo escritor como “uma verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888”³⁴⁴, pois seria capaz, segundo ele, de promover uma das maiores transformações econômicas e sociais já presenciadas no Brasil.

De fato, se é preciso considerar como fundamental a contribuição de Caio Prado Júnior para a revisão da tradicional historiografia brasileira, baseada na visão reducionista dos ciclos econômicos, reconhece-se nele a vanguarda da tese explicativa segundo a qual é possível

identificar o “sentido da evolução do povo brasileiro”³⁴⁵, em que o papel do “capitalismo comercial” teria sido o de implementar a acumulação primitiva de capitais através do exclusivo colonial, numa perspectiva teleológica que tendia a imaginar o sistema colonial como a integrar um projeto futuro de capitalismo. De igual forma, esta explicação histórica difundiu a idéia de que tanto a acumulação mercantil quanto a pilhagem colonial seriam fatores privilegiados para promover a transição ao capitalismo, cujas origens são, na verdade, agrárias e historicamente determinadas (Inglaterra dos séculos XVI/XVII)³⁴⁶, pois associadas ao processo violento de separação total dos produtores diretos dos meios de produção, do que resultou, com efeito, a constituição das relações de produção capitalistas, estabelecendo, como imperativo do mercado, a venda da força de trabalho como único meio de sobrevivência dos trabalhadores.

As análises aqui produzidas a respeito das interpretações de caráter “orientalista” ou “ocidentalista” da realidade brasileira deverão ser complementadas, no capítulo seguinte, pelas discussões sobre tática e estratégia na revolução brasileira. A referenciação teórica deste trabalho, centrada em Gramsci, obriga a pensar tal discussão através da associação das percepções acerca das mudanças econômicas e sociais processadas no período pesquisado ao entendimento expresso pelos comunistas brasileiros sobre o grau de complexidade, capacidade organizativa e de mobilização da sociedade civil, do que redundariam as propostas de tática e estratégia na luta pelo poder. Para um melhor posicionamento crítico diante deste debate, faz-se necessário o estudo sobre o quadro real de transformações estruturais registradas no Brasil durante as décadas de 1950 e 60, com base em análises acadêmicas já tornadas clássicas, a possibilitar a melhor compreensão acerca do quadro histórico de aprofundamento das relações capitalistas no país, na passagem para o capitalismo monopolista. Tais questões serão vistas logo a seguir.

CAPÍTULO IV:

O PCB E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA: A CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL-LIBERTADORA

O objetivo maior desta tese é estabelecer a conexão entre as análises produzidas pelos dirigentes e intelectuais ligados ao PCB sobre a realidade brasileira do final da década de 1950 e início dos anos de 1960 e a postura política adotada pelo partido às vésperas da perpetração do golpe militar de 1964, visando compreender de que modo era vislumbrada a intensa crise política processada naquele momento histórico. Conforme foi visto nos capítulos anteriores, a estratégia da revolução nacional-libertadora ou democrático-burguesa associava-se a uma dada interpretação da realidade social, geradora da perspectiva segundo a qual era preciso romper com os entraves impostos pelos resquícios feudais na economia brasileira e pela ação parasitária do imperialismo, a impedir o pleno desenvolvimento das forças produtivas no caminho da consolidação do sistema capitalista, fase a ser cumprida de forma cabal para, em seguida, permitir a preparação das lutas em favor do socialismo.

Portanto, é centralmente nos marcos da análise sobre o estágio de desenvolvimento das relações capitalistas no país, com destaque para o entendimento acerca das mudanças operadas em função da consolidação do capitalismo monopolista, que se deve buscar a compreensão sobre a estratégia política adotada pelos setores hegemônicos da esquerda na conjuntura imediatamente anterior ao golpe de 1964, assim como suas contradições e limites em termos da ação empenhada na resistência ao movimento golpista. Por isso é preciso averiguar as reais condições do capitalismo brasileiro no período, para conferir até que ponto as análises produzidas pelas esquerdas e, particularmente, pelos comunistas do PCB, possuíam alguma correspondência com a realidade ou se, de fato, não passavam de um conjunto de proposições ilusórias, fundamentadas no mito da burguesia nacional e progressista, força motriz da revolução nacional e democrática no Brasil. Até porque, no processo de socialização da política verificado no período, não há como eludir o fato de que as frações mais dinâmicas da classe dominante, associadas ao projeto de aprofundamento das relações capitalistas no

sentido da oligopolização do capital, se organizavam para o assalto ao poder de Estado, para o que buscavam desbaratar o principal obstáculo para a concretização de seus planos: o movimento operário e sindical, cuja vanguarda política apostava, paradoxalmente, na viabilização da etapa burguesa da revolução.

Os anos JK: pavimentando a estrada dos monopólios e do capital estrangeiro

Na análise propiciada por Francisco de Oliveira, o período marcado pelas ações “desenvolvimentistas” do governo Juscelino Kubitschek foi responsável pela aceleração da acumulação capitalista no Brasil, ao promover, através da abertura ao capital estrangeiro, a rápida incorporação ao processo produtivo de uma tecnologia mais avançada, a qual permitiu considerável aumento da produtividade. A mera transferência de “trabalho morto externo”, num quadro marcado pelo custo irrisório da força de trabalho, foi capaz de proporcionar um salto de qualidade nas relações capitalistas no Brasil, com os ganhos de produtividade acelerando ainda mais o processo de concentração da renda³⁴⁷. O aumento da taxa de exploração da força de trabalho é empiricamente demonstrado pelo autor, que destaca o fato de que a fixação do salário mínimo, na década de 1940, associada ao conjunto da legislação trabalhista já em vigor desde a década anterior, cumpriu o papel de nivelar por baixo o preço da força de trabalho no Brasil, instaurando um novo modo de acumulação capitalista, o que veio a garantir a estruturação da industrialização brasileira a partir de um alto grau de exploração da mão de obra operária.

Oliveira enfatiza, assim, no processo de acumulação instaurado a partir de 1930, o papel da legislação trabalhista, que interpretou o salário mínimo rigorosamente como necessário para a reprodução da força de trabalho, ou seja, um salário de subsistência. As leis varguistas, em seu conjunto, tiveram a função de igualar pela base a situação dos trabalhadores urbanos, transformando em exército de reserva principalmente a população que afluía às cidades. Ao mesmo tempo, a não extensão da legislação trabalhista ao campo viabilizava a manutenção dos baixíssimos padrões do custo de reprodução da força de trabalho

na agricultura, cumprindo dois objetivos fundamentais ao desenvolvimento industrial capitalista no Brasil: fornecer os enormes contingentes populacionais formadores do exército de reserva das cidades e garantir o baixo custo da produção dos gêneros de primeira necessidade, destinados à reprodução da força de trabalho urbana, o que contribuía para a depreciação do preço de oferta desta mão de obra operária. Com isto, altos índices de acumulação capitalista foram obtidos entre as décadas de 1930 e 1960, devido à integração dialética existente entre indústria e agricultura, para o que muito colaborou a política estatal sob Vargas, regulando o preço do trabalho, conforme já visto, investindo na infraestrutura, subsidiando as importações de equipamentos para as empresas industriais e impondo um confisco cambial ao café, transformando, desta feita, o anterior modelo agrário-exportador em urbano-industrial.

Reconhecendo que a expansão do capitalismo no Brasil não pode ser pensada a não ser como resultado da sua inserção no sistema capitalista internacional, Francisco de Oliveira destaca a necessidade de se compreender tal expansão muito mais como produto do processo da luta de classes, historicamente determinada internamente, do que um mero reflexo das condições impostas pelo capitalismo mundial. Segundo o autor, o tipo de industrialização que se logrou fomentar no Brasil da era JK, com ênfase na produção de bens de consumo duráveis e na indústria pesada estatal, com abertura ao capital estrangeiro para a aquisição de tecnologia mais avançada, foi fruto de uma opção deliberada de frações da classe dominante brasileira na busca de sua hegemonia junto à economia e ao poder de Estado:

Prioridade para indústrias automobilísticas, de construção naval, siderurgia, reforma da legislação tarifária, concessão de câmbio de custo para importações de equipamentos, não podem ser entendidos como acaso, nem medidas tópicas para equilibrar o balanço de pagamentos, que deram como resultado a aceleração da industrialização. Ao contrário, elas foram concebidas exatamente para isso.³⁴⁸

Tal opção levou em conta a existência de condições estruturais que não permitiam acelerar a reprodução do capital sem recorrer ao capital estrangeiro e à importação de tecnologia, tendo em vista a pobre base de acumulação prévia da economia nacional. De igual modo, a alternativa adotada pôde contar com o aumento da taxa de exploração da força de

trabalho, elemento responsável pelo fornecimento de excedentes internos necessários ao novo processo de acumulação capitalista. Oliveira comprova que, entre os anos de 1944 e 1968, em que pese o intenso crescimento industrial verificado no período, interrompido apenas com a crise recessiva de 1962-66, a remuneração real dos trabalhadores urbanos sofreu um desgaste contínuo, já evidente entre 1944 e 1951, quando o poder aquisitivo garantido pelo salário mínimo real foi reduzido pela metade, realidade agravada pelo fato de que 67,5% dos trabalhadores que recebiam salário mínimo estavam vinculados à indústria (percentual que subia ainda para 71% na cidade de São Paulo)³⁴⁹.

O quadro indica que a institucionalização do salário mínimo pelo Estado varguista, forçando que o mesmo servisse como ponto de referência para a variação dos demais salários e nivelando por baixo o preço da reprodução da força de trabalho empregada pelas indústrias, representou decisiva garantia para o pleno desenvolvimento das forças capitalistas no país, subsidiando a expansão industrial nos marcos dos “cinquenta anos em cinco” do governo JK. A compressão dos salários nominais, entretanto, não impediu a ampliação do mercado consumidor interno, conforme demonstra Sônia Regina de Mendonça, ao indicar que as indústrias de bens de consumo foram beneficiadas pelo crescimento da população urbana nas décadas de 1940-50 (52,8%) e 1950-60 (79,2%)³⁵⁰ e pela maior diferenciação social verificada, principalmente, com o aumento do setor de serviços. A valorização da figura do técnico, do profissional especializado e, por isto, melhor remunerado, legitimando a ação de um governo voltado ao planejamento estatal, proporcionava, acima de tudo, uma mudança qualitativa no perfil do mercado interno, ampliando a demanda por produtos mais sofisticados, tais como eletrodomésticos e automóveis.

Sônia Regina também nos fala da conjuntura internacional do pós-guerra, momento em que, passada a fase da reconstrução das nações atingidas pelo conflito, os países periféricos voltaram a ser considerados campo propício para os investimentos dos capitais internacionais, provenientes em maior parte, de início, dos países europeus. Em consequência desta conjuntura, o governo JK optou claramente pela internacionalização da economia brasileira, recorrendo ao capital externo, captado sob a forma de empréstimos ou investimentos, para o

financiamento ao processo de modernização tecnológica do país. O investidor estrangeiro foi favorecido pelas medidas cambiais que facilitavam a importação dos equipamentos industriais, situação que obrigaria o empresariado nacional a associar-se com as multinacionais, para poder gozar dos mesmos benefícios.

A industrialização brasileira foi ainda financiada internamente através de uma política emissionista e, por conseguinte, deliberadamente inflacionária, numa “estratégia sistemática de ‘aquecer’ a economia e de criar poupanças forçadas”³⁵¹. Os efeitos negativos da inflação sobre as classes trabalhadoras foram temporariamente compensados pela ampliação da quantidade geral de empregos, garantidos pelo rápido crescimento industrial. Esta situação, somada à ideologia nacional-desenvolvimentista, propagada com o intuito de atrair os trabalhadores para o apoio aos projetos modernizantes sintetizados no Plano de Metas, proporcionou o clima social favorável ao processo acelerado de acumulação capitalista no país, com a montagem recorde dos setores mais dinâmicos da estrutura industrial brasileira, capitaneados, dentre outras, pelas empresas automobilísticas, de construção naval e mecânica pesada, majoritariamente controladas por capitais externos.

A implantação do setor de bens de consumo duráveis promoveu alto grau de desnacionalização da economia brasileira, o que não significou contradição aberta com os interesses dos capitalistas nacionais, tendo em vista que a demanda das multinacionais instaladas no Brasil propiciou a formação de um núcleo de empresas fornecedoras dos insumos e peças necessários, principalmente, à indústria automobilística, vanguarda do processo modernizador em curso. Cresceram a indústria de capital nacional privado, em especial nos ramos metal-mecânicos, e a indústria de bens de produção, mantida pelo Estado, também responsável pelos investimentos em infraestrutura, o que acabaria por beneficiar o conjunto da estrutura industrial, estimulando o pleno desenvolvimento do capitalismo. Tal equilíbrio de interesses, controlado pelo Estado a fim de evitar ao máximo a irrupção de tensões no interior da classe dominante, perdurou enquanto não afloraram, de forma mais nítida, os conflitos resultantes do processo de oligopolização da economia, inevitável no modelo de modernização adotado, em que a superioridade tecnológica e de capitais das empresas multinacionais,

incitada pelo Estado, criou um descompasso no ritmo de crescimento verificado entre os setores industriais e vedou a possibilidade de expansão das empresas de menor porte. O quadro viria a desembocar numa “crise de novo tipo”, explicada por Sônia Mendonça:

... viria a ser a maior contradição do novo modelo econômico. Esta se expressava na relação conflituosa entre uma industrialização baseada na produção de bens duráveis que se realizavam no *mercado interno*, e o fato de sua propriedade ser do *capital estrangeiro*, que necessitava retornar às matrizes externas sob a forma de lucros, juros e dividendos³⁵².

Estava se dando, de fato, uma crise de consolidação e de crescimento do capitalismo no país, provocada pela introdução dos novos métodos produtivos que aumentaram a produtividade do trabalho, mas, por outro lado, levaram à modificação na composição orgânica do capital, afetando negativamente a taxa de lucro³⁵³. Tendo em vista que os investimentos em máquinas e equipamentos não se elevaram, graças à política cambial de subsídio à importação destes produtos, nem houve maiores gastos de ordem financeira, já que o Estado fornecia créditos a juros baixos, os maiores gastos se deram com a implementação de novos métodos produtivos e não com salários³⁵⁴. Gerava-se, assim, gradativamente, uma massa de capitais inativos, situação que somente seria suplantada, permitindo uma próxima expansão da produção, quando a estagnação tivesse depreciado as máquinas, equipamentos e matérias-primas ou que o processo de concentração de capital se aprofundasse, expulsando do mercado as empresas menos competitivas. Acontecia, portanto, uma crise de superacumulação do capital ou de superprodução, típica do capitalismo monopolista³⁵⁵.

A aceleração da acumulação capitalista, garantida pelo modelo econômico implantado por JK, projetou a burguesia industrial associada ao capital estrangeiro a uma posição de destaque dentre as demais frações da classe dominante que compunham o Estado no chamado “pacto populista”, até então mantido com base no equilíbrio entre elas. Os empresários da indústria passaram a atuar de forma mais autônoma frente à estrutura corporativa estatal, afastando-se também de projetos nacionalistas que, de um lado, rejeitassem ou limitassem a presença do capital estrangeiro no país e, de outro, favorecessem ou não impedissem a mobilização das massas operárias.

Para Carlos Nélon Coutinho, o processo de monopolização do capital acentuou as contradições existentes no sistema capitalista mundial e, em função do acirramento da concorrência, introduziu antagonismos entre os próprios capitais individuais, tornando "mais complexa a adequação entre os interesses do capital em seu conjunto e os interesses dos múltiplos capitais singulares"³⁵⁶. Uma forma de tentar superar tais contradições e evitar a irrupção das crises foi a ampliação do papel do Estado como regulador da economia, o que se tornou mais comum após a crise de 1929, com a adoção de medidas que visavam, acima de tudo, criar tendências contrárias à queda da taxa de lucro. O Estado capitalista passara a representar, centralmente, os interesses dos grandes grupos monopolistas, que detinham maior capacidade de acumulação, contribuindo de modo mais significativo para a reprodução ampliada do capital em seu conjunto. Isto reforçou de forma acentuada a tendência ao crescimento e à autonomia do aparato executivo de Estado, tornado cada vez mais independente de qualquer controle popular ou mesmo do parlamento, favorecendo a ação ampliada e insubmissa dos capitais monopolistas. A criação de um corpo burocrático numeroso e relativamente autônomo legitimava-se em nome de uma "racionalidade técnica", com a pretensão de colocar-se acima dos conflitos e interesses imediatos dos múltiplos capitais singulares, visando de fato facilitar o aprofundamento das transformações no sentido da reprodução do capital como capital monopolista.

Quanto ao Brasil, Coutinho lembra que praticamente não se conheceu por aqui um período de capitalismo concorrencial, tendo ocorrido um processo de monopolização precoce do capital, experiência comum aos países de industrialização tardia (no caso brasileiro, pode-se dizer que hipertardia), nos quais se deu o recurso a mecanismos de acumulação promovidos pela intervenção estatal e não por "revoluções industriais" financiadas pela própria burguesia. Inicialmente favorecida pela intervenção expressa através de medidas protecionistas e financeiras, que asseguraram, respectivamente, crescimento do mercado interno e transferência de recursos da agricultura à indústria, somadas à garantia da elevada exploração da mão de obra, a industrialização brasileira caracterizou-se também pela necessária dependência aos capitais estrangeiros, por ter se consolidado na época em que o capitalismo

monopolista já era predominante no plano internacional. Em virtude da competição desigual, a presença no país dos monopólios estrangeiros estimulou ainda mais o processo de monopolização do capital privado nacional, consubstanciado na fusão com empresas de fora ou na concentração/centralização das próprias empresas nacionais. A monopolização precoce verificou-se de igual forma no âmbito estatal, em que a necessidade de fomentar a industrialização criou um desenvolvido setor monopolista estatal de bens de produção.

O capitalismo monopolista encontrou ainda campo fértil para seu florescimento no Brasil, porque um de seus pressupostos fundamentais, graças à via não clássica das transformações sociais e políticas (“via prussiana”/“revolução passiva”), foi a existência de um Estado cuja “relativa autonomia” evidenciava-se na existência de um forte aparelho burocratizado a serviço de formas políticas autoritárias (vide Estado Novo). Mas a passagem efetiva para o capitalismo monopolista exigia a plena integração do setor estatal com o setor dos monopólios privados, de modo a garantir, no campo econômico, a ampliação dos lucros e da acumulação em favor do capital monopolista e, no nível superestrutural, a hegemonia dos grupos representativos do capital monopolista no bloco de poder controlador do Estado. Esta integração esboçou-se com a aplicação do Plano de Metas no Governo de Juscelino Kubitschek, vindo a se concretizar de maneira efetiva com a ditadura implantada a partir do golpe de 1964, quando foram quebradas as resistências políticas manifestadas pelas correntes populares e nacionalistas. Desta feita, a articulação do Estado ditatorial com o monopólio privado passava a assegurar que os instrumentos de intervenção estatais fossem colocados, no essencial, a serviço da expansão do capitalismo monopolista. Como diz Coutinho:

Se é verdade que a implantação de um regime ditatorial teve como objetivo primário a repressão do movimento operário, condição política para a superexploração da força de trabalho e para o conseqüente incremento da taxa de lucro pelo processo mais “simples” e direto, é também verdade que outro dos seus objetivos – perseguido com tenacidade e coerência ao longo do período que se abre em 64 – foi a sujeição dos interesses setoriais capitalistas (industriais e agrários) à “lógica” da reprodução monopolista do capital.³⁵⁷

Logo, a crise política verificada já ao fim do governo Kubitschek, e que se agravaria nos primeiros anos da década de 1960, resultaria, no fundamental, da necessidade de os grupos dinâmicos da classe dominante assumirem o pleno controle da gestão estatal a fim de garantirem a manutenção do ritmo de acumulação capitalista, nos altos níveis exigidos pelo processo decorrente da oligopolização econômica. O sistema mantido pelo velho pacto populista não mais seria adequado aos novos tempos de capitalismo monopolista, tendo em vista, em especial, as conseqüências sociais do modelo de desenvolvimento assumido, responsáveis por desencadear, então, uma portentosa onda de protestos populares contra a depreciação dos salários e a queda no nível de vida decorrentes do alto grau de concentração da renda, fato que de forma alguma era assimilado pelos grupos dominantes. O pacto populista, já abalado pela agitação social e pela ampliação da luta reivindicatória para além da classe operária e de grupos de assalariados, abarcando igualmente funcionários públicos e trabalhadores rurais, estava marcado de morte pelos grupos monopolistas.

É preciso ter claro, no entanto, que as avaliações até aqui registradas foram todas produzidas em contextos posteriores ao desfecho do golpe de 1964, revelando inclusive que muitas das análises sobre o caráter das transformações econômicas no sentido da consolidação do capitalismo monopolista no país e a respeito do papel reservado aos setores mais dinâmicos da burguesia brasileira neste processo, desmistificando a noção acerca da “burguesia nacional progressista”, somente puderam ser desenvolvidas com profundidade após a derrota do movimento que apostava na estratégia nacional-libertadora. O fato é que, antes do choque provocado pelo golpe nas formas de pensar a realidade brasileira e as estratégias de luta pelo poder, o ambiente intelectual no campo das esquerdas, tendo o PCB como centro hegemônico, mas incluindo socialistas, trabalhistas, nacionalistas e desenvolvimentistas que se opunham ao domínio imperialista, indicava a viabilidade da construção de um projeto nacional autônomo no âmbito do capitalismo, não sendo perceptível ainda para muitos a inevitabilidade da associação dos capitais privados nacionais com os monopólios estrangeiros, como uma tendência inerente à conjuntura econômica caracterizada pelo aprofundamento das relações capitalistas no Brasil e no mundo. Na avaliação de Ricardo Bielschowsky,

... nos anos 50, ainda estavam em plena implantação as estruturas industriais nos países subdesenvolvidos, e ainda se iniciava o atual padrão de internacionalização de capitais, processos casados cuja interação não podia ser percebida em sua plenitude. É natural, portanto, que a compreensão da novidade histórica fosse confusa.³⁵⁸

Segundo o economista, um dos poucos intelectuais no campo da esquerda a demonstrar um início de percepção do fenômeno teria sido Elias Chaves Neto, conforme registrado em artigos na revista *Brasiliense*, apesar da clara insuficiência na compreensão do seu significado mais abrangente, impedindo a elaboração de uma análise sobre o imperialismo que diferisse substancialmente daquela produzida pela direção do PCB. É possível depreender ainda que, se era difícil a correta apreensão das mudanças operadas no nível econômico em decorrência da consolidação do capitalismo monopolista no país, não seria menor a dificuldade em analisar o processo de complexificação da sociedade civil no exato instante em que ele se verificava. Além disso, como já assinalado anteriormente, o instrumental teórico à disposição dos comunistas do PCB, fundamentado nas categorias stalinianas das teses da III Internacional, ainda dominantes nas resoluções da maior parte dos partidos comunistas em todo o mundo, não obstante a política de desestalinização em curso, orientava no sentido de esquemas explicativos simplificados, expressos, entre nós, na visão dualista da realidade brasileira e na noção da revolução por etapas.

Cabe apenas ressaltar a existência, a partir de 1961, de um agrupamento de esquerda que percebia a realidade brasileira de forma muito diferente à dos comunistas do PCB, ao admitir o pleno desenvolvimento do capitalismo no país e a sua inserção na dinâmica da fase imperialista. Daí resultava a proposição segundo a qual “o ataque ao imperialismo só poderia ser conseqüente se empreendido numa perspectiva anticapitalista, o que conferia à tarefa revolucionária um caráter socialista, desde a primeira hora”³⁵⁹. A Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), ou simplesmente POLOP, como ficou conhecida, defendia, como alternativa à política de alianças proposta pelo PCB, a Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, a fim de congregiar as classes exploradas de todo o país e, sensibilizada

pelos feitos recentes da Revolução Cubana, propunha o caminho insurrecional da luta pelo poder, que não passava pela guerra de guerrilhas, mas pela revolução operária nos grandes centros fabris.

Formada por jovens intelectuais dos meios universitário e jornalístico (dentre os quais destacavam-se Theotônio dos Santos, Moniz Bandeira, Rui Mauro Marini, Emir e Eder Sader, Michael Löwy), com teses fundamentadas em referências teóricas que passavam por Rosa Luxemburgo, Trotsky e Bukharin, a organização baseava-se na teoria da “cooperação antagônica” de Ernest Talheimer, para afirmar que as tensões entre os países imperialistas não se desenvolviam a ponto de criar uma hostilidade aberta entre eles, mas abriam brechas que favoreciam a emergência dos movimentos revolucionários. A chamada “primeira teoria da dependência”, forjada por Theotônio dos Santos e Rui Mauro Marini, sob a influência do economista André Gunder Frank, da nova esquerda norte-americana, não via alternativas de crescimento para os países subdesenvolvidos dentro do capitalismo, razão pela qual propunha de imediato a revolução socialista.

Para os dirigentes pecebistas, tais formulações não passavam de delírios “esquerdistas” que deveriam ser combatidos com rigor, para que não desviassem o movimento de massas do rumo necessário em direção à revolução democrático-burguesa. E, tendo em vista a contradição principal pela qual passaria a sociedade brasileira naquele momento histórico, a contradição entre nação e imperialismo, um dos pontos nodais da estratégia nacional-libertadora estava em erigir, na prática, a chamada “burguesia nacional” à posição de grupo social preferencial com o qual os trabalhadores deveriam se aliar na luta antiimperialista.

“A Burguesia na Revolução Brasileira”

No jornal *Novos Rumos*, uma série de artigos publicados, em 1959, na página dedicada ao aprofundamento das questões teóricas, em que se situava a coluna “Teoria e Prática” (muito provavelmente sob a responsabilidade de Mário Alves), buscava esclarecer, de forma quase didática, a posição da direção nacional do PCB sobre o assunto. O artigo “União e Luta com a

Burguesia” enfatizava importância de os militantes comunistas compreenderem a necessidade da aliança tática da classe operária com a burguesia na luta contra o inimigo comum: o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. No essencial, o texto visava convencer a militância de que tal aliança não deveria redundar no abrandamento da luta de classes no país, reconhecendo que as contradições entre o operariado e os capitalistas brasileiros eram inevitáveis e necessárias, pois eram determinadas por causas objetivas e pelo fato de que a burguesia, na condição de classe proprietária, temeria sempre a ação política independente dos trabalhadores. Qualquer perspectiva de “paz social” era apontada como postura reacionária e utópica, nas condições do regime capitalista.

A burguesia brasileira era caracterizada como força vacilante, inclinada, por vezes, a compromissos com o imperialismo e seus agentes, o que levava o autor do artigo a indagar como seria possível levar adiante a luta antiimperialista no Brasil, onde a tarefa central naquela etapa histórica seria a libertação nacional. A resposta estaria na disputa hegemônica do movimento nacionalista, cuja atuação seria tanto mais conseqüente na medida em que nele participasse e influísse decididamente a classe operária, de modo a que fossem anuladas as vacilações das classes não proletárias. No curso do processo, o proletariado forjaria sua unidade e solidificaria a aliança com o campesinato, esforçando-se, assim, para assumir a direção da luta antiimperialista e democrática. A disputa pela hegemonia no interior do movimento nacionalista não deveria significar o abandono da luta de classes, pois, ao defender seus interesses específicos, a classe operária estaria, ao mesmo tempo, combatendo as vacilações da burguesia, impulsionando-a no sentido de uma posição mais conseqüente contra o imperialismo norte-americano, “forçando-a a buscar para as suas dificuldades outra saída que não ... apenas a exploração intensificada dos trabalhadores”³⁶⁰.

O artigo citava, como exemplo de postura conseqüente no movimento social, fazer avançar a luta contra a carestia e pelo aumento de salários, o que pressionaria o governo JK a adotar uma prática desenvolvimentista independente, alterando radicalmente sua política econômico-financeira, descrita como eivada de aspectos entreguistas e medidas antipopulares. Tais considerações acabavam por nublar o elemento central da luta de classes: a contradição

entre interesses e visões de mundo absolutamente antagônicas, que situações políticas transitórias jamais seriam capazes de anular. O que o PCB tratava como “vacilações” da burguesia brasileira no combate ao imperialismo, de fato constituíam posições de classe que a ação mais conseqüente dos trabalhadores não faria retroceder, mas, muito pelo contrário, só tenderia a acirrar, como de fato se deu no processo histórico real.

Uma seqüência de artigos publicados na mesma seção do jornal, em cinco sucessivas edições ao longo dos meses de junho e julho de 1959, sob o título “A Burguesia na Revolução Brasileira”, pareciam querer dar conta de esgotar o polêmico tema. Começava por insistir no caráter heterogêneo da burguesia, tomando como exemplo os diferentes posicionamentos de setores capitalistas nacionais diante da encampação da Bond and Share, promovida pelo governo de Leonel Brizola: enquanto teria havido aprovação entusiástica de amplos círculos da burguesia gaúcha ao ato, protestos indignados foram proferidos por representantes de organizações influentes das classes dominantes, como a Federação das Indústrias e a Associação Comercial do Rio de Janeiro. O conflito de opiniões no interior da classe capitalista era visto como a expressar interesses econômicos divergentes, pois a burguesia brasileira não poderia ser qualificada como um bloco monolítico, já que teria passado por um processo de diferenciação interclassista, como em geral toda a classe capitalista teria experimentado nos países de passado colonial.

De todo modo, o jornal do PCB asseverava que a imensa maioria da burguesia brasileira era interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e na remoção dos obstáculos opostos, pelo capital imperialista, a este desenvolvimento. Tal interesse decorreria de fatores econômicos objetivos e, na medida em que a burguesia tomasse consciência da oposição entre suas necessidades e o sistema de dependência ao imperialismo, adotaria, em maior ou menos grau, a posição nacionalista. Os conflitos entre capitalistas nacionais e monopólios estrangeiros ocorreriam, por exemplo, na disputa pelo domínio do mercado interno, em que as empresas alienígenas eram identificadas como a constituir obstáculo à expansão dos negócios nacionais. Neste choque de interesses, os industriais brasileiros (com exceção dos que comporiam a ínfima minoria vinculada ao capital

estrangeiro), tendo ao seu lado a maioria absoluta da burguesia comercial, assim como setores da burguesia bancária e de proprietários rurais associados ao capital industrial e comercial nacional, eram apontados como a desejar a eliminação dos óbices que o imperialismo impunha à industrialização do país.

No segundo artigo da série, eram analisados os setores da burguesia nacional que dariam suporte à ação imperialista no Brasil, setores estes que teriam surgido e se desenvolvido na associação com o comércio exterior, particularmente com a exportação de produtos primários para as metrópoles do capitalismo. Tais grupos econômicos seriam formados pelos intermediários do comércio externo, as firmas comissionárias e exportadoras que dependiam vitalmente dos negócios realizados com as nações capitalistas desenvolvidas, às quais se prendiam por múltiplos laços comerciais e financeiros, créditos e financiamentos. Daí redundaria a posição antinacional geralmente assumida pelas associações comerciais nos centros econômicos brasileiros, como Rio de Janeiro e São Paulo, já que estas entidades viriam a ser controladas por firmas exportadoras e importadoras.

Outros setores burgueses denunciados como a posicionar-se de forma contrária às lutas nacionalistas seriam os industriais e comerciantes associados aos trustes multinacionais nas chamadas empresas mistas, controladas parcialmente pelo capital estrangeiro. Desempenhariam o papel de testas-de-ferro e agentes dos trustes no Brasil, dado à relativa debilidade econômica dos capitalistas nacionais nos empreendimentos em que participavam associados ao capital estrangeiro. Os grupos bancários ligados ao comércio exterior também atuariam como agentes dos interesses externos, nas sociedades de investimento e financiamento, nos consórcios cuja finalidade seria mobilizar capital nacional para ampliar o ativo das empresas alienígenas no país, ou, inversamente, promover a participação do capital monopolista estrangeiro nos empreendimentos nacionais, que passavam a ser controlados pelos trustes internacionais.

As frações burguesas apontadas pelos comunistas como “entreguistas” eram identificadas com os círculos econômicos e políticos que propagavam o investimento externo como único fator capaz de impulsionar o progresso nacional. Eram defensores do liberalismo

econômico no terreno cambial e opositores intransigentes de qualquer tipo de intervenção estatal ou de protecionismo à indústria. Juntamente com os latifundiários, tais segmentos da burguesia comporiam o “suporte social do capital monopolista estrangeiro, particularmente o norte-americano”³⁶¹. O jornal afirmava que numerosos capitalistas nacionais desenvolviam, naquele instante, associações com os monopólios estrangeiros (cerca de mil e trezentos empreendimentos), com vistas a assegurar a importação de equipamentos, sem cobertura cambial, para suas fábricas. Como se vê, não era assim tão ínfima a parcela da burguesia brasileira associada ao capital internacional, como o artigo anterior havia sugerido.

Nos artigos seguintes, insistia-se em caracterizar a burguesia como vacilante na luta antiimperialista, destacando-se, em contrapartida, as possibilidades crescentes do movimento nacionalista, por causa dos setores burgueses interessados no desenvolvimento independente do país, como o grupo Matarazzo, de São Paulo. Tais setores, na visão do jornal, inclinavam-se mais freqüentemente a adotar posições dúbias, oscilando entre atitudes nacionalistas e concessões aos monopólios estrangeiros. Não se opunham por princípio ao capital imperialista, admitindo a participação deste na economia nacional, apenas propondo limitar a sua ação, restringindo sua aplicação a áreas onde não prejudicassem diretamente os interesses da burguesia nativa. Assim, geralmente mantinham posição de expectativa e, em alguns momentos, faziam coro com os reacionários nos ataques ao “estatismo” e na defesa da livre iniciativa, colocando-se de forma contrária à encampação de empresas imperialistas. Seus principais líderes ocupavam postos destacados nas federações industriais dos grandes centros brasileiros.

Outra parte da burguesia teria assumido postura mais radical em face do imperialismo, compreendendo, na maioria, pequenos e médios industriais e comerciantes, com negócios vinculados ao mercado interno e a capitais nacionais, não possuindo qualquer enlace com os monopólios internacionais. Eram obrigados a travar uma luta constante para desenvolver ou simplesmente garantir a sobrevivência de seus empreendimentos, enfrentando obstáculos opostos pela dependência ao imperialismo e pela estrutura econômica atrasada do país. Estariam predispostos a apoiar a luta nacionalista e, em muitos casos, associavam-se de fato à

campanha antiimperialista. A imensa maioria da burguesia brasileira, no entanto, segundo o ensaio, ocupava posição intermediária e vacilante entre os dois pólos mais definidos ideologicamente (“entreguistas” x “nacionalistas”), seguindo os elementos “mais radicais” nos períodos de ascenso da luta nacionalista e inclinando-se para o lado dos “partidários do compromisso”, quando a pressão pró-imperialista aumentava³⁶².

A “natureza contraditória da burguesia” era também identificada, pelos comunistas do PCB, na maneira como as transformações de ordem democrática eram encaradas pela classe. Haveria postura vacilante diante do problema agrário, pois, de um lado, a burguesia seria capaz de ver na existência do latifúndio e dos “restos feudais” um obstáculo ao desenvolvimento capitalista, um fator limitador do crescimento do mercado interno para a produção industrial, bem como um empecilho à aplicação de capitais na agricultura. Daí a posição de numerosos setores burgueses em favor da reforma agrária, como pareciam indicar os cerca de vinte projetos apresentados com este objetivo ao Congresso Nacional entre 1946 e 1958, não por acaso num período de grande desenvolvimento capitalista e de fortalecimento da burguesia no Brasil.

Por outro lado, vários círculos burgueses eram vistos como a adotar atitude dúbia ou a se omitir diante da questão, quando não se opunham abertamente à reforma agrária, contrapondo-se à desapropriação das terras dos latifundiários, por considerarem a medida uma ameaça ao direito de propriedade. Na concepção expressa no artigo, esta parcela da burguesia defendia a penetração do capital na agricultura sem a eliminação radical dos “restos feudais”, ou seja, sem a remoção do monopólio da terra, com a intenção apenas de promover uma agricultura capitalista intensiva, de base tecnológica.

Quanto às liberdades democráticas, a burguesia apresentaria também uma atitude dúplice: seria partidária do sistema democrático e das liberdades públicas na medida em que tais dispositivos lhe permitissem apoiar-se nas massas populares para defender os interesses do capitalismo nacional; porém, desejaria estabelecer sua ditadura de classe. Seu “democratismo” seria limitado, pelo temor à ação independente das massas e ao crescimento da mobilização

operária, fazendo com que se esforçasse para manter o movimento social dentro dos marcos convenientes aos seus interesses.

A conclusão do ensaio sociológico sobre a burguesia brasileira repetia a convicção dos dirigentes do PCB de que “a burguesia, como classe, tem interesses objetivos na revolução nacional e democrática” e de que, de modo geral, “os interesses da maioria esmagadora da burguesia industrial, inclusive da grande burguesia, se contrapõem ao imperialismo, sobretudo o norte-americano”³⁶³. Estes interesses cederiam cada vez menos às tendências conciliadoras, à medida em que o movimento de emancipação nacional se fortalecesse no apoio crescente das massas e ganhasse um curso conseqüente por influência da ação política do proletariado, isto é, do Partido Comunista.

Em suma, para os formuladores da política pecebista, as condições objetivas traduzidas no desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil colocariam, “naturalmente”, a burguesia industrial brasileira em rota de colisão com o imperialismo. As condições subjetivas, porém, expressas na falta de uma consciência burguesa radicalmente nacionalista e na tendência a concessões e vacilações diante do inimigo externo, impediriam o pleno desafogo do processo em direção à revolução nacional e democrática. O papel principal reservado à classe operária, dirigida por seu partido, seria, portanto, empurrar a burguesia nacional a assumir a sua “missão histórica”, concluindo a evolução do capitalismo no país e abrindo caminho para a etapa socialista.

As análises expostas na série de artigos sobre a burguesia brasileira para *Novos Rumos* serviriam de base para a posição vencedora no V Congresso do PCB, conforme consignado na sua Resolução Política. A simples exposição das principais resoluções do Congresso, entretanto, não seria capaz de traduzir o que ele de fato representou em termos das discussões travadas entre os militantes do PCB na fase preparatória do encontro. As teses apresentadas pelo Comitê Central do partido foram debatidas intensamente nas páginas do semanário *Novos Rumos*, ao longo de cerca de quatro meses (entre o final de abril e o início de agosto de 1960), através de inúmeros textos publicados semanalmente e assinados por diferentes membros do partido.

Aspectos centrais deste debate, definitivo para o posicionamento político adotado pelos comunistas do PCB até 1964, serão investigados em seguida.

O V Congresso do PCB (1960): a luta interna em exposição

No ano de 1960, o PCB preparava-se para as eleições presidenciais, conforme visto no capítulo anterior, ao mesmo tempo em que realizava o seu V Congresso. Em abril, o Comitê Central lançou as teses para discussão, e o debate demonstrou, centralmente, a divergência que punha, de um lado, o núcleo hegemônico formado em torno do “centro pragmático” das discussões sobre o processo de desestalinização e dos redatores da Declaração de Março de 1958 (Prestes, Giocondo Dias, Marighella, Jacob Gorender, Mário Alves, Armênio Guedes, etc) e, de outro, o grupo stalinista (Maurício Grabois, Pedro Pomar, João Amazonas), que, derrotado no Congresso, fundaria o PC do B dois anos depois. Divergências aparentemente secundárias, por não representarem no fundo antagonismo com a linha nacionalista, como os questionamentos de Caio Prado Júnior e de Elias Chaves Neto quanto às análises sobre a realidade brasileira e seus desdobramentos políticos, também se colocaram durante o debate.

As discussões a respeito das teses foram abertas no jornal *Novos Rumos* por Maurício Grabois em artigo através do qual atacava a linha política adotada pelo PCB a partir da Declaração de Março e mantida no cerne das orientações contidas nas teses para o V Congresso, caracterizando-a como uma “linha oportunista de direita”³⁶⁴. Este longo texto seria desdobrado em três partes, publicadas em sucessivas edições do semanário, e Grabois ainda escreveria outros artigos durante o debate, reafirmando sempre sua crítica às teses elaboradas pelo centro hegemônico do partido, do qual deixara de fazer parte desde 1957, por causa das posições abertamente stalinistas. Acompanhando Grabois na rejeição às teses, destacaram-se, com vários textos assinados nos “cadernos” de debates, Pedro Pomar, João Amazonas, Calil Chade, Carlos Danielli e Orlando Piotto³⁶⁵. Chade, Danielli e Piotto eram igualmente membros do Comitê Central, eleitos no IV Congresso do PCB, realizado em 1954. À época, Carlos Danielli era metalúrgico do Rio de Janeiro e Orlando Piotto, tecelão paulista. Também ativista em São

Paulo, Calil Chade passou a integrar a Comissão Executiva do CC quando Arruda Câmara, Grabois e Amazonas foram destituídos em 1957³⁶⁶.

A crítica de Grabois concentrava-se na linha de análise sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, considerando que a posição majoritária no Comitê Central do PCB exagerava a importância dada àquele processo, acabando por “embelezar o capitalismo”³⁶⁷, apesar de não ter sido capaz de analisar o acentuado desenvolvimento econômico ocorrido no país após a Segunda Guerra Mundial, progresso este verificado no crescimento do capital nacional e no incremento sem precedentes das inversões de capitais estrangeiros. Além disso, a Declaração de Março teria separado mecanicamente as tarefas democráticas dos objetivos nacionais, transferindo-as para uma outra etapa da revolução. O documento de 1958 teria ainda buscado harmonizar, numa mesma frente política, interesses de classe díspares, mesmo que estes se encontrassem em contradição com o imperialismo. E estaria sendo dado um valor maior à aliança com a burguesia do que com os camponeses e a pequena burguesia urbana, estabelecendo de fato uma linha de renúncia do proletariado à direção do movimento revolucionário. Quanto ao caminho pacífico da revolução brasileira, muito provavelmente o ponto nodal das divergências com o texto de 1958, Grabois repelia o que para ele parecia indicar um “caminho róseo, sem comoções sociais e choques violentos”³⁶⁸.

Tratava-se mesmo de apologia ao capitalismo, segundo Pedro Pomar, para quem era profundamente errôneo apresentar a perspectiva de um desenvolvimento capitalista, mesmo havendo a compreensão do caráter progressista do capitalismo no Brasil, na etapa da vida nacional em que a revolução não possuía ainda objetivos socialistas³⁶⁹. Segundo ele, uma justa análise da situação objetiva do país exigiria que se desvelassem as contradições de classe, diferenciando, com toda a nitidez, os interesses das classes oprimidas e dos trabalhadores, de um lado, do conceito geral da nação em seu conjunto, o qual corresponderia, por outro lado, aos interesses da classe dominante. A análise da situação objetiva, no lugar de exaltar o desenvolvimento capitalista nacional e a luta dos capitalistas brasileiros pela posse completa do mercado interno, deveria destacar o crescimento incessante do proletariado, que constituiria, este sim, o elemento mais progressista e revolucionário da sociedade brasileira. Ao não fazer

isto, as teses estariam impregnadas de uma “essência nacional-reformista”, procedendo de maneira unilateral, objetivista e apologética o exame das características da economia nacional e do desenvolvimento capitalista no Brasil³⁷⁰.

Em outro texto, Pomar questionava se algum dia a burguesia brasileira deixaria de se associar ao capital internacional, de integrar-se no sistema mundial do capitalismo e de unir-se aos latifundiários, considerando haver, nesta tese, um “genuíno idealismo”³⁷¹. Segundo ele, setores da grande burguesia, especialmente os industriais, que se viam ameaçados de aniquilamento pela concorrência imperialista norte-americana, tendiam a se chocar cada vez mais com o imperialismo, sobretudo à medida que o movimento nacionalista provocasse o aumento da disputa interimperialista pelo mercado e pelas esferas de influência no Brasil. Entretanto, no viés do articulista, esta burguesia não deveria ser confundida com a burguesia nacional, a qual seria, fundamentalmente, a burguesia média, aquela que, ao não possuir laços com o imperialismo, nem com os latifundiários, enfrentava as dificuldades da dominação estrangeira, da ausência de mercados e outros entraves à sua expansão. As vacilações e traições da grande burguesia seriam inevitáveis, do contrário ela seria uma força revolucionária conseqüente.

A fim de neutralizar a ação da grande burguesia, a tarefa maior do partido seria então promover o proletariado como dirigente da frente única, na base da aliança com o campesinato e as camadas médias, para o que impunha-se adotar atitude crítica e revolucionária diante das vacilações burguesas, abandonando a postura conciliadora. Concluía dizendo que a burguesia nacional, caso tivesse condições e interesse de participar da luta antiimperialista e democrática, procurando mesmo dirigi-la a seu modo, nem por isso deveria ser endeusada pelos comunistas.

Prosseguindo na oposição às teses do núcleo dirigente do PCB, João Amazonas escrevia que, sob o pretexto de combate ao dogmatismo, o partido teria abandonado de fato as reivindicações radicais, fixando-se unicamente nas reformas, nas denominadas “soluções positivas” e na luta pela conquista de um governo nacionalista e democrático, nos limites do regime capitalista³⁷². Concordando com alguns pontos básicos do programa pecebista, segundo os quais a liquidação do domínio imperialista e a extinção das sobrevivências feudais seriam as

principais tarefas do povo brasileiro naquele estágio da revolução, pois sem a eliminação de tais obstáculos ao progresso do país não poderia haver amplo desenvolvimento das forças produtivas em benefício das grandes massas, nem a completa independência nacional, tarefas em que estariam interessados o proletariado, a massa camponesa, a intelectualidade, a pequena burguesia urbana e a burguesia nacional, Amazonas afirmava, entretanto, que a política posta em prática com a Declaração de Março e com as Teses corresponderia mais às posições da burguesia do que às do proletariado consciente. Teriam desaparecido os objetivos centrais da etapa da revolução na qual o país se encontrava: o poder antiimperialista e feudal sob a direção da classe operária; o confisco e a nacionalização das empresas e capitais norte-americanos; a reforma agrária radical. Segundo ele, a ação política dos comunistas havia se limitado à luta por simples reformas, fazendo com que o PCB pouco se diferenciasse, na prática, de outros partidos, como o PTB.

A defesa do ponto de vista expresso nas teses da direção para o V Congresso foi encabeçada por Jacob Gorender, autor de inúmeras réplicas às críticas provenientes do grupo liderado por Grabois, Pomar e Amazonas e da maioria dos textos favoráveis à linha política inaugurada com a Declaração de Março de 1958. Gorender contou ainda com a companhia dos dirigentes de ponta do PCB, como Mário Alves, Giocondo Dias, Carlos Marighella, Luiz Carlos Prestes, Apolônio Carvalho, Diógenes de Arruda Câmara (que havia feito “autocrítica” das posições stalinistas³⁷³) e o destacado dirigente do partido em Minas Gerais, o jornalista Marco Antônio Tavares Coelho, na argumentação favorável às diretrizes formuladas pela Comissão Executiva do Comitê Central³⁷⁴.

Em resposta a Maurício Grabois, Gorender acusou-o de deturpar o texto da Declaração de Março, na qual estaria exposta a análise crítica do processo de desenvolvimento capitalista no país, acompanhada da denúncia aos aspectos negativos da política econômica imposta pelo governo JK, através da qual procurava-se apontar a incoseqüência da burguesia na luta antiimperialista, ao mesmo tempo em que buscava-se traçar uma tática conseqüente para a ação política do proletariado e demais forças revolucionárias. As teses apresentadas para discussão teriam representado um avanço em relação ao documento de 1958, ao aprofundarem

a crítica rigorosa e circunstanciada do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, processo este que, num país dependente e submetido ainda ao atraso estrutural do passado, viria imbuído de “evidente aspecto progressista”³⁷⁵, que se manifestava na expansão das forças produtivas e de novas relações de produção, conduzindo ao fortalecimento de forças sociais mais avançadas, como o proletariado. As teses alertariam para o fato de que, enquanto na direção do país prevalecesse a orientação dos conciliadores e dos entreguistas, seria mantida a dependência ao imperialismo, responsável pelo impedimento à plena expansão das forças produtivas, pelo acúmulo das deformações sociais e a ampliação das desigualdades.

Segundo Gorender, a “Plataforma de Ação Política” proposta por Grabois em seu artigo não passava de um resumo, com pequenas alterações, de um dos capítulos das Teses, dando a esta plataforma, porém, o mero sentido de um conjunto de soluções democráticas e patrióticas de caráter imediato, enquanto não chegasse o “grande momento milagroso das transformações radicais”³⁷⁶. A questão da hegemonia do proletariado estaria sendo tratada, desta feita, como se fosse uma simples afirmação abstrata, à maneira dos antigos documentos do partido. Assim, nada restaria ao proletariado senão conformar-se a uma resistência elementar e de natureza economicista, acoplada a uma propaganda do socialismo desvinculada da ação política real. Gorender, em sua réplica às críticas de Grabois, acusava o ex-membro do centro dirigente partidário de manter-se preso aos documentos anteriores à Declaração de Março, como o Manifesto de Agosto de 1950 e o Programa do IV Congresso, de 1954, tidos como sectários e dogmáticos, de um radicalismo estéril e descolado do movimento social.

Mário Alves reforçava a interpretação de Gorender, ao afirmar que Grabois pretendia o retorno à orientação sectária, quando imputava à Declaração de Março a pretensão de harmonizar os conflitos no interior da frente única. Alves asseverava não se tratar de harmonização de interesses de classes antagônicas, mas de conduzir a uma luta que fosse abraçada por uma frente mobilizada na oposição a um inimigo comum, frente única esta que o posicionamento de Grabois na verdade acabaria por inviabilizar. Reafirmava que, na questão relativa à hegemonia do proletariado, a aliança principal se dava com as massas camponesas e não com a burguesia. Por fim, contestava o que considerava deturpação de Grabois quanto ao

“caminho róseo” da revolução brasileira, retrucando que a Declaração de 1958 não descartava a solução violenta, como resposta das camadas populares à ação violenta da classe dominante³⁷⁷.

Novo texto de Jacob Gorender voltava a investir contra a “oposição esquerdista”, afirmando que o tratamento dado pelo grupo à questão da burguesia brasileira não tomava como premissa a compreensão da contradição central vivida pelo país naquele período histórico: a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano. Entendia partir de Grabois uma espantosa confusão no que se referia à atuação do imperialismo no Brasil, pois, para Gorender, não era admissível imaginar um papel progressista do imperialismo dos EUA no desenvolvimento da economia nacional do pós-guerra, como fez Maurício ao destacar o crescimento econômico verificado no país com a injeção maciça de capital estrangeiro, mormente norte-americano. Gorender, citando os estudos do economista Aristóteles Moura (autor do livro *Capitais Estrangeiros no Brasil*), ressaltava ser necessário considerar, primordialmente, o imperialismo no seu movimento global de sistema espoliador, cujos efeitos negativos a longo prazo teriam maior significação do que aqueles notados de forma imediata e de caráter transitório³⁷⁸.

As divergências expressas na tribuna de debates do jornal *Novos Rumos* entre o centro dirigente do PCB, responsável pela elaboração das teses para o V Congresso, e a “oposição esquerdista”, assim denominada pelo primeiro grupo, na verdade davam continuidade à luta interna iniciada com o processo de desestalinização, que pôs em lados contrários o “centro pragmático” e os “conservadores”. Os mesmos personagens da disputa anterior (com exceção de Arruda Câmara, que posicionou-se ao lado da direção) voltavam a se enfrentar, para o acerto de contas final no Congresso do partido. De um lado, a oposição liderada por Grabois, Amazonas e Pomar criticava a linha então hegemônica no partido, acusando-a de “direitista”, sem discordar da caracterização da revolução brasileira, naquela etapa, como antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. Por outro lado, o centro dirigente, sob o comando de Prestes, Dias, Gorender, Mário Alves e Marighella, imputava aos “esquerdistas” a pretensão de um retorno à linha política sectária dos programas anteriores à Declaração de Março.

Os pontos de maior discordância, para o grupo da oposição, encontravam-se nas seguintes diretrizes das Teses: a análise do desenvolvimento capitalista no Brasil era considerada “apologética” do capitalismo e do fortalecimento da burguesia, ao invés de destacar o crescimento do proletariado; o governo JK era definido como a revelar uma composição heterogênea de forças sociais e políticas, no lugar de ser apontado como “antinacional e antipopular”; o proletariado era relegado a uma posição subalterna na frente nacionalista e democrática, o que de fato significava entregar a direção do movimento antiimperialista à burguesia. Por fim, a tese da viabilidade da via pacífica da revolução no Brasil era contestada de forma veemente pela facção oposicionista, que a considerava, na prática, uma orientação “nacional-reformista”, a encaminhar no sentido de uma política de acumulação gradual de reformas, desarmando o proletariado para a luta revolucionária³⁷⁹.

Na defesa das Teses e dos princípios básicos da Declaração de Março, o centro dirigente entendia que a preocupação maior, naquele momento histórico, era definir o caminho para a “ação concreta de hoje e não a hipotética de amanhã”, a fim de conduzir o proletariado à liderança revolucionária de todo o povo³⁸⁰. Daí a necessidade também de explorar as contradições existentes no seio do Estado brasileiro, percebendo a influência da burguesia nacionalista no acirramento dos conflitos em seu interior, o que permitia realçar o seu caráter heterogêneo, no lugar de cair no esquema simplista da luta pelo poder, conforme no fundo seria a atitude do grupo “esquerdista”. A luta por um governo de coligação nacionalista e democrática envolveria a necessária pressão das massas e não o reforçamento do setor burguês no interior do Estado brasileiro.

À acusação de subalternização da classe operária na frente única, os dirigentes do PCB respondiam que, na aliança com a burguesia para o combate ao imperialismo, o proletariado não deixava de enfrentar a tendência conciliadora da classe possuidora, empenhando-se para que o movimento antiimperialista tivesse um curso conseqüente, razão pela qual deveria aspirar à função de força dirigente da frente única³⁸¹. A tática de acumulação de forças, visando à conquista de reformas profundas na estrutura econômico-social brasileira, não poderia ser confundida com gradualismo ou evolucionismo, como interpretavam os críticos da posição

oficial, pois esta seria a política capaz de conduzir à alteração radical da correlação de forças, permitindo avançar no caminho da revolução antiimperialista e antifeudal, sob a direção do proletariado³⁸². De acordo com a intervenção de Marco Antônio Coelho, a tática das soluções positivas exigia intensa participação no processo político real, ao contrário do que preconizava a facção "sectária", que, de um lado, levava "às manifestações de caráter aventureiro, realizadas pela vanguarda isolada e, de outro, à espera passiva das grandes lutas"³⁸³ que estavam por vir.

O principal ataque do núcleo dirigente às opiniões dos opositores era, sem dúvida, desferido contra o voluntarismo e o esquerdismo de que estavam imbuídos, na avaliação de que a oposição emulava no sentido das práticas aventureiras, preconizando ações que isolariam a vanguarda do proletariado. O artigo de Apolônio de Carvalho sintetizava esta avaliação, fazendo ao mesmo tempo um balanço das atitudes esquerdistas assumidas pelo conjunto do partido no passado, as quais teriam levado a militância a "confundir a revolução com as mudanças bruscas, violentas, explosivas"³⁸⁴, vistas como necessárias para transformar o caráter do Estado e a estrutura econômica. Trata-se de um tipo de análise que, ao menos aparentemente, aproximava-se bastante das considerações de Gramsci sobre a "guerra de movimento", o que de modo algum significava a adesão dos dirigentes do PCB a uma outra forma de estratégia revolucionária ou de análise da realidade brasileira que possibilitasse aproximá-los da compreensão do conceito de "guerra de posições", como poderá ser verificado na conclusão deste trabalho.

No rebate às críticas dos adversários à linha hegemônica do partido, Apolônio estava convicto de tratar-se de uma orientação voltada a colocar a militância comunista à margem do processo histórico real. Para ele, aqueles que se mantinham na recusa obstinada em admitir a viabilidade do caminho pacífico para a conquista do poder estavam deixando de enxergar o que havia de novo na sociedade brasileira, aferrando-se à tendência idealista a ditar as leis em lugar da própria realidade e a interpretar os acontecimentos segundo seus desejos, impondo formas de luta inseqüentes às forças sociais, no afã de criar uma revolução a curto prazo. Tal orientação levaria a uma tática incoerente, à confusão entre vontade e realidade, "a um misto

de radicalismo na forma e passividade na prática”³⁸⁵, em suma, ao caminho único da guerra civil e da insurreição armada.

Também Prestes atacou o “esquerdismo” através de artigo no qual concluía haver uma falsa avaliação da situação internacional por parte daqueles que pareciam se horrorizar com a tese da viabilidade de um caminho pacífico para a revolução no Brasil. Dizia que “subestimam os referidos camaradas a força crescente do sistema socialista mundial, a desagregação do sistema colonial e as demais contradições que minam o sistema capitalista mundial”³⁸⁶. Outrossim, o crescimento do movimento nacionalista e a tendência ao aprofundamento do processo de democratização no Brasil aventariam a possibilidade real de se constituir um poder revolucionário das forças antiimperialistas e antifeudais sem a necessidade de recorrer a formas mais violentas da luta de classes, como a insurreição armada, o que não deveria ser apreendido como um abandono a priori do caminho não pacífico.

Outras posições, que não se viam representadas nos grupos protagonistas do embate político e ideológico travado em primeiro plano, também foram expostas na tribuna de debates sobre as teses do V Congresso, com contribuições que diferiam das interpretações mais corriqueiras no seio do partido, como será visto a seguir.

À margem da contenda principal: Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto

A exemplo do que já faziam através da revista *Brasiliense*, Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto escreveram artigos para a tribuna de debates que apresentavam críticas contundentes à linha oficial do PCB e às análises dominantes, entre os comunistas, acerca da realidade brasileira, ao mesmo tempo em que demonstravam claramente sua discordância com as opiniões da oposição “esquerdista”. Caio Prado teve publicado um extenso texto, denominado “As Teses e a Revolução Brasileira”, o qual foi subdividido em sete partes, impressas em sucessivas edições do semanário *Novos Rumos* nos meses de junho e julho. No artigo, embora reconhecendo que as Teses representavam um avanço em relação a documentos anteriores do partido, como o Programa do IV Congresso, considerava-as estar

ainda muito aquém, como conceituação teórica da revolução brasileira, do que o momento histórico exigia, pois ressentiam de superficialidade e imprecisão na análise dos fatos econômicos, sociais e políticos. Dizia que os vícios de formulação eram observáveis particularmente no ponto de maior importância da análise, a saber, na caracterização das duas contradições fundamentais verificadas naquela fase da história do Brasil: a contradição imperialista e a correspondente à estrutura agrária.

Rebatia, inicialmente, as posições hegemônicas no partido sobre a questão agrária, reafirmando grande parte dos argumentos expostos em artigo publicado naquele mesmo ano na revista *Brasiliense*³⁸⁷, como observado no capítulo anterior, rejeitando a tese do feudalismo brasileiro e alçando o regime de salariado à condição de relação generalizada e mais característica de trabalho na agropecuária. Opunha-se à idéia de que a tarefa principal e imediata no campo seria a luta contra a grande propriedade improdutiva e a parceria, entendendo que por trás desta proposição revelava-se um conteúdo teórico revestido do mais puro reformismo burguês para a proposta de reforma agrária, evidente na sugestão de estímulo à produtividade (que nenhuma relação direta teria com as condições de trabalho e de vida do trabalhador agrícola) e no incentivo à extinção da parceria, sistema este que, para o historiador paulista, traria mais vantagens à massa trabalhadora rural do que o regime de salariado³⁸⁸.

Quanto à contradição imperialista, fez questão, em primeiro lugar, de conceituá-la como “contradições geradas na economia brasileira em conseqüência da sua inclusão e participação no sistema internacional do capitalismo”³⁸⁹, para, logo em seguida, acusar a formulação constante nas Teses (contradição entre nação e imperialismo norte-americano e seus agentes internos) de ser algo carente de sentido numa análise econômica marxista. Para Caio Prado, uma coisa era afirmar que os monopólios e empresas capitalistas norte-americanos tinham maior participação e penetração mais profunda na economia brasileira do que os de outras origens nacionais, e que ocupavam posições mais estratégicas e de conseqüência mais nefasta para os brasileiros, ou ainda registrar que o governo dos Estados Unidos gozava de maior ascendência junto às forças politicamente dominantes ou mais influentes no Brasil. Muito diferente, no entanto, era dizer que a contradição econômica gerada pela dinâmica e processo

evolutivo do sistema internacional do capitalismo (o imperialismo do qual a economia brasileira participava), ou melhor, que essa dialética da economia imperialista tinha como um de seus pólos, no caso brasileiro, o imperialismo norte-americano. Esta fórmula seria inexata como conceituação marxista e totalmente infecunda como ponto de partida da análise da questão, ao enxergar contradição antagônica entre dois pólos de um mesmo processo, tendo em vista que o capitalismo brasileiro, longe de constituir algo à parte, integrava o sistema internacional do imperialismo.

A insistente recomendação das Teses em golpear o imperialismo norte-americano não passaria de simples frase oca carregada de efeitos retóricos, pois, ao se tratar apenas o aspecto exterior e mais aparente do fenômeno, não era possível perceber que o imperialismo constituía, isto sim, um conjunto organizado de instituições e relações em que se estruturava a economia internacional do mundo capitalista contemporâneo, conjunto no qual se engendrava a economia brasileira. Para as Teses, na apreciação do intelectual paulista, o imperialismo nada mais era do que a coleção de empresas capitalistas de âmbito internacional que possuíam suas matrizes nos grandes centros mundiais e operavam nos países da periferia, confundindo, assim, o sistema econômico com os elementos mais salientes e diretamente perceptíveis de que ele se compunha. Isto acabava por tornar plausível a proposta de atacar e golpear as empresas estrangeiras instaladas no Brasil, a começar pelas norte-americanas, mais numerosas e poderosas.

Na concepção de Caio Prado, a primeira condição para uma política antiimperialista eficaz seria a análise e o conhecimento precisos da atuação do imperialismo e das circunstâncias históricas que a condicionaram e favoreceram. Situar a questão em termos éticos, fazendo do imperialismo norte-americano o gênio maléfico de que os brasileiros precisavam se libertar, golpeando as organizações e indivíduos que, sob forma diretamente perceptível, representavam as relações econômicas imperialistas, seria errar o alvo totalmente. Era sobretudo necessário estudar o fenômeno, seu mecanismo e sua dinâmica, buscando compreender a maneira pela qual a economia brasileira se relacionava e se enquadrava no

sistema imperialista, relacionamento e enquadramento estes que não provinham da maldade dos capitalistas norte-americanos ou europeus.

Era preciso compreender a dialética da contradição imperialista, as situações econômicas em que esta contradição operava, bem como o elemento que, nesse processo, se contrapunha ao fato imperialista como sua negação: “as forças atuantes de uma economia nacional em gestação e progressiva estruturação”³⁹⁰. Adotando esta análise, segundo o historiador, as Teses poderiam ter se desviado da defesa do capitalismo, feita sob o pretexto de o capitalismo, no Brasil, ser antiimperialista. Para ele, o Brasil se encontrava engajando-se em uma nova etapa das suas relações com o imperialismo, ultrapassando a fase colonial, na qual as relações haviam se fundamentado na produção exportável de artigos primários em troca de produtos manufaturados, com as inversões de capital estrangeiro realizadas sobretudo nas atividades mercantis. Na fase contemporânea, as empresas sediadas nos centros industriais fornecedores das manufaturas que compunham as importações brasileiras tendiam a transferir suas atividades e estabelecer suas filiais no país, passando a produzir aqui mesmo parte dos artigos antes remetidos pelas matrizes, com a facilidade de contar tais empresas, no Brasil, com mão de obra de menor custo e mais “dócil”, sem as exigências e a agressividade do proletariado em seus países de origem.

O Brasil, desta feita, vivenciaria um processo *sui generis* de industrialização, numa coleção desconexa de unidades filiadas aos trustes internacionais, meras extensões deles no país. Para Caio Prado isso significava que, essencialmente, nas suas bases, a economia brasileira permanecia a mesma, continuando a constar no sistema econômico internacional como produtora e fornecedora de produtos primários aos países centrais do sistema, com a diferença de que a troca passou a ser feita com as manufaturas produzidas dentro do próprio país, pelas filiais aqui estabelecidas das mesmas empresas estrangeiras. Assim, a economia nacional mantinha-se, “sob a capa e com as insignificantes compensações de um progresso muito mais aparente e de fachada que real, num estágio inferior de desenvolvimento e sem a possibilidade de atender efetivamente às necessidades da grande maioria da população”³⁹¹.

Este desenvolvimento superficial encontrar-se-ia prenhe de contradições graves, cuja maior conseqüência seria deformar ainda mais a economia brasileira, opondo embaraços à sua estruturação sobre bases nacionais e amplas o suficiente para proporcionar uma substancial elevação dos padrões de vida do conjunto da população e não de insignificantes parcelas dela. Para reverter tal quadro, seria preciso apostar em uma política nacionalista (pois não se trataria ainda de “engendrar planos utópicos”³⁹²) capaz de promover uma industrialização fundada na iniciativa nacional, privada e pública, voltada não para a exploração do restrito mercado suntuário de reduzidos setores privilegiados da sociedade, mas a serviço dos interesses e necessidades essenciais do país e das grandes massas, a exemplo do que teria ocorrido com os países europeus e os Estados Unidos na fase inicial de sua industrialização, quando o maior estímulo à produção industrial teria vindo da instalação de serviços públicos, como as estradas de ferro, beneficiando o conjunto da população.

Na agenda da luta antiimperialista, cumpriria tornar efetivo o monopólio estatal das transações financeiras com o exterior, a fim de evitar as remessas de lucros às matrizes dos trustes internacionais, tendo em vista que, na ótica do autor do artigo, a subordinação ao imperialismo caracterizava-se, não propriamente pelas atividades e operações das empresas estrangeiras no país (cuja presença, em muitos casos, seria de grande interesse), mas acima de tudo em função do desvio de recursos financeiros externos provocado por elas. A intervenção estatal na economia brasileira, visando promover uma industrialização com bases genuinamente nacionais, seria uma das chaves centrais na proposição caiopradiana, sob o argumento de que a contradição entre a intervenção do Estado no domínio econômico e a livre iniciativa privada constituiria uma das molas principais da futura transformação socialista do país.

Caio Prado criticava a ausência de uma clara perspectiva socialista nas Teses, avaliando existir uma excessiva valorização do capitalismo, pintado como a solução dos problemas brasileiros, a ponto de se deslocar para segundo plano a luta do proletariado por melhores condições de vida. E afirmava categoricamente não haver campo para o desenvolvimento adequado das forças produtivas e da industrialização brasileira nos marcos do sistema

capitalista, por causa do enorme atraso em que o país ingressava na sua fase industrializante (“ainda estamos nos primeiros passos do progresso tecnológico”; “temos que saltar bruscamente por cima de todas as etapas anteriores que noutros lugares demandaram mais de um século de progressiva maturação”; “trata-se de realizar algo parecido com o que foi feito na União Soviética e está se realizando nos países de democracia popular”³⁹³).

Propunha então uma ação política que objetivasse modificar o rumo dos fatores econômicos tal como resultavam espontaneamente dos impulsos e estímulos próprios do sistema capitalista, levando a uma profunda reestruturação e reorientação da economia brasileira. Uma ação deste tipo resultaria, inevitavelmente, em pronunciado cerceamento do capitalismo e não no estímulo ao seu desenvolvimento, num processo em que, uma vez realizados os objetivos essenciais da revolução agrária e nacional, se prolongaria “naturalmente para a abolição completa da iniciativa econômica privada”³⁹⁴, inaugurando o socialismo. A esquemática e arbitrária, segundo ele, distinção feita pelas Teses entre imperialismo e capitalismo nacional não seria procedente, pois o que se denominava de capitalismo nacional se achava, sob muitos aspectos, indistintamente mesclado com o capitalismo imperialista.

Com isso, o historiador rejeitava, por fim, a tese da burguesia como uma força revolucionária, idéia para ele descabida, mesmo com a restrição de se tratar de um “revolucionarismo limitado”. Assegurava que a burguesia brasileira não somente aceitava como era francamente favorável ao capital estrangeiro e ao estabelecimento de monopólios internacionais no país, razão pela qual até mesmo o “açucarado e róseo reformismo teorizante da CEPAL”³⁹⁵ seria capaz de provocar graves apreensões e escandalizadas reações nos meios burgueses brasileiros. Declarava então que a única classe e categoria social capaz de propulsionar a revolução brasileira, de caráter agrário e nacional naquela fase histórica, seriam os trabalhadores, com o proletariado urbano na vanguarda, conduzindo os trabalhadores do campo. E concluía:

... apesar de seu baixo nível cultural e ideológico, os trabalhadores brasileiros, em particular o proletariado dos maiores centros industriais do país (especialmente São Paulo), têm uma consciência de classe contra a qual se quebram, mais cedo ou mais tarde, todas as tentativas de

envolvimento, corrupção ou sedução que procuram situá-los fora de sua qualidade de classe trabalhadora.³⁹⁶

As críticas de Caio Prado Júnior às teses do PCB ao V Congresso, sem dúvida, buscavam desenvolver uma análise mais rigorosa do processo capitalista no Brasil, ao demonstrar sua ligação umbilical ao sistema imperialista e a correspondente falsidade da tese da contradição antagônica entre capitalismo nacional e imperialismo, assim como ao descaracterizar a burguesia brasileira como força revolucionária antiimperialista. Analogamente às primeiras formulações da teoria da dependência, forjadas pelos dirigentes da POLOP, seu posicionamento descartava a matriz dualista e punha em questão, embora de forma incompleta, uma estratégia etapista mais ortodoxa. Mas, ao subestimar e mesmo negar as possibilidades de progresso econômico proporcionado pelas relações capitalistas no Brasil (processo este efetivamente em curso no período, conforme analisado no início deste capítulo), em virtude da interpretação pela qual o país, por conta de ter seguido uma via não clássica para o capitalismo, no essencial, mantinha-se ligado a uma estrutura econômica herdada da época colonial, o historiador em muito se aproximava da visão “estagnacionista” presente no paradigma terceiro-internacionalista de que era crítico³⁹⁷.

Além disso, as propostas de ação política apresentadas pelo intelectual paulista não conseguiam ir muito além dos limites traçados pelo projeto nacionalista, conceituando de “revolução nacional e agrária” um programa de reestruturação da economia brasileira com vistas a implementar uma industrialização em bases nacionais e uma reforma agrária que ampliasse o mercado interno e garantisse melhores condições de vida à população. Neste processo, a necessária ação intervencionista estatal cercearia a iniciativa privada, abrindo caminho para o socialismo. Não fica claro de que modo deveria se pensar a luta hegemônica dos trabalhadores na sociedade e no Estado, mesmo com a profissão de fé no proletariado brasileiro expressa pelo escritor, denotando inclusive uma visão eivada de romantismo em torno da questão.

De forma análoga à intervenção de Caio Prado Júnior, Elias Chaves Neto contribuiu para o debate elogiando, inicialmente, as Teses por definirem a viabilidade da via pacífica da

revolução na fase da vida internacional em que, segundo ele, a coexistência pacífica se impunha como um postulado, e a marcha do mundo para o socialismo permitia que a insurreição armada não fosse mais o único caminho a ser percorrido³⁹⁸. No entanto, discordava da formulação que via contradição entre a nação e o imperialismo, argumentando não ser possível falar em contradição entre os dois, a não ser entre o imperialismo e as diferentes classes da nação. Afirmava ainda que lutando de fato contra o sistema imperialista estava a classe operária, quando lutava para solucionar a sua contradição com a burguesia, pois, na perspectiva do proletariado, o imperialismo se manifestava precisamente na exploração de sua força de trabalho. Adiar a solução desta contradição, como sugeriam as Teses, seria o mesmo que renunciar à luta antiimperialista.

Ao postular a divisão da contradição entre as classes fundamentais da sociedade brasileira em duas, uma principal, opondo a classe operária aos capitalistas estrangeiros, e outra secundária, opondo o proletariado aos capitalistas nacionais, na intenção de conciliar a luta contra o imperialismo com uma atitude de colaboração com a burguesia nacional, as Teses enveredariam pelo caminho perigoso do revisionismo, “indo até a própria negação do marxismo”³⁹⁹. Mas Chaves Neto, a exemplo de Caio Prado, não se afastava da solução nacionalista, quando afirmava não haver dúvida de que o imperialismo feria interesses de diferentes camadas da sociedade brasileira e que, se o proletariado, no empenho de conquistar aliados para a sua libertação, não colocava de pronto a questão do socialismo, isto não significava que tivesse adiado a solução da sua contradição de classe, mas que apenas se propunha a cumprir objetivos imediatos mais restritos, os quais correspondiam às reivindicações efetivas da massa operária. Na base de tais reivindicações, portanto, é que se deveria elaborar a política nacionalista para arrastar o conjunto da nação à luta antiimperialista.

O jornalista dizia entender jamais terem se chocado frontalmente no Brasil os interesses das firmas estrangeiras com os dos capitalistas nacionais, como comprovava a associação entre eles em diversas instâncias da economia, processo que se intensificava, assim como a luta contra a instrução 113 da SUMOC⁴⁰⁰ vinha sendo substituída pela atitude pragmática dos capitalistas brasileiros em se associar aos investidores estrangeiros para

desenvolverem as suas indústrias. Desta forma, insistir na tese da contradição principal entre nação e imperialismo seria o mesmo que afastar a classe operária da luta antiimperialista, tentando fazer de sua participação a consequência de um raciocínio abstrato e, na verdade, mecanicista. Chaves Neto declarava-se convicto, entretanto, de que as condições objetivas estavam dadas para a união dos mais amplos setores sociais na luta pela independência econômica e cultural do país, tudo dependendo de uma formulação verdadeiramente nacionalista que, de maneira alguma, se confundisse com a defesa dos interesses de uma pretensa burguesia nacional progressista.

Em outro artigo mais esclarecedor quanto as premissas teóricas de seu pensamento, o diretor responsável da revista *Brasiliense* voltava a arguir o problema da contradição principal, que, nas Teses, se dividia em duas, aumentando a confusão, segundo o jornalista, ao serem criadas duas explicações para o mesmo fenômeno: aquela que via na contradição entre imperialismo norte-americano mais agentes internos e a nação a razão de ser de todas as contradições secundárias inerentes à fase histórica em questão; aquela que via a mesma causa na contradição entre forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra. Estariam constituídas, assim, duas lutas paralelas, limitadas cada qual a seus objetivos próprios e, por isso mesmo, debilitadas. Seria preciso fundir as duas lutas em uma só, a fim de que esta adquirisse proporções de um verdadeiro movimento nacional, o que somente se realizaria caso houvesse a compreensão de que ambas resultariam de uma mesma contradição fundamental, desenvolvida no mesmo processo.

Neste ponto do artigo Elias Chaves Neto externava a seguinte posição, demonstrando que as bases teóricas de seu raciocínio não se afastavam substancialmente das formulações egressas da III Internacional:

O marxismo, definia Lênin, é a ciência de libertação do proletariado. Para esta ciência o que interessa é a contradição básica de todo o processo histórico: a contradição entre as forças de produção e as relações de produção. Esta é a contradição genérica que, em termos de classe, se apresenta nas diferentes etapas da humanidade como a contradição entre senhores e escravos na antigüidade; barões e servos na sociedade feudal; proletariado e burguesia na sociedade capitalista; e, na etapa atual do

desenvolvimento da sociedade brasileira, entre latifundiários e a massa camponesa ...⁴⁰¹

O conflito determinante na sociedade brasileira, naquele momento histórico, portanto, estaria localizado, na estrutura agrária, entre latifundiários e camponeses e, em segundo lugar, viria a contradição entre proletariado e burguesia, mas a natureza das duas contradições sendo a mesma, decorreria como natural a aliança entre a classe operária e a massa camponesa por sua libertação econômica, sob a direção do proletariado, porque este representaria “uma etapa mais avançada no desenvolvimento da sociedade humana”⁴⁰².

Duas coisas chamam a atenção no intrincado raciocínio de Chaves Neto: o destaque dado à questão agrária na interpretação das forças em conflito na sociedade brasileira denotava a idéia de que a oposição latifundiários x campesinato estaria na raiz da limitação do crescimento das forças produtivas nacionais (possível influência de Caio Prado Júnior e de sua avaliação negativa a respeito do desenvolvimento capitalista no Brasil), ponto de vista que o deixava mais próximo que distante dos formuladores das Teses; a concepção de que a contradição básica de todo processo histórico estaria no conflito forças produtivas x relações de produção e não na luta de classes (noção advinda do corolário terceiro-internacionalista, conforme examinado no capítulo anterior). As duas questões de fato estavam relacionadas, pois, na confluência destas explicações estaria a análise segundo a qual relações de produção retrógradas como o monopólio da propriedade latifundiária e o desrespeito aos direitos básicos dos trabalhadores no campo impediriam o pleno desenvolvimento das forças produtivas e do capitalismo no Brasil.

É preciso reconhecer que as considerações de Elias Chaves Neto, ao rejeitarem a suposta dicotomia nação x imperialismo, o levavam a pensar as lutas sociais no Brasil centrando mais o foco nas contradições classistas do que o faziam os dirigentes máximos do PCB: a luta pela libertação dos trabalhadores brasileiros exigiria a mobilização em defesa dos direitos democráticos, necessários para o combate à exploração capitalista, intimamente ligada ao imperialismo, unindo-os contra as “forças opressoras – os latifundiários, a burguesia exploradora e o imperialismo”⁴⁰³. No entanto, as soluções políticas apresentadas por ele

permaneciam inscritas nos marcos do nacionalismo econômico, ao sugerirem que a contradição entre o proletariado e a burguesia nacional pudesse encontrar uma solução momentânea nas medidas governamentais de estímulo ao desenvolvimento da indústria nacional, permitindo que os capitalistas nacionais se libertassem da tutela imposta pelo imperialismo e que os trabalhadores tivessem satisfeitas suas reivindicações mais imediatas. O passo seguinte seria arrastar à luta contra o latifúndio e o imperialismo amplos setores da nação brasileira.

A Resolução Política do V Congresso: consolidando a estratégia nacional-libertadora

O V Congresso foi, enfim, realizado no Rio de Janeiro numa situação de “legalidade de fato”⁴⁰⁴ e aprovou, em agosto, a sua Resolução Política⁴⁰⁵, ratificando, no essencial, as posições da Declaração de 1958 e oferecendo uma interpretação mais complexa (do que as análises anteriores a 1958), em consequência dos intensos debates travados, a respeito da configuração das forças sociais e políticas brasileiras e de seus compromissos de classe⁴⁰⁶. A oposição capitaneada por Maurício Grabois, João Amazonas e Pedro Pomar foi derrotada e, em breve, seria expurgada dos quadros partidários, ao passo que a posição crítica de Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto, sem obter grande ressonância entre os congressistas e não representando maiores empecilhos à continuidade da linha que apostava na via pacífica da revolução e na solução nacionalista, permaneceu tolerada, numa condição marginal, no interior do partido.

Houve ainda uma quarta posição, expressa em artigo de Alberto Passos Guimarães, que pregava a necessidade de melhor delimitar a sucessão das etapas da revolução brasileira, a seu ver não suficientemente definidas pelas Teses. Em resumo, sua análise consistia em subdividir em duas etapas a revolução democrático-burguesa: uma primeira etapa, denominada nacional-democrática, desalojaria do poder “as mais caducas forças do colonialismo e do pré-capitalismo, isto é, toda a classe de latifundiários feudais, toda a burguesia intermediária ligada ao imperialismo”⁴⁰⁷, garantindo à burguesia nacional a hegemonia política que ainda não detinha; a segunda etapa, chamada por ele de democrático-popular (etapa de transição para o socialismo), quando seriam completadas muitas das tarefas antiimperialistas e antifeudais não

cumpridas na primeira etapa, deslocando em definitivo do poder a classe dos latifundiários burgueses, dos grandes capitalistas vinculados ao imperialismo norte-americano e de todas as camadas e setores mais reacionários. Esta posição foi duramente rechaçada por Jacob Gorender, que a qualificou de "teoria direitista das etapas da revolução"⁴⁰⁸ e ratificou a proposição das Teses segundo a qual a primeira etapa da revolução seria antiimperialista e antifeudal, possibilitando, ao ter se estabelecido um poder subordinado à direção do proletariado, a passagem para a etapa seguinte, já no campo do socialismo.

Quanto às resoluções aprovadas no Congresso, a pedra de toque da análise pecebista acerca das forças em luta na sociedade continuou sendo a definição da burguesia brasileira como uma classe a possuir duplo caráter. Por conta de seus interesses imediatos, tendia a chocar-se com o capital monopolista estrangeiro, o qual representaria um obstáculo à expansão dos seus negócios. Ao pertencer a um país explorado pelo imperialismo, a burguesia nacional encerraria um potencial revolucionário, apresentando-se, aos olhos dos dirigentes comunistas, como uma força capaz de opor-se à dominação imperialista. Mas, em função de sua natureza de classe exploradora, da sua fragilidade econômica e política e dos laços inevitáveis com o sistema imperialista, também era levada a promover acordos e concessões com o capital estrangeiro, na defesa de seus interesses. Ao mesmo tempo, a luta de classes no país tenderia a empurrar a burguesia a posições reacionárias, pois a ascensão do proletariado representava uma ameaça concreta à obtenção máxima de lucros por parte do empresariado, resultando daí restrições aos movimentos sociais, intensificação à exploração das massas trabalhadoras e a transferência, para elas, do ônus decorrente do domínio imperialista e do atraso do país. A burguesia brasileira, na concepção do PCB, dividia-se em um setor entreguista minoritário e uma facção vacilante majoritária, que poderia abraçar a causa nacionalista:

A burguesia é, assim, na sua grande maioria, uma força antiimperialista inconseqüente, que é capaz de enfrentar o imperialismo e, simultaneamente, vacila e tende aos compromissos com o inimigo da Nação. Um setor da burguesia é constituído por capitalistas que têm seus interesses entrelaçados com os dos grupos imperialistas na indústria, nos bancos e no comércio de importação e exportação. Esta minoria entreguista da burguesia constitui um apoio social interno da dominação imperialista.⁴⁰⁹

A fórmula se repetia na avaliação do governo de Juscelino Kubitschek, no qual figuraria um setor entreguista ao lado de um setor nacionalista burguês, em virtude da composição heterogênea de forças e do compromisso existente entre elas. Nesta coligação, no entanto, os entreguistas teriam vencido os nacionalistas, pois o governo JK era apontado como a realizar, no essencial, “uma política de conciliação com o imperialismo norte-americano, o latifúndio e as forças reacionárias”⁴¹⁰, com um programa de metas centralmente baseado na atração de capitais estrangeiros, a despeito de iniciativas no terreno do desenvolvimento econômico e da resistência, por conta da pressão popular, a algumas exigências feitas pelo Fundo Monetário Internacional. O governo de Juscelino teria se recusado a enfrentar as causas primordiais do atraso do país: a dependência ao imperialismo e a estrutura latifundiária, obstáculos centrais ao desenvolvimento nacional, a exigir solução radical e completa, o que caracterizaria a revolução brasileira, naquela etapa histórica, como antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática.

Um outro elemento a contribuir para tal caracterização da revolução brasileira era a conjuntura internacional, descrita como favorável às lutas contra o imperialismo:

A revolução brasileira se processa na era da transição do capitalismo para o socialismo, quando um terço da humanidade vive sob o regime socialista. A superioridade crescente do socialismo sobre o capitalismo no plano mundial, o desenvolvimento ascendente do movimento de libertação dos povos e o conseqüente debilitamento do sistema imperialista exercem poderosa influência favorável ao crescimento das forças antiimperialistas e democráticas no Brasil.⁴¹¹

Esta era a ótica dominante entre amplos setores da esquerda com respeito à correlação de forças internacionais configurada após a Segunda Guerra Mundial, conforme demonstravam dois artigos publicados na revista *Estudos Sociais*, no mesmo ano em que se realizava o V Congresso do PCB. Em um deles, o jornalista e economista Fausto Cupertino comentava que, no quadro internacional do pós-guerra, já não era tão fácil para o imperialismo pôr em funcionamento sua tradicional ação belicista, em função de uma série de fatos novos, tais como: o poderio material e o prestígio dos países socialistas em todo o mundo, possibilitando a adoção de uma política de coexistência pacífica; a existência de numerosas nações libertas do jugo colonial, principalmente na Ásia e na África, pressionando também em favor da paz, da

qual dependiam para a conquista definitiva de sua emancipação; o fortalecimento dos movimentos de massa antiimperialistas nos países subdesenvolvidos da Ásia, África e América Latina; nos próprios países de capitalismo avançado, o crescimento das manifestações contrárias à política de guerra, inclusive no seio da burguesia.

A correlação de forças em escala mundial, no momento em que se anunciavam, na interpretação do jornalista, “a decomposição total do sistema colonial do imperialismo e a vitória dos países socialistas na competição econômica com o capitalismo”⁴¹², era francamente desfavorável ao imperialismo, que já não teria mais as mãos livres para executar seus planos de dominação, tendo inclusive colhido derrotas sucessivas na tentativa de provocar conflitos e agressões em diferentes regiões do mundo. O sistema imperialista, embora ainda reconhecidamente poderoso, ia perdendo a iniciativa e o controle das ações, dilacerado por suas contradições internas e perdendo terreno para os movimentos de libertação nacional e para o socialismo. A conclusão de Fausto Cupertino era a de que se apresentavam como inevitáveis a derrota final do imperialismo e a transição mundial ao socialismo, garantidas com a solidificação da política de coexistência pacífica.

O outro artigo, do líder socialista e católico Domingos Vellasco, então deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro, associava o panorama internacional descrito por Cupertino aos avanços políticos e econômicos verificados nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento graças ao nacionalismo, representado como “a tomada de consciência dos povos que não mais querem submeter-se às servidões que pesam sobre as economias nacionais”⁴¹³. Sua abordagem priorizava o viés econômico, denunciando o sistema de extorsão organizada dos trustes internacionais, uma rede estruturada em todo o mundo através de pressões de ordem econômica, política e militar. A saída para muitos povos espoliados era direcionar suas relações comerciais para os países socialistas, daí a necessidade de apoiar a política de coexistência pacífica, apoio que não se determinava por motivos ideológicos, mas por uma contingência de ordem prática. Tal política permitiria a abertura de novos mercados, sendo assim um instrumento útil e necessário à luta pela emancipação econômica dos países subdesenvolvidos.

O líder socialista realçava a luta dos nacionalistas brasileiros, os quais, organizados em torno da Frente Parlamentar Nacionalista (a que teriam se filiado 81 dos 326 deputados federais) e na Liga Nacionalista que se estruturava em todo o país, deveriam propagar os benefícios da coexistência pacífica, no sentido de ampliar as possibilidades comerciais do Brasil no mundo. O seu ponto de vista, carregado de pragmatismo político, buscava salientar as vantagens, para o nacionalismo econômico, de um alinhamento internacional junto às nações que pregavam a coexistência pacífica. A exemplo das demais análises sobre o tema na imprensa comunista, tal perspectiva acabava por colaborar para a disseminação de uma configuração da correlação mundial de forças francamente favorável às lutas nacionalistas, interpretação esta que se tornara hegemônica na esquerda brasileira, formando um caldo de cultura propício a avaliações cada vez mais otimistas e voluntariosas quanto às possibilidades reais de conquistas políticas no âmbito dos conflitos nacionais, para o que muito contribuiu, naquele exato momento histórico, a vitória dos revolucionários em Cuba, em diversas oportunidades exaltada nos veículos mantidos pelos comunistas.

Em dois outros artigos, ambos publicados no jornal *Novos Rumos* em momentos anteriores ao Congresso do PCB, o tema da conjuntura internacional também já havia sido motivo de análise. O primeiro deles, intitulado “O Imperialismo”, escrito em resposta a um leitor, fazia parte da coluna “Teoria e Prática” e conceituava o imperialismo como “o capitalismo parasitário, putrefato e moribundo”⁴¹⁴, responsável por levar até os últimos limites a contradição entre capital e trabalho e entre os Estados imperialistas e os países coloniais/dependentes. A época imperialista era caracterizada pelo extremo aguçamento das contradições na sociedade capitalista, o que não significaria, contudo, o estancamento absoluto do sistema. Outra característica seria o desenvolvimento extremamente desigual e realizado por saltos neste período, situação que conduziria a uma violenta ruptura do equilíbrio existente no interior do sistema mundial do capitalismo, levando ao agravamento das contradições e ao debilitamento mútuo de nações em conflito. Por isso teria sido possível a vitória socialista em alguns países isoladamente e era impossível a conquista simultânea do socialismo em todo o mundo.

De acordo com a coluna, depois da Segunda Guerra Mundial, o imperialismo teria entrado em sua fase de desagregação, quando onze países haviam se libertado do jugo capitalista e um grande número de outras nações haviam conquistado a sua emancipação política. O sistema colonial do imperialismo teria sofrido um colapso e, nos países que ainda se achavam sob a influência imperialista, na África, Ásia e América Latina, apresentar-se-ia cada vez mais vigorosa a luta de libertação nacional. O quadro indicaria estar colocada na ordem do dia a liquidação total e definitiva do sistema colonialista. A esta realidade havia se somado a formação do sistema mundial do socialismo, com a vitória da União Soviética sobre o nazismo e a instauração dos regimes democráticos e populares na China e no Leste Europeu. A coexistência internacional do socialismo com o capitalismo provaria, de acordo com o texto, a superioridade do primeiro sobre o segundo e a inevitabilidade histórica da liquidação do imperialismo.

O outro artigo, assinado por Almir Matos, dava seqüência à idéia segundo a qual a imposição da política de coexistência pacífica na arena internacional era um sinal do fracasso do imperialismo, ou seja, de “terem fracassado todas as inúmeras tentativas das potências imperialistas no sentido de varrer da face da Terra os Estados em que o proletariado, pela primeira vez na história, desbancou a burguesia do poder”⁴¹⁵. No viés do jornalista, o que se viu foi o socialismo tornar-se cada dia mais poderoso, consolidando-se definitivamente para converter-se em sistema mundial. A coexistência pacífica era apresentada como uma política socialista que se afirmava de maneira vitoriosa no contraponto da ação imperialista. Convencidos de que o socialismo constituía regime superior ao capitalismo, segundo o articulista, os comunistas apostavam na vitória final do sistema cuja bandeira desfraldavam sem a necessidade do recurso à guerra.

Nem por isso a política de paz mundial configuraria uma forma de conciliação, mas, ao contrário, estaria vinculada à luta inevitável entre os dois sistemas. Nos países em que ainda dominavam as relações de produção capitalistas, a estratégia da coexistência pacífica não eliminaria as contradições sociais nem a luta de classes, mas pressupunha um combate cada vez mais aceso do proletariado e demais forças progressistas contra o imperialismo e seus

agentes internos. Para Almir Matos, a luta pela paz teria tanto maiores possibilidades de êxito quanto mais decisivas fossem as vitórias alcançadas no confronto com o sistema imperialista e mais sólidas fossem as conquistas do proletariado e das demais forças democráticas e patrióticas em cada país.

Esta avaliação também estava presente no artigo de Jacob Gorender para a revista *Estudos Sociais*, através do qual sintetizava o que havia significado, para os dirigentes do PCB, o processo congressual de 1960. Além de apontar a “superação tanto de um estilo dogmático de raciocínio como das tendências à revisão dos princípios marxistas, sob a pressão ideológica da pequena burguesia e da burguesia”⁴¹⁶, indicando o ajuste de contas à esquerda e à direita no interior do partido, destacava o acerto da linha referendada pelo V Congresso, que, sepultando a orientação sectária de programas anteriores, investia na política de soluções positivas a serem conquistadas nas condições do regime vigente. E ressaltava a confirmação da tese que apostava na possibilidade real do caminho pacífico para alcançar o objetivo culminante da revolução nacional e democrática: a instauração de um poder constituído pelas correntes antiimperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, para o que muito contribuía a correlação de forças vista como favorável no plano internacional, marcada pelo avanço do socialismo no mundo e pela ascensão dos movimentos de libertação nacional e de democratização em inúmeros países.

A preocupação maior de Gorender estava em realçar a resolução que via na oposição nação em desenvolvimento versus imperialismo a contradição principal e dominante a mobilizar as forças revolucionárias naquela etapa histórica da vida nacional. Um destaque feito pelo dirigente comunista revelava que, decerto como conseqüência das intensas discussões travadas no Congresso, alguma correção havia sido promovida na conceituação antes mais difundida no interior do PCB acerca do imperialismo, ao se reconhecer que a contradição antiimperialista não constituía mero antagonismo externo:

... o imperialismo norte-americano não só nos oprime e espolia de fora, a partir do seu centro nos Estados Unidos e da sua posição dominante no sistema imperialista mundial, como, associado aos setores entreguistas de

latifundiários e capitalistas brasileiros, atua dentro do país, ocupando postos-chave da vida econômica, política e social da nação brasileira.⁴¹⁷

Mas continuava a imperar a noção de que o capitalismo, internamente, configurava um fenômeno de caráter progressista, em contraste com a suposta realidade de um sistema em acelerada decadência na arena internacional. Daí a caracterização da chamada burguesia nacional como força participante da frente nacionalista e democrática, com a ressalva de que a formação desta aliança deveria ser acompanhada da luta permanente contra a intensificação da exploração capitalista e contra as tendências burguesas de conciliação com o imperialismo. Gorender lembrava ainda que, na medida em que o proletariado se empenhasse em conquistar a hegemonia do movimento nacionalista e democrático, cada vez mais se colocaria na ordem do dia o antagonismo de classe entre trabalhadores e capitalistas brasileiros, na perspectiva de se criar, “no prazo historicamente mais breves, as premissas imprescindíveis ao salto qualitativo para a etapa socialista da revolução”⁴¹⁸.

Armados, portanto, de seu programa nacionalista e democrático, os comunistas do PCB enfrentariam, nos anos seguintes, as turbulências do quadro político brasileiro.

Os comunistas e o quadro das crises políticas (1961-1962)

No início do ano de 1961, a direção nacional do PCB publicava nota política no jornal *Novos Rumos*, avaliando a vitória de Jânio Quadros nas eleições de outubro do ano anterior como “um revés temporário para as forças nacionalistas e democráticas”⁴¹⁹, ressaltando que a composição de um governo pró-imperialista e reacionário, comprovada na ocupação dos principais cargos ministeriais por declarados partidários da política financeira do FMI, de conhecidas ligações com os trustes internacionais, não inverteria a marcha da história em favor das correntes patrióticas e populares. Propugnando em defesa das liberdades democráticas e por medidas econômicas que representassem o oposto à política de Jânio de “austeridade” e maiores sacrifícios à população brasileira, tais como o monopólio estatal do câmbio, visando proteger os empreendimentos nacionais; a restrição rigorosa da remessa de lucros; a criação de

novos impostos diretos e progressivos sobre os lucros extraordinários; a vigilância em prol do monopólio estatal do petróleo, com a completa nacionalização das refinarias; o fim dos privilégios concedidos ao capital estrangeiro e a mudança radical do processo de industrialização do país, além da reforma agrária que eliminasse o latifúndio e as formas pré-capitalistas de exploração do trabalho, dentre outras, o PCB apostava na mobilização das massas para reverter o quadro desfavorável estabelecido após a derrota da frente nacionalista composta em torno da candidatura Lott.

Em setembro de 1961, duas novas notas políticas denunciavam o grupo golpista reacionário que, com a renúncia de Jânio Quadros à presidência da República, teria a intenção de implantar no Brasil uma “ditadura obediente ao imperialismo norte-americano”⁴²⁰, ao tentar impedir a posse do vice-presidente João Goulart. Concomitantemente, exaltavam o movimento em defesa da legalidade democrática que, exigindo a posse imediata do líder petebista, se organizava em todo o país e levava ao isolamento a manobra direitista, comandada por chefes militares e políticos da UDN, como o governador da Guanabara, Carlos Lacerda.

A segunda nota do PCB comemorava a importante vitória do povo brasileiro, expressa na posse de João Goulart, voltando a enaltecer a reação das massas populares, que, através do “mais empolgante movimento de opinião verificado nas últimas décadas”⁴²¹ no país, saíram às ruas para protestar contra o golpe e exigir a posse de Jango, conquistando-a efetivamente. Repudiando a solução conciliadora traduzida na emenda parlamentarista, proposta pelas facções mais reacionárias do partidos políticos majoritários, a nota transmitia, entretanto, a confiança em que João Goulart, na presidência, cumprisse compromissos assumidos na sua campanha eleitoral, sendo fiador de “uma política externa independente e progressista e de uma orientação interna capaz de imprimir um sentido nacionalista às soluções para os angustiantes problemas da nação e do povo”⁴²².

Texto de Mário Alves para a revista *Estudos Sociais*, ao avaliar o quadro político no final do ano de 1961, afirmava que, durante a crise política provocada pela renúncia de Jânio Quadros, em alguns dias, a sociedade brasileira teria vivido “uma experiência equivalente a vários anos de luta”⁴²³. Segundo ele, seriam inevitáveis novos choques entre os grupos

comprometidos com o atraso e a dependência econômica do país e as forças que aspiravam ao progresso e à sua libertação. A solução parlamentarista, representando uma conciliação com o golpismo, forçava a paralisia do governo Jango, que mantinha, em seus aspectos essenciais, a linha de conduta assumida pelo seu antecessor, tanto no terreno econômico-financeiro, quanto na política externa.

Em face daquela situação, enxergada por Alves como extremamente instável e prenunciadora de novas crises, seria possível perceber um reagrupamento das forças políticas. De um lado, as correntes nacionalistas e populares que, abrangendo o movimento operário, as organizações estudantis, setores militares, parlamentares nacionalistas e círculos da burguesia sob a liderança dos governadores Leonel Brizola (RS) e Mauro Borges (GO), haviam refutado a atitude conciliatória, exigiam a imediata aplicação das reformas de base, organizadas em torno da Frente de Libertação Nacional. De outro lado, os grupos comprometidos com a espoliação estrangeira e o atraso latifundiário, reorganizavam-se no sentido de voltar à carga com mais ímpeto contra as aspirações populares, após o desgaste sofrido com a tentativa golpista. Era preciso, então, investir em uma poderosa ação de massas que, opondo-se à política de compromisso daquele gabinete, provocasse a sua queda e substituição por um governo nacionalista e democrático, para o que muito poderiam contribuir as eleições parlamentares de outubro de 1962, caso seus resultados apontassem no sentido da formação de um bloco majoritário de forças disposto a empreender o curso das mudanças esperado.

De fato as eleições de 1962, marcadas por forte polarização política, deram alento às esperanças dos dirigentes comunistas, representando o avanço das forças democráticas em todo o país. Esta era a avaliação contida no texto introdutório da edição de dezembro da revista *Estudos Sociais*, uma espécie de editorial que divulgava a interpretação do PCB sobre os resultados eleitorais. Segundo o artigo, aquele pleito, dentro das condições a que se submeteu, esteve longe de corresponder ao que dele esperavam as forças reacionárias. As eleições teriam sido marcadas por uma incisiva intervenção dos grupos de direita, através de amplo domínio do aparelho de difusão das idéias, com o controle da imprensa e dos horários de rádio e televisão e a interferência direta das instituições destinadas a operar como elementos de propaganda e

pressão (tais como a Igreja, as Associações Comerciais, os comandos das Forças Armadas, as empresas de publicidade, a embaixada dos EUA, dentre outras), associados ao largo dispêndio de recursos, o mais vultoso que a história política do país já teria registrado⁴²⁴.

Num panorama em que a população brasileira atingia a marca de 75 milhões de pessoas, dos quais pouco mais de 15 milhões seriam eleitores (significando que, em cada cinco brasileiros, dois não tinham direito a voto por impedimento da idade, dois porque este direito lhe era negado constitucionalmente, e somente um o exercia), e as classes sociais encontravam-se desigualmente representadas no corpo eleitoral (dentre os 30 milhões de brasileiros privados do direito de voto estavam grandes parcelas das forças populares, por conta da proibição de voto aos analfabetos), situações que explicavam em parte a ausência de lideranças oriundas das camadas operárias no Congresso, o processo eleitoral estaria longe de revestir-se de conteúdo democrático, da mesma forma que as regras políticas continham inequívocas restrições de caráter antidemocrático, como a proibição de funcionamento legal do Partido Comunista. Na contramão deste quadro francamente desfavorável para as correntes populares, despontaria “o avanço da consciência política do povo brasileiro”⁴²⁵, saliente nos movimentos de massa ininterruptos desde a crise de agosto de 1961, tais como as vitoriosas reivindicações operárias e as greves gerais de conteúdo político (em prol de um gabinete ministerial nacionalista e democrático).

De acordo com a análise constante no editorial da revista, as forças populares conquistaram vitórias eleitorais onde as condições objetivas e as articulações políticas permitiram a formação de amplas frentes, como no caso da Guanabara, estado em que a reação havia instalado o seu quartel-general, mas saíram vitoriosos os candidatos da oposição a Carlos Lacerda, tanto para o posto de governador quanto para a Câmara, destacando-se a votação obtida por Leonel Brizola, com o dobro dos votos do principal candidato da reação a deputado federal. Também em Pernambuco a eleição de Miguel Arraes para governador era festejada pelas esquerdas, a significar a derrota do imperialismo e do latifúndio, assim como em outras praças (Acre, Amazonas, Piauí, Bahia, Sergipe, Espírito Santo e Estado do Rio) era possível constatar avanços no campo das forças populares, mesmo que não tão evidentes

quanto os dois primeiros exemplos citados. Em outros lugares teria sido clara a derrota das correntes progressistas, como no Rio Grande do Sul, Ceará e em São Paulo, onde vencera Adhemar de Barros, outrora apontado pelos dirigentes pecebistas como a pertencer à burguesia nacional e a integrar a frente única nacionalista, mas agora identificado como típico político corrupto, “filho do regime ditatorial há tanto tempo liquidado em nosso país”⁴²⁶ e que teria se sujeitado à orientação do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), instituição mantida pela direita.

O avanço das forças populares teria se dado de modo acentuado nas eleições proporcionais, provocando alterações no quadro conjuntural da política brasileira, com a renovação dos cargos parlamentares em favor das posições nacionalistas e democráticas, como indicariam as vitórias eleitorais, no Senado, de Artur Virgílio (Amazonas), José Ermírio de Moraes (Pernambuco) – “figura destacada da burguesia nacional”⁴²⁷, Aurélio Viana (Guanabara), Vasconcelos Torres e Aarão Steinbrück (Rio de Janeiro) e, na Câmara, dirigentes sindicais como Demistóclides Batista, Benedito Cerqueira, Geraldo Rodrigues dos Santos (cuja candidatura acabaria sendo impugnada, sob o argumento de tratar-se de comunista infiltrado em partido legal), nacionalistas como Leonel Brizola, Sérgio Magalhães, Neiva Moreira, Bento Gonçalves, Almino Afonso, San Tiago Dantas, dentre outros lutadores das causas populares, como Marco Antônio Tavares Coelho e Francisco Julião. Desta feita, a direção nacional do PCB avaliava o crescimento do campo democrático e nacionalista na sociedade brasileira, apostando cada vez mais no avanço das forças populares em direção à “revolução antiimperialista e antifeudal”.

No mesmo número da revista, Mário Alves produzia interessante ensaio no qual opinava que, depois dos acontecimentos de agosto de 1961, havia se rompido a relativa estabilidade política dos anos recentes, e o Brasil entrara em um período marcado por sucessivas crises de governo, de agudos choques entre as forças detentoras do poder e de manifestações cada vez mais enérgicas e demonstrativas do descontentamento das massas⁴²⁸. A crise institucional brasileira não seria um fenômeno superficial, mas refletiria a necessidade de mudanças profundas na estrutura social e econômica do país, pois seria decorrente de um crescimento

das forças produtivas deformado pela subjugação da economia brasileira às limitações impostas pelo imperialismo e pelo latifúndio. Necessitando romper os entraves à sua “marcha inexorável”⁴²⁹, as novas forças produtivas teriam feito aflorar na superestrutura política as contradições fundamentais da sociedade brasileira, revelando os sintomas da aproximação do momento previsto por Lênin como aquele em que as classes dominantes já não poderiam governar como antes. Ou seja, na perspectiva de Mário Alves, o processo revolucionário se acelerava.

Segundo o dirigente comunista, o exame do alinhamento das forças políticas nas crises do período, com destaque para o posicionamento dos estratos burgueses, contribuía para o melhor entendimento da conjuntura nacional. De um lado, os núcleos mandantes do PSD e da UDN haviam se esforçado por manter o *status quo* que assegurava os privilégios das forças do latifúndio e da burguesia agente do imperialismo, representativas do que havia de mais obsoleto na estrutura social brasileira, mas em franco declínio do ponto de vista histórico. De outro, seria possível identificar a influência da burguesia nacional no aparelho de Estado, “imprimindo-lhe a marca de sua natureza dúplice e conciliadora”⁴³⁰.

Esta fração da burguesia, que teria aumentado sensivelmente sua participação no interior do Estado graças ao desenvolvimento capitalista e o processo de industrialização acentuados no Brasil após a Segunda Guerra Mundial, era identificada por Alves, fundamentalmente, com os círculos dirigentes do PTB, o presidente João Goulart e as forças políticas a ele ligadas, defensoras das reformas de base e de medidas que buscavam enfrentar os problemas nacionais sem a alteração radical da estrutura sócio-econômica, com a motivação básica de impulsionar o desenvolvimento capitalista no país. Mário Alves deixava claro que seu conceito de burguesia nacional acompanhava a clássica definição dos soviéticos (ratificada no XXII Congresso do PCUS, de 1961), segundo a qual, nos países coloniais e dependentes, tal fração de classe corresponderia à parte da burguesia que não desempenhava o papel de agente imperialista.

A natureza dúbia e conciliadora da burguesia nacional se traduziria na tendência constante de chocar-se com o imperialismo e as forças reacionárias, ao mesmo tempo em que

buscava solucionar tais disputas através de compromissos de classe. Esta conduta política dos estratos burgueses instalados no aparelho de Estado era também condicionada pela ação mesma do imperialismo norte-americano, que se tornara mais agressiva na América Latina após a vitória da Revolução Cubana e se exprimia no programa financeiro da “Aliança para o Progresso”, criado por Kennedy com a intenção de amainar as tensões sociais e garantir a estabilidade política necessária à manutenção do domínio imperialista na região. A política econômica do governo Jango, mantida nos moldes da orientação que condicionava o desenvolvimento nacional às inversões de capital estrangeiro no país, desvelaria a conduta alicerçada no compromisso entre o setor da burguesia partidário das reformas e a velha oligarquia a serviço do latifúndio e do imperialismo.

Haveria ainda um terceiro setor da burguesia nacional, cuja expressão política mais destacada era o ex-governador gaúcho Leonel Brizola, representante, no sistema de forças sustentadoras do governo Jango, da ala que formulava de modo mais radical a exigência das reformas. Mesmo assim, o articulista afirmava que este grupo permanecia comprometido com a política de conciliação. E alertava que os resultados das eleições de outubro de 1962, se assinalavam uma alteração substancial na disposição das forças no plano político nacional, configurariam indícios de fortalecimento das correntes reformistas lideradas pelo presidente João Goulart. O panorama esquadrihado por Mário Alves indicaria a necessidade de mobilizar as forças revolucionárias para uma acertada política de frente única que não se manifestasse apenas por meio das campanhas em prol das reformas de base, menos ainda através de simples apoios às posições da burguesia nacional, a qual buscava usar a pressão do movimento de massas a fim de obter concessões junto às forças retrógradas, tendendo sempre à conciliação com os mesmos grupos. O dirigente comunista então decretava:

Assim, o combate à política de compromisso entre o setor burguês, representado pelo Sr. João Goulart, e as forças reacionárias, constitui uma das componentes fundamentais da ação das forças revolucionárias na luta contra o imperialismo e o latifúndio.⁴³¹

O discurso de Mário Alves expressava uma tendência que se desenhava no seio da direção do PCB: um deslocamento à esquerda nas análises sobre o quadro político nacional, resultando em uma compreensão menos flexível da frente única, posição que seria oficializada na resolução política da IV Conferência Nacional do partido, realizada em dezembro de 1962⁴³². Segundo o documento aprovado, a burguesia ligada aos interesses nacionais passava a ser identificada, fundamentalmente, com os círculos dirigentes do PTB, o presidente João Goulart e setores de outros partidos, caracterizando-se por ser favorável às reformas, mesmo que de maneira limitada e sem deixar de fazer concessões ao imperialismo e ao latifúndio. A “natureza dúplice” da burguesia e sua “política conciliadora” voltavam a ser destacadas na resolução política, que praticamente repetia os argumentos utilizados por Mário Alves no artigo analisado acima, ao propor que os comunistas se colocassem na oposição às vacilações e compromissos de Jango para com o imperialismo e as forças reacionárias, devendo, em contrapartida, apoiar firmemente os aspectos positivos de sua política externa, as medidas restritivas por ele adotadas em relação ao capital estrangeiro e as concessões feitas aos trabalhadores, como resultado das lutas de massas⁴³³.

Conforme relato de Jacob Gorender, a IV Conferência do PCB se caracterizou pela crítica da maioria dos delegados aos “desvios de direita” do Comitê Central, principalmente com respeito ao que teria se afirmado como uma atitude subalterna no interior da frente única, uma postura “reboquista” na aliança com João Goulart. O encontro nacional do partido prestigiou a posição à esquerda defendida centralmente por Marighella e Mário Alves, ao passo que a maioria do Comitê Central, sob a liderança de Prestes e Giocondo Dias, mantinha-se favorável a uma política de alianças mais ampla, mas teve de se render, ao menos momentaneamente, à posição vitoriosa na Conferência⁴³⁴.

Com o resultado do plebiscito nacional realizado em janeiro de 1963, que deu a vitória ao presidencialismo e sepultou a emenda parlamentarista, episódio interpretado pelos comunistas como uma derrota do imperialismo e de seus aliados internos, a tônica dos discursos proclamados pela direção do PCB até o golpe de 1964 seria de crítica crescente às “vacilações” de João Goulart. Enquanto isso, a cúpula partidária, Prestes à frente, mantinha

estreitos contatos com o governo, no complicado e por vezes confuso exercício de influir nas diretrizes formuladas no centro do poder, ao mesmo o tempo em que o partido, atuando junto ao movimento de massas, pressionava constantemente por mudanças no eixo da política econômica e social.

O acirramento das contradições e a questão democrática (1963-1964)

Documento publicado em *Novos Rumos* em julho de 1963 comentava a crise política decorrente das sucessivas substituições de ministros na pasta da Fazenda, acusando as forças instaladas no poder de, em função da recomposição ministerial realizada, “prosseguir no caminho das concessões e compromissos com o imperialismo e o latifúndio”⁴³⁵. O texto desferia fortes críticas ao Plano Trienal idealizado por Celso Furtado, proposto em meio aos acordos do governo com o Presidente Kennedy para a obtenção de novos financiamentos externos, em troca do cumprimento a exigências dos monopólios norte-americanos e do FMI, tais como o empréstimo à IT&T e a promessa de compra das ações da Bond and Share. Era repudiado o comportamento do governo diante da crise econômica, provocada pela escalada inflacionária e pela redução no ritmo de desenvolvimento, que restringia as atividades industriais e comerciais e promovia o desemprego, ao passo que as forças da reação, comandadas pelos governadores Lacerda e Adhemar de Barros conspiravam abertamente contra as lutas populares, em conluio com a Aliança para o Progresso financiada pelo governo norte-americano e os latifundiários, que armavam seus jagunços para evitar a reforma agrária.

Neste quadro adverso, entretanto, saudava-se o avanço do movimento de massas, o qual deveria ser conduzido a outros patamares, para além das batalhas econômicas e sindicais, a fim de tentar modificar a correlação de forças políticas na direção de um governo nacionalista e democrático, que representasse “as forças integrantes da frente única – operários, camponeses, pequena burguesia, burguesia ligada aos interesses nacionais”⁴³⁶. Prevendo a maior radicalização dos conflitos políticos e sociais e a eclosão de novas crises, a nota alertava para a necessidade de que as forças patrióticas ficassem vigilantes e prontas para responder a

qualquer tentativa de golpe em favor de uma ditadura a serviço do imperialismo e do latifúndio, “através da ação das massas populares, unidas aos setores nacionalistas e antigolpistas das Forças Armadas, do parlamento e do governo”⁴³⁷. O documento denunciava as contradições do discurso pecebista: ao mesmo tempo em que pregava a oposição às principais medidas e à política econômica do governo Jango, continuava acreditando nele e no seu dispositivo militar para o enfrentamento às previsíveis ações golpistas da direita.

O panorama das crises políticas era também abordado nos editoriais da revista *Brasiliense*, cujo diretor-responsável, Elias Chaves Neto, opinava acerca da fragilidade do movimento nacionalista brasileiro pelo fato de o presidente da República não ter assumido postura clara diante dele, tendo preferido organizar seu ministério na base dos quadros de uma política partidária superada. Endossando a tese da “dubiedade” de atitudes do governo João Goulart, o jornalista afirmava estar em jogo o destino do país, que se encontraria postado na encruzilhada entre a adoção de uma política que permitisse a sua libertação econômica e a manutenção do “tipo colonial” de sua economia, beneficiando as forças reacionárias, que o exploravam de mãos dadas com o imperialismo. Concordava serem dois os entraves ao desenvolvimento do país: o latifúndio e o imperialismo, responsáveis, no essencial, por preservar a estrutura colonial da economia brasileira, contra os quais “o velho sopro de liberdade da revolução francesa”⁴³⁸ vinha tardiamente varrer o continente sul-americano.

Tributária de uma concepção de capitalismo insuficientemente desenvolvido nos países de formação histórica colonial como o Brasil, a alternativa política apresentada por Chaves Neto naquele momento de crise apontava para a batalha em defesa dos direitos democráticos e liberais, associada à conquista de melhores condições de vida por parte do proletariado, num “processo revolucionário” a fundir a luta pela democracia, contra toda a forma de opressão das classes dominantes, e a luta pelo socialismo. E explicava: “não se trata ainda da conquista direta do socialismo, nem tampouco (sic) da restauração da democracia burguesa, mas de um progresso em direção ao socialismo”⁴³⁹. A fórmula divergia da estratégia do PCB de revolução por etapas porque, segundo ele, não se tratava de propor uma revolução burguesa seguida de uma revolução socialista, mas de um único movimento de democratização em progressão para

o socialismo, processo alcunhado de “revolução democrática”. O aspecto conclusivo de sua tese é que não parecia indicar maiores diferenças em relação aos textos mais recentes dos dirigentes comunistas:

Revolução democrática, na qual o povo, pela união dos mais variados setores da população, os camponeses, a classe operária, a intelectualidade, a pequena burguesia e a burguesia progressista, tomando consciência das verdadeiras causas do atraso do nosso país – o latifúndio e a exploração imperialista – se tornará detentor do poder de Estado, impondo ao país a política que dele faça a pátria em que serão dadas a todos os brasileiros condições condignas de existência e a possibilidade de livremente desenvolverem as suas faculdades.⁴⁴⁰

Sob outra ordem de raciocínio, a questão democrática também seria abordada por Jacob Gorender em artigo publicado na revista *Estudos Sociais*. Percebendo ser cada vez mais virulenta a pregação anticomunista advinda das forças antiimperialistas e reacionárias no Brasil, incrustadas em organizações privadas como o IBAD, com farto financiamento de verbas norte-americanas para promover a propaganda contra o comunismo em nome da democracia e da liberdade, Gorender redargüia com uma análise do panorama político que, de acordo com ele, prenunciava a crise geral do sistema mundial do capitalismo, mesmo nos países em que o desenvolvimento econômico se processou de modo desigual e em meio a agudas contradições, como o Brasil, no qual houve sensível diminuição do crescimento a partir de 1961. De outro lado, o sistema socialista estaria a demonstrar seus êxitos, aumentando firmemente o nível de bem estar de seus povos, inclusive no campo da ciência, da Astronáutica, da tecnologia industrial, etc⁴⁴¹.

Tendo perdido importantes posições no terreno econômico e cultural para o socialismo, aos ideólogos do anticomunismo nada restaria senão concentrar fogo nas questões relativas à democracia e à liberdade, onde acreditavam encontrar argumentos favoráveis ao capitalismo. Partindo dessa premissa, Gorender esgrimia contra os pensadores burgueses que tentavam absolutizar os conceitos de liberdade e de democracia, mistificando as liberdades democrático-burguesas. Lembrava que a exploração do tema pela propaganda anticomunista somente era possível em virtude do processo histórico que mobilizou o mundo em torno da Segunda Guerra

Mundial, marcando profundamente na consciência dos povos a ojeriza à tirania nazifascista e o clamor pelas liberdades democráticas. Na tentativa de inverter a significação da luta democrática, desviando-a do caminho para o socialismo e transformando-a no antônimo de comunismo, os ideólogos do capitalismo nublavam a valoração relativa dos conceitos citados para proclamar as liberdades democrático-burguesas, nos seus aspectos formais e com base nos modelos políticos dos países símbolos da civilização ocidental (Estados Unidos e Inglaterra), como o padrão da liberdade em geral, a ser por todos seguida.

Quanto ao histórico das lutas democráticas no Brasil, o dirigente comunista rememorou as lutas de massas que derrubaram o Estado Novo e permitiram que, na Constituição de 1946, fossem aprovados direitos eleitorais, as liberdades de imprensa, de associação e de reunião, direitos sindicais, o direito de greve e outros. Afirmando que, em 1955 e 1961, o povo brasileiro derrotara tentativas de instaurar ditaduras ultra-reacionárias, alertava que a luta antiimperialista e antifeudal, prioridade na estratégia do PCB, não teria pleno êxito sem a conquista efetiva dos avanços no campo democrático, tendo em vista a persistência dos vícios autoritários no país, traduzidos na privação do direito de voto à metade da população adulta (analfabetos, soldados e marinheiros), no impedimento legal do Partido Comunista e nas recorrentes manifestações de arbítrio governamental contra os movimentos sociais, quando estes demonstravam sua força e organização.

Reconhecendo “certo êxito à manobra ideológica dos inimigos do comunismo”⁴⁴², Gorender apelava à militância comunista para que, juntamente à propaganda dos êxitos do socialismo no campo da economia e da cultura, esclarecesse também que os métodos democráticos seriam os únicos adequados à natureza da sociedade socialista, ao contrário do que ocorria no capitalismo, onde o conceito de liberdade se confundiria de fato com a liberdade do capital e com a alienação dos trabalhadores. Concluía que a experiência histórica relacionada com o culto à personalidade de Stalin havia demonstrado a necessidade de elevar a democracia, entre os comunistas, a uma posição que ultrapassasse a esfera da simples propaganda. Em razão disso, propunha: a conjugação da luta pelas liberdades democráticas com a luta pela realização da revolução antiimperialista e antifeudal; o incentivo, nas massas

trabalhadoras, do espírito crítico com relação aos limites e deformações da democracia no regime capitalista; a maior divulgação das conquistas democráticas no mundo socialista, “o verdadeiro mundo livre, com o esclarecimento das suas características originais e superiores”⁴⁴³ em relação à democracia burguesa.

Há dois aspectos importantes a serem examinados no artigo de Jacob Gorender: em primeiro lugar, a questão democrática, especialmente após a Declaração de Março de 1958, ocupava um espaço cada vez mais valorizado no campo da estratégia revolucionária adotada pelos comunistas do PCB, não mais podendo ser entendida como algo que tivesse um caráter meramente formal ou instrumental na formulação mais ampla da luta pelo poder, apesar de ainda ocupar um lugar secundário na linha política que priorizava a contradição entre nação e imperialismo, ficando por isso subordinada à questão nacional. Um segundo aspecto, intimamente relacionado com o anterior, desponta da análise de conjuntura feita por Gorender, na qual é óbvia a preocupação com o avanço das posições anticomunistas e antidemocráticas no Brasil, em meio às sucessivas crises políticas que pipocaram naqueles primeiros anos da década de 1960, mesmo que tal preocupação não fosse acompanhada de uma análise mais criteriosa da correlação de forças que se configurava na sociedade, com a crescente hegemonização de diferentes grupos sociais pelas correntes anticomunistas, numa contenda que já começava de fato a ser ganha por elas.

Outrossim, é preciso pontuar que o destaque dado à luta democrática, no momento em que o partido buscava superar, ao menos em parte, o dogmatismo stalinista, passando a reconhecer que tais “questões ultrapassam o âmbito da mera propaganda e assumem importância de primeiro plano na própria vida real”⁴⁴⁴, indicava uma compreensão mais cimentada entre os comunistas da necessidade vital da ampliação dos espaços democráticos na sociedade brasileira para a continuidade das lutas por transformações estruturais. Necessidade esta que estava ligada à própria sobrevivência do partido, cuja trajetória histórica foi marcada pela sistemática perseguição policial imposta pelas classes dominantes, razão pela qual o PCB somente pudera, até então, experimentar a legalidade plena durante dois anos.

Como destaca Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, a luta pelas liberdades democráticas não configurava propriamente uma novidade no programa político dos comunistas. Mesmo o Manifesto de Agosto, que “transpirava sectarismo”⁴⁴⁵, conclamava à formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional que deveria ser constituída por democratas e patriotas de todos os credos religiosos, filosóficos ou mesmo de quaisquer posições políticas, desde que não integrantes dos círculos mais reacionários das classes dominantes. O Manifesto defendia, em item extenso do seu programa, as liberdades de pensamento, de imprensa, de reunião, de associação, de organização sindical, o direito de voto para os analfabetos, a abolição das desigualdades que pesavam sobre as mulheres, a liberdade irrestrita de religião, a eliminação das discriminações raciais, a proteção especial aos indígenas, etc⁴⁴⁶. A lista de reivindicações comprova que a preocupação em defender medidas de caráter democrático, algumas realizáveis nos próprios marcos do capitalismo, outras a exigir transformações revolucionárias, tornara-se de fato uma tradição programática expressa nos documentos do PCB. A importância da questão democrática no plano mais geral da luta revolucionária dos comunistas no Brasil dos anos sessenta voltará a ser enfocada na parte conclusiva desta tese.

Como já é bem sabido, os últimos meses do ano de 1963 e os primeiros de 1964 foram caracterizados pelo acirramento crescente dos conflitos sociais e ideológicos, e o PCB, em suas notas oficiais, externava duras críticas ao governo e pressionava cada vez mais contra a “política de conciliação” de João Goulart. Em documento divulgado em outubro o ataque principal era desferido contra a tentativa de implantação do estado de sítio, medida a que Jango tentou recorrer para superar a crise política, mas foi demovido de fazê-lo por conta dos amplos protestos vindos principalmente das esquerdas, temerosas de que tal ato, a princípio dirigido a interromper as violentas manifestações oposicionistas vindas da direita liderada por Carlos Lacerda (inclusive com os boatos de que a UDN iria pedir o *impeachment* de João Goulart), se voltasse contra as liberdades públicas e redundasse na repressão às greves e ao movimento de massas⁴⁴⁷.

A nota do PCB comemorava a “importante vitória política”⁴⁴⁸ alcançada com a desistência de o Presidente decretar o estado de sítio, o que demonstraria ter a unidade da

frente única atingido um nível mais alto e decisivo para a conquista de novos êxitos. Avaliando que as crises políticas vividas pelo governo comprovavam o fracasso da atitude de conciliação com as forças ligadas ao imperialismo e ao latifúndio, o documento realçava a necessidade premente de uma nova política capaz de dar solução imediata aos problemas nacionais, por meio da implantação das reformas de base, encaminhamento este que o governo de João Goulart, enquanto estivesse comprometido com “a cúpula retrógrada do PSD e com outras forças reacionárias”⁴⁴⁹, não estaria em condições de promover. Descartando, portanto, o PSD da frente única, os dirigentes comunistas pregavam a recomposição do sistema de forças governista, com a substituição das correntes conservadoras por representantes dos grupos sociais que estavam dispostos a implementar as reformas. A proposta de reformulação ministerial era reforçada em outra nota divulgada em dezembro, que incluía o apoio velado do PCB à ida de Leonel Brizola para o Ministério da Fazenda⁴⁵⁰.

Mas ao final daquele ano a cúpula dirigente comunista promovia uma reaproximação com Jango, no momento em que este percebia ter esgotado seu crédito junto às forças conservadoras e voltava-se, então, para o lado das correntes populares, assumindo de forma mais incisiva a promessa de dar rumo definitivo às reformas de base⁴⁵¹. Foram iniciadas negociações, desenvolvidas por San Tiago Dantas, homem forte do governo, em torno da montagem de uma Frente Ampla, projeto envolvendo a constituição de uma aliança de centro-esquerda, a integrar desde os comunistas até o PSD, com a indicação de propostas como a formação de um governo de coalizão que contasse com o apoio das esquerdas e a legalização do PCB. Tais articulações, principalmente em função da proposta de inclusão do PSD na frente única (o que, para muitos, significaria apoiar a candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência da República em 1965), seriam rechaçadas por uma parte dos dirigentes pecebistas, que já adotavam posicionamentos mais à esquerda, como Marighella e Mário Alves⁴⁵², mas promoveriam inflexões no discurso oficial do partido em relação ao governo Jango.

Notas publicadas em janeiro e março de 1964 passavam a avaliar o mandato de João Goulart com alguns aspectos altamente positivos. A política externa era saudada por ter

reatado as relações diplomáticas com a União Soviética, intensificado relações comerciais e culturais com o campo socialista, se posicionado a favor do desarmamento e por ter defendido a autodeterminação do povo cubano. Internamente, o PCB reconhecia a posição favorável de Jango às reivindicações dos trabalhadores e o respeito, no fundamental, às liberdades democráticas. E salientava as medidas recentes decretadas em prol do monopólio estatal da importação de petróleo e da regulamentação da lei limitando a remessa de lucros ao exterior. A direção do PCB externava a intenção de prosseguir com os entendimentos no sentido da constituição de um novo governo, “livre de compromissos com os agentes entreguistas e os defensores do latifúndio”⁴⁵³, para o que seria necessário, como primeiro passo, aprovar uma série de medidas práticas urgentes.

No campo das mudanças reivindicadas, eram destacadas as seguintes propostas: o monopólio estatal do câmbio, acompanhado da imediata aplicação da legislação que regulamentava as remessas financeiras para o exterior; o monopólio das exportações de café; a moratória da dívida externa; política salarial prevendo a elevação do nível de vida dos trabalhadores, com o reajuste periódico dos salários; ações concretas para a implementação da reforma agrária, que deveria dar fim ao latifúndio e desapropriar propriedades nunca inferiores a 500 hectares, dentre outras medidas reformistas e nacionalizantes, as quais precisariam ser acompanhadas de reforma na Constituição, a fim de permitir as indenizações por interesse social, o direito de voto a analfabetos, soldados e marinheiros e a atuação plenamente legal do Partido Comunista. Por fim, era reivindicada a anistia para os sargentos e demais presos e condenados políticos, em consequência dos protestos realizados por membros das camadas subalternas nas Forças Armadas.

As manchetes expostas no jornal *Novos Rumos* às vésperas de ser desencadeado o golpe militar davam conta do clima de crescente agitação política que tomou conta do país naquele mês de março de 1964, denunciando a impressão de que, para os comunistas, vivia-se uma situação pré-revolucionária: “Conquistar as reformas e esmagar os golpistas” (edição de 20 a 26 de março); “A Nação inteira ao lado dos marinheiros e fuzileiros” (edição extra de 27 de março). Nesta edição, era publicada a nota “Os comunistas e a situação política – intensificar

as ações de massas para garantir a vitória do povo”, na qual exaltava-se o comício de 13 de março realizado na Central do Brasil, no Rio, promovido pelas entidades sindicais e que contou com a presença de João Goulart promovendo um discurso inflamado, pelo qual anunciava medidas concretas no âmbito da reforma agrária e a encampação de refinarias particulares. O ato público foi festejado pelos comunistas do PCB como a representar “o mais sério golpe no imperialismo e na reação, tornando mais aguda a contradição entre o povo brasileiro e as forças do atraso”⁴⁵⁴. Perpetrado o golpe, *Novos Rumos* ainda circularia, pela última vez, em 1º de abril, em edição extra que estampava a seguinte manchete: “Esmagar o golpe reacionário, defender as liberdades, depor governadores golpistas” e anunciava que o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) convocaria uma greve geral em todo o país.

Não cabe aqui descrever os acontecimentos que, tornando letra morta as últimas manchetes do semanário comunista, redundaram na implantação da ditadura militar no Brasil, fatos estes já por demais analisados em inúmeras obras que se dedicaram a abordar o tema. Interessa registrar ainda, dentro do escopo traçado por este trabalho, que, na edição de 27 de março a 2 de abril do jornal do PCB, era impresso o suplemento especial com as teses para discussão visando a realização do VI Congresso e anunciava-se, para dentro de trinta dias, a publicação da Tribuna de Debates. O Congresso, por motivos óbvios, não pôde se realizar naquele momento, e somente no ano de 1967, na clandestinidade e em condições de extrema fragilidade organizativa, os comunistas conseguiram dar encaminhamento ao seu sexto processo congressual.

Nas Teses divulgadas em março de 1964, eram mantidos os pontos que embasavam a linha estratégica pecebista, centrados nas contradições principais entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos e entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra. Havia o entendimento de que tais contradições haviam se tornado mais agudas, sobretudo a partir da crise de agosto de 1961, quando o Brasil teria entrado em um período de crescente instabilidade política, manifesta em demonstrações cada vez mais freqüentes de descontentamento popular e em tentativas de golpe de Estado, mas a

reação, segundo o documento, vinha sofrendo sucessivas derrotas, em decorrência do nível mais elevado de organização conquistado pelo movimento de massas no país.

No plano da frente única, as Teses advogavam o acerto da linha proposta pelo V Congresso e afirmavam terem sido criadas condições mais propícias para a composição de um governo de coalizão das forças integrantes da frente nacionalista e democrática, composta basicamente pelo PCB, a maioria do PTB, o PSB e setores nacionalistas minoritários de outros partidos, cujos representantes no Congresso Nacional reuniam-se na Frente Parlamentar Nacionalista. O entendimento final era de que o desenvolvimento capitalista teria aprofundado uma outra contradição fundamental da sociedade brasileira: a contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia, cuja solução definitiva correspondia à etapa socialista da revolução, a qual já exerceria, entretanto, a influência essencial no curso dos acontecimentos, em relação à luta pela hegemonia entre as forças nacionalistas e democráticas.

Desta forma, às vésperas da perpetração do golpe que levaria ao centro do poder de Estado as forças mais dinâmicas da classe dominante brasileira, interessadas em acelerar e aprofundar o desenvolvimento do capitalismo em sua fase monopolista, os comunistas do PCB continuavam a apostar todas as suas fichas no projeto de revolução nacional e democrática. Ao analisar as questões relativas à tática e à estratégia dos comunistas na revolução brasileira, conforme pretensão anunciada ao final do capítulo anterior, é possível depreender que, nos anos que precederam imediatamente o golpe de 1964, acabou prevalecendo a dubiedade na tática, traduzida numa atuação política pouco coerente com os fundamentos originais da frente única, na forma como eles foram forjados na Declaração de Março. Os militantes do PCB atuavam ao sabor dos acontecimentos mais recentes, embalados por um realismo pragmático que os levava a adotar posturas, por muitas vezes contraditórias, em função das conveniências do momento, numa prática política que, de um lado, investia nas crises explosivas e nos confrontos abertos com as forças reacionárias (tática da “guerra de movimento”) e, de outro, buscava acordos “por cima” com o governo João Goulart, acreditando em seu dispositivo militar para conter os avanços da direita.

Esta situação denunciava, sem dúvida, que a maior debilidade da estratégia do PCB encontrava-se na proposta de aliança com a chamada burguesia nacional, fraqueza esta expressa na dificuldade em definir claramente a composição social desta burguesia, a qual, aos olhos dos dirigentes comunistas, mudou conforme a agudização da luta de classes na sociedade brasileira e praticamente acabou por se confundir com a própria frente única, reduzindo-se, às vésperas do golpe de 1964, ao governo Jango, ao PTB e à Frente Parlamentar Nacionalista. A estratégia calcada na visão segundo a qual a contradição principal da sociedade brasileira era entre nação e imperialismo, inferindo que a contradição entre a burguesia e o proletariado não exigia solução radical naquele momento histórico, não permitiu que os comunistas enxergassem o fato de que, “para amplos setores da burguesia brasileira ... o grande problema não era o imperialismo, mas as classes populares”⁴⁵⁵. As análises conclusivas de todo esse processo, envolvendo a construção da estratégia nacional-libertadora e sua relação com as interpretações consagradas entre os comunistas acerca da realidade brasileira e com as atitudes práticas desenvolvidas pela militância pecebista naqueles momentos cruciais da história do Brasil, serão expostas a seguir.

CONCLUSÃO

Esta tese buscou analisar, no fundamental, a atuação política dos comunistas do PCB no período intercalado entre o final da década de 1950 e o golpe militar de 1964, com o propósito central de discutir a estratégia adotada pelo Partido Comunista na luta pelo poder, estratégia esta inserida num projeto nacional libertador de combate ao imperialismo, consubstanciado na proposta de uma aliança política dos trabalhadores com a chamada “burguesia nacional”. Nesta discussão, buscou-se avaliar a dificuldade enfrentada pelos comunistas, naquele momento histórico, em compreender profundamente as alterações de ordem econômica e social operadas na realidade brasileira, quando se processava a passagem para o capitalismo monopolista.

O objetivo central foi desenvolver a reflexão crítica sobre as análises apresentadas pelos dirigentes e intelectuais ligados ao PCB, nas quais pontificou a idéia segundo a qual o Brasil encontrava-se em um estágio semifeudal de desenvolvimento, em virtude da presença determinante do latifúndio na estrutura sócio-econômica do país, de acordo com as interpretações calcadas nas teses tornadas hegemônicas entre os comunistas a partir do VI Congresso da III Internacional. Tais ilações eram baseadas numa concepção de história marcada por fases processadas conforme uma evolução linear, em que as mudanças acompanhariam o progresso das forças produtivas, concepção esta denominada de “determinismo tecnológico”, seguindo a terminologia apresentada por Ellen Wood⁴⁵⁶.

Assim, enfatizou-se o estudo das visões dos comunistas acerca da realidade brasileira, conforme posições manifestadas na imprensa partidária, através dos debates travados por intermédio dos textos publicados nos periódicos editados pelos intelectuais direta ou indiretamente ligados ao Comitê Central do PCB, com destaque para as revistas *Estudos Sociais* (associada diretamente ao núcleo dirigente) e *Brasiliense*, mantida, de forma independente da linha oficial do partido, por Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto. A intenção maior era estabelecer a conexão entre esta percepção da realidade nacional e a postura política adotada

pelos comunistas nos anos que precederam a perpetração do golpe militar em 1964, visando compreender de que maneira o PCB vislumbrava a realidade brasileira no período histórico indicado e como interpretou, em particular, a crise política dos anos sessenta, a representar, segundo análises mais recentes, a necessidade de as frações mais dinâmicas da classe dominante operarem uma mudança na forma de dominação burguesa no país, com vistas à consolidação das relações capitalistas no âmbito da fase monopolista e à superação da composição de forças populista no poder de Estado.

Ou seja, o projeto da tese guiou a pesquisa no sentido de associar a prática política do PCB, inscrita na estratégia da revolução nacional-libertadora ou democrático-burguesa, a uma dada interpretação da realidade brasileira, na qual manifestou-se compreensão no mínimo insuficiente a respeito do nível de aprofundamento das relações capitalistas no país, a viver, na virada dos anos 50 para os anos 60, a passagem para a fase monopolista de produção, situação que, na perspectiva dos setores mais dinâmicos da classe dominante, requeria uma nova forma de dominação social e política. Para os comunistas do PCB, no entanto, manteve-se a perspectiva segundo a qual era preciso romper com os entraves impostos pelos resquícios feudais na economia brasileira e pela ação parasitária do imperialismo, a impedir o pleno desenvolvimento das forças produtivas no caminho da consolidação do sistema capitalista, fase a ser cumprida de forma cabal para, em seguida, permitir a preparação das lutas em favor do socialismo.

Para realizar a tarefa prevista no projeto de tese, necessitei lançar mão de um instrumental teórico e metodológico que me permitisse, inicialmente, comprovar as idéias expostas acima a respeito das transformações econômicas e sociais que, de fato, se operavam à época na realidade brasileira. Passei a seguir um caminho aberto pelas reflexões do historiador Lincoln Secco, segundo as quais “o mérito irrefutável de Gramsci foi realocar o termo ‘hegemonia’ (introduzido nos círculos socialistas pelos russos) para o contexto da especificidade do poder capitalista no Ocidente, onde as crises econômicas não abalavam tanto o Estado, e a classe operária não só era dominada (passiva), mas concedia ‘voluntariamente’ o consentimento para a dominação burguesa, participando e legitimando suas instituições”.⁴⁵⁷

Segundo Secco, com base em discussões travadas no campo da História Econômica, na passagem para o capitalismo monopolista, as principais mudanças sociais e políticas processavam-se como resultado da complexificação da sociedade civil, decorrente do aprofundamento das relações capitalistas e do acirramento da luta de classes. Concomitantemente, as crises econômicas deixavam de ser crises de abastecimento, marcadas por más colheitas, pela ruína de fabricantes e comerciantes e pela fome generalizada, as quais eram vistas pelos socialistas e revolucionários de diversos matizes, na época inicial de expansão do capitalismo na Europa, como oportunidades para o assalto ao poder de estado. Na fase monopolista, as crises tornar-se-iam crises de superprodução, isto é, de abundância e não mais de carência de produtos, contribuindo para promover alterações profundas na vida social e na forma de dominação burguesa, obrigando os revolucionários a buscarem também novas estratégias de luta política pelo poder e pela transformação radical da sociedade.

Antonio Gramsci, no campo teórico do marxismo, foi o principal pensador a realizar esta ponte entre o advento do capitalismo monopolista e a “ocidentalização” das sociedades onde este processo ocorria (ou seja, o crescimento da sociedade civil, com seus “aparelhos privados de hegemonia”, frente à sociedade política), propondo, como estratégia alternativa de luta revolucionária, a guerra de posições em substituição à guerra de movimentos até então predominante entre os revolucionários, tendo em vista a aplicação do conceito de hegemonia sob o contexto da nova realidade social. Tais conceitos teóricos foram aproveitados por mim, ao longo da elaboração da tese, para, primeiramente, analisar a realidade brasileira dos anos 50 e 60 do século vinte como a expressar um momento de “ocidentalização”, em virtude do aprofundamento das relações capitalistas no país, na passagem para o capitalismo monopolista.

Parti da premissa segundo a qual o Brasil vivenciava, então, uma efervescência política e cultural em que se via nitidamente a transformação da realidade econômico-social a exprimir, de forma mais nítida, a passagem para uma sociedade de tipo “ocidental”, consolidando um processo que já se verificava nas décadas anteriores. O célere desenvolvimento capitalista no país criava novas situações de conflitos e contradições sociais que eram acompanhadas pela formação e dinamização de novos agentes coletivos, os aparelhos privados de hegemonia, nos

quais podemos incluir, como exemplo, de um lado, os sindicatos operários, as Ligas Camponesas, o ISEB, a UNE, os Centros Populares de Cultura, para falar das organizações comprometidas com propostas alternativas ao capitalismo, e, do outro, os órgãos de comunicação de massa, a Igreja Católica, os grupos representativos do empresariado, etc, que, no fundamental, agiam no sentido da manutenção do *status quo*.

Conforme examinado no capítulo anterior, estava ocorrendo de fato uma crise de consolidação e de crescimento do capitalismo no país, provocada pela introdução dos novos métodos e técnicas que permitiram o aumento da produtividade do trabalho, mas alteraram a composição orgânica do capital, afetando negativamente a taxa de lucro e gerando uma massa de capitais inativos. Esta situação somente seria suplantada, possibilitando uma próxima onda de expansão produtiva, com o aprofundamento do processo de concentração de capital, graças à expulsão do mercado das empresas menos poderosas e, portanto, menos competitivas. Logo, estava se dando uma crise de superacumulação do capital ou de superprodução, típica da fase monopolista do capitalismo.

Ao mesmo tempo, o quadro já apontado de uma clara socialização da política, com a participação de amplas camadas trabalhadoras, urbanas e rurais nos embates políticos do período, atraindo setores das camadas médias, com destaque para estudantes e intelectuais, além de parcelas da Igreja Católica e das próprias Forças Armadas, demonstrava ser este o verdadeiro fato novo na vida brasileira. Se a mobilização social não colocava imediatamente em xeque a ordem capitalista, não deixava de representar uma séria ameaça aos interesses das classes dominantes, pois poderia desaguar num processo profundo de reformas democráticas e sociais, de caráter antiimperialista e antilatifundiário, conforme apontavam os movimentos articulados em torno das reformas de base⁴⁵⁸. Isto levava a uma conjuntura de tensionamento crescente, com o governo de João Goulart sendo pressionado por todos os lados e sofrendo um esvaziamento de poder e autoridade.

A resposta dos setores mais dinâmicos das classes dominantes, constituídos pela burguesia industrial e financeira, desejosos da retomada do processo de expansão capitalista interrompido pela crise econômica de 1962-64, foi a preparação de um movimento reacionário

para conter de pronto a ameaça que vinha das massas trabalhadoras. O golpe militar de 1964, além de ter representado uma ação coercitiva no sentido de esmagar e desbaratar as forças populares em ascensão, excluindo-as de qualquer possibilidade de participação em instâncias do aparelho estatal, o que, por isso mesmo, já significava, em parte, a ruptura do pacto populista, também teve por objetivo o rearranjo das forças políticas no núcleo central do poder, ao afastar os setores das classes dominantes considerados mais atrasados e ultrapassados para o modelo de desenvolvimento econômico que se pretendia fazer aprofundar, tendo em vista a consolidação do capitalismo monopolista no país. Como nos diz José Paulo Netto:

... o fulcro dos dilemas brasileiros no período 1961-1964 pode ser sintetizado na constatação de *uma crise da forma da dominação burguesa no Brasil*, gestada fundamentalmente pela contradição entre as demandas derivadas da dinâmica do desenvolvimento embasado na industrialização pesada e a modalidade de intervenção, articulação e representação das classes e camadas sociais no sistema de poder político. O padrão de acumulação suposto pelas primeiras entrava progressivamente em contradição com as requisições democráticas, nacionais e populares que a segunda permitia emergir.⁴⁵⁹

O Estado organizado a partir do golpe de 1964, portanto, teria como papel essencial assegurar o desenvolvimento capitalista de acordo com o padrão de acumulação que atendesse às necessidades da burguesia industrial e financeira associada aos monopólios imperialistas, acelerando o processo de concentração e centralização do capital, para o que seria imprescindível amordaçar o movimento operário e sindical, já que tal ritmo de acumulação seria assentado, como não poderia deixar de ser, na extração da mais-valia, em níveis ainda mais violentos do que praticados anteriormente.

Todo este processo de embates políticos que explodiu no início da década de sessenta, redundando na solução de força adotada por setores da classe dominante, expressou o acirramento da luta de classes no Brasil, num quadro que pode ser descrito como o da "crise orgânica" indicada por Gramsci. Seu conteúdo foi a crise de hegemonia no interior da classe dirigente, provocada, entre outros fatores, pela ativa movimentação de amplas massas, as quais, em seu "conjunto desorganizado", podiam fazer emergir uma situação revolucionária. No entanto, como afirma Gramsci, "a crise cria situações imediatas perigosas, já que os diversos

estratos da população não possuem a mesma capacidade de se orientar rapidamente e de se reorganizar com o mesmo ritmo⁴⁶⁰. Sendo assim, frações da classe dominante foram capazes de se articular para retomar o controle da situação e esmagar o seu adversário principal, impondo uma “solução orgânica” evidenciada na unificação de forças em torno de uma só direção, um único “partido”, eficaz na política repressiva necessária para afastar o “perigo mortal”⁴⁶¹ naquele momento. A crise foi, portanto, resolvida em favor da classe dominante, ou dos estratos mais dinâmicos da burguesia na passagem para o capitalismo monopolista no Brasil, afastando o fantasma da revolução popular e impondo, pela ditadura, o rearranjo de forças no centro do poder.

Este desfecho não entra em contradição com o fato de se ter verificado um fortalecimento da sociedade civil no período imediatamente anterior, mas apenas demonstra que a “ocidentalização” da sociedade brasileira, ou seu aprofundamento, também reforçou a capacidade de organização dos grupos dominantes. Daí ser possível inferir estar correta a análise de Gramsci sobre a maior complexidade da luta nas sociedades ocidentais, onde a disputa hegemônica na sociedade civil penderá mais favoravelmente ao grupo que, ultrapassando a perspectiva dos interesses meramente corporativos, souber forjar o consenso de amplas camadas sociais para seu projeto político. Através de seus aparelhos privados de hegemonia, com destaque para as associações empresariais e entidades como o IPES e o IBAD, além dos aparatos tipicamente coercitivos, como o Exército e a Escola Superior de Guerra, as classes dominantes organizaram a difusão da ideologia anticomunista e do discurso do “perigo vermelho” que contagiou parcelas significativas das camadas médias, atraindo-as para o apoio ao golpe de 1964.

Deste modo, podemos entender que a crise de acumulação monopolista no Brasil deu-se de forma concomitante a uma crise da dominação burguesa, e sua solução, inscrita num processo de revolução passiva, significou o desfechar de duro golpe no movimento operário em ascensão, para que a atualização do projeto capitalista fosse perpetrada sem maiores obstáculos. A burguesia, por meio desta ação inserida num projeto de “revolução passiva”, garantiu a consolidação e expansão do capitalismo monopolista no Brasil, para o que era

decisiva a conquista definitiva do Estado, afastando os grupos que ainda mantinham alguma ligação com as classes trabalhadoras.

Definido o contexto em que se produziram as ações dos personagens centrais desta tese, busquei avaliar de que forma a estratégia revolucionária adotada pelo PCB, calcada nas interpretações a respeito da realidade brasileira e na discussão de tática e estratégia a acompanhar a tradição do pensamento terceiro-internacionalista, dificultaram a capacidade dos comunistas de vislumbrar toda a preparação dos grupos fundamentais da classe dominante em direção ao golpe de estado, por não permitirem enxergar as transformações estruturais na sociedade brasileira, responsáveis pela promoção de novos arranjos de classe, a prever a necessidade de uma nova forma de dominação burguesa no país. Para alcançar tais objetivos, parti das seguintes hipóteses:

1º) O PCB, com a Declaração de Março de 1958, imprimiu importante mudança de rumo na sua linha política, ao reconhecer o desenvolvimento capitalista em curso dentro do país, ao mesmo tempo em que passava a perceber a importância de se lutar pela consolidação e ampliação da legalidade democrática, resgatando o papel da democracia, há muito negligenciada nas discussões internas. Tais conclusões passavam a indicar a necessidade da interferência dos comunistas nos rumos deste processo, organizando as pressões populares sobre o Estado, e apontavam ainda para a possibilidade real de se conduzir a revolução brasileira por meios pacíficos. Daí a participação cada vez maior do PCB junto aos movimentos nacionalistas e, em princípios dos anos 60, na campanha pelas reformas de base, compondo um amplo arco de alianças que apostava numa alternativa de desenvolvimento econômico antiimperialista.

2º) Os dirigentes do PCB, no entanto, profundamente marcados pela influência das teses da III Internacional, viam como necessária a ultrapassagem dos “resquícios feudais” que insistiam em identificar na realidade brasileira, o que os mantinham presos à perspectiva etapista da plena realização do capitalismo como forma de iniciar a transição para a sociedade socialista. Além disso, havia a compreensão de que o desenvolvimento econômico capitalista no Brasil entraria

em choque com a exploração imperialista, aprofundando-se a contradição entre as forças nacionais e progressistas em crescimento e o imperialismo norte-americano, principal obstáculo para a sua expansão. A etapa da revolução brasileira, naquele momento histórico, seria, portanto, principalmente, nacional e antiimperialista e, secundariamente, em favor do desenvolvimento das forças produtivas para ultrapassar a sobrevivência das relações “feudais” e “escravistas” no campo. Disso resultava a estratégia centrada na formação de uma frente única nacionalista e democrática, partindo do princípio segundo o qual o embate central se daria entre nação e povo contra interesses imperialistas estrangeiros e não entre proletariado e burguesia.

3º) Esta visão esquemática da realidade brasileira foi incapaz de preparar o Partido para o enfrentamento que se daria com o golpe de 1964. Os comunistas do PCB não enxergaram o aprofundamento das relações capitalistas no país na direção do capitalismo monopolista, o que, em vez de representar uma possibilidade de conflito entre as “forças progressistas nacionais” e o imperialismo, representaram, pelo contrário, um estreitamento da associação já evidente entre a burguesia brasileira e o capital estrangeiro. Como já visto, estava se dando uma crise de superacumulação do capital, típica do capitalismo monopolista, acompanhada de uma crise da dominação burguesa. A resposta dos setores mais dinâmicos das classes dominantes, constituídos pela burguesia industrial e financeira, a esta crise e à ameaça representada pela eclosão do movimento de massas no período, foi, através do golpe militar de 1964, a ação coercitiva para desbaratar as forças populares em ascensão e para promover o rearranjo das forças políticas no núcleo central do poder, afastando os setores das classes dominantes considerados ultrapassados quanto ao modelo de desenvolvimento econômico que se pretendia fazer aprofundar, tendo em vista a consolidação do capitalismo monopolista no país.

4º) O diagnóstico baseado em premissas não comprovadas empiricamente, como a da existência de um período feudal na história do Brasil, aliado à dificuldade de associar a realidade brasileira da época à de uma sociedade capitalista madura, levou os comunistas do

PCB a conclusões igualmente contraditórias, como a de apostar todas as fichas num projeto nacional-libertador em que a “burguesia nacional”, supostamente antifeudal e antiimperialista, seria capaz de liderar a “revolução democrático-burguesa”, etapa ainda a ser realizada antes da revolução socialista. Tal visão acabou por desarmar o conjunto da esquerda e, em particular, o PCB, na luta política, pois representou, na prática, permitir que a condução do processo ficasse em mãos de setores da burguesia que não tinham pretensões de promover grandes mudanças no quadro social e econômico brasileiro. Na verdade, o Partido Comunista oscilou, naquele período, entre aguardar a agudização da crise econômica para preparar o assalto ao poder, evidenciando a idéia de um processo revolucionário traduzido na estratégia da “guerra de movimentos”, conforme diria Gramsci, e a via pacífica na revolução democrático-burguesa, por meio da qual, a condução do processo foi, de fato, confiada à “burguesia nacional”, pretensamente progressista e antiimperialista, conforme comprovou a atitude de espera por uma reação do “dispositivo militar” pretensamente fiel a João Goulart.

Duas linhas de conduta, portanto, orientaram as ações da militância comunista naquele momento. De um lado, a investida em ações de caráter mais violento e na “esquerdização” do discurso e do tom das matérias impressas na imprensa partidária revelava o apoio ou, ao menos, o consentimento velado a uma tática de confronto aberto com as forças da reação (como no caso do movimento dos marinheiros), posição que não era o centro das resoluções da Declaração de Março, nem do programa do V Congresso. Todos os momentos de crise política ocorridos a partir da renúncia de Jânio Quadros em 1961 foram saudados pelas notas oficiais do PCB como a representar situações de choque aberto entre as correntes populares e os grupos reacionários, cujas soluções apontariam sempre para a derrota das forças associadas ao imperialismo e ao latifúndio, as quais, pelo contrário, vinham progressivamente ampliando seus espaços políticos na sociedade, conquistando corações e mentes através da propaganda anticomunista organizada por meio de seus aparelhos privados de hegemonia, como a UDN, as cúpulas da Igreja e das Forças Armadas e, principalmente, o complexo IPES/IBAD (o “verdadeiro partido da burguesia”, conforme feliz expressão de René Dreifuss).

Paralelamente à postura confrontacionista da militância, levada ao sabor dos explosivos acontecimentos, o núcleo dirigente do PCB, sob a liderança de Prestes, buscava engendrar uma saída “por cima”, por meio de um grande acordo político envolvendo o governo de João Goulart, o PTB, as demais forças de esquerda (com destaque para o grupo de Leonel Brizola, cujas atitudes, por sinal, eram consideradas mais radicais do que as dos comunistas, tanto nas lutas travadas em torno da disputa pela hegemonia no interior dos movimentos sociais, quanto nas posições adotadas em relação ao governo Jango) e os setores nacionalistas de outros partidos, reunidos na Frente Parlamentar Nacionalista. Tal orientação, acusada por alguns membros da própria direção pecebista, como a desvelar o “reboquismo” do centro dirigente em relação ao governo⁴⁶², de fato denunciava a debilidade da estratégia fundada na aliança com a chamada “burguesia nacional”, cuja composição social, às vésperas do golpe militar, praticamente havia se reduzido, no viés das análises comunistas, ao governo Jango e ao PTB. Daí a alternativa de uma “saída pelo alto” e a crença no “dispositivo militar” governista para conter os avanços da direita.

O maior problema da linha política do PCB, centrada na composição de uma frente nacionalista e democrática na qual adquiria papel destacado a aliança com a chamada “burguesia nacional”, estava no entendimento segundo o qual a burguesia, como classe, tendo à frente o empresariado industrial, colocar-se-ia de forma objetiva a favor da revolução nacional e democrática, pois, de modo geral, seus interesses econômicos se contrapunham ao imperialismo, sobretudo o norte-americano. Para os formuladores da estratégia pecebista, as condições impostas pelo desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil teriam colocado, objetivamente, a burguesia industrial brasileira em rota de colisão com o imperialismo. As condições subjetivas, porém, traduzidas na tendência a conciliações, vacilações e concessões ao inimigo externo, naquilo que, nos documentos dos comunistas, expressariam a “natureza dúplice e conciliadora” da burguesia, impediriam o pleno desaforo do processo em direção às transformações estruturais da sociedade brasileira.

Dentro dos esquemas explicativos adotados pelos comunistas do PCB, as atitudes políticas dos sujeitos sociais eram analisadas de forma simplista, fundamentalmente, em função

dos seus interesses imediatos e da disposição mecânica das classes e camadas sociais na estrutura econômica. À burguesia industrial brasileira estaria reservado o projeto histórico de enfrentar o imperialismo e o latifúndio, responsáveis por obstaculizar o pleno desenvolvimento das forças produtivas e do mercado interno, impedindo a realização completa dos negócios e lucros dos burgueses nacionais. Não se percebia que, justamente em função de garantir a expansão dos seus negócios em tempos de capitalismo monopolista, os setores mais ativos da burguesia brasileira já vinham se associando aos trustes internacionais, fato contudo identificado pelos dirigentes do PCB como “vacilação” e “conciliação” com o inimigo. Daí que o papel principal reservado à classe operária, dirigida por seu partido, seria pressionar a burguesia nacional a cumprir a sua “missão histórica”, a fim de que fosse concluído o processo evolutivo do capitalismo no país, possibilitando, em seguida, a passagem para a etapa socialista.

Havia a perspectiva de que a correlação de forças mundial, com o estabelecimento de um sistema internacional do socialismo e o avanço dos movimentos de caráter nacional-libertador após a Segunda Guerra Mundial, conforme avaliado no Capítulo IV, favorecia o desenvolvimento das lutas nacionalistas e democráticas no Brasil, apontando inclusive para a possibilidade de uma alternativa de capitalismo autônomo, erigido em bases genuinamente nacionais e em contradição com o imperialismo. O nacionalismo consagrou-se, especialmente nos anos cinquenta e sessenta do século passado, como um fenômeno social fomentador de grandes movimentos de massa em todo o mundo. Isto explica, em parte, por que, no Brasil, mesmo os intelectuais que começavam a perceber as articulações do imperialismo com os grupos econômicos nacionais e divergiam abertamente da noção de revolução por etapas e da tese que via na burguesia uma força revolucionária, tais como Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto, não desenvolveram alternativas políticas diferentes da solução nacionalista, até porque compartilhavam, com os dirigentes comunistas (apesar de utilizarem uma linha de análise fincada em bases teóricas distintas das premissas stalinianas), da idéia segundo a qual o capitalismo brasileiro era atrasado e inconcluso.

Confirmando este diagnóstico, no prefácio à edição brasileira de um livro que reúne uma série de ensaios teóricos e políticos, o intelectual indiano Aijaz Ahmad afirma, a respeito do período histórico intercalado entre o final da Segunda Grande Guerra e a década de 1970:

... o capitalismo experimentou a mais longa onda de prosperidade de sua história e, não obstante, foi desafiado por movimentos em prol do socialismo e da libertação nacional em muitas partes do globo; na verdade, esses movimentos pareciam estar em ascensão ao longo dessa fase, culminando com a libertação do Vietnã.⁴⁶³

Da parte dos pesquisadores que influenciaram o pensamento dos dirigentes pecebistas e de amplos setores da esquerda brasileira, há que se destacar as formulações do historiador Nélson Werneck Sodré, que, no livro *Introdu o   Revolui o Brasileira*, por exemplo, via no nacionalismo o fato que representava o divisor de águas na história do Brasil recente, por seu cont do libertador na luta contra as forças econômicas externas (“o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento”⁴⁶⁴), por estar imbuído do ideal democrático e popular dos grupos sociais em ascensão e por possuir caráter revolucionário, pela capacidade de superar o que no Brasil ainda havia de colonial. Acompanhando esta assertiva, havia, da parte de Sodré, a compreensão de que as classes sociais interessadas na transforma o revolucionária da realidade nacional, aquilo que ele definia como povo, constituiriam o conjunto compreendido pelo campesinato, o semiproletariado, o proletariado, a pequena burguesia e as partes da alta e m dia burguesias que tinham seus interesses confundidos com o interesse nacional. Esta seria uma força majoritária inequívoca e invencível, se organizada, na luta contra os latifundiários, a alta e a m dia burguesia comprometidas com o imperialismo⁴⁶⁵.

  preciso lembrar, como alerta José Paulo Netto, que os aspectos discutíveis desta imagem de Brasil proposta por N lson Werneck Sodré e outros intelectuais ligados ao PCB, como Alberto Passos Guimarães, deviam-se muito às bases empíricas insuficientes sobre as quais foram construídas diversas das suas generaliza es, revelando uma subestima o do nível já alcançado de integra o do Brasil ao sistema capitalista mundial, bem como do grau de matura o das rela es capitalistas na forma o social brasileira⁴⁶⁶. Trata-se aqui de constatar as rela es existentes entre as idéias advogadas por exponenciais estudiosos da realidade

brasileira no período abordado e as orientações políticas adotadas pelos comunistas, jamais de depreciar ou diminuir as inestimáveis contribuições, para o estudo da nossa formação histórica, de pesquisadores como Sodré, Passos Guimarães e Caio Prado Júnior, dentre muitos outros.

Ao acompanhar as perspectivas descritas acima, portanto, a estratégia do PCB acabou por não se concentrar na conscientização de amplos setores sociais para a mobilização em torno das suas proposições políticas, tampouco na dedicação sistemática e paciente de uma força permanentemente organizada para a luta revolucionária, a qual somente através de uma consistente preparação anterior, segundo Gramsci, poderia ser desenvolvida e tornada “cada vez mais homogênea, compacta e consciente de si”⁴⁶⁷. A proposta gramsciana de guerra de posições, percebendo as mudanças sofridas pela sociedade em tempos de capitalismo avançado, apontara, para o movimento operário, a necessidade de compreender que a conquista da hegemonia exigiria a transformação da classe dominada em classe dirigente antes mesmo da tomada do poder, criando um sistema de alianças capaz de mobilizar a maioria dos trabalhadores contra o Estado burguês, com vistas à superação do sistema capitalista⁴⁶⁸. O núcleo dirigente do PCB, ao contrário, agarrado às formulações táticas da III Internacional, isto é, à fórmula traduzida na “guerra de movimento”, apostou na agudização da crise social para o desencadear do choque frontal com os grupos reacionários, ao mesmo tempo em que a posição subordinada à “burguesia nacional” na política de alianças o fez investir na costura de um acordo com o governo, confiando centralmente no aparato militar deste para conduzir o confronto em favor das forças populares.

Tal posicionamento, entretanto, jamais poderia ser confundido com uma atitude meramente conspirativa ou “golpista”, como pretenderam indicar alguns historiadores. Segundo José Antônio Segatto, por exemplo, a postura de oposição cada vez mais dura às “vacilações” do governo João Goulart, associada a atos mais radicais, tais como a aceitação na prática da palavra de ordem das Ligas Camponesas de “reforma agrária na lei ou na marra” e a solidariedade ao movimento rebelde dos sargentos e marinheiros, denunciariam que o PCB trabalhava a possibilidade de abraçar “um caminho extra-legal”⁴⁶⁹, passando a “secundarizar as instituições, a desprezar a legalidade democrática vigente”⁴⁷⁰, movido por um “caldo de cultura

golpista – que parecia ter sido superado ou pelo menos se debilitado”⁴⁷¹. Este tipo de interpretação não leva em conta que os comunistas defendiam, acima de tudo, um regime socialista, cujas regras sociais e políticas deveriam, no mínimo em tese, ser completamente diferentes das normas legais vigentes no regime capitalista, mormente em um país como o Brasil, em que a chamada “legalidade democrática” nem de longe representava a superação das práticas autoritárias historicamente construídas pelas classes dominantes no exercício do poder, práticas estas culturalmente difundidas no conjunto da sociedade.

Tratava-se (e trata-se de fato até hoje) da luta de classes, cuja história é marcada por sucessivas violações dos estatutos legais vigentes pelos próprios grupos dominantes e, em alguns momentos, pelos dominados, do contrário jamais aconteceriam as revoluções, inclusive aquelas comandadas, no passado, pela burguesia. A não ser que não se olhe a história humana como fundamentalmente marcada pelas mudanças, rupturas, revoluções e, sim, pelas continuidades e permanências, pela quase imobilidade, como fazem aqueles que rejeitam o marxismo e a teoria da luta de classes. A utilização, na prática, da estratégia da “guerra de movimento” pela militância do PCB, naquele período em que acirraram-se as contradições sociais, não significa necessariamente o desprezo pela questão democrática, mesmo que esta figurasse de forma secundária na fórmula da revolução nacional-democrática.

Acusar, portanto, os comunistas e todo o movimento social do pré-64 de meros golpistas é amesquinhar por demais o debate teórico, deixando de analisar criticamente os aspectos mais decisivos da prática política daqueles sujeitos históricos. É confundir a luta pela democracia com a defesa dos elementos jurídicos e políticos formais inscritos nos marcos do regime capitalista, contra os quais qualquer atitude mais radical seria entendida como a fazer parte de uma tática de confronto “extra-legal”. Como afirma Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, trata-se de um grande equívoco querer atribuir aos comunistas uma concepção de democracia que não lhes pertence, razão pela qual jamais se preocuparam em privilegiar as “regras do jogo”,

sempre tentando, ao contrário, transformá-las para melhor, no sentido de que o proletariado e as classes populares se constituíssem em mais do que efêmeros coadjuvantes e regulares expectadores de um jogo que só interessa às classes dominantes quando estas sabem que seus interesses fundamentais serão preservados⁴⁷².

Em diversos pontos desta tese pôde-se demonstrar que a luta pela ampliação dos espaços democráticos na sociedade brasileira fazia parte do programa político mais geral abraçado pelos comunistas, os quais, em diversos documentos propuseram inclusive a implementação de medidas concretas neste sentido, como a extensão do direito de voto a analfabetos, soldados e marinheiros, assim como a legalidade plena para o PCB, em função das quais seria necessário promover alterações na Constituição em vigor. Mais importante até é reconhecer que as orientações da Declaração de Março, ao promoverem a maior valorização da questão democrática, que se refletiu inclusive no interior do partido, conforme indicaram os intensos debates travados em torno das teses para o V Congresso de 1960, amplamente divulgados pela imprensa partidária, assim como ao adotarem a tática das “soluções positivas”, foram em grande parte responsáveis pela liberação da militância comunista para uma atuação mais dinâmica nos movimentos sociais, ultrapassando a fase sectária do Manifesto de Agosto e do programa do IV Congresso.

Novamente pode-se recorrer a Nelson Werneck Sodré para conferir a maior importância dada à luta pela democracia, indissolavelmente ligada à organização do bloco de forças interessado na mudança estrutural da sociedade brasileira. Além disso, o historiador coloca claramente sobre os ombros de quem deve verdadeiramente recair a responsabilidade pelos atentados à “legalidade democrática”:

... para permitir que seus componentes tomem consciência da realidade, superando o concentrado bombardeio da propaganda imperialista, arrimada em poderosos recursos materiais e detentora do aparelho de difusão do pensamento, faz-se indispensável o regime democrático, de liberdade de pensamento, de reunião e de associação. (...) Faz parte das tarefas da vanguarda do povo, conseqüentemente, educar e dirigir as massas do povo. Só sob regime democrático, na vigência das liberdades democráticas, isto é possível, e é justamente por isso que as forças reacionárias se opõem desesperadamente à vigência daquelas liberdades, e permanecem profunda e vitalmente interessadas em impedir que as massas se esclareçam, tomem

consciência de seus interesses e das formas de defendê-los, e se organizem para isso.⁴⁷³

É evidente que os comunistas do PCB não haviam despertado para a importância da questão no grau de radicalidade que ela adquire em Gramsci, o qual prevê a necessidade da conquista de amplos espaços de participação política, com o crescimento da sociedade civil perante a sociedade política nas formações sociais de capitalismo avançado, a fim de que o partido revolucionário promova, no processo de construção da hegemonia, a reforma intelectual e moral necessária à luta pelo socialismo. A passagem do momento meramente econômico (egoístico-passional) para o momento catártico (ético-político), ou seja, a passagem da necessidade à liberdade, ou ainda, do determinismo econômico à liberdade política, “momento no qual a classe, graças à elaboração de uma vontade coletiva, não é mais um simples fenômeno econômico, mas se torna, ao contrário, um sujeito consciente da história”⁴⁷⁴, não se realizaria sem a ampliação efetiva dos espaços democráticos. Esta conquista, para Gramsci, fazia parte do projeto de longo prazo de construção da sociedade comunista, em que a sociedade civil (o Estado-ético) absorveria o Estado-coerção, dando lugar a um “autogoverno”, onde, no lugar da coerção, passaria a reinar o consenso⁴⁷⁵.

Assim como as análises teóricas gramscianas, aprofundando dialeticamente inúmeras das determinações no campo do marxismo, somente puderam se desenvolver plenamente e adquirir sua forma madura nos tempos do cárcere, após a derrota do movimento operário e dos comunistas italianos para o fascismo, muitas das interpretações acerca da realidade brasileira, hoje hegemônicas no meio acadêmico, foram de fato produzidas após a grande crise sofrida pelos movimentos sociais no Brasil com a perpetração do golpe de 1964. As avaliações que definem o caráter das transformações econômicas no Brasil dos anos de 1950 e 1960 como a significar a consolidação do capitalismo monopolista no país, processo no qual o papel reservado aos setores mais dinâmicos da burguesia brasileira desmistificaria totalmente a noção de “burguesia nacional progressista”, sepultando até a expressão “burguesia nacional” (substituída por “burguesia brasileira”⁴⁷⁶), somente puderam ser desenvolvidas com profundidade após a derrota do movimento que apostava na estratégia nacional-libertadora.

Não cabe, pois, à historiografia julgar as atitudes dos sujeitos históricos, mas investigar de que modo e em função de quais condições elas foram produzidas, no contexto em que estavam inseridas. Cabe inferir que a derrota sofrida pela esquerda brasileira e, mais particularmente, pelos comunistas do PCB em todo esse processo, num período marcado por uma intensa agitação social na qual estes sujeitos políticos tiveram participação destacada, esteve intimamente vinculada à imagem de Brasil por eles elaborada. Este debate muito pode contribuir para o melhor entendimento das lutas políticas contemporâneas em nosso país, devendo ser aprofundado, à luz dos conceitos gramscianos, na direção da idéia segundo a qual faltou à esquerda brasileira, naquele momento histórico tão rico e complexo, a compreensão de que, antes mesmo da tomada do poder, a classe dominada precisa se tornar dirigente, para o que seria necessária uma análise criteriosa das condições de desenvolvimento capitalista no país e das relações de força na sociedade, sem o que a reforma intelectual e moral proposta por Gramsci, a ser promovida junto às amplas massas do povo no processo da luta revolucionária, jamais pode acontecer.

Por fim, cabe ressaltar o papel desempenhado pelo PCB e por seus intelectuais orgânicos no estímulo à ampla discussão dos problemas brasileiros, tanto no interior do partido, fazendo parte de um projeto sistemático de educação política⁴⁷⁷, quanto junto à intelectualidade brasileira, através do debate teórico estampado nas páginas de sua imprensa partidária. No período estudado, a revista *Estudos Sociais* e o semanário *Novos Rumos*, veículos coordenados diretamente pelo núcleo dirigente pecebista, assim como a revista *Brasiliense*, mantida por militantes comunistas independentes da orientação oficial do partido, buscaram cumprir a missão de manter aceso o debate ideológico no nível da "grande política" de que nos fala Gramsci.

OBRAS CITADAS

AGOSTI, Aldo – “O mundo da Terceira Internacional: os ‘estados-maiores’” em HOBSBAWM, Eric (org.) – História do Marxismo – Volume 6, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

AHMAD, Aijaz – Linhagens do Presente: ensaios, São Paulo, Boitempo Editorial, 2002.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de – “Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64” em MAZZEO, Antonio Carlos & LAGOVA, Maria Izabel (orgs.) – Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX, São Paulo, Cortez, 2003.

ALVES FILHO, Ivan – Giocondo Dias: uma vida na clandestinidade, Rio de Janeiro, Mauad, 1997.

ALVES, Mário – “3 de Outubro e o Movimento Nacionalista” em Revista Estudos Sociais nº 3-4, Rio de Janeiro, edição de setembro/dezembro de 1958.

_____ – “As bases falsas de uma linha falsa” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 20 a 26 de maio de 1960.

_____ – “Da crise de agosto à Frente de Libertação Nacional” em Revista Estudos Sociais nº 11, Rio de Janeiro, dezembro de 1961.

_____ – “Dois caminhos da reforma agrária” em Revista Estudos Sociais nº 13, Rio de Janeiro, junho de 1962.

_____ – “A burguesia nacional e a crise brasileira” em Revista Estudos Sociais nº 15, Rio de Janeiro, dezembro de 1962.

AMARAL, Roberto Mansilla – “Uma voz destoante no PCB: Octávio Brandão, militante e intelectual (1924-1957)” em REIS FILHO, Daniel Aarão (org.) – Intelectuais, História e Política (séculos XIX e XX), Rio de Janeiro, Sete Letras, 2000.

AMAZONAS, João – “A linha atual e as reformas” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 17 a 23 de junho de 1960.

ANDERSON, Perry – “As Antinomias de Gramsci” em Afinidades Seletivas, São Paulo, Boitempo Editorial, 2002.

BEAUD, Michel – História do Capitalismo: de 1500 aos nossos dias, 3ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1991.

BEIGUELMAN, Paula – “A Revista Brasiliense e a expressão teórica do nacionalismo econômico brasileiro” em D’INCAO, Maria Angela (org.) – História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior, São Paulo, Ed. UNESP/Brasiliense, 1989.

BIELSCHOWSKY, Ricardo – Pensamento Econômico Brasileiro (1930-1964): o ciclo ideológico do desenvolvimentismo, 4ª edição, Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.

BOTTOMORE, Tom – Dicionário do Pensamento Marxista, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion (org.) – Escravidão e Abolição no Brasil, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

CARONE, Edgard – A Quarta República (1945-1964), São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1980.

_____ – O PCB: 1943 a 1964 – Volume 2, São Paulo, DIFEL, 1982.

CARVALHO, Apolônio de – “Sobre o papel do Partido e os caminhos da Revolução” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 1 a 7 de julho de 1960.

CASTELLS, Manuel – A Teoria Marxista das Crises Econômicas e as Transformações do Capitalismo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

CHAVES NETO, Elias – “O Espectro da Crise” em Revista Brasiliense nº 17, São Paulo, maio/junho de 1958.

_____ – “O Pan-Americanismo do Sr. Juscelino Kubitschek” em Revista Brasiliense nº 18, São Paulo, julho/agosto de 1958.

_____ – “Polarização de Forças” em Revista Brasiliense nº 22, São Paulo, março/abril de 1959.

_____ – “Planificação de nossa economia – solução nacionalista” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 3 a 9 de junho de 1960.

_____ – “A contradição principal – base de uma solução marxista” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 1 a 7 de julho de 1960.

_____ – “Revolução Democrática” em Revista Brasiliense nº 48, São Paulo, julho/agosto de 1963.

_____ – Minha vida e as lutas de meu tempo, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1978.

CHILCOTE, Ronald H. – Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração, Rio de Janeiro, Graal, 1982.

COELHO, Marco Antônio Tavares – “A tática das soluções positivas” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 22 a 28 de julho de 1960.

_____ – Herança de um Sonho: as memórias de um comunista, Rio de Janeiro, Record, 2000.

COLUNA TEORIA E DEBATE – “o Imperialismo” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 20 a 26 de novembro de 1959.

COSTA, Hélio da – “Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953)” em FORTES, Alexandre e Outros – Na Luta por Direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho, Campinas, Ed. UNICAMP, 1999.

COUTINHO, Carlos Nélon – “O Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil: algumas implicações políticas” em A Democracia como Valor Universal: notas sobre a questão democrática no Brasil, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

_____ – “Uma via ‘não clássica’ para o capitalismo” em D’INCAO, Maria Ângela (org.) – História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior, São Paulo, Ed. UNESP/Brasiliense, 1989.

_____ – Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios, São Paulo, Cortez Editora, 1994.

_____ – “Teoria ‘ampliada’ do Estado” em Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

_____ – “Um filósofo democrático” em Leandro Konder: a revanche da dialética, São Paulo, Boitempo Editorial/Editora da UNESP, 2002.

_____ – “O conceito de política nos *Cadernos do cárcere*” em COUTINHO, C. N. & TEIXEIRA, Andréa de Paula (organizadores) – Ler Gramsci, entender a realidade, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

_____ – “Marxismo e ‘imagem do Brasil’ em Florestan Fernandes”. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arqui54.htm>. Acesso em 22/11/2004.

_____ – “Introdução” em GRAMSCI, A. – Escritos Políticos – Volume 1 (1910-1920), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

CUNHA, Paulo Ribeiro da – Um Olhar à Esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Néelson Werneck Sodré, Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Revan/FAPESP, 2002.

CUPERTINO, Fausto – “A Nova Situação Internacional e o Problema da Coexistência Pacífica” em Revista Estudos Sociais n° 8, Rio de Janeiro, julho de 1960.

DASSÚ, Marta – “Frente única e frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista” em HOBBSAWM, Eric (org.) – História do Marxismo – Volume 6, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

DEL ROIO, Marcos – “Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940)” em RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão – História do Marxismo no Brasil – Volume V. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60, Campinas, Editora da Unicamp, 2002.

_____ – “Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil” em Revista Crítica Marxista n° 18, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2004.

DIAS, Edmundo Fernandes – “Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos” em DIAS, Edmundo Fernandes (e outros) – O Outro Gramsci, São Paulo, Xamã, 1996.

_____ – Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia, São Paulo, Xamã, 2000.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO/CPDOC/FGV – Verbete “Astrojildo Pereira” em http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_astrojildopereira.htm. Acesso em 09/11/2004.

_____ – Verbete “Caio Prado Júnior” em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_caiopradojunior.htm. Acesso em 09/11/2004.

DÓRIA, Carlos Alberto – “O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira” em MORAES, João Quartim de (org.) – História do Marxismo no Brasil – Volume III. Teorias. Interpretações, Campinas, Editora da Unicamp, 1998.

ENGELS, F. – “Introdução” em MARX, K. – As Lutas de Classes na França (1848-1850), São Paulo, Global Editora, 1986.

FACÓ, Rui – “Notas sobre o Problema Agrário” em Revista Estudos Sociais n° 11, Rio de Janeiro, dezembro de 1961.

FALCÃO, João – O Partido Comunista que eu conheci (vinte anos de clandestinidade), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.

FALCON, Francisco & MOURA, Gerson – A Formação do Mundo Contemporâneo, 12ª edição, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.

FEIJÓ, Martin Cezar – O Revolucionário Cordial: Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural, São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.

FERREIRA, Jorge – “Sexta-feira 13 na Central do Brasil” em Revista Nossa História n° 5, São Paulo, Editora Vera Cruz/Biblioteca Nacional, março de 2004.

FONTES, Paulo – “Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo: a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo (1957)” em FORTES, Alexandre e Outros – Na Luta por Direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho, Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

FREDERICO, Celso – “A presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade” em MORAES, João Quartim de (org.) – História do Marxismo no Brasil. Volume II. Os influxos teóricos., Campinas, Editora da Unicamp, 1995.

_____ – “A Política Cultural dos Comunistas” em MORAES, João Quartim de (org.) – História do Marxismo no Brasil – Volume III. Teorias. Interpretações, Campinas, Editora da Unicamp, 1998.

FREIRE, Alípio & VENCESLAU, Paulo de Tarso – Entrevista com Jacob Gorender em Revista Teoria & Debate n° 11, São Paulo, julho/agosto/setembro de 1990.

GALLISSOT, René – “O imperialismo e a questão colonial e nacional dos povos oprimidos” em HOBBSAWM, Eric (org.) – História do Marxismo – Volume 8, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

GORENDER, Jacob – “A espoliação do povo brasileiro pela finança internacional” em Revista Estudos Sociais n° 6, Rio de Janeiro, maio/setembro de 1959.

_____ – “Crítica ou Falsificação?”, Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 13 a 19 de maio de 1960.

_____ – “A oposição esquerdista e a contradição principal” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 27 de maio a 2 junho de 1960.

_____ – “Algumas lições da vida prática” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 1 a 7 de julho de 1960.

_____ – “Uma teoria direitista das etapas da revolução” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 22 a 28 de julho de 1960.

_____ – “O V Congresso dos comunistas brasileiros” em Revista Estudos Sociais n° 9, Rio de Janeiro, outubro de 1960.

_____ – “Direções da luta pela democracia em nosso tempo” em Revista Estudos Sociais nº 18, Rio de Janeiro, novembro de 1963.

_____ – Combate nas Trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada, São Paulo, Editora Ática, 1987.

_____ – “Do pecado original ao desastre de 1964” em D’INCAO, Maria Ângela (org.) – História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior, São Paulo, Ed. UNESP/Brasiliense, 1989.

GRABOIS, Maurício – “Duas concepções, duas orientações políticas” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 22 a 28 de abril de 1960.

GRAMSCI, Antonio – A Questão Meridional, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____ – Cadernos do Cárcere – Volume 1, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

_____ – Cadernos do Cárcere – Volume 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

_____ – Cadernos do Cárcere – Volume 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

_____ – Escritos Políticos – Volume 2 (1921-1926), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

GUEDES, Armênio e Outros – O PCB no quadro atual da política brasileira (entrevistas concedidas a Pedro Del Picchia), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

GUIMARÃES, Alberto Passos – “A questão das etapas da revolução brasileira” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 8 a 14 de julho de 1960.

_____ – “A Questão Agrária Brasileira” em Revista Estudos Sociais nº 14, Rio de Janeiro, setembro de 1962.

_____ – “A concentração da produção e das rendas na economia brasileira” em Revista Estudos Sociais nº 19, Rio de Janeiro, fevereiro de 1964.

_____ – Quatro Séculos de Latifúndio, 6ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

HILFERDING, Rudolf – “O Capital Financeiro” em Os Pensadores: Hilferding, São Paulo, Abril Cultural, 1985.

HOBBSBAWM, Eric – A Era dos Impérios, 3ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

KONDER, Leandro – “As Reportagens Proibidas” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 4 a 10 de outubro de 1963.

_____ – A Democracia e os Comunistas no Brasil, Rio de Janeiro, Graal, 1980.

LÊNIN, V. I. – Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática, Lisboa, Editorial Avante, 1978.

LÊNIN, V. I. – Imperialismo, fase superior do capitalismo, São Paulo, Global, 1987.

_____ – “II Congresso da Internacional Comunista – Relatório da Comissão sobre as questões nacional e colonial – 26 de julho” em Obras Escolhidas – Volume 3, São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1980.

_____ – “Teses para o II Congresso da Internacional Comunista” em Obras Escolhidas – Volume 3, São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1980.

_____ – “A Doença Infantil do ‘Esquerdismo’ no Comunismo” em Obras Escolhidas – Volume 3, São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1980.

LUCAS, Fábio – “À Margem da Revolução Brasileira” em Revista Estudos Sociais n° 3-4, Rio de Janeiro, setembro/dezembro de 1958.

MAESTRI, Mário – “O Escravismo Colonial: a revolução copernicana de Jacob Gorender” em Revista Espaço Acadêmico n° 35, abril de 2004, p. 5. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso em 09/11/2004.

MALIN, Mauro – “O jornalismo se tornou incapaz de falar de coisas boas para melhorá-las” – Entrevista com Armênio Guedes em Observatório da Imprensa n° 45, edição de 20/05/1998. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/iq200598b.htm>. Acesso em 03/11/2004.

MANTEGA, Guido & MORAES, Maria – Acumulação Monopolista e Crises no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MANTEGA, Guido – A Economia Política Brasileira, 7ª edição, Petrópolis, Vozes, 1992.

MARIGHELLA, Carlos – “Alguns aspectos da renda da terra no Brasil” em Revista Estudos Sociais n° 1, Rio de Janeiro, maio/junho de 1958.

MARX, Karl – “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução” em Temas de Ciências Humanas, São Paulo, Grijalbo, volume 2, 1977.

_____ – “Introdução à Crítica da Economia Política” em Os Pensadores: Marx, São Paulo, Editora Nova Cultural, 1996.

MATOS, Almir – “Coexistência Pacífica e Luta Ideológica” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 22 a 28 de janeiro de 1960.

MATTOS, Marcelo Badaró – Trabalhadores e Sindicatos no Brasil, Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2002.

_____ – “Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)” em RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão – História do Marxismo no Brasil – Volume V. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60, Campinas, Editora da Unicamp, 2002.

_____ – Greves e Repressão Policial ao Sindicalismo Carioca (1945-1964), Rio de Janeiro, FAPERJ/Arquivo Público/RJ, 2003.

MAZZEO, Antonio Carlos – Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil, Marília/São Paulo, Unesp-Marília-Publicações/Boitempo Editorial, 1999.

MENDONÇA, Sônia Regina de – Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento, 2ª edição, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

MÉSZÁROS, István – Para Além do Capital, São Paulo, Boitempo Editorial/Editora da UNICAMP, 2002.

_____ – O Século XXI: socialismo ou barbárie?, São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

MIGLIOLI, Jorge – “Sociologia Oficial versus desenvolvimento econômico” em Revista Estudos Sociais n° 8, Rio de Janeiro, julho de 1960.

MORAES, Dênis de – A Esquerda e o Golpe de 64, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989.

_____ – O Imaginário Vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53), Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1994.

MORAES, João Quartim de – “A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro” em REIS FILHO, Daniel Aarão & Outros – História do Marxismo no Brasil – Volume I. O impacto das revoluções, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

_____ – “O ‘marxismo-leninismo’ e a ‘dialética staliniana’ em *Agrarismo e Industrialismo*” em REIS FILHO, Daniel Aarão & Outros – História do Marxismo no Brasil – Volume I. O impacto das revoluções, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

MOURA, Aristóteles – “Capitais nacionais administrados por empresas americanas” em Revista Estudos Sociais n° 3-4, Rio de Janeiro, setembro/dezembro de 1958.

_____ – “O projeto sobre capitais estrangeiros” em Revista Estudos Sociais n° 13, Rio de Janeiro, junho de 1962.

_____ – “Notas sobre o imperialismo no Brasil: empréstimos e empresas estrangeiras” em Revista Estudos Sociais n° 17, Rio de Janeiro, junho de 1963.

NETTO, José Paulo – Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64, 4ª edição, São Paulo, Cortez Editora, 1998.

_____ – “Nelson Werneck Sodré e a fundação da história marxista da literatura brasileira” em Marxismo Impenitente: contribuição à história das idéias marxistas, São Paulo, Cortez Editora, 2004.

NOVA, Cristiane & NÓVOA, Jorge – Carlos Marighella: o homem por trás do mito, São Paulo, Editora UNESP, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de – Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco, São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

PAIM, Gilberto – “Uma pesquisa sobre as empresas de capital estrangeiro” em Revista Estudos Sociais n° 7, Rio de Janeiro, março de 1960.

PANDOLFI, Dulce – Camaradas e companheiros – história e memória do PCB, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO – PCB: vinte anos de política, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

PAZ, Moacyr – “Sobre os problemas do desenvolvimento econômico” em Revista Estudos Sociais n° 1, Rio de Janeiro, maio/junho de 1958.

_____ – “Capitais Estrangeiros – fator limitante de desenvolvimento” em Revista Estudos Sociais nº 2, Rio de Janeiro, julho/agosto de 1958.

PCB – “União e Luta com a Burguesia” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 27 de março a 2 de abril de 1959.

_____ – “A Burguesia na Revolução Brasileira” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edições de 12 a 18 de junho; 19 a 25 de junho; 26 de junho a 2 de julho de 1959 de 1959.

_____ – “Resolução Política da Convenção Nacional do PCB” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 16 a 22 de setembro de 1960.

_____ – “Os comunistas e o governo Jânio Quadros” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 17 de março de 1961.

_____ – “Nenhuma conciliação com o golpismo! Posse imediata ao presidente Goulart!” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 1º de setembro de 1961.

_____ – “Posse de Jango é vitória do povo!” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 4 de setembro de 1961.

_____ – “As eleições de 1962 – uma interpretação” em Revista Estudos Sociais nº 15, Rio de Janeiro, dezembro de 1962.

_____ – “Os comunistas e a situação política nacional” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 12 a 18 de julho de 1963.

_____ – “Por um novo governo capaz de adotar soluções imediatas em favor do povo” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 11 a 17 de outubro de 1963.

_____ – “Os comunistas e a recomposição do governo” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 13 a 19 de dezembro de 1963.

_____ – “Por um governo que faça as reformas de base” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 6 a 12 de março de 1964.

_____ – “Os comunistas e a situação política – intensificar as ações de massas para garantir a vitória do povo” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 27 de março a 2 de abril de 1964.

POMAR, Pedro – “Análise marxista ou apologia do capitalismo” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 6 a 12 de maio de 1960.

_____ – “A Burguesia, o Estado e as Teses” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 27 de maio a 2 de junho de 1960.

PRADO JÚNIOR, Caio – “Capitais estrangeiros e capitais nacionais” em Revista Brasiliense nº 18, São Paulo, julho/agosto de 1958.

_____ – “Os empreendimentos estrangeiros e o desenvolvimento nacional” em Revista Brasiliense nº 23, São Paulo, maio/junho de 1959.

_____ – “Nacionalismo e desenvolvimento” em Revista Brasiliense nº 24, São Paulo, julho/agosto de 1959.

_____ – “Contribuição para análise da questão agrária no Brasil” em Revista Brasiliense nº 28, São Paulo, março/abril de 1960.

_____ – “A Reforma Agrária e o momento nacional” em Revista Brasiliense nº 29, São Paulo, maio/junho de 1960.

_____ – “As Teses e a Revolução Brasileira” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edições de 10 a 16 de junho de 1960; 17 a 23 de junho de 1960; 24 a 30 de junho de 1960; 1 a 7 de julho de 1960; 8 a 14 de julho de 1960; 15 a 21 de julho de 1960; 22 a 28 de julho de 1960.

_____ – “Nova contribuição para análise da questão agrária no Brasil” em Revista Brasiliense nº 43, São Paulo, setembro/outubro de 1962.

_____ – “O Estatuto do Trabalhador Rural” em Revista Brasiliense nº 47, São Paulo, maio/junho de 1963.

_____ – A Revolução Brasileira, 1ª reimpressão, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1999.

PRESTES, Luiz Carlos – “Pela vitória da causa nacionalista e democrática nas eleições presidenciais” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 18 a 24 de março de 1960.

_____ – “Por uma justa linha política” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 29 de julho a 4 de agosto de 1960.

REIS FILHO, Daniel Aarão – “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964” em História do Marxismo no Brasil – Volume V. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60, Campinas, Editora da Unicamp, 2002.

RIDENTI, Marcelo – Em Busca do Povo Brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV, Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.

RODRIGUES, Leôncio Martins – “O PCB: os dirigentes e a organização” em FAUSTO, Boris (org.) – História Geral da Civilização Brasileira – Volume III. O Brasil Republicano – 3. Sociedade e Política (1930-1964), Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1991.

RUBIM, Antônio Albino Canelas – “Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil” em MORAES, João Quartim de (org.) – História do Marxismo no Brasil – Volume III. Teorias. Interpretações, Campinas, Editora da Unicamp, 1998.

SANTOS, Raimundo – Caio Prado Júnior na Cultura Política Brasileira, Rio de Janeiro, Mauad/FAPERJ, 2001.

SECCO, Lincoln – “Crise e estratégia em Gramsci” em DIAS, Edmundo Fernandes (e outros) – O Outro Gramsci, São Paulo, Xamã, 1996.

_____ – “Gramsci: hegemonia e pós-fordismo” em COGGIOLA, Osvaldo (org.) – História e Revolução, São Paulo, Xamã Editora, 1998.

SEGATTO, José Antônio – Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

SEMERARO, Giovanni – Gramsci e a Sociedade Civil, Petrópolis, Editora Vozes, 1999.

SODRÉ, Néson Werneck – Introdução à Revolução Brasileira, 3ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

_____ – O que deve se ler para conhecer o Brasil, 4ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.

_____ – Formação Histórica do Brasil, 9ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

SOFRI, Gianni – “O problema da revolução socialista nos países atrasados” em HOBBSAWM, Eric (org.) – História do Marxismo – Volume 8, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

STACCONI, Giuseppe – Gramsci – 100 anos: Revolução e Política, 3ª edição, Petrópolis, Vozes, 1990.

THOMPSON, E. P. – Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional, São Paulo, Cia. das Letras, 2002.

_____ – Historia Social y Antropologia, México, Instituto Mora, 1994.

TOLEDO, Caio Navarro de – O Governo Goulart e o Golpe de 64, 17ª reimpressão, São Paulo, Brasiliense, 1997.

_____ – “Intelectuais do ISEB, Esquerda e Marxismo” em MORAES, João Quartim de (org.) – História do Marxismo no Brasil – Volume III. Teorias. Interpretações, Campinas, Editora da Unicamp, 1998.

TROTSKY, Leon – A Revolução Permanente, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

TURCHETTO, Maria – “Antonio Negri e o triste fim do ‘operarismo italiano’” em Crítica Marxista nº 18, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2004.

VELLASCO, Domingos – “O Nacionalismo Econômico e a Coexistência Pacífica” em Revista Estudos Sociais nº 8, Rio de Janeiro, julho de 1960.

VINHAS, Moisés – “Aspectos da Vida e da Obra de Rui Facó” em Revista Estudos Sociais nº 18, Rio de Janeiro, novembro de 1963.

_____ – O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974), São Paulo, Editora Hucitec, 1982.

ZADÁN, Michel – “O grande *tournant*: o VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929)” em REIS FILHO, Daniel Aarão & Outros – História do Marxismo no Brasil – Volume I. O impacto das revoluções, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

WOOD, Ellen Meiksins – A Origem do Capitalismo, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.

_____ – Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico, São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

OBRAS CONSULTADAS

- AGGIO, Alberto (org.) – Gramsci: a vitalidade de um pensamento, São Paulo, Editora da UNESP, 1998.
- ANSART, Pierre - Ideologias, Conflitos e Poder, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- ANTUNES, Ricardo & RÊGO, Walquíria Leão (org.) – Lukács: um Galileu no Século XX, São Paulo, Boitempo Editorial, 1996.
- BANDEIRA, Moniz – O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964), 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- BARCELLOS, Jalusa – CPC: uma História de Paixão e Consciência, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1994.
- BETTI, Maria Sílvia – Oduvaldo Vinna Filho, São Paulo, Edusp, 1997.
- BEZERRA, Gregório – Memórias, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, 2 volumes.
- BOBBIO, Norberto - Dicionário de Política – Volume 1, 8ª edição, Brasília, Ed. UnB, 1995.
- _____ – Os Intelectuais e o Poder, São Paulo, Editora da UNESP, 1997.
- _____ – Ensaio sobre Gramsci, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1999.
- BOSI, Alfredo (org.) – Cultura Brasileira: Temas e Situações, São Paulo, Editora Ática, 1987.
- BOURDIEU, Pierre – O Poder Simbólico, Lisboa/Rio de Janeiro, DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.
- _____ – Razões Práticas: sobre a Teoria da Ação, Campinas, Papyrus Editora, 1996.
- BRANDÃO, Octávio – Combates e Batalhas – Memórias – 1º Volume, São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1978.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christinne – Gramsci e o Estado, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1980.
- CARDOSO, Ciro Flamarion – Ensaio Racionalistas, Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- CARONE, Edgard – O Marxismo no Brasil (das origens a 1964), Rio de Janeiro, Dois Pontos Editora, 1986.
- CAVALCANTI, Paulo – A Luta Clandestina (o caso eu conto como o caso foi) – memórias políticas, 4º volume, Recife, Editora Guararapes, 1985.
- COUTINHO, Carlos Néelson – Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas, Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2000.
- _____ – Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo, São Paulo, Cortez Editora, 2000.
- COUTINHO, C. N. & NOGUEIRA, M. A – Gramsci e a América Latina, 2ª edição, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1993.

DREIFUSS, René Armand – 1964: A Conquista do Estado, Petrópolis, Editora Vozes, 1981.

FAUSTO, Boris (org.) – História Geral da Civilização Brasileira, 4ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1990, volumes 9 e 10.

FERNANDES, Florestan – A Revolução Burguesa no Brasil, Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1976.

FREDERICO, Celso – “A presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade” em MORAES, João Quartim de (org.) – História do Marxismo no Brasil. Volume II. Os influxos teóricos. Campinas, Editora da Unicamp, 1995.

GARCIA, Marco Aurélio (org.) – As Esquerdas e a Democracia, 2ª edição, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1986.

GRAMSCI, Antonio – Concepção Dialética da História, 9ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

_____ – Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, 8ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

_____ – Os Intelectuais e a Organização da Cultura, 8ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

GRUPPI, Luciano – Tudo Começou com Maquiavel – as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci, 9ª edição, Porto Alegre, L&PM Editores, 1980.

_____ – O Conceito de Hegemonia em Gramsci, 3ª edição, Rio de Janeiro, Graal, 1991.

HOBBSAWN, Eric (org.) – História do Marxismo, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989, volumes 10, 11 e 12.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de – Impressões de Viagem – CPC. Vanguarda e Desbunde: 1960/70, Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

HOLLANDA, H. B. & GONÇALVES, M. A. – Cultura e Participação Política nos Anos 60, São Paulo, Brasiliense, 1982.

JOSÉ, Emiliano – Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar, São Paulo, Editora Casa Amarela, 1997.

KONDER, Leandro – Lukács, Porto Alegre, L&PM Editores, Coleção Fontes do Pensamento Político, 1980.

_____ – O Marxismo na Batalha das Idéias, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1984.

_____ – O Futuro da Filosofia da Práxis, 2ª edição, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1992.

LÖWY, Michael - Método Dialético e Teoria Política, 4ª edição, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989.

_____ – As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen, São Paulo, Cortez Editora, 1998.

- _____ – A Evolução Política de Lukács: 1909-1929, São Paulo, Cortez Editora, 1998.
- _____ (org.) – O Marxismo na América Latina, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- LUKÁCS, Georg – História e Consciência de Classe, Rio de Janeiro, Elfos Editora, 1989.
- MAZZEO, Antonio Carlos & LAGOVA, Maria Izabel (orgs.) – Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX, São Paulo, Cortez, 2003.
- MELLO, J. M. Cardoso de – O Capitalismo Tardio, São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MICELI, Sérgio (org.) – Estado e Cultura no Brasil, São Paulo, DIFEL, 1984.
- MORAES, Dênis de – Prestes com a Palavra, Campo Grande, Letra Livre, 1997.
- _____ – Vianinha – Cúmplice da Paixão: uma biografia de Oduvaldo Vianna Filho, Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.
- MORAES, Dênis de & VIANA, Francisco – Prestes: Lutas e Autocríticas, Rio de Janeiro, Mauad, 1997.
- MOTA, Carlos Guilherme – Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974), São Paulo, Editora Ática, 1990, 6ª edição.
- MOURA, Aristóteles – Capitais Estrangeiros no Brasil, 2ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1960.
- NETTO, José Paulo – Lukács: o guerreiro sem repouso, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.
- _____ (org.) – Lukács, São Paulo, Editora Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1992.
- ORTIZ, Renato – Cultura Brasileira e Identidade Nacional, SP, Brasiliense, 1985.
- PATRIOTA, Rosangela – Vianinha: um Dramaturgo no Coração de seu Tempo, São Paulo, Editora Hucitec, 1999.
- PANDOLFI, Dulce – Camaradas e Companheiros – História e Memória do PCB, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.
- PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) – 1922-1982: Memória Fotográfica, 2ª edição, São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.
- PÉCAULT, Daniel – Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o Povo e a Nação, São Paulo, Editora Ática, 1990.
- PORTANTIERO, Juan Carlos – Los Usos de Gramsci, México, Cuadernos de Pasado y Presente, Siglo XXI Editores, 1977.
- PORTELLI, Hugues – Gramsci e o Bloco Histórico, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1990.
- PRADO JÚNIOR, Caio – A Questão Agrária, 5ª edição, São Paulo, Brasiliense, 2000.
- REIS FILHO, Daniel Aarão – A Revolução Faltou ao Encontro – os comunistas no Brasil, 2ª

edição, São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

SADER, Emir – O Anjo Torto: esquerda e direita no Brasil, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1995.

SANTANA, Marco Aurélio – Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil, São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.

SIMIONATTO, Ivete – Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social, 2ª edição, São Paulo, Cortez Editora, 1999.

SKIDMORE, Thomas – Brasil: De Getúlio a Castelo, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982.

SOARES, Gláucio Ary Dillon & D'ARAUJO, Maria Celina (org.) – 21 Anos de Regime Militar – Balanços e Perspectivas, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SODRÉ, Néelson Werneck – Síntese de História da Cultura Brasileira, 8ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

VIANNA, Luiz Werneck – Liberalismo e Sindicato no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989, 3ª edição.

_____ – A Revolução Passiva, Rio de Janeiro, Editora Revan, 1997.

WILLIAMS, Raymond – Marxismo e Literatura, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

_____ – Cultura, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1992.

Periódicos:

Jornal Novos Rumos (1959-1964)

Acervo do Arquivo do Movimento Operário do Rio de Janeiro (AMORJ)

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS)/UFRJ

Revista Brasiliense (1956-1964)

Biblioteca do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – Sede Central – Rio de Janeiro

Revista Estudos Sociais (1958-1964)

Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro

Biblioteca do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – Sede Central – Rio de Janeiro

NOTAS À INTRODUÇÃO:

¹ OLIVEIRA, Francisco de – Crítica à Razão Dualista/O Ornitórrinco, São Paulo, Boitempo Editorial, 2003. O ensaio “A economia brasileira: crítica à razão dualista” foi publicado originalmente na revista *Estudos Cebrap* nº 2, de 1972, reeditado em *Seleções Cebrap* nº 1, em 1975 e transformado em livro pela editora Vozes, em 1981.

² FERREIRA, Jorge – “Sexta-feira 13 na Central do Brasil” em Revista Nossa História nº 5, São Paulo, Editora Vera Cruz/Biblioteca Nacional, março de 2004.

³ Idem, *ibidem*.

⁴ GRAMSCI, Antonio – Cadernos do Cárcere – Volume 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 60.

⁵ DIAS, Edmundo Fernandes – “Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos” em DIAS, Edmundo Fernandes (e outros) – O Outro Gramsci, São Paulo, Xamã, 1996, p. 119.

⁶ WOOD, Ellen – Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico, São Paulo, Boitempo Editorial, 2003, p. 16. Assim afirma a autora: “O marxismo como extensão da ideologia capitalista sempre existiu paralelamente ao materialismo histórico como teoria crítica, mas somente com o advento das ortodoxias stalinistas a versão crítica sofreu a ameaça de eclipse. Por razões específicas das circunstâncias da União Soviética e dos imperativos do rápido desenvolvimento econômico, do desenvolvimento das forças produtivas conforme o modelo de capitalismo industrial, e em resposta às pressões da economia capitalista internacional (sem falar nas pressões geopolíticas e militares), o determinismo tecnológico teve prioridade sobre o materialismo histórico e a história cedeu espaços para leis universais”. Idem, p. 17.

⁷ Idem, *ibidem*, p. 101.

⁸ *Ibidem*, p. 110.

⁹ STACCONE, Giuseppe – Gramsci – 100 anos: Revolução e Política, 3ª edição, Petrópolis, Vozes, 1990, p. 73.

¹⁰ Cf. COUTINHO, Carlos Nelson – “Teoria ‘ampliada’ do Estado” em Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999, pp. 121-143.

¹¹ GRAMSCI, Antonio – Cadernos do Cárcere – Volume 3, p. 331.

¹² Idem, *ibidem*, p. 41.

¹³ Idem, Cadernos – Volume 1, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999, p. 94.

¹⁴ THOMPSON, E. P. – Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional, São Paulo, Cia. das Letras, 2002, p. 20.

¹⁵ Idem, Historia Social y Antropologia, México, Instituto Mora, 1994, p. 78.

¹⁶ GRAMSCI, Antonio – Cadernos – Volume 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 53.

¹⁷ Idem, Cadernos – Volume 1, p. 399.

¹⁸ Idem, Cadernos – Volume 3, p. 18.

¹⁹ Idem, Cadernos – Volume 1, pp. 314/315.

²⁰ Idem, *ibidem*, pp. 95/96.

²¹ Idem, Cadernos – Volume 2, p. 25.

²² Idem, Cadernos – Volume 1, p. 260.

²³ Idem, *ibidem*, p. 116.

²⁴ *Ibidem*, p. 222.

²⁵ SECCO, Lincoln – “Crise e estratégia em Gramsci” em DIAS, Edmundo Fernandes (e outros) – O Outro Gramsci, São Paulo, Xamã, 1996, p. 93.

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 84.

²⁷ COUTINHO, Carlos Nelson – “O conceito de política nos *Cadernos do cárcere*” em COUTINHO, C. N. & TEIXEIRA, Andréa de Paula (organizadores) – Ler Gramsci, entender a realidade, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 78-79.

NOTAS AO CAPÍTULO I:

- ²⁸ HOBBSAWM, Eric – A Era dos Impérios, 3ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 80.
- ²⁹ FALCON, Francisco & MOURA, Gerson – A Formação do Mundo Contemporâneo, 12ª edição, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989, p. 73.
- ³⁰ MÉSZÁROS, István – O Século XXI: socialismo ou barbárie?, São Paulo, Boitempo Editorial, 2003, p. 33.
- ³¹ SECCO, Lincoln – “Gramsci: hegemonia e pós-fordismo” em COGGIOLA, Osvaldo (org.) – História e Revolução, São Paulo, Xamã Editora, 1998, p. 55.
- ³² BEAUD, Michel – História do Capitalismo: de 1500 aos nossos dias, 3ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1991, p. 195.
- ³³ Segundo o Barão Von Oppenheim, a respeito da crise financeira na Áustria e na Alemanha, “Em cinqüenta e seis anos, nunca houve uma crise tão prolongada.” Ibidem.
- ³⁴ HILFERDING, Rudolf – “O Capital Financeiro” em Os Pensadores: Hilferding, São Paulo, Abril Cultural, 1985, p. 232.
- ³⁵ Idem, ibidem.
- ³⁶ Ibidem, p. 234.
- ³⁷ CASTELLS, Manuel – A Teoria Marxista das Crises Econômicas e as Transformações do Capitalismo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 25.
- ³⁸ HILFERDING – op. cit., p. 273.
- ³⁹ Idem, ibidem, p. 279.
- ⁴⁰ Ibidem, p. 334.
- ⁴¹ GRAMSCI, Antonio – Democracia Operária, Coimbra, Centelha, 1976, p. 101 apud SECCO, Lincoln – “Gramsci: hegemonia e pós-fordismo” em COGGIOLA, Osvaldo (org.) – História e Revolução, São Paulo, Xamã Editora, 1998, p. 57.
- ⁴² SECCO, Lincoln – op. cit., p. 57.
- ⁴³ BEAUD, Michel – op. cit., p. 217.
- ⁴⁴ SECCO, Lincoln, “Crise e estratégia em Gramsci” em DIAS, Edmundo Fernandes (e outros) – O Outro Gramsci, São Paulo, Xamã, 1996, p. 83.
- ⁴⁵ ENGELS, F. – “Introdução” em MARX, K. – As Lutas de Classes na França (1848-1850), São Paulo, Global Editora, 1986, p. 33.
- ⁴⁶ Idem, ibidem, p. 36.
- ⁴⁷ Ibidem, p. 44.
- ⁴⁸ Conferir verbete **revolução** em BOTTOMORE, Tom – Dicionário do Pensamento Marxista, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988, p. 326.
- ⁴⁹ ANDERSON, Perry – “As Antinomias de Gramsci” em Afinidades Seletivas, São Paulo, Boitempo Editorial, 2002, p. 79.
- ⁵⁰ KAUTSKY – “Was Nun?” apud ANDERSON, op. cit., pp. 81-82.
- ⁵¹ ANDERSON – op. cit., p. 83.
- ⁵² Idem, ibidem, p. 81.
- ⁵³ Ibidem, p. 78.
- ⁵⁴ LÊNIN – Imperialismo, fase superior do capitalismo, São Paulo, Global, 1987, p. 14.
- ⁵⁵ Idem, ibidem, p. 125.
- ⁵⁶ DIAS, Edmundo Fernandes – Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia, São Paulo, Xamã, 2000, p. 120.
- ⁵⁷ Idem, ibidem, pp. 124-125.
- ⁵⁸ GRAMSCI, Antonio – La costruzione del Partito Comunista, 1923-1926, Turim, Einaudi, 1971 apud SEMERARO, Giovanni – Gramsci e a Sociedade Civil, Petrópolis, Editora Vozes, 1999, pp. 22-23.
- ⁵⁹ Ver a discussão sobre Estado ampliado x Estado restrito em COUTINHO, Carlos Nélon – Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios, São Paulo, Cortez Editora, 1994, pp. 13-69.
- ⁶⁰ Idem, ibidem, p. 52.
- ⁶¹ COUTINHO, Carlos Nelson – “Introdução” em GRAMSCI, A. – Escritos Políticos – Volume 1 (1910-1920), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004, pp. 18-19.
- ⁶² GRAMSCI, A. – Escritos Políticos – Volume 2 (1921-1926), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004, pp. 183-184.
- ⁶³ Idem, “Maximalismo e extremismo” em op. cit., p. 312.
- ⁶⁴ SEMERARO – op. cit., pp. 28-29.

-
- ⁶⁵ Idem, *ibidem*, p.30.
- ⁶⁶ COUTINHO, Carlos Nélon – Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios, São Paulo, Cortez Editora, 1994, pp. 36-37.
- ⁶⁷ GRAMSCI, A. – Escritos Políticos – Volume 2 (1921-1926), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004, pp. 390-391.
- ⁶⁸ Idem, Cadernos do Cárcere – Volume 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 36.
- ⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 37.
- ⁷⁰ *Ibidem*, p. 42.
- ⁷¹ *Ibidem*, p. 48.
- ⁷² *Ibidem*, p. 43.
- ⁷³ SECCO – *op. cit.*, p. 85.
- ⁷⁴ GRAMSCI, A. – Cadernos – Volume 3, p. 45.
- ⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 50.
- ⁷⁶ “Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim.” MARX, Karl – “Introdução à Crítica da Economia Política” em Os Pensadores: Marx, São Paulo, Editora Nova Cultural, 1996, p. 52.
- ⁷⁷ MARX, K. – “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução” em Temas de Ciências Humanas, São Paulo, Grijalbo, volume 2, 1977, p. 3.
- ⁷⁸ “Concreta e historicamente, com a ‘figura’ do *bloco histórico*, Gramsci define uma situação social formada de uma estrutura econômica vinculada, dialética e organicamente, às superestruturas jurídico-políticas e ideológicas”. STACCONE, Giuseppe – Gramsci – 100 anos: Revolução e Política, 3ª edição, Petrópolis, Vozes, 1990, p. 72.
- ⁷⁹ GRAMSCI, A. – Cadernos do Cárcere – Volume 1, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999, p. 238.
- ⁸⁰ Idem, Cadernos – Volume 3, p. 71.
- ⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 73.
- ⁸² COUTINHO, Carlos Nelson – Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999, p. 155.
- ⁸³ GRAMSCI, A. – “A situação italiana e as tarefas do PCI” em Escritos Políticos – Volume 2 (1921-1926), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004, pp. 356-357.
- ⁸⁴ Cf. verbete **internacionais** em BOTTOMORE, Tom – Dicionário do Pensamento Marxista, 2ª edição Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.
- ⁸⁵ GALLISSOT, René – “O imperialismo e a questão colonial e nacional dos povos oprimidos” em HOBSBAWM, Eric (org.) – História do Marxismo – Volume 8, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 231.
- ⁸⁶ Idem, *ibidem*, p. 236.
- ⁸⁷ *Ibidem*, p. 237.
- ⁸⁸ LÊNIN, V.I. – “II Congresso da Internacional Comunista – Relatório da Comissão sobre as questões nacional e colonial – 26 de julho” em Obras Escolhidas – Volume 3, São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1980, p. 384. Esta idéia foi retomada por Trotsky para justificar a sua tese em favor da “revolução permanente”. Cf. o texto “Sobre o salto por cima das etapas históricas” em TROTSKY, Leon – A Revolução Permanente, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, pp. 105-109.
- ⁸⁹ LÊNIN, V.I. – “Teses para o II Congresso da Internacional Comunista” em *op. cit.*, p. 355.
- ⁹⁰ Idem, “II Congresso da Internacional Comunista – Relatório da Comissão sobre as questões nacional e colonial – 26 de julho” em *op. cit.*, p. 382.
- ⁹¹ Idem, Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática, Lisboa, Editorial Avante, 1978, pp. 41-42.
- ⁹² Idem, “A Doença Infantil do ‘Esquerdismo’ no Comunismo” em *op. cit.*, p. 310.
- ⁹³ Idem, *ibidem*.
- ⁹⁴ *Ibidem*, p. 302.
- ⁹⁵ *Ibidem*, p. 281.
- ⁹⁶ *Ibidem*.
- ⁹⁷ *Ibidem*, p. 330.
- ⁹⁸ *Ibidem*, p. 337.

⁹⁹ GALLISSOT, René, *op. cit.*, p. 247.

¹⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 248.

¹⁰¹ *Ibidem*, pp. 254-255.

¹⁰² *Ibidem*, p. 264.

¹⁰³ SEGATTO, José Antônio – Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, p. 97.

¹⁰⁴ MAZZEO, Antonio Carlos – Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil, Marília/São Paulo, Unesp-Marília-Publicações/Boitempo Editorial, 1999, p. 43.

¹⁰⁵ ZAIDÁN, Michel – “O grande *tournant*: o VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929)” em REIS FILHO, Daniel Aarão & Outros – História do Marxismo no Brasil – Volume I. O impacto das revoluções, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p. 92.

¹⁰⁶ Cf. SOFRI, Gianni – “O problema da revolução socialista nos países atrasados” em HOBSBAWM, Eric (org.) – História do Marxismo – Volume 8, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, pp. 340-373.

¹⁰⁷ ZAIDÁN, Michel – *op. cit.*, p. 93.

¹⁰⁸ Idem, *ibidem*, p. 95.

¹⁰⁹ MAZZEO, Antonio Carlos - *op. cit.*, p. 47.

¹¹⁰ AGOSTI, Aldo – “O mundo da Terceira Internacional: os ‘estados-maiores’” em HOBSBAWM, Eric (org.) – História do Marxismo – Volume 6, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 142.

¹¹¹ Idem, *ibidem*, p. 145.

¹¹² MORAES, João Quartim de – “A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro” em REIS FILHO, Daniel Aarão & Outros – História do Marxismo no Brasil – Volume I. O impacto das revoluções, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p. 54.

¹¹³ Idem, *ibidem*, p. 59.

¹¹⁴ *Ibidem*, pp. 57-58.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 64.

NOTAS AO CAPÍTULO II:

¹¹⁶ Dos nove fundadores do PC, delegados nacionais representando os agrupamentos comunistas existentes em algumas cidades brasileiras (Distrito Federal, Niterói, São Paulo, Recife, Cruzeiro e Porto Alegre), oito eram egressos do anarco-sindicalismo: o fluminense Astrojildo Pereira; o professor pernambucano Cristiano Cordeiro; o gráfico paulista João da Costa Pimenta; o sapateiro e operário da construção civil pernambucano, morador do Rio de Janeiro, José Elias da Silva; o alfaiate sergipano, também trabalhador do Rio, Joaquim Barbosa; o vassoureiro fluminense Luis Peres; o eletricitista de Cruzeiro, Minas Gerais, Hermogêneo da Silva; o barbeiro de Porto Alegre Abílio de Nequete. Somente o alfaiate espanhol Manoel Cendón não tinha origem anarquista, mas socialista. A Comissão Central Executiva ficou formada por Abílio de Nequete, escolhido Secretário-Geral, Astrojildo Pereira, Antônio Bernardo Canellas, Luis Peres e Antônio Gomes da Cruz, com Cristiano Cordeiro, Rodolfo Coutinho, Antônio de Carvalho, Joaquim Barbosa e Manoel Cendón na suplência. O I Congresso dos comunistas brasileiros foi convocado às pressas para que houvesse tempo hábil de enviar uma delegação ao IV Congresso da Internacional Comunista, marcado para novembro daquele ano em Moscou. Cf. PANDOLFI, Dulce – Camaradas e companheiros – história e memória do PCB, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995, pp. 70-71.

¹¹⁷ RUBIM, Antônio Albino Canelas – “Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil” em MORAES, João Quartim de (org.) – História do Marxismo no Brasil – Volume III. Teorias. Interpretações, Campinas, Editora da Unicamp, 1998, p. 312.

¹¹⁸ Em função das crescentes rivalidades com os anarquistas nos anos de 1923-24, o PCB realizou alianças com setores reformistas do sindicalismo, obtendo por isso acesso a uma coluna denominada “Seção Operária” no jornal conservador *O Paiz*, espaço em que Octávio Brandão publicou textos de Lênin, documentos da Internacional Comunista e artigos de sua autoria. Cf. DEL ROIO, Marcos – “Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil” em Revista Crítica Marxista nº 18, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2004, p. 120.

¹¹⁹ RUBIM, Antônio Albino Canelas – *op. cit.*, p. 313.

¹²⁰ Cf. FEIJÓ, Martin Cezar – O Revolucionário Cordial: Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural, São Paulo, Boitempo Editorial, 2001, pp. 19-22.

¹²¹ Somente em 1945 Astrojildo Pereira retomaria a militância nos quadros do partido, passando a colaborar intensamente com a imprensa comunista, como diretor das revistas *Literatura*, *Problemas do Socialismo* e *Estudos Sociais* e como colaborador do jornal *Imprensa Popular* e da revista *Novos Rumos*. Morreria no Rio de Janeiro em 1965, meses após ter sido preso com a instauração do golpe militar de 1964, ocasião em que já se encontrava com o estado de saúde precário. Cf. verbete sobre Astrojildo Pereira do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro elaborado pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em:

http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_astrojildopereira.htm.

¹²² Em Viçosa, Octávio Brandão fez parte do grupo que se reunia em torno do periódico *Tribuna do Povo*, dirigido por Antonio Bernardo Canellas, o qual, em 1922, seria eleito para a Comissão Executiva do Partido Comunista do Brasil. Em Maceió, foi um dos diretores de outro jornal editado pelo mesmo Canellas a partir de 1917, *A Semana Social*, que dava apoio ao movimento operário e às greves que sacudiam o país. Cf. DEL ROIO, Marcos – *op. cit.*, p. 116.

¹²³ Com o processo de desestalinização em curso dentro do PCB, Octávio Brandão retomou as atividades de militante e intelectual, escrevendo para o *Imprensa Popular* e para a revista *Brasiliense*, sem jamais ter conseguido, entretanto, voltar a ocupar lugar de destaque nos quadros partidários. Faleceu em 1980, aos 84 anos. Cf. AMARAL, Roberto Mansilla – “Uma voz destoante no PCB: Octávio Brandão, militante e intelectual (1924-1957)” em REIS FILHO, Daniel Aarão (org.) – *Intelectuais, História e Política (séculos XIX e XX)*, Rio de Janeiro, Sete Letras, 2000, pp. 98- 136.

¹²⁴ Enquanto João Quartim de Moraes aponta para a “substancial convergência do marxismo de Brandão com o marxismo de Stalin” no texto “O ‘marxismo-leninismo’ e a ‘dialética staliniana’ em *Agrarismo e Industrialismo*” (em REIS FILHO, Daniel Aarão & Outros – *História do Marxismo no Brasil – Volume I. O impacto das revoluções*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, pp. 76-80), Marcos Del Roio afirma que seria por demais precipitado atribuir a forma de argumentação e de raciocínio de Brandão, tendendo à sistematização e ao esquema linear, a uma incorporação de textos ou métodos de Stalin: “É mais fácil localizar essas carências do livro de Octávio Brandão na sua própria trajetória intelectual de um apaixonado pelas ciências da natureza, pelo progresso e pela ciência como remédio para os piores males que assolam a humanidade”, ou seja, numa perspectiva de fundo positivista, “que permeou toda a reflexão socialmente progressiva no Brasil, esteve presente não só na juventude militar em suas ações voltadas para o progresso social, mas também na cultura operária de estampa anarco-sindicalista” (DEL ROIO, Marcos – *op. cit.*, p. 122).

¹²⁵ O livro, trazendo o subtítulo de *Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de S. Paulo e a guerra de classes no Brasil*, foi publicado em abril de 1926, ficticiamente em Buenos Aires, para burlar a repressão política. Foi assinado por um também fictício oficial alemão que teria participado da revolta tenentista de 1924 em São Paulo. Tratava-se de um texto encomendado a Brandão por Astrojildo Pereira logo após a rebelião, com vistas a esclarecer, do ponto de vista do marxismo, os recentes acontecimentos políticos no país. DEL ROIO, Marcos – *op. cit.*, p. 121.

¹²⁶ MAZZEO, Antonio Carlos – *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*, Marília/São Paulo, Unesp-Marília-Publicações/Boitempo Editorial, 1999, p. 55.

¹²⁷ VINHAS, Moisés – *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*, São Paulo, Editora Hucitec, 1982, p. 8.

¹²⁸ PANDOLFI, Dulce – *op. cit.*, p. 87.

¹²⁹ MAZZEO, Antonio Carlos – *op. cit.*, p. 56.

¹³⁰ ZAIDÁN, Michel – “O grande *tourant*: o VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929)” em REIS FILHO, Daniel Aarão & Outros – *História do Marxismo no Brasil – Volume I. O impacto das revoluções*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p. 99.

¹³¹ DEL ROIO, Marcos – “Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940)” em RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão – *História do Marxismo no Brasil – Volume V. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*, Campinas, Editora da Unicamp, 2002, pp. 34-35.

¹³² VINHAS, Moisés – *op. cit.*, p. 12.

¹³³ MAZZEO, Antonio Carlos – *op. cit.*, p. 57.

¹³⁴ DASSÚ, Marta – “Frente única e frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista” em HOBBSAWM, Eric (org.) – *História do Marxismo – Volume 6*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 322-323.

¹³⁵ DEL ROIO, Marcos – *op. cit.*, p. 50.

¹³⁶ Idem, *ibidem*, p. 59.

¹³⁷ *Ibidem*, p. 61.

¹³⁸ RODRIGUES, Leôncio Martins – “O PCB: os dirigentes e a organização” em FAUSTO, Boris (org.) – História Geral da Civilização Brasileira – Volume III. O Brasil Republicano – 3. Sociedade e Política (1930-1964), Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1991, p. 404.

¹³⁹ Artigo de Fernando Lacerda, uma prestigiosa liderança comunista dos anos trinta, publicado na influente revista *Diretrizes*, de Samuel Wainer, provocaria impacto, e boa parte do trabalho reorganizatório cairia por terra. VINHAS, Moisés – op. cit., pp. 74-75.

¹⁴⁰ Idem, ibidem, p. 75.

¹⁴¹ RODRIGUES, Leôncio Martins – op. cit., p. 404.

¹⁴² Escreveu o artigo “Renovar o Partido e derrotar o antipartido”, publicado no veículo oficial do PCB em 27 de julho de 1957, na intenção de manter seu posto no núcleo dirigente do partido, o que não surtiu efeito. SEGATTO, José Antônio – Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, pp. 70-71.

¹⁴³ Arruda Câmara faleceu em 1979, vitimado por um ataque cardíaco, logo após retornar ao Brasil, com o benefício da anistia concedida aos perseguidos políticos do regime militar instaurado em 1964. CHILCOTE, Ronald H. – Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração, Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 186.

¹⁴⁴ Pedro Pomar foi um dos dirigentes do PC do B assassinados pelas forças da ditadura militar em 1976, quando policiais invadiram a casa em que se reuniam em São Paulo. Idem, ibidem, p. 188.

¹⁴⁵ RODRIGUES, Leôncio Martins – op. cit., p. 405.

¹⁴⁶ CHILCOTE, R. H. – op. cit., p. 187. Amazonas ajudou a fundar o PC do B em 1962, tornando-se seu dirigente mais destacado da Guerrilha do Araguaia até o ano de 2002, quando veio a falecer.

¹⁴⁷ RODRIGUES, Leôncio Martins – op. cit., p. 405.

¹⁴⁸ Co-fundador do PC do B em 1962, Grabois foi morto por tropas militares na Guerrilha do Araguaia, ao sul do Pará, em 1973. CHILCOTE, R. H. – op. cit., p. 187.

¹⁴⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão – “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964” em História do Marxismo no Brasil – Volume V. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60, Campinas, Editora da Unicamp, 2002, p. 72.

¹⁵⁰ MORAES, João Quartim de – “Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e crispções (1944-1954)” em MORAES, João Quartim de (org.) – História do Marxismo no Brasil. Volume III. Teorias. Interpretações. Campinas, Editora da Unicamp, 1998, p. 165.

¹⁵¹ Idem, ibidem, p. 185.

¹⁵² Ibidem, p. 186.

¹⁵³ REIS FILHO, Daniel Aarão – op. cit., p. 80.

¹⁵⁴ MORAES, João Quartim de – op. cit., p. 189.

¹⁵⁵ SEGATTO, José Antônio – op. cit., pp. 63-65.

¹⁵⁶ Ver CARONE, Edgard – A Quarta República (1945-1964), São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1980, pp. 497-508.

¹⁵⁷ RODRIGUES, Leôncio Martins – op. cit., p. 426.

¹⁵⁸ Em fevereiro de 1962, parte do grupo “conservador”, liderado por João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois, organizou uma Conferência Extraordinária dissidente, elegendo novo Comitê Central e mantendo o nome Partido Comunista do Brasil, com a sigla PC do B. Esta conferência recusou as críticas a Stalin e manteve-se fiel às teses contidas no Manifesto de Agosto de 1950 e do IV Congresso de 1954. PANDOLFI, Dulce – op. cit., pp. 179/181.

¹⁵⁹ O Manifesto foi redigido por Mário Alves, Giocondo Dias, Alberto Passos Guimarães, Jacob Gorender, Armênio Guedes, Dinarco Reis e Orestes Timbaúba, tendo sido aprovado com muita dificuldade no Comitê Central, por apenas um voto de diferença. Idem, ibidem, p. 183.

¹⁶⁰ “... a Bahia criara toda uma escola de quadros revolucionários, onde se destacavam, além do próprio Giocondo Dias, Carlos Marighella, João Falcão, Fernando Santana, Mário Alves, Almir Mattos, Armênio Guedes, Jacob Gorender, os quais, somados aos baianos ‘adotivos’ Alberto Passos Guimarães e Moisés Vinhas, compunham um dos grupos intelectuais mais sólidos de toda a história do PCB”. Cf. ALVES FILHO, Ivan – Giocondo Dias: uma vida na clandestinidade, Rio de Janeiro, Mauad, 1997, p. 65.

¹⁶¹ “Na Comissão da Declaração de Março éramos todos baianos, exceto Alberto Passos. Mas Alberto é alagoano e residiu em Salvador durante sete a oito anos. Quase baiano, portanto. Embora a breve existência da comissão nunca se tornasse pública, difundiram-se rumores sobre articulações entre seus membros. Acresce a aproximação que tínhamos com Marighella, baiano também empenhado na mudança da linha política. Daí nasceu a pequena história acerca do ‘grupo baiano’. Apesar de inicialmente jocosa, a história foi levada a sério pelos órgãos policiais e acabou encampada por sisudos historiadores

acadêmicos.” GORENDER, Jacob – Combate nas Trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada, São Paulo, Editora Ática, 1987, p. 31.

¹⁶² V. CHILCOTE, Ronald H. – op. cit., pp. 188-189 e NOVA, Cristiane & NÓVOA, Jorge – Carlos Marighella: o homem por trás do mito, São Paulo, Editora UNESP, 1999, pp. 46-67.

¹⁶³ GORENDER, Jacob – op. cit., p. 26. Mesma impressão tinha Marco Antônio Coelho: “foi uma das figuras mais inteligentes e cultas entre os comunistas brasileiros, dedicando sua vida à causa pelas transformações revolucionárias no País. De raciocínio ágil, era quase impossível vencê-lo num debate”. COELHO, Marco Antônio Tavares – Herança de um Sonho: as memórias de um comunista, Rio de Janeiro, Record, 2000, p. 167.

¹⁶⁴ CHILCOTE, Ronald H. – op. cit., p. 189.

¹⁶⁵ Cf. entrevista concedida por Jacob Grender à Revista Teoria & Debate n° 11, São Paulo, edição de julho/agosto/setembro de 1990, pp. 20-36.

¹⁶⁶ “A tese de mais de quinhentas páginas efetuava revolução copernicana nas ciências sociais brasileiras. Efetivamente, ao apresentar exaustivamente a defesa do caráter escravista colonial do passado brasileira, superava a falsa polêmica passado feudal–passado capitalista que dividira por décadas as ciências sociais e a esquerda brasileira. Sobre essa questão haviam se centrado alguns dos mais áspersos debates político-ideológicos no Brasil.” MAESTRI, Mário – “O Escravismo Colonial: a revolução copernicana de Jacob Grender” em Revista Espaço Acadêmico n° 35, abril de 2004, p. 5. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>.

¹⁶⁷ Para Marco Antônio, nenhum dos dirigentes do PCB com os quais conviveu revelou maior talento e sagacidade política do que Armênio Guedes, que apresentava, “particularmente nos momentos decisivos, a palavra mais lúcida, a previsão mais certa e as sugestões inovadoras”. COELHO, Marco Antônio Tavares – op. cit., p. 167.

¹⁶⁸ Cf. GUEDES, Armênio e Outros – O PCB no quadro atual da política brasileira (entrevistas concedidas a Pedro Del Picchia), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, p. 11; RUBIM, Antônio Albino Canelas – op. cit., pp. 315-321; MALIN, Mauro – “O jornalismo se tornou incapaz de falar de coisas boas para melhorá-las” – entrevista com Armênio Guedes em Observatório da Imprensa n° 45, edição de 20/05/1998. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/iq200598b.htm>.

¹⁶⁹ Cf. FREDERICO, Celso – “A Política Cultural dos Comunistas” em MORAES, João Quartim de (org.) – op. cit., pp. 275-304.

¹⁷⁰ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO – PCB: vinte anos de política, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p. 20.

¹⁷¹ Idem, ibidem, p. 22.

¹⁷² Ibidem, p. 5.

¹⁷³ Ibidem, p. 4.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 5.

¹⁷⁵ GORENDER, Jacob – Combate nas Trevas, p. 30.

¹⁷⁶ Idem, ibidem.

¹⁷⁷ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO – PCB: vinte anos de política, p. 6.

¹⁷⁸ Idem, ibidem, p.10.

¹⁷⁹ Ibidem, p. 16.

¹⁸⁰ LÊNIN, V.I. – Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática, Lisboa, Editorial Avante, 1978, p. 45.

¹⁸¹ MÉSZÁROS, István – Para Além do Capital, São Paulo, Boitempo Editorial/Editora da UNICAMP, 2002, pp. 551-552.

¹⁸² Idem, ibidem, p. 552.

¹⁸³ STALIN – “Economics Problems of Socialism in the URSS” apud MÉSZÁROS, I. – op. cit., p. 552.

¹⁸⁴ Idem, ibidem.

¹⁸⁵ MÉSZÁROS, István – op. cit., pp. 546-547.

¹⁸⁶ MATTOS, Marcelo Badaró – Trabalhadores e Sindicatos no Brasil, Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2002, p. 56.

¹⁸⁷ TOLEDO, Caio Navarro de – O Governo Goulart e o Golpe de 64, 17ª reimpressão, São Paulo, Brasiliense, 1997, p. 73.

¹⁸⁸ Idem, ibidem, p. 75.

¹⁸⁹ MATTOS, Marcelo Badaró – op. cit., p. 59.

¹⁹⁰ Idem, ibidem, p. 60.

- ¹⁹¹ FONTES, Paulo – “Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo: a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo (1957)” em FORTES, Alexandre e Outros – Na Luta por Direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho, Campinas, Ed. UNICAMP, 1999, p. 153.
- ¹⁹² MATTOS, Marcelo Badaró – Greves e Repressão Policial ao Sindicalismo Carioca (1945-1964), Rio de Janeiro, FAPERJ/Arquivo Público/RJ, 2003, p. 20.
- ¹⁹³ Idem, ibidem, p. 21.
- ¹⁹⁴ FONTES, Paulo – op. cit., pp. 164/165.
- ¹⁹⁵ COSTA, Hélio da – “Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953)” em FORTES, Alexandre e Outros – Na Luta por Direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho, Campinas, Ed. UNICAMP, 1999, p. 113.
- ¹⁹⁶ RIDENTI, Marcelo – Em Busca do Povo Brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV, Rio de Janeiro, Editora Record, 2000, p. 72.
- ¹⁹⁷ Idem, ibidem.
- ¹⁹⁸ COUTINHO, Carlos Nelson – “A Recepção de Gramsci no Brasil” em Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999, p. 284.
- ¹⁹⁹ Idem, ibidem.
- ²⁰⁰ FREDERICO, Celso – “A presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade” em MORAES, João Quartim de (org.) – História do Marxismo no Brasil. Volume II. Os influxos teóricos., Campinas, Editora da Unicamp, 1995, p. 189.
- ²⁰¹ RIDENTI, Marcelo – op. cit., p. 104.
- ²⁰² MORAES, Dênis de – A Esquerda e o Golpe de 64, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989, p. 51.
- ²⁰³ Idem, ibidem, pp. 52-53.
- ²⁰⁴ BIELSCHOWSKY, Ricardo – Pensamento Econômico Brasileiro (1930-1964): o ciclo ideológico do desenvolvimentismo, 4ª edição, Rio de Janeiro, Contraponto, 2000, p. 195.
- ²⁰⁵ RUBIM, Antônio Albino Canelas – op. cit., p. 323. As informações seguintes contidas neste ponto do capítulo foram igualmente retiradas do artigo citado de Antônio Rubim.
- ²⁰⁶ Ver MORAES, Dênis de – O Imaginário Vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53), Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1994.
- ²⁰⁷ RUBIM, Antônio Albino Canelas – op. cit., p. 319.
- ²⁰⁸ Idem, ibidem, p. 311.
- ²⁰⁹ “Os militantes se fechavam dentro de uma casa, e ficavam ali durante todo o tempo, de uma semana a um mês, ouvindo, lendo, discutindo e sendo sabatinados. Basicamente, o curso Stalin, com duração de um mês, constava de comentários sobre a União Soviética, tomando como ‘gancho’ a última obra de Stalin, *Problemas econômicos do socialismo na União Soviética*, repleta de erros teóricos e prognósticos não confirmados, como hoje se pode ver. Para nós, naquela época, era a última palavra do maior gênio da humanidade. Tratava-se de fortalecer nos militantes a fidelidade à pátria-mãe socialista, cuja defesa constituía princípio incondicional, incompatível com a mínima crítica ... Tudo na base de dados precários e raciocínios viciados. Eventualmente, textos dos autores clássicos do marxismo eram fornecidos para estudo e comentário.” Revista Teoria & Debate nº 11, São Paulo, julho/agosto/setembro de 1990, p. 28.
- ²¹⁰ Depoimento de Marco Antônio Coelho, que chegou a assumir o trabalho nacional de educação política entre 1953 e 1956, dá mais detalhes sobre a sistemática dos cursos: “Com a chegada de Diógenes Arruda, teve início o chamado ‘Curso Stalin’, que durava 30 dias, com aulas desse dirigente sobre nossa orientação política (...) A programação do curso seguia as seguintes normas: pela manhã, aula de quatro horas, com pequeno intervalo, uma exposição cansativa, quase um ditado, pois deveríamos tomar nota de tudo. O período da tarde era dividido em duas partes. Após o almoço e até às 16 horas, o tempo era destinado ao estudo individual. Depois, durante três horas, havia debate com temas apresentados por Arruda. Era a parte mais interessante, apesar de revelar claramente o interesse dele em embarçar os alunos, embora entre esses estivessem diversos dirigentes nacionais, como Pedro Pomar.” COELHO, Marco Antônio Tavares – op. cit., p. 144.
- ²¹¹ PRESTES, Luiz Carlos – “É Necessário Combater e Desmascarar os Defensores e Porta-Vozes do Nacional-reformismo” em Voz Operária, 28/04/1956 apud SANTOS, Raimundo – Caio Prado Júnior na Cultura Política Brasileira, Rio de Janeiro, Mauad/FAPERJ, 2001, p. 179.
- ²¹² Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior, advogado mineiro, destacou-se como jornalista do *Estado de Minas* na juventude, quando se envolveu com a Aliança Nacional Libertadora e foi preso durante o Estado Novo. Em 1946, passou a dirigir o diário comunista de Minas *Jornal do Povo* e, em 1947, foi eleito vereador em Belo Horizonte. Na década de 1950, transferiu-se para o Rio a fim de assumir a atividade de propaganda do PCB, do qual tornou-se um dos principais dirigentes nacionais entre 1959 e

1975, quando foi assassinado pela ditadura militar em circunstâncias não esclarecidas até hoje. Seu corpo nunca foi localizado. Estudioso da questão agrária, o sergipano Fragmon Carlos Borges destacou-se como quadro do PCB de Pernambuco, tendo se tornado, depois de 1959, pessoa-chave na direção de *Novos Rumos*. Morreu em São Paulo, vítima de um infarto fulminante, quando vivia na clandestinidade imposta pelo regime militar de 1964. COELHO, Marco Antônio Tavares – *op. cit.*, pp. 75-76; 156.

²¹³ RUBIM, Antônio Albino Canelas – *op. cit.*, p. 321.

²¹⁴ KONDER, Leandro – *A Democracia e os Comunistas no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal, 1980, p. 111.

²¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 328.

²¹⁶ DÓRIA, Carlos Alberto – “O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira” em MORAES, João Quartim de (org.) – *História do Marxismo no Brasil. Volume III*, p. 215. A influência marcante das idéias de Alberto Passos Guimarães junto à militância do PCB, principalmente quanto às análises relativas à questão agrária brasileira, pode ser medida, em parte, pela quantidade de artigos seus publicados na revista *Estudos Sociais* abordando o assunto: “Um capítulo da propriedade agrária – a sesmaria” (*Estudos Sociais* n° 5, março/abril de 1959); “Alguns aspectos da formação dos engenhos e das fazendas” (n° 6, maio/setembro de 1959); “A questão agrária brasileira – declarações prestadas à Comissão de Reforma Agrária da Câmara dos Deputados” (n° 14, setembro de 1962) e “A concentração da produção e das rendas na economia brasileira” (n° 19, fevereiro de 1964).

²¹⁷ MORAES, Dênis de – *A esquerda e o golpe de 64*, p. 305.

²¹⁸ “Nesse período de 1943 a 1944, entre sua passagem por Salvador e já na sua volta ao Rio de Janeiro, é que se torna possível visualizar a conformação da hipótese de que esse é o momento em que o historiador se aproximou do PCB, e em que poderia ter sido considerado um membro ...”, para o que teriam sido fundamentais os contatos com Jorge Amado, Alberto Passos Guimarães, Fernando Santanna e Valério Konder, além de sua passagem pelo *Diário de Notícias* (para o qual colaborou com artigos), que tinha em sua redação os comunistas Rui Facó, Almir Matos e Jacob Gorender. CUNHA, Paulo Ribeiro da – *Um Olhar à Esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Néelson Werneck Sodré*, Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Revan/FAPESP, 2002, p. 205.

²¹⁹ Idem, *ibidem*, pp. 208; 232 e 248.

²²⁰ Cf. Obituário de Néelson Werneck Sodré publicado em *Jornal do Brasil*, edição de 14/01/1999. Disponível em: <http://200.255.13.10/cgi-bin/folioisa.dll/JB1999.nfo/query=nelson+werneck+sodre>.

²²¹ Miglioli publicou *Como são feitas as greves no Brasil* (Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do Povo, 1963), *Michael Kalecki* (São Paulo, Editora Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1980), *Dinâmica Econômica do Capitalismo Contemporâneo: homenagem a M. Kalecki* (São Paulo, Editora Brasiliense, 2001), dentre outros livros, artigos de revistas, traduções e resenhas. Dados disponíveis em: <http://www.fclar.unesp.br/soc/jorge.htm>.

²²² KONDER, Leandro – “As Reportagens Proibidas” em *Jornal Novos Rumos*, Rio de Janeiro, edição de 4 a 10 de outubro de 1963, p. 5.

²²³ Publicou *Raízes do Atraso, A Concentração da Renda no Brasil, Classes e Camadas Sociais no Brasil*, dentre outros livros da citada coleção, editada na segunda metade da década de 1970.

²²⁴ VINHAS, Moisés – “Aspectos da Vida e da Obra de Rui Facó” em *Revista Estudos Sociais* n° 18, Rio de Janeiro, novembro de 1963, p. 138. Artigo publicado a partir da transcrição de palestra pronunciada por Moisés Vinhas, em junho daquele ano, na União Brasileira de Escritores, Seção São Paulo, como homenagem ao cinquentenário de nascimento de Rui Facó.

²²⁵ Rui Facó faleceu em 15 de março de 1963, no desastre aéreo do Lóide Aéreo Boliviano, quando, realizando reportagens pela América Latina para o jornal *Novos Rumos*, viajava do Chile para a Bolívia. Cf. *Jornal Novos Rumos*, Rio de Janeiro, edição de 22 a 28 de março de 1963.

²²⁶ COUTINHO, Carlos Néelson – “Um filósofo democrático” em *Leandro Konder: a revanche da dialética*, São Paulo, Boitempo Editorial/Editora da UNESP, 2002, p. 18.

²²⁷ Quando a Assessoria Parlamentar precisou deslocar-se para Brasília, passou a colaborar na ligação do grupo como os parlamentares a jornalista Maria da Graça Dutra, que havia se transferido para a nova capital a fim de trabalhar no *Correio Braziliense*. Encarregada da cobertura no plenário da Câmara dos Deputados, assumiu também a redação de *Novos Rumos*. Comunista de longa data e conhecedora dos segredos do poder, foi implacavelmente perseguida pela ditadura militar. COELHO, Marco Antônio Tavares – *op. cit.*, pp. 203-208.

²²⁸ Idem, *ibidem*, p. 485.

²²⁹ FALCÃO, João – *O Partido Comunista que eu conheci (vinte anos de clandestinidade)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988, p. 266.

²³⁰ Idem, *ibidem*, p. 381.

²³¹ GORENDER, Jacob – “Do pecado original ao desastre de 1964” em D’INCAO, Maria Ângela (org.) – História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior, São Paulo, Ed. UNESP/Brasiliense, 1989, pp. 267-268.

²³² Cf. verbete sobre Caio Prado Júnior do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_caiopradojunior.htm.

²³³ “A guerra havia efetivamente unido todas as forças que faziam da implantação da democracia o seu objetivo político; comunistas, socialistas e democratas-cristãos; unidos não somente para a vitória, mas depois desta, para a reconstrução dos países devastados pela guerra e a edificação de um mundo novo, do qual os males que haviam levado a humanidade à catástrofe da Segunda guerra mundial seriam eliminados (...) Sem tirar desta política as conclusões falsas do browderismo, foi ela que norteou a ação dos comunistas durante a guerra e da qual resultaram os primeiros governos de união nacional, logo após o seu término (...) No Brasil essas idéias tomavam vulto num grande movimento popular pela anistia.” CHAVES NETO, Elias – Minha vida e as lutas de meu tempo, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1978, pp. 70-71.

²³⁴ Cf. “Sobre o Autor”. Idem, *ibidem*, pp. IX e X.

NOTAS AO CAPÍTULO III:

²³⁵ MARIGHELLA, Carlos – “Alguns aspectos da renda da terra no Brasil” em Revista Estudos Sociais n° 1, Rio de Janeiro, maio/junho de 1958, p. 17.

²³⁶ Idem, *ibidem*, p. 43.

²³⁷ *Ibidem*, p. 19.

²³⁸ *Ibidem*, p. 22.

²³⁹ *Ibidem*, p. 20.

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 22.

²⁴¹ *Ibidem*, p. 25.

²⁴² *Ibidem*, p. 32.

²⁴³ *Ibidem*, p. 43.

²⁴⁴ GUIMARÃES, Alberto Passos – “A Questão Agrária Brasileira” em Revista Estudos Sociais n° 14, Rio de Janeiro, setembro de 1962, p. 167.

²⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 170.

²⁴⁶ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO – PCB: vinte anos de política, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p. 5.

²⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 41.

²⁴⁸ Cf. DÓRIA, Carlos Alberto – *op. cit.*, pp. 214 e 221.

²⁴⁹ PRADO JÚNIOR, Caio – A Revolução Brasileira, 1ª reimpressão, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1999, p. 67.

²⁵⁰ Idem, “Contribuição para análise da questão agrária no Brasil” em Revista Brasiliense n° 28, São Paulo, março/abril de 1960, p. 199.

²⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 205.

²⁵² *Ibidem*, p. 216.

²⁵³ FACÓ, Rui – “Notas sobre o Problema Agrário” em Revista Estudos Sociais n° 11, Rio de Janeiro, dezembro de 1961, p. 307.

²⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 309.

²⁵⁵ ALVES, Mário – “Dois caminhos da reforma agrária” em Revista Estudos Sociais n° 13, Rio de Janeiro, junho de 1962, p. 22.

²⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 31.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 32.

²⁵⁸ PRADO JÚNIOR, Caio – “Nova contribuição para análise da questão agrária no Brasil” em Revista Brasiliense n° 43, São Paulo, setembro/outubro de 1962, p. 26.

²⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 19.

²⁶⁰ *Ibidem*, p. 32.

²⁶¹ *Ibidem*, p. 42.

²⁶² WOOD, Ellen – Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico, São Paulo, Boitempo Editorial, 2003, p. 101.

²⁶³ Idem, *ibidem*, p. 109.

²⁶⁴ *Ibidem*, p. 110.

²⁶⁵ Cf. COUTINHO, Carlos Nelson – “Uma via ‘não clássica’ para o capitalismo” em D’INCAO, Maria Ângela (org.) – *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*, São Paulo, Ed. UNESP/Brasiliense, 1989, pp. 115-131.

²⁶⁶ Publicado em *Revista Estudos Sociais* nº 2, Rio de Janeiro, julho/agosto de 1958.

²⁶⁷ Em artigo publicado no primeiro número da revista, o autor já atacava as análises do Grupo Misto BNDE/CEPAL, que julgava ter demonstrado “a força da contribuição dos fatores externos no processo de desenvolvimento econômico”, utilizando “artifício estatístico” com base no instrumental teórico keynesiano, a partir do que era afirmada a tese de um crescimento “excepcionalmente intenso” da economia brasileira na década de 1945/54, lógica usada para justificar políticas de redução no ritmo da industrialização e na taxa de investimentos, vistas como causadoras do processo inflacionário em curso. O autor contestava o raciocínio dos economistas keynesianos, que apregoavam o acentuado desenvolvimento da renda per capita naquele período, sem que isso refletisse o padrão real de vida da população, marcado pelas profundas desigualdades sociais. PAZ, Moacyr – “Sobre os problemas do desenvolvimento econômico” em *Revista Estudos Sociais* nº 1, Rio de Janeiro, maio/junho de 1958, pp. 5-16.

²⁶⁸ As “cadeias do imperialismo” espalhavam-se por diversos setores, tais como: a indústria de material elétrico, os serviços de telefonia, calefação e gás (domínio da Brazilian Traction e da Bond and Share); a indústria pesada de artefatos de borracha (Firestone, Good Year, Dunlop, Pirelli); as indústrias de montagem de veículos (Ford, General Motors, Mercedes Benz, etc), de material elétrico (General Electric, RCA Vitor, Westinghouse, etc), de alimentação e refrigerantes (Nestlé, Anglo, Armour, Swift, Wilson, Coca-Cola, etc); o comércio exportador, notadamente os setores do café e do algodão (Anderson Clayton, American Coffee, SANBRA) e o setor de minérios (United States Steel, Bethlehem Steel); o comércio atacadista dos derivados do petróleo (domínio das empresas do grupo Rockfeller – Esso, Atlantic e Texaco, da Gulf Oil Co. e da anglo-holandesa Shell). Idem, “Capitais Estrangeiros – fator limitante de desenvolvimento” em *Estudos Sociais* nº 2, Rio de Janeiro, julho/agosto de 1958, pp. 150-151.

²⁶⁹ Idem, ibidem, p. 152.

²⁷⁰ Ibidem, p. 153.

²⁷¹ “Uma pesquisa sobre as empresas de capital estrangeiro (notas taquigráficas de uma palestra de Gilberto Paim)” em *Revista Estudos Sociais* nº 7, Rio de Janeiro, março de 1960, p. 283.

²⁷² Idem, ibidem, p. 286.

²⁷³ Ibidem, p. 287.

²⁷⁴ Segundo Néelson Werneck Sodré: “Obra fundamental, a do economista Aristóteles Moura apresenta, analisa, informa e discute o problema fundamental dos capitais estrangeiros em nosso país, mostrando o seu movimento (entradas e saídas), o reinvestimento, o capital existente, os capitais nacionais administrados por empresas estrangeiras, as taxas de lucros, as transferências e os empréstimos. Obra insubstituível, no gênero”. SODRÉ, N. Werneck – *O que deve se ler para conhecer o Brasil*, 4ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973, p. 214. O livro de Moura, publicado pela Editora Brasiliense, com primeira edição em 1959 e a segunda, em 1960, aprofundava os temas abordados por seus artigos na revista *Estudos Sociais*.

²⁷⁵ Segundo Ricardo Bielschowsky, a obra *Capitais Estrangeiros no Brasil* “constituiu o principal esforço da corrente socialista em reunir e sistematizar informações e argumentos contrários à absorção de capitais estrangeiros no país. A questão das remessas é central no roteiro do livro (...)”. BIELSCHOWSKY, Ricardo – *Pensamento Econômico Brasileiro (1930-1964): o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, 4ª edição, Rio de Janeiro, Contraponto, 2000, p. 199.

²⁷⁶ MOURA, Aristóteles – “Capitais nacionais administrados por empresas americanas” em *Revista Estudos Sociais* nº 3-4, Rio de Janeiro, setembro/dezembro de 1958, p. 271.

²⁷⁷ Idem, ibidem, p. 272.

²⁷⁸ BIELSCHOWSKY, Ricardo – *op. cit.*, p. 199.

²⁷⁹ Cf. “Notas sobre o imperialismo no Brasil: empréstimos e empresas estrangeiras” em *Revista Estudos Sociais* nº 17, Rio de Janeiro, junho de 1963, pp. 3-18.

²⁸⁰ MOURA, Aristóteles – “O projeto sobre capitais estrangeiros” em *Revista Estudos Sociais* nº 13, Rio de Janeiro, junho de 1962, p. 3.

²⁸¹ Idem, ibidem, p. 9.

²⁸² Ibidem, p. 7.

²⁸³ GORENDER, Jacob – “A espoliação do povo brasileiro pela finança internacional” em *Revista Estudos Sociais* nº 6, Rio de Janeiro, maio-setembro de 1959, p. 131.

²⁸⁴ Idem, ibidem, p. 134.

-
- ²⁸⁵ Ibidem, p. 136.
- ²⁸⁶ Gorender cita o exemplo da construção da hidrelétrica de Furnas, empreendimento estatal realizado em associação com as filiais da Brazilian Traction e da Bond and Share, que “compartilhavam o monopólio da distribuição de energia elétrica nas áreas industriais mais importantes do Brasil”. Idem, ibidem, p. 138.
- ²⁸⁷ Ibidem, p. 140.
- ²⁸⁸ Ibidem, pp. 141-142.
- ²⁸⁹ Ibidem, p. 144.
- ²⁹⁰ Ibidem, p. 148.
- ²⁹¹ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO – PCB: vinte anos de política, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p. 13.
- ²⁹² TURCHETTO, Maria – “Antonio Negri e o triste fim do ‘operarismo italiano’” em Crítica Marxista nº 18, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2004, p. 86.
- ²⁹³ MIGLIOLI, Jorge – “Sociologia Oficial versus desenvolvimento econômico” em Revista Estudos Sociais nº 8, Rio de Janeiro, julho de 1960, pp. 425-426. Na revista *Estudos Sociais*, escreveu outro ensaio, publicado no nº 7 (março de 1960), “Um debate sobre o capitalismo atual”, no qual criticava o economista liberal inglês John Strachey, que propunha uma revisão de determinados pontos da teoria econômica marxista. Também escreveu a resenha do livro *Capitalismo*, de J. Kenneth Galbraith, no nº 9 (outubro de 1960) da revista.
- ²⁹⁴ PRADO JÚNIOR, Caio – “Capitais estrangeiros e capitais nacionais” em Revista Brasiliense nº 18, São Paulo, julho/agosto de 1958, p. 40.
- ²⁹⁵ Idem, “Os empreendimentos estrangeiros e o desenvolvimento nacional” em Revista Brasiliense nº 23, São Paulo, maio/junho de 1959, p. 5.
- ²⁹⁶ Idem, “Nacionalismo e desenvolvimento” em Revista Brasiliense nº 24, São Paulo, julho/agosto de 1959, p. 11.
- ²⁹⁷ Idem, ibidem, p. 15.
- ²⁹⁸ COUTINHO, Carlos Néelson – op. cit., p. 129.
- ²⁹⁹ ALVES, Mário – “3 de Outubro e o Movimento Nacionalista” em Revista Estudos Sociais nº 3-4, Rio de Janeiro, setembro/dezembro de 1958, p. 259.
- ³⁰⁰ Idem, ibidem, p. 260.
- ³⁰¹ Ibidem, p. 264.
- ³⁰² Ibidem, p. 265.
- ³⁰³ CHAVES NETO, Elias – “O Espectro da Crise” em Revista Brasiliense nº 17, São Paulo, maio/junho de 1958, pp. 3-4.
- ³⁰⁴ Idem, ibidem, p. 1.
- ³⁰⁵ Ibidem, p. 5.
- ³⁰⁶ Ibidem, p. 12.
- ³⁰⁷ Idem, “O Pan-Americanismo do Sr. Juscelino Kubitschek” em Revista Brasiliense nº 18, São Paulo, julho/agosto de 1958, p. 1.
- ³⁰⁸ Idem, ibidem, p. 3. No poder, o político argentino revelaria sua verdadeira face: “Frondizi se transformou num bonzo a serviços dos monopólios internacionais dos Estados Unidos. Traiu todos os princípios pelos quais dizia combater como candidato a Presidente da República. Curvou-se à pressão dos trustes norte-americanos – de petróleo, seguindo uma política petrolífera contrária àquela que ele próprio advogava em favor da nacionalização dessa riqueza nacional”, além de ter decretado, em um ano apenas de governo, sucessivos estados de sítio para golpear as organizações populares, segundo a matéria “Frondizi contra Frondizi” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 24 a 30/04/1959, p. 2.
- ³⁰⁹ SODRÉ, Néelson Werneck – Introdução à Revolução Brasileira, 3ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p. 165. A revista *Estudos Sociais* publicou resenha elogiosa da obra, afirmando que, através dela, Sodré pretendia “demonstrar que, nos dias que correm, se articulam forças capazes de promover a Revolução Brasileira, forças essas até então impossibilitadas de manifestar-se em decorrência do passado colonial e da ausência da revolução burguesa em nosso desenvolvimento histórico. Como solução formal, lembra o autor a ampliação do regime democrático e, como solução de fundo, recomenda a política nacionalista para os problemas de exploração econômica de nossas riquezas.” LUCAS, Fábio – “À Margem da Revolução Brasileira” em Revista Estudos Sociais nº 3-4, Rio de Janeiro, setembro/dezembro de 1958, p. 363.
- ³¹⁰ SODRÉ, Néelson Werneck – op. cit., p. 180.
- ³¹¹ Idem, ibidem.
- ³¹² Ibidem, p. 181.

- ³¹³ TOLEDO, Caio Navarro de – “Intelectuais do ISEB, Esquerda e Marxismo” em MORAES, João Quartim de (org.) – História do Marxismo no Brasil – Volume III. Teorias. Interpretações, Campinas, Editora da Unicamp, 1998, p. 263.
- ³¹⁴ PRESTES, Luiz Carlos – “Os Comunistas e a Sucessão Presidencial” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 04 a 10 de setembro de 1959 apud CARONE, Edgar – O PCB: 1943 a 1964 – Volume 2, São Paulo, DIFEL, 1982, pp. 202-203.
- ³¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 203.
- ³¹⁶ *Ibidem*, p. 205.
- ³¹⁷ *Ibidem*.
- ³¹⁸ *Ibidem*, p. 209. O PCB oficializaria publicamente o apoio a Lott em março de 1960, através de nota assinada por Prestes, intitulada “Pela vitória da causa nacionalista e democrática nas eleições presidenciais” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 18 a 24/03/1960.
- ³¹⁹ CHAVES NETO, Elias – “Polarização de Forças” em Revista Brasiliense nº 22, São Paulo, março/abril de 1959, p. 2.
- ³²⁰ Idem, *ibidem*.
- ³²¹ *Ibidem*, p. 4.
- ³²² Cf. DIAS, Edmundo Fernandes – “Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos” em DIAS, Edmundo Fernandes (e outros) – O Outro Gramsci, São Paulo, Xamã, 1996, p. 119.
- ³²³ GUIMARÃES, Alberto Passos – “A concentração da produção e das rendas na economia brasileira” em Revista Estudos Sociais nº 19, Rio de Janeiro, fevereiro de 1964, p. 229.
- ³²⁴ Idem, *ibidem*, p.230.
- ³²⁵ *Ibidem*, p. 231.
- ³²⁶ *Ibidem*, p. 235.
- ³²⁷ *Ibidem*, p. 236.
- ³²⁸ WOOD, Ellen Meiksins – A Origem do Capitalismo, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999, p. 14.
- ³²⁹ GUIMARÃES, Alberto Passos – *op. cit.*, p. 245.
- ³³⁰ Idem, Quatro Séculos de Latifúndio, 6ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, pp. 197-198.
- ³³¹ SODRÉ, Néelson Werneck – Formação Histórica do Brasil, 9ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p. 354.
- ³³² Idem, *ibidem*, p. 82.
- ³³³ *Ibidem*, p. 356.
- ³³⁴ *Ibidem*, p. 398.
- ³³⁵ TOLEDO, Caio Navarro de – *op. cit.*, pp. 265-266.
- ³³⁶ COUTINHO, Carlos Nelson – *op. cit.*, pp. 121-122. Cf. GRAMSCI, Antonio – A Questão Meridional, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- ³³⁷ PRADO JÚNIOR, Caio – A Revolução Brasileira, pp. 36-38.
- ³³⁸ Idem, “Nacionalismo e desenvolvimento” em Revista Brasiliense nº 24, São Paulo, julho/agosto de 1959, p. 12.
- ³³⁹ Idem, A Revolução Brasileira, p. 49.
- ³⁴⁰ MANTEGA, Guido – A Economia Política Brasileira, 7ª edição, Petrópolis, Vozes, 1992, p. 241.
- ³⁴¹ COUTINHO, Carlos Néelson – “Marxismo e ‘imagem do Brasil’ em Florestan Fernandes”. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arqui54.htm>.
- ³⁴² PRADO JÚNIOR, Caio – “Contribuição para análise da questão agrária no Brasil” em Revista Brasiliense nº 28, São Paulo, março/abril de 1960, p. 219.
- ³⁴³ Idem, “A Reforma Agrária e o momento nacional” em Revista Brasiliense nº 29, São Paulo, maio/junho de 1960.
- ³⁴⁴ Idem, “O Estatuto do Trabalhador Rural” em Revista Brasiliense nº 47, São Paulo, maio/junho de 1963, apud A Questão Agrária, 5ª edição, São Paulo, Brasiliense, 2000, p. 143.
- ³⁴⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion (org.) – Escravidão e Abolição no Brasil, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988, p. 18.
- ³⁴⁶ Cf. WOOD, Ellen Meiksins – *op. cit.*, pp 75-100.

NOTAS AO CAPÍTULO IV:

- ³⁴⁷ OLIVEIRA, Francisco de – “A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista” em Seleções CEBRAP 1, 3ª edição, São Paulo, Editora Brasiliense, 1975, p. 39.
- ³⁴⁸ Idem, *ibidem*, p.38.

-
- ³⁴⁹ Ibidem, p. 42.
- ³⁵⁰ MENDONÇA, Sônia Regina de – Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento, 2ª edição, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988, p. 46.
- ³⁵¹ Idem, ibidem, p. 48.
- ³⁵² Ibidem, p. 57.
- ³⁵³ Ver, a respeito da “teoria da tendência decrescente da taxa de lucro”, o Capítulo I deste trabalho.
- ³⁵⁴ MENDONÇA, Sônia Regina de – op. cit., p. 71.
- ³⁵⁵ MANTEGA, Guido & MORAES, Maria – Acumulação Monopolista e Crises no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, pp. 43-44.
- ³⁵⁶ COUTINHO, Carlos Néelson – “O Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil: algumas implicações políticas” em A Democracia como Valor Universal: notas sobre a questão democrática no Brasil, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p. 96.
- ³⁵⁷ Idem, ibidem, p. 102.
- ³⁵⁸ BIELSCHOWSKY, Ricardo – Pensamento Econômico Brasileiro (1930-1964): o ciclo ideológico do desenvolvimentismo, 4ª edição, Rio de Janeiro, Contraponto, 2000, p. 196.
- ³⁵⁹ MATTOS, Marcelo Badaró – “Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)” em RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão – História do Marxismo no Brasil – Volume V. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60, Campinas, Editora da Unicamp, 2002, p. 197.
- ³⁶⁰ PCB – “União e Luta com a Burguesia” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 27 de março a 2 de abril de 1959, p. 8.
- ³⁶¹ Idem, “A Burguesia na Revolução Brasileira” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 12 a 18 de junho de 1959, p. 8.
- ³⁶² Idem, Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 19 a 25 de junho de 1959, p. 8.
- ³⁶³ Idem, Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 26 de junho a 2 de julho de 1959, p. 8.
- ³⁶⁴ GRABOIS, Maurício – “Duas concepções, duas orientações políticas” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 22 a 28 de abril de 1960, p. 3.
- ³⁶⁵ Destacaram-se, na crítica às teses oficiais do partido, os seguintes militantes e seus respectivos artigos: Maurício Grabois (“Duas concepções, duas orientações políticas” em *Novos Rumos*, edições de 22 a 28/04, 29/04 a 05/05 e 06 a 12/05; “Quem falsifica, quem deturpa?”, 27/05 a 02/06; “Uma defesa falsa de uma linha oportunista”, 03 a 09/06; “Não retornar aos erros do passado, nem perseverar nos desvios do presente”, 24 a 30/06); Pedro Pomar (“Análise marxista ou apologia do capitalismo”, 06 a 12/05; “A Burguesia, o Estado e as Teses”, 27/05 a 02/06; “A democratização crescente e a burguesia”, 03 a 09/06; “Ainda sobre a apologia do capitalismo”, 10 a 16/06); João Amazonas (“Uma linha confusa e de direita”, 03 a 09/06; “A linha atual e as reformas”, 17 a 23/06; “Aspectos inseparáveis da luta revolucionária”, 15 a 21/07; “Sobre a contradição principal”, 29/07 a 04/08); Calil Chade (“Um debate oportuno e necessário”, 22 a 28/04; “A linha oportunista da Declaração”, 13 a 19/05; “Sobre a essência política das Teses”, 24 a 30/06; “O caráter da Revolução Brasileira”, 29/07 a 04/08); Carlos Danielli (“Sobre as teses para discussão”, 29/04 a 05/05; “O caráter do governo pelo qual lutamos e o caminho da Revolução Brasileira”, 13 a 19/05; “A direção principal da luta ideológica em nossas fileiras”, 03 a 09/06; “A verdade sobre a política dos comunistas do Estado do Rio”, 01 a 07/07); Orlando Piotto (“Uma política de direita”, 27/05 a 02/06) e Valter Pomar (“Política revisionista e capitulação ideológica”, 24 a 30/06).
- ³⁶⁶ VINHAS, Moisés – O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974), São Paulo, Editora Hucitec, 1982, pp. 135 e 181.
- ³⁶⁷ GRABOIS, Maurício – op. cit., p. 3.
- ³⁶⁸ Idem, ibidem.
- ³⁶⁹ POMAR, Pedro – “Análise marxista ou apologia do capitalismo” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 6 a 12 de maio de 1960, p. 4.
- ³⁷⁰ Idem, ibidem.
- ³⁷¹ Idem, “A Burguesia, o Estado e as Teses” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 27 de maio a 2 de junho de 1960, p. 3.
- ³⁷² AMAZONAS, João – “A linha atual e as reformas” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 17 a 23 de junho de 1960, p. 7.
- ³⁷³ V. Nota 27 do Capítulo II (A Trajetória Política do PCB: dos anos de formação à Declaração de Março).
- ³⁷⁴ Despontaram, na defesa das Teses, os seguintes dirigentes do PCB, com seus respectivos textos: Jacob Gorender (“Crítica ou Falsificação?” em *Novos Rumos*, edição de 13 a 19/05; “A oposição ‘esquerdista’ e a contradição principal”, 27/05 a 02/06; “Reincidência na falsificação”, 10 a 16/06; “Algumas lições da

vida prática”, 01 a 07/07; “Uma teoria direitista das etapas da revolução”, 22 a 28/07); Mário Alves (“As bases falsas de uma linha falsa”, 20 a 26/05; “Revolucionarismo em palavras, oportunismo na prática”, 10 a 16/06); Fragmon Carlos Borges (“Maurício Grabois & Cia. – um grupo antipartido”, 27/05 a 02/06); Diógenes de Arruda Câmara (“Compreensão autocrítica da nossa política”, 03 a 09/06; “Três questões, três sugestões”, 17 a 23/06; “Estertores e mimetismos da tradição sectária”, 24 a 30/06); Giocondo Dias (“A Declaração de Março”, 17 a 23/06; “Partido é ação e direção coletiva”, 24 a 30/06); Marco Antônio Tavares Coelho (“A possibilidade do caminho pacífico da Revolução Brasileira”, 01 a 07/07; “A tática das soluções positivas”, 22 a 28/07); Apolônio de Carvalho (“Sobre o papel do Partido e os caminhos da Revolução”, 01 a 07/07); Carlos Marighella (“Defendendo a linha atual”, 22 a 28/07) e Luiz Carlos Prestes (“Por uma justa linha política”, 29/07 a 04/08).

³⁷⁵ GORENDER, Jacob – “Crítica ou Falsificação?” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 13 a 19 de maio de 1960, p. 3.

³⁷⁶ Idem, *ibidem*.

³⁷⁷ ALVES, Mário – “As bases falsas de uma linha falsa” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 20 a 26 de maio de 1960, p. 3.

³⁷⁸ GORENDER, Jacob – “A oposição esquerdista e a contradição principal” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 27 de maio a 2 junho de 1960, p. 3.

³⁷⁹ Cf. SEGATTO, José Antônio – Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, pp. 84-85.

³⁸⁰ GORENDER, Jacob – “Crítica ou Falsificação?”, Novos Rumos, 13 a 19/05/1960, p. 3.

³⁸¹ Idem, “A oposição esquerdista e a contradição principal”, Novos Rumos, 27/05 a 02/06/1960, p. 3.

³⁸² Idem, “Algumas lições da vida prática” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 1 a 7 de julho de 1960, p. 4.

³⁸³ COELHO, Marco Antônio Tavares – “A tática das soluções positivas” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 22 a 28 de julho de 1960.

³⁸⁴ CARVALHO, Apolônio de – “Sobre o papel do Partido e os caminhos da Revolução” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 1 a 7 de julho de 1960, p. 4.

³⁸⁵ Idem, *ibidem*.

³⁸⁶ PRESTES, Luiz Carlos – “Por uma justa linha política” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 29 de julho a 4 de agosto de 1960, p. 5.

³⁸⁷ PRADO JÚNIOR, Caio – “Contribuição para análise da questão agrária no Brasil” em Revista Brasiliense nº 28, São Paulo, março/abril de 1960.

³⁸⁸ Idem, “As Teses e a Revolução Brasileira” (I) em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 10 a 16 de junho de 1960, p. 4.

³⁸⁹ Idem, “As Teses e a Revolução Brasileira” (II), Novos Rumos, 17 a 23 de junho de 1960, p. 4.

³⁹⁰ Idem, *ibidem*.

³⁹¹ Idem, “As Teses e a Revolução Brasileira” (III), Novos Rumos, 24 a 30 de junho de 1960, p. 4.

³⁹² Idem, *ibidem*.

³⁹³ Idem, “As Teses e a Revolução Brasileira” (V), Novos Rumos, 8 a 14 de julho de 1960, p. 9.

³⁹⁴ Idem, “As Teses e a Revolução Brasileira” (VI), Novos Rumos, 15 a 21 de julho de 1960, p. 7.

³⁹⁵ Idem, *ibidem*.

³⁹⁶ Idem, “As Teses e a Revolução Brasileira” (VII), Novos Rumos, 22 a 28 de julho de 1960, p. 5.

³⁹⁷ COUTINHO, Carlos Nelson – “Uma via ‘não clássica’ para o capitalismo” em D’INCAO, Maria Ângela (org.) – História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior, São Paulo, Ed. UNESP/Brasiliense, 1989, pp. 129.

³⁹⁸ CHAVES NETO, Elias – “Planificação de nossa economia – solução nacionalista” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 3 a 9 de junho de 1960, p. 4.

³⁹⁹ Idem, *ibidem*.

⁴⁰⁰ A famosa Instrução nº 113, baixada pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) em janeiro de 1955, durante a gestão de Café Filho, “permitia aos investidores estrangeiros a introdução de equipamentos sem cobertura cambial, isto é, sem o dispêndio de divisas; ou seja, poderiam instalar-se no país, trazendo as máquinas que já possuísem ou tivessem condições de adquirir no exterior por sua conta. Esses equipamentos seriam incorporados ao ativo da empresa, que tanto podia ser uma filial do investidor no Brasil ou uma empresa brasileira à qual o investidor estrangeiro ficava evidentemente associado”. BEIGUELMAN, Paula – “A Revista Brasiliense e a expressão teórica do nacionalismo econômico brasileiro” em D’INCAO, Maria Angela (org.) – *op. cit.*, p. 458.

- ⁴⁰¹ CHAVES NETO, Elias – “A contradição principal – base de uma solução marxista” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 1 a 7 de julho de 1960, p. 7.
- ⁴⁰² Idem, *ibidem*.
- ⁴⁰³ *Ibidem*.
- ⁴⁰⁴ VINHAS, Moisés – op. cit., p. 182.
- ⁴⁰⁵ Publicada como “Resolução Política da Convenção Nacional do PCB” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 16 a 22 de setembro de 1960.
- ⁴⁰⁶ RODRIGUES, Leôncio Martins – “O PCB: os dirigentes e a organização” em FAUSTO, Boris (org.) – História Geral da Civilização Brasileira – Volume III. O Brasil Republicano – 3. Sociedade e Política (1930-1964), Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1991, p. 429.
- ⁴⁰⁷ GUIMARÃES, Alberto Passos – “A questão das etapas da revolução brasileira” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 8 a 14 de julho de 1960, p. 3.
- ⁴⁰⁸ GORENDER, Jacob – “Uma teoria direitista das etapas da revolução” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 22 a 28 de julho de 1960, p. 7. Alberto Passos Guimarães chegou ainda a escrever a tréplica, “Uma falsificação e vários erros crassos na questão das etapas” (Novos Rumos, 05 a 11/08/1960), não respondida pelos dirigentes do PCB.
- ⁴⁰⁹ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO – PCB: vinte anos de política, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p. 42.
- ⁴¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 45.
- ⁴¹¹ *Ibidem*, p. 46.
- ⁴¹² CUPERTINO, Fausto – “A Nova Situação Internacional e o Problema da Coexistência Pacífica” em Revista Estudos Sociais nº 8, julho de 1960, p. 480.
- ⁴¹³ VELLASCO, Domingos – “O Nacionalismo Econômico e a Coexistência Pacífica” em Revista Estudos Sociais nº 8, julho de 1960, p. 483.
- ⁴¹⁴ COLUNA TEORIA E DEBATE – “o Imperialismo” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 20 a 26 de novembro de 1959, p. 9.
- ⁴¹⁵ MATOS, Almir – “Coexistência Pacífica e Luta Ideológica” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 22 a 28 de janeiro de 1960, p. 9.
- ⁴¹⁶ GORENDER, Jacob – “O V Congresso dos comunistas brasileiros” em Revista Estudos Sociais nº 9, Rio de Janeiro, outubro de 1960, p. 4.
- ⁴¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 8.
- ⁴¹⁸ *Ibidem*, p. 9.
- ⁴¹⁹ PCB – “Os comunistas e o governo Jânio Quadros” em Jornal Novos Rumos, edição de 17 de março de 1961 apud CARONE, Edgar – O PCB: 1943 a 1964 – Volume 2, São Paulo, DIFEL, 1982, p. 235.
- ⁴²⁰ Idem, “Nenhuma conciliação com o golpismo! Posse imediata ao presidente Goulart!” em Jornal Novos Rumos, edição de 1º de setembro de 1961 apud CARONE, Edgar – op.cit., p. 244.
- ⁴²¹ Idem, “Posse de Jango é vitória do povo!” em Jornal Novos Rumos, edição de 4 de setembro de 1961 apud CARONE, Edgar – op.cit., p. 246.
- ⁴²² Idem, *ibidem*, p. 249.
- ⁴²³ ALVES, Mário – “Da crise de agosto à Frente de Libertação Nacional” em Revista Estudos Sociais nº 11, Rio de Janeiro, dezembro de 1961, p. 259.
- ⁴²⁴ PCB – “As eleições de 1962 – uma interpretação” em Revista Estudos Sociais nº 15, Rio de Janeiro, dezembro de 1962, p. 212.
- ⁴²⁵ Idem, *ibidem*, p. 215.
- ⁴²⁶ *Ibidem*, p. 217.
- ⁴²⁷ *Ibidem*, p. 218.
- ⁴²⁸ ALVES, Mário – “A burguesia nacional e a crise brasileira” em Revista Estudos Sociais nº 15, Rio de Janeiro, dezembro de 1962, p. 231.
- ⁴²⁹ Idem, *ibidem*, p. 232.
- ⁴³⁰ *Ibidem*, p. 233.
- ⁴³¹ *Ibidem*, p. 246.
- ⁴³² SEGATTO, José Antônio – op. cit., p. 147. Na opinião de Moisés Vinhas, a resolução política da citada Conferência teria chegado a “retroceder em relação à política traçada no V Congresso”, aprovando uma tática que “mandava concentrar fogo na ‘política de conciliação’ do governo João Goulart”. VINHAS, Moisés – op. cit., p. 189.
- ⁴³³ PCB – “Resolução Política dos comunistas (dezembro de 1962)” em CARONE, Edgar – op. cit., pp. 252-253.

-
- ⁴³⁴ GORENDER, Jacob – Combate nas Trevas, São Paulo, Editora Ática, 1987, p. 46.
- ⁴³⁵ PCB – “Os comunistas e a situação política nacional” em Jornal Novos Rumos, edição de 12 a 18 de julho de 1963 apud CARONE, Edgar – op.cit., p. 256.
- ⁴³⁶ Idem, ibidem, p. 259.
- ⁴³⁷ Ibidem, p. 260.
- ⁴³⁸ CHAVES NETO, Elias – “Revolução Democrática” em Revista Brasileira nº 48, São Paulo, julho/agosto de 1963, p. 2.
- ⁴³⁹ Idem, ibidem, p. 4.
- ⁴⁴⁰ Ibidem, p. 5.
- ⁴⁴¹ GORENDER, Jacob – “Direções da luta pela democracia em nosso tempo” em Revista Estudos Sociais nº 18, Rio de Janeiro, novembro de 1963, pp. 177-178.
- ⁴⁴² Idem, ibidem, p. 185.
- ⁴⁴³ Ibidem, p. 188.
- ⁴⁴⁴ Ibidem, p. 185.
- ⁴⁴⁵ ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de – “Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64” em MAZZEO, Antonio Carlos & LAGOVA, Maria Izabel (orgs.) – Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX, São Paulo, Cortez, 2003, p. 92.
- ⁴⁴⁶ Idem, ibidem, p. 94.
- ⁴⁴⁷ MORAES, Dênis de – A Esquerda e o Golpe de 64, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989, p. 137.
- ⁴⁴⁸ PCB – “Por um novo governo capaz de adotar soluções imediatas em favor do povo” em Jornal Novos Rumos, edição de 11 a 17 de outubro de 1963 apud CARONE, Edgar – op.cit., p. 261.
- ⁴⁴⁹ Idem, ibidem, p. 262.
- ⁴⁵⁰ Idem, “Os comunistas e a recomposição do governo” em Jornal Novos Rumos, 13 a 19 de dezembro de 1963 apud CARONE, Edgar – op.cit., p. 264.
- ⁴⁵¹ SEGATTO, José Antônio – op. cit., p. 162.
- ⁴⁵² Segundo depoimento colhido por Dênis de Moraes, pouco antes do golpe de 1964, Marighella e Mário Alves procuraram a direção do semanário brizolista *Panfleto* para comunicar o apoio à pregação revolucionária de Brizola e que ainda mantinham-se no PCB por acreditar na possibilidade de influir internamente no sentido da alteração da linha política do partido, “livrando-o do oportunismo de Prestes e da virtual tutela que Jango exercia sobre o partido”. MORAES, Dênis de – op. cit., p. 178.
- ⁴⁵³ PCB – “Por um governo que faça as reformas de base” em Jornal Novos Rumos, 6 a 12 de março de 1964 apud CARONE, Edgar – op.cit., p. 266.
- ⁴⁵⁴ Idem, “Os comunistas e a situação política – intensificar as ações de massas para garantir a vitória do povo” em Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, edição de 27 de março a 2 de abril de 1964.
- ⁴⁵⁵ ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de – op. cit., p. 119.

NOTAS À CONCLUSÃO:

- ⁴⁵⁶ WOOD, Ellen – Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico, São Paulo, Boitempo Editorial, 2003, p. 16.
- ⁴⁵⁷ SECCO, Lincoln – “Crise e estratégia em Gramsci” in DIAS, Edmundo Fernandes (e outros) – O Outro Gramsci, São Paulo, Xamã, 1996, p. 84.
- ⁴⁵⁸ NETTO, José Paulo – Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64, 4ª edição, São Paulo, Cortez Editora, 1998, pp. 22-24.
- ⁴⁵⁹ Idem, ibidem, p. 26.
- ⁴⁶⁰ GRAMSCI, Antonio – Cadernos do Cárcere – Volume 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, pp. 60-61.
- ⁴⁶¹ Idem, ibidem, p. 61.
- ⁴⁶² GORENDER, Jacob – Combate nas Trevas, São Paulo, Editora Ática, 1987, p. 46.
- ⁴⁶³ AHMAD, Aijaz – Linhagens do Presente: ensaios, São Paulo, Boitempo Editorial, 2002, p. 12.
- ⁴⁶⁴ SODRÉ, Néelson Werneck – Introdução à Revolução Brasileira, 3ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p. 180.
- ⁴⁶⁵ Idem, ibidem, p. 208-209.
- ⁴⁶⁶ NETTO, José Paulo – “Néelson Werneck Sodré e a fundação da história marxista da literatura brasileira” em Marxismo Impenitente: contribuição à história das idéias marxistas, São Paulo, Cortez Editora, 2004, p. 193.
- ⁴⁶⁷ GRAMSCI – op. cit., p. 46.

⁴⁶⁸ Idem, A Questão Meridional, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 139.

⁴⁶⁹ SEGATTO, José Antônio – Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, p. 164.

⁴⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 170.

⁴⁷¹ *Ibidem*, p. 171.

⁴⁷² ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de – “Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64” em MAZZEO, Antonio Carlos & LAGOA, Maria Izabel (orgs.) – Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX, São Paulo, Cortez, 2003, p. 88.

⁴⁷³ SODRÉ, Néelson Werneck – *op. cit.*, pp. 208-209.

⁴⁷⁴ COUTINHO, Carlos Néelson – “O conceito de política nos *Cadernos do Cárcere*” em COUTINHO & TEIXEIRA, Andréa de Paula (org.) – Ler Gramsci, entender a realidade, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 71.

⁴⁷⁵ Idem, *ibidem*, pp. 74-75.

⁴⁷⁶ GORENDER, Jacob – “Do pecado original ao desastre de 1964” em D’INCAO, Maria Ângela (org.) – História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior, São Paulo, Ed. UNESP/Brasiliense, 1989, p. 267. O próprio Gorender, até o golpe de 1964 um intelectual orgânico do PCB, reconhece o papel do livro *A Revolução Brasileira* de Caio Prado Júnior, publicado em 1966, na mudança dos paradigmas sobre a realidade brasileira: “Diante das questões por ele levantadas, reconheci minha ignorância no terreno da história do Brasil e aceitei o desafio de estudá-la”. Idem, *ibidem*.

⁴⁷⁷ Segundo Marco Antônio Tavares Coelho, “nenhum outro partido no Brasil preocupou-se em educar seus militantes, como sucedeu naquela época com o PCB. Atualmente, só o MST faz algo semelhante”. COELHO, M. A. Tavares – Herança de um sonho: as memórias de um comunista, Rio de Janeiro, Editora Record, 2000, p. 162.

ANEXO

QUADRO DE AUTORES E ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA <i>ESTUDOS SOCIAIS</i>	
AUTORES/ARTIGOS	Nº/EDIÇÃO
ALCÂNTARA, Armando "Problemas do planejamento da economia baiana"	10 (julho 1961)
ALMEIDA, Josué "Decadência dos trustes de eletricidade no Brasil"	9 (outubro 1960)
"Aspectos da deterioração da economia norte-americana"	12 (abril 1962)
"Relação de trocas e desequilíbrio externo"	18 (nov. 1963)
ALVES, Mário "3 de outubro e o movimento nacionalista"	3-4 (set./dez. 1958)
"Da crise de agosto à Frente de Libertação Nacional"	11 (dezembro 1961)
"Dois caminhos da reforma agrária"	13 (junho 1962)
"A burguesia nacional e a crise brasileira"	15 (dezembro 1962)
ANDRADE, Ary de "Álvaro Lins aos 50 anos"	16 (março 1963)
ANDRADE, Manuel Correia de "Estrutura fundiária e tipos de exploração agrícola em Pernambuco"	19 (fevereiro 1964)
ARAGON, Louis (escritor francês) "Palavras em Saint-Denis (acerca do realismo socialista)"	7 (março 1960)
ARAÚJO, Antônio Luiz "Problemas do carvão nacional"	14 (setembro 1962)
ARENA, Renato Crítica do livro <i>Formação Econômica do Brasil</i> , de Celso Furtado	6 (maio/set. 1959)
Crítica do livro <i>Problemas Fundamentais de la Economía y de la Política del Imperialismo</i> , de E. Varga	7 (março 1960)
ASSESSORIA TÉCNICA PARLAMENTAR "O Tratado de Montevideu e a integração econômica da América Latina"	11 (dezembro 1961)
"O problema dos capitais estrangeiros"	12 (abril 1962)
"Aspectos econômicos da produção de autoveículos no Brasil"	15 (dezembro 1962)
BARAN, Paul A. "É possível a planificação nos Estados Unidos?"	9 (outubro 1960)
"Marxismo e psicanálise"	12 (abril 1962)
BARRETO, Tobias "Trechos filosóficos escolhidos de Tobias Barreto"	6 (maio/set. 1959)
BORGES, Fragmon Carlos "O problema da terra em Pernambuco"	1 (maio/junho 1958)
"A grande propriedade territorial latifundiária"	2 (jul/agosto 1958)
"O problema da terra em Pernambuco – a terra dos índios"	3-4 (set./dez. 1958)
"Um livro sobre a história e a economia de Pernambuco"	6 (maio/set. 1959)
"O movimento camponês no Nordeste"	15 (dezembro 1962)
BORGES, Luís "A biblioteca do padre João Ribeiro"	10 (julho 1961)
"A participação dos homens de cor na Revolução de 1817"	12 (abril 1961)
"Implicados na Revolução de 1817"	16 (março 1963)
BORGES, Pedro "Alimentação e desenvolvimento econômico"	17 (junho 1963)
BOTI, Regino "Cuba: o Plano de Desenvolvimento Econômico de 1962"	12 (abril 1962)
BRECHT, Bertold "Sobre o teatro"	8 (julho 1960)

BRUHAT, Jean "O marxismo e o ensino leigo"	7 (março 1960)
BULHÕES, Antônio "Duas palavras sobre o teatro machadiano"	3-4 (set./dez.. 1958)
CAMPOS, Geir "Carta aos livreiros do Brasil"	9 (outubro 1960)
CARNEIRO, Edison "O Partido da Praia"	2 (jul/agosto 1958)
CASTRO, Josué de "A vitória da China contra a fome"	5 (março/abril 1959)
CASTRO, Moacir Werneck de "Novo romance de Dalcídio Jurandir"	2 (jul/agosto 1958)
CONGRESSO NACIONAL DE LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS "Declaração sobre o caráter da reforma agrária"	12 (abril 1962)
COSTA FILHO, Miguel "O Trabalho nas Minas Gerais (I)"	1 (maio/junho 1958)
"O Trabalho nas Minas Gerais (II)"	2 (jul/agosto 1958)
Crítica do livro <i>A Luta contra a tuberculose no Brasil</i> , de Lourival Ribeiro	Idem
"O Trabalho nas Minas Gerais (III)"	3-4 (set./dez.. 1958)
"O Trabalho nas Minas Gerais (IV)"	5 (março/abril 1959)
Crítica do livro <i>O Intendente Câmara</i> , de Marcos Carneiro de Mendonça	Idem
Crítica à <i>Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais</i>	6 (maio/set. 1959)
"Quilombos (I)"	7 (março 1960)
"Quilombos (II)"	9 (outubro 1960)
Crítica do livro <i>Crônica Militar</i> , de Augusto de Lima Júnior	Idem
"Quilombos (III)"	10 (julho 1961)
"Questões sociais e econômicas de Minas Gerais"	11 (dezembro 1961)
Crítica à revista <i>Boletim de História</i>	Idem
"Um enigma histórico" (sobre a revolta de escravos em Minas –1821)	19 (fevereiro 1964)
COUTINHO, Carlos Nélon "Do existencialismo à dialética: a trajetória de Sartre"	18 (novembro 1963)
COUTINHO, Mariza-Henrique "Diretrizes e Bases: um atentado à escola pública"	8 (julho 1960)
CUPERTINO, Fausto "A nova situação internacional e o problema da coexistência pacífica"	Idem
Críticas de livros e revistas (4)	Nºs 15 e 17
DOCUMENTOS DO MOVIMENTO OPERÁRIO "Pela paz! (30/04/1915)" – COB e Federação Operária do RJ	15 (dezembro 1962)
"I Congresso Operário Brasileiro"	16 (março 1963)
"Congresso Operário de 1912"	17 (junho 1963)
"Um relatório datado de 1913" (relatório da COB ao II Congresso)	18 (novembro 1963)
EDITORIAL "Cuba – segundo ano da independência"	7 (março 1960)
"Explicação necessária"	10 (julho 1961)
"Política e governo"	14 (setembro 1962)
"As eleições de 1962 – uma interpretação"	15 (dezembro 1962)
EDITORIAL DE POLITICAL AFFAIRS (órgão teórico do PC - EUA) "A luta ideológica na esquerda norte-americana" (agosto de 1963)	19 (fevereiro 1964)
EHRENBURG, Ilya "Idéias dispersas"	3-4 (set./dez. 1958)
FACÓ, Rui Crítica do livro <i>História Sincera da República</i> , de Leôncio Basbaum	1 (maio/junho 1958)

"O romance do Sr. Guimarães Rosa e o problema da terra no Brasil"	2 (jul/agosto 1958)
Crítica do livro <i>O Niilista Machado de Assis</i> , de Octávio Brandão	Idem
"A evolução do pensamento de Euclides da Cunha"	6 (maio/set. 1959)
"Notas sobre o problema agrário"	11 (dezembro 1961)
Crítica do livro <i>Crise Econômica no Rio Grande do Sul</i> , de Paulo Schilling	12 (abril 1962)
Crítica do livro <i>Revolução e Contra-Revolução no Brasil</i> , Franklin Oliveira	Idem
FARINA, J. Arno Paes Crítica do livro <i>Problemas Brasileiros de Educação</i> , de Paschoal Lemme	6 (maio/set. 1959)
FISCHER, Ernest "O problema do real na arte moderna"	16 (março 1963)
FRANCO, Sérgio da Costa "O destino político do Rio Grande do Sul"	7 (março 1960)
FRANTZ, Jacob "Pecuária de corte e indústria de carne"	9 (outubro 1960)
GARCIA, Evaldo da Silva "A imprensa operária e socialista brasileira do século XIX"	19 (fevereiro 1964)
GORENDER, Jacob Crítica à revista <i>Brasiliense</i> , nº 15	1 (maio/junho 1958)
"Política exterior em crise"	2 (jul/agosto 1958)
"Correntes sociológicas no Brasil"	3-4 (set./dez. 1958)
"A espoliação do povo pela finança internacional"	6 (maio/set. 1959)
"A questão Hegel"	8 (julho 1960)
"O V Congresso dos comunistas brasileiros"	9 (outubro 1960)
Crítica do livro <i>Perspectives de l'homme</i> , de Roger Garaudy	Idem
"Direções da luta pela democracia em nosso tempo"	18 (novembro 1963)
GRUPO DE TÉCNICOS "Fatores contrários ao crescimento da produção agrícola brasileira"	8 (julho 1960)
"O programa do Gabinete Tancredo Neves"	11 (dezembro 1961)
"Análise e perspectivas da política cambial"	14 (setembro 1962)
GUEDES, Armênio Crítica à revista <i>Módulo</i> , v. 2, nº 9	2 (jul/agosto 1958)
Crítica à revista <i>Problemas de la Paz y del Socialismo</i>	3-4 (set./dez. 1958)
GUERRA, E. Carrera "Maiacovski nos debates públicos"	1 (maio/junho 1958)
GUIMARÃES, Alberto Passos "Um capítulo da formação da propriedade agrária – a sesmaria"	5 (março/abril 1959)
"Alguns aspectos da formação histórica dos engenhos e das fazendas"	6 (maio/set. 1959)
"A questão agrária (declarações prestadas à Comissão de Reforma Agrária da Câmara dos Deputados)"	14 (setembro 1962)
"A concentração da produção e das rendas na economia brasileira"	19 (fevereiro 1964)
GUIMARÃES, Renato "Desenvolvimento e marxismo (I)"	14 (setembro 1962)
"Desenvolvimento e marxismo (II)"	15 (dezembro 1962)
GULLAR, Ferreira "A revolta inofensiva"	13 (junho 1962)
HAMPEJS, Zdenek "Passado e presente da literatura tcheca"	10 (julho 1961)
Crítica do livro <i>Eça de Queiroz, Agitador do Brasil</i> , de Paulo Cavalcanti	Idem
Crítica do livro <i>Machado de Assis, Ensaios e Apontamentos</i> , de Astrojildo Pereira	Idem
HOFFMAN, Helga Crítica do livro <i>Para Onde vai o Brasil?</i> , de J. Salgado Freire	7 (março 1960)

Crítica do livro <i>Integração Econômica e Política da América Latina</i> , de Alceu Amoroso Lima e Outros	5 (março/abril 1959)
Crítica do livro <i>Trigo</i> , de Paulo Schilling	8 (julho 1960)
Crítica do livro <i>Inflação</i> , de Eugênio Gudín	Idem
Crítica à revista <i>Síntese Política, Econômica e Social</i>	9 (outubro 1960)
"O Plano Trienal e a inflação"	16 (março 1963)
JU, Su "Avaliação do idealismo clássico chinês"	1 (maio/junho 1958)
JURANDIR, Dalcídio "Tolstoi"	11 (dezembro 1961)
KONDER, Leandro "Sartre, suas contradições formais e seus méritos"	9 (outubro 1960)
"Algumas considerações sobre a fisionomia ideológica de Fernando Pessoa"	11 (dezembro 1961)
Crítica do livro <i>Consciência e Realidade Nacional</i> , de Álvaro Vieira Pinto	12 (abril 1962)
"O Contrato Social e o liberalismo burguês"	14 (setembro 1962)
"Marxismo e cristianismo – pressupostos de um diálogo"	16 (março 1963)
"Problemas do realismo socialista"	17 (junho 1963)
Críticas de livros (7)	Nºs 13/14/15/18/19
KOLAKOWSKI, Leszek "Sobre a justeza do princípio: 'o fim justifica os meios'"	15 (dezembro 1962)
KOPMIN, P. "A dialética e as contradições do pensamento"	3-4 (set./dez. 1958)
KOSMINSKI, E. A. "A filosofia da história de Arnold Toynbee"	13 (junho 1962)
LEMME, Paschoal "A situação da Educação na América Latina e como melhora-la"	3-4 (set./dez. 1958)
LEMOS, Clélio "O primeiro plano diretor de desenvolvimento do Nordeste"	11 (dezembro 1961)
LINHARES, Hermínio "As greves operárias no Brasil durante o primeiro quartel do século XX"	2 (jul/agosto 1958)
LOSACCO, Salvador "Manobras financeiras da Light"	12 (abril 1962)
LUCAS, Fábio "À margem da Revolução Brasileira"	3-4 (set./dez. 1958)
LUCCA, Paulo de Crítica do livro <i>O Nacionalismo na Atualidade Brasileira</i> , Hélio Jaguaribe	Idem
Crítica do livro <i>Terceira Força</i> , de Paulo de Castro	5 (março/abril 1959)
Crítica à revista <i>Síntese Política, Econômica e Social</i>	Idem
LUIZ, Antônio Crítica do livro <i>África, as Raízes da Revolta</i> , de Jack Woodis	11 (dezembro 1961)
LUKÁCS, Gyorgy "O irracionalismo – fenômeno internacional do período imperialista"	5 (março/abril 1959)
"Dostoievski"	17 (junho 1963)
"Carta sobre o stalinismo"	19 (fevereiro 1964)
LUMER, Hyman "Notas sobre a recessão norte-americana"	1 (maio/junho 1958)
MARIGHELLA, Carlos – "Alguns aspectos da renda da terra no Brasil"	1 (maio/junho 1958)
Crítica do livro <i>Capitais Estrangeiros no Brasil</i> , de Aristóteles Moura	6 (maio/set. 1959)
MARZIO, Jean Marie "Itinerário de um padre"	14 (setembro 1962)
MATOS, Almir "Cuba: o encontro de duas correntes revolucionárias"	10 (julho 1961)
"Aparências e realidades do panorama político"	12 (abril 1962)

"Golpe, imperialismo e democracia"	15 (dezembro 1962)
MOURA, Aristóteles Crítica do livro <i>Pesquisa de Causas de Inflação</i> , de Isabel Sorá Tomás	2 (julho/agosto 1958)
"Capitais nacionais administrados por empresas americanas"	3-4 (set./dez. 1958)
"Um livro sobre o desenvolvimento"	9 (outubro 1960)
"O projeto sobre capitais estrangeiros"	13 (junho 1962)
"Notas sobre o imperialismo no Brasil, empréstimos e empresas estrangeiras"	17 (junho 1963)
MELLO, R. de Crítica do livro <i>Ideologia e Desenvolvimento Nacional</i> , Álvaro Vieira Pinto	7 (março 1960)
MIGLIOLI, Jorge Crítica do livro <i>Socialismo</i> , de Paul Sweezy	6 (maio/set. 1959)
"Debate sobre o capitalismo atual"	7 (março 1960)
"Sociologia oficial versus desenvolvimento econômico"	8 (julho 1960)
Crítica do livro <i>Capitalismo</i> , de J. Kenneth Galbraith	9 (outubro 1960)
Crítica à <i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i>	12 (abril 1962)
NOVAES, Menandro "Migrações internas: suas implicações com o desenvolvimento econômico e os problemas de saúde pública"	16 (março 1963)
PAIM, Gilberto "Uma pesquisa sobre as empresas de capital estrangeiro"	7 (março 1960)
PAIVA, Manuel "Os fundos de colonização e sua importância para a questão agrária brasileira"	3-4 (set./dez. 1958)
PAZ, Moacyr "Sobre os problemas do desenvolvimento econômico"	
"Capitais estrangeiros: fator limitante de desenvolvimento"	2 (jul/agosto 1958)
"OPENO (Operação Nordeste) – um problema em debate"	5 (março/abril 1959)
PEREIRA, Astrojildo Crítica à revista <i>Tendência</i> nº 2	2 (jul/agosto 1958)
"Pensamento dialético e materialista de Machado de Assis"	3-4 (set./dez. 1958)
"Silvério Pontes, pioneiro do marxismo no Brasil"	12 (abril 1962)
PINA, Rui de "O problema do escritor"	8 (julho 1960)
"O ofício de escritor"	10 (julho 1961)
RAMOS, Duvitiliano "A posse útil da terra entre os quilombolas"	3-4 (set./dez. 1958)
REIS, Hugo Regis dos "Por uma política brasileira de energia elétrica"	7 (março 1960)
"Exportação de minério de ferro"	10 (julho 1961)
REIS, Milton "Os projetos de remessas de lucros"	11 (dezembro 1961)
SABOYA, Paulo Crítica à revista <i>Módulo</i>	9 (outubro 1960)
SANTOS, Wanderley Guilherme dos Crítica do livro <i>Cuba, Anatomia de uma Revolução</i> , L. Huberman/P. Sweezy	10 (julho 1961)
"Quando a crítica é que dá o golpe"	16 (março 1963)
SCHAFF, Adam "Existencialismo e marxismo"	10 (julho 1961)
SCHENBERG, Mário "Frederico Joliot-Curie"	2 (jul/agosto 1958)

SEMIONÓV, V. "Teorias anticientíficas das classes e da luta de classes na sociologia burguesa contemporânea"	11 (dezembro 1961)
SILVEIRA, Mário Magalhães da "Problemas da saúde dos povos subdesenvolvidos"	19 (fevereiro 1964)
SODRÉ, Néelson Werneck "A burguesia brasileira e a República"	17 (junho 1963)
Críticas de livros (2)	Nºs 13 e 18
SZIGETI, Jozsef "Relação entre as idéias políticas e filosóficas de Lukács"	5 (março/abril 1959)
TESE Nº 5 DO X CONGRESSO DO PC ITALIANO "Os marxistas e a renovação da cultura italiana"	18 (novembro 1963)
VALVERDE, Orlando "Reflexões sobre uma reforma agrária para o Brasil"	12 (abril 1962)
"Regionalização da reforma agrária"	18 (novembro 1963)
VARGA, Eugenio "Os problemas do ciclo industrial de após-guerra e a nova crise de superprodução"	2 (jul/agosto 1958)
VELLASCO, Domingos "O nacionalismo econômico e a coexistência pacífica"	8 (julho 1960)
VIANNA, Luís Jorge Werneck "Julien Sorel, revolucionário"	16 (março 1963)
VINHAS, Maurício "Gabriela e os coronéis do cacau"	3-4 (set./dez. 1958)
VINHAS, Moisés "Algumas considerações sobre as classes e camadas do campo no Estado de São Paulo"	13 (junho 1962)
"Aspectos da vida e da obra de Rui Facó"	18 (novembro 1963)